

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/263162622>

Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço publico nas sociedades pluralistas. Lisboa, Livros Horizonte...

Book · February 2004

DOI: 10.13140/RG.2.1.3265.9688

CITATIONS

5

READS

236

1 author:



João Carlos Correia

Universidade da Beira Interior

143 PUBLICATIONS 91 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Creation of a IAMCR Working Group [View project](#)



INTERNATIONAL CONFERENCE "PATHOLOGIES AND DYSFUNCTIONS OF DEMOCRACY IN THE MEDIA CONTEXT" OCTOBER 26 -27 UNIVERSITY OF BEIRA INTERIOR (UBI), [View project](#)

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Introdução: elementos para uma crítica da mediação moderna

As relações entre o indivíduo e a sociedade tornaram-se o alvo de uma mediatização generalizada no decurso da qual a construção de imaginários, a formulação de normas e a consolidação de visões do mundo dependem cada vez mais da presença de órgãos de comunicação social. O aceleração desta mediatização tem vindo a comportar consequências que se fazem sentir, nomeadamente, ao nível das relações entre público e privado.

Diminuído o poder da Religião, da Família e da Escola e das formas de mediação que as acompanhavam, enquanto mecanismos que asseguravam a regularidade nas dinâmicas sociais, os *media* – incluindo nestes os meios de comunicação de massa e os novos *media* – exercem uma capacidade de controlo que não pode ser considerada apenas sob o ponto de vista da sua presumível influência numa campanha eleitoral ou na vigilância democrática do poder político. Os sistemas de relação social tornaram-se inseparáveis da formulação de um imaginário, pelo que a actividade dos *media* faz parte do cerne do seu funcionamento. A acção política, em particular é, de modo crescente, povoada de crenças, de convenções e símbolos.

De entre a actividade mediática em geral, o jornalismo escrito desempenhou um papel decisivo de estruturação da vida pública: ora constituindo um dos suportes essenciais de dinamização da cidadania, ora contribuindo para a introdução de algumas das patologias que conduziram ao empobrecimento dessa mesma cidadania. Este trabalho

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

pretende interpelar a forma como a narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação do espaço público, nomeadamente através do seu contributo incontornável na constituição e reformulação das identidades sociais e colectivas. Veremos, assim, como hohlfeld@puccs.br

O campo mediático é, hoje, simultaneamente veículo de valores estruturados em torno de uma visão dominante e consensualmente aceite, e um espaço de tensões e fragmentação onde se luta pelas transformações de sentidos. Procura-se, assim, saber qual o papel que é imputável aos *media* na construção e representação das regularidades sociais tendo-se em conta, simultaneamente, a sua dificuldade estrutural em manterem-se dentro dos caminhos estreitos de uma representação mais ou menos monolítica do mundo social, num momento de pluralismo social intenso, resultante da recente revalorização atribuída à emergência das identidades minoritárias. Deste modo, investiga-se a relação dos *media* com o tratamento da diferença identitária, tal como se manifesta, contemporaneamente, no espaço público, tentando-se descortinar uma ambiguidade que resulta de dois planos de actuação contraditórios entre si: por um lado, os *media* tornariam possível a afirmação da diferença como uma possibilidade de diversidade que constitua um aprofundamento democrático das sociedades; por outro lado, seriam, frequentemente, eles que reduziriam a luta pelo reconhecimento dessas identidades a uma mera exploração de segmentos de mercado, multiplicados até ao infinito, através da intensificação consumista dos desejos individuais.

Para investigar tal ambiguidade, este trabalho deter-se-á sobre os seguintes pontos:

-um esforço crítico de compreensão da centralidade da mediação na própria formação das identidades;

-uma insistência particular na sustentação daquelas perspectivas teóricas que defendem formas de mediação que não se traduzam no esquecimento do papel do sujeito,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ou seja, na reificação, expressando a defesa de espaços públicos que garantam o funcionamento de uma sociedade civil democrática;

-a insistência, mais uma vez, na compreensão dinâmica da ordem social com vista à defesa da multiplicação de espaços públicos que impeçam a petrificação rígida de elementos democráticos demasiado formais;

-a análise de alguns aspectos mais visíveis da forma como as identidades emergem na sociedade portuguesa, afirmando-se como um desafio que um pensamento que se reclama das Ciências da Comunicação não pode ignorar;

-a tentativa de compreensão do papel dos *media* na fragmentação cultural, tal como ele é hoje desempenhado, tentando, simultaneamente, desvendar alguns traços relativos à forma como será desempenhado no futuro.

Seguir-se-á um percurso em que se procurará, em primeiro lugar, explicar a forma como a mediação se torna um elemento incontornável na formação das culturas, na socialização e na constituição das personalidades, no interior das quais a indústria cultural e mediática tem um papel de importância crescente. Demonstrar-se-á, de seguida, que as análises que tendem a considerar a uniformização como um devir inevitável das relações sociais são as mesmas que partilham de uma concepção apocalíptica da cultura, prognosticando aos *media* uma responsabilidade importante no estabelecimento da força coesiva que garante a integração social, independentemente da participação dos agentes sociais. Tentar-se-á, à revelia destas abordagens apocalípticas, demonstrar que os *media* dispõem de uma capacidade que pode despoletar dinâmicas sociais alternativas, que se podem constituir como susceptíveis de induzirem o aparecimento de novos movimentos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sociais que configurem novos desenvolvimentos democráticos, tendentes a aprofundar o exercício da cidadania.

Este trabalho procurará, assim, reconhecer a ambiguidade constitutiva resultante das novas modificações estruturais que se verificam no espaço público. De um lado, verifica-se a concentração da propriedade, o aumento da desigualdade no acesso à informação, a generalização do *infortainment*. Por outro lado, surgem as potencialidades desencadeadas pela generalização do uso de meios de comunicação personalizados e a consequente possibilidade de proliferação de articulações complexas de canais horizontais e verticais entre grupos, indivíduos e instâncias de poder.

O que se ambiciona é, no plano da indústria mediática, a tentativa de pensar formas alternativas de comunicação que privilegiem uma relação dinâmica com os públicos, aberta à crítica e à partilha de saberes, ao confronto de opiniões e de argumentos, à pluralidade de discursos, por oposição ao paradigma constituído pela comunicação de massa. No caso particular da produção de informação, espera-se perscrutar, nesta análise, traços distintivos das novas formas de mediação que passem pela recusa da inércia social e da uniformização das atitudes. Estes traços distintivos poderão, eventualmente, implicar a formação, enfim, de uma opinião pública que tenha em conta as diversas instâncias críticas de legitimação das acções e enunciados produzidos pelos diferentes poderes, no decurso da intervenção cada vez mais diversificada dos movimentos sociais no interior de sociedades que se caracterizam pela pluralidade de valores e visões da vida.

Este caminho passa por uma insistência particular na fragmentação cultural recentemente sentida no universo social e político ocidental, resultante da emergência das identidades e da forte pressão exercida por um conjunto de pretensões de validade que ressuscitam os particularismos e o reconhecimento das diferenças específicas.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

CAPÍTULO I

Mediação, Cultura e Sociabilidade

Neste capítulo procurar-se-á, primeiro, demonstrar o carácter da mediação como experiência do mundo. Dar-se-á, em seguida, conta da mediação social, isto é, dos processos de relacionamento que a sociedade implica pelo facto de depender do reconhecimento intersubjectivo dos actores e de cada um deles como outro, ou seja, o reconhecimento intersubjectivo da particularidade de todos os singulares (Habermas, 1987-a: 16-17). Seguidamente, procuraremos fazer uma análise da mediação cultural enquanto processo de atribuição de sentido e de negação do imediato que se oferece na natureza, debruçando-nos, de forma mais detalhada e específica sobre o momento em que a mediação se cruza explicitamente com a produção simbólica. Nesse domínio, faremos referência à comunicação social, como meio privilegiado de constituição do sentido e construção do conhecimento.

A mediação é uma forma de relacionamento com o mundo e com o Outro, que abrange tudo quanto é construído pelo homem na superação da natureza. A forma como esta interligação se processa é, do ponto de vista desta tese, extremamente significativa: é o reconhecimento da dimensão cultural da sociabilidade, que nos permite vislumbrar a importância crescente da linguagem dos meios de comunicação na construção social da realidade.

Da mediação em geral

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

O termo mediação vem do latim *mediatio* que, na origem, significa intervenção divina. Para ligar ou unir estabelece-se pela mediação um meio-termo ou meio que une o que aparece como contraposto. Ou seja, a mediação implica a interposição de um meio ou *medium*. Porém, para além do seu significado imediato e literal, “do que está entre”, mediação implica congregar, compor, assimilar o múltiplo e o diverso, o que ao mesmo tempo implica o estabelecimento de uma distância. Consiste em pensar no que une a experiência, no que lhe dá ordem, sentido. Desde sempre, sabemos que o homem é um ser que vive no meio, agindo de forma reflexiva, sobre os seus horizontes imediatos. A mediação constitui um traço desta acção, no sentido em que o homem, paradoxalmente, se relaciona através de um processo de afastamento em relação aos impulsos primários que têm a sua origem na natureza para interagir com o que o rodeia através da atribuição de um sentido graças ao qual a realidade ganha uma dimensão eminentemente humana. O mundo originário era a pura natureza e os próprios homens eram aprisionados por ela, dominados pelas pulsões que, eles próprios, não eram capazes de elucidar. A ruptura decisiva deu-se num momento indeterminado quando os homens se olharam a si próprios no acto de pensar e de atribuir um sentido às suas próprias relações com o mundo. Porém, essa ruptura, de que não conhecemos a verdadeira origem, e de que só podemos falar num sentido metafórico, referindo-nos ao “elo” que falta, e nos separa do mundo natural, não significa uma espécie de separação abrupta traduzida num impulso voluntarista consubstanciada numa consciência que, subitamente, se encontrou a si própria. A mediação é a interrupção do fluxo imediato da natureza, no sentido em que se constitui como um afastamento ao que é apresentado como dotado de uma facticidade irremediável, “um esforço para emergir da imediatez da vida substancial.” (Hegel, 1992: 23) A primeira etapa da relação com a natureza define-se pela imediatidade da relação entre o indivíduo isolado e os objectos dados. Assistimos à aniquilação da separação e da “intuição empírica objectiva segundo a qual o objecto da necessidade está lá fora” e “ao ser aniquilado do objecto, a fruição” (Hegel, s/d: 16-17) Neste sentimento, durante o qual se verifica a apropriação no seu sentido fisiologicamente mais cru dos objectos do mundo não se pode falar de uma verdadeira mediação. A mediação começa, antes, no momento em que é introduzida a relação do sujeito ao objecto de uma forma que transcende a imediatidade,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

graças à qual o mundo se oferece como “mundo cuja substância ascende pela primeira vez ao plano do espírito” (Hegel, 1997: 83), ou seja, no momento em que o trabalho se eleva pelo utensílio ao universal, isto é, deixa de ser simples fruição individual, dando mais um passo em direcção à comunidade (Hegel, s/d: 24-25;29-33). Pelo trabalho, o homem supera o fosso entre o mundo objectivo e o mundo subjectivo, fazendo o seu mundo, a sua obra. Só aí, o objecto aparece finalmente como um objecto de desejo, algo destinado a ser elaborado a fim de satisfazer uma necessidade humana no seu sentido autêntico. Isto é, dito de outra forma, aparece dotado de sentido para o homem. Trabalhando, o homem transforma a natureza, transformando-se e realizando-se a si mesmo. Como dirá Marx: os homens começam a distinguir-se dos animais logo que se colocam a produzirem os seus meios de existência (Marx, 1963: 1055). Graças ao seu trabalho, o homem apercebe-se a si próprio como um ser activo e consciente, por oposição ao objecto passivo. Dado que os produtos do seu trabalho reflectem a sua própria natureza, ele pode-se avaliar a si mesmo através da sua actividade. É nesse sentido que, para Hegel, a eticidade surgirá, também, mais tarde, no decurso do processo filogenético, como “libertação da dependência resultante dos instintos naturais» (Hegel, 1997:180).

Por outro lado, ao introduzir uma componente de reflexividade sobre o seu próprio agir, o homem caminha através da mediação simbólica que se consubstancia na atribuição de um significado à acção. É, provavelmente, essa componente eminentemente cultural e simbólica que significou a fundação da sua especificidade, e também a sua universalidade em relação ao que poderia ser considerado como pertencendo ao campo puramente instintivo. Houve que apelar a novas formas de introduzir um apelo à unidade do mundo, fundada na negação do imediato, na mediação que ultrapassa a separação entre a consciência humana e o que aparece como aparentemente dotado de uma exterioridade absoluta em relação a essa consciência. A superação do imediato implica a atribuição de um significado ao mundo, configurando-se como um passo para a universalidade (Rasmussen, 1995: 9-10). O trabalho é, deste modo, um momento essencial do processo filogenético pelo qual os homínídeos e, mais tarde, os humanos, transformam a natureza e se transformam a si próprios.

Entre as dimensões intrínsecas do agir humano contam-se o estabelecimento de relações com o mundo objectivo, com os outros e connosco mesmo através,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

nomeadamente, da nossa *praxis* social, individual ou colectiva, levada a efeito no mundo da vida, graças à qual transformamos o universo material em testemunho da presença humana e transformamos o universo social numa pluralidade de futuros possíveis. O homem opõe ao imediato o construído: é o construído que é resultado da mediação, ou seja, a negação do que é imediato o qual implicaria uma pertença definitiva, melhor dito, absoluta ao mundo (Habermas, 1987-b: 53). Entendida desta forma, a mediação implica a compreensão intersubjectiva do lugar que ocupamos no mundo, incluindo nesta a interpretação, a transformação e subversão da realidade física e social e das normas que as regem em cada momento.

Este pensamento implica ultrapassar a noção que nos vê a nós próprios como sujeitos desenraizados, objectivando o mundo à nossa volta. A consciência deixa de ser uma espécie de entidade solitária. O ser humano tem de estar continuamente exteriorizando-se na actividade (Berger e Luckmann, 1973: 77). Assim, “a consciência é de objectos, não de si própria” (Dewey, 1987:22) e “pensar é, pelo seu próprio sentido, pensar alguma coisa” (Adorno, 1992:34) Para se afirmar a consciência ela tem de ser sempre consciência de algo, o que implica que não se resuma a uma mera relação cognitiva expressa por um sujeito dotado de uma dimensão puramente epistemológica. O pensamento sobre a mediação identifica-se, assim, com a atenção à razão situada _ isto é, com o reconhecimento da impossibilidade da sua solidão. A mediação implica a relação homem-mundo estabelecida através de um conjunto de processos que implicam todavia sempre a atribuição de um sentido a esse mundo.

Desta forma, ultrapassa-se a concepção de uma teoria que, para além de se elevar acima de toda a realidade empírica e das ciências particulares, estabelece a sua pureza no sentido de uma verdadeira eliminação catárquica de todos os traços enunciadores da sua origem terrestre: um pensamento sem solo que apenas se reconhecesse a si na sua dimensão transcendental. “A historicidade interna do pensar é imbricada não apenas nas relações cognitivas, mas na tradição, no trabalho e nas formas mais diversas de sociabilidade. O sujeito puro, perfeitamente sublimado, seria desprovido de espessura. Um conhecimento que satisfizesse totalmente ao ídolo dessa pureza, ao da total intemporalidade, tornar-se-ia uma pura tautologia” (Adorno, 1992: 49). Sujeito e objecto já não se encontram em face um do outro mas em total interpenetração. Todo e qualquer

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

projecto de interpenetração do sujeito com o mundo e com o outro parte neste sentido de um erro básico. O homem já é sempre constitutivamente relação com o mundo antes de toda a distinção artificial entre sujeito e objecto.” O homem é no sentido mais literal do termo um *zoon politikon*, não apenas um animal social, mas um animal que só se pode individualizar na sociedade” (Marx, 1963: 236). Neste conceito de mediação, a interpenetração *a posteriori*, a que frequentemente nos referimos, não pode passar de uma metáfora que se utiliza com valor meramente analítico. Se aceitamos a irreduzível condição biográfica da universalidade do homem, isso implica que aceitemos a sua existência em mediação permanente com o mundo da vida, nas suas dimensões social e física, sem necessitar de qualquer interpenetração posterior (Habermas, 1987-a:16-17). Só que esta insistência no meio não significa uma irremediável facticidade. A auto-produção do homem tem um carácter social que implica um equilíbrio entre a sua biografia individual e os processos macroscópicos sócio-históricos. A subjectividade não é uma aparição *ex-nihilo*, mas é o resultado de uma produção que tem como elementos fundamentais o encontro com o outro, por um lado, e com a natureza, por outro, enquanto formas possíveis de encontro consigo mesmo.

A mediação social

A mediação torna-se particularmente problemática quando se refere ao outro, porque ele é o único que me surge como exterior, compartilhando comigo a minha humanidade (Hegel, 1992:128). É aí, nesse terreno de fronteiras que interpelam de forma mais veemente o ser que cada um de nós é, que a mediação social se joga. Assim, o problema da mediação surge com acuidade, quando a questão é apresentada em relação ao mundo social e em particular aquele universo de proposições normativas que designamos por universo moral ou por visão do mundo. Descubra-se o outro num olhar que surpreende ao contemplar o ser-para-si que cada humano é ou num rosto que se encerra na sua impenetrabilidade, ele é sempre tema de enigma e de fascínio, ameaçador como uma faca que traça os nossos limites. O outro constitui, de entre as várias manifestações do mundo, a possibilidade mais incisiva de chegar a mim, ou seja, constitui-se como *medium* para comigo mesmo da mesma forma que eu o sou para ele próprio. Em todos os filósofos e

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sociólogos que se interpelaram sobre o problema do solipsismo sobressai um traço comum: o momento constitutivo do meu eu só pensável através do encontro com Outrem. “Eu aprendo a ver-me com os olhos de outro sujeito. A experiência de mim deriva de um entrelaçamento de perspectivas. Só com base no reconhecimento recíproco se forma a autoconsciência, que se deve fixar no reflexo de mim mesmo na consciência de um outro sujeito. (...) A consciência existe como um meio em que os sujeitos se encontram, de tal modo que, sem se encontrarem, não poderiam existir como sujeitos” (Habermas, 1987-a: 15). Neste sentido, cada um de nós se torna reflexivo em si mesmo, como sujeito que se olha a si próprio no momento da sua descoberta como objecto, graças à possibilidade de se reconhecer através do Outro.

A superação da solidão do “ego” foi um dos empreendimentos fortes da Filosofia e das Ciências Sociais ao procurarem superar uma concepção epistemológica do sujeito que se debruça sobre o mundo ou, como dizia Parsons, uma concepção do sujeito como pensador (Parsons, 1972: 433). Todavia, as formas de superação pretendidas pelos diferentes nomes da Teoria Social seguiram percursos bem diversos. Um percurso na sequência do papel fundador de Comte e de uma certa leitura de Durkheim entende as dinâmicas sociais na perspectiva sistémica, rejeitando as possibilidades de intervenção do sujeito e minimizando a pertinência das interacções que se desenvolvem entre os actores. Outro percurso alternativo, que aqui se partilha, pressentiu que a “filosofia da consciência”, centrada na ideia de sujeito, estava claramente incapaz de responder a questões decisivas relacionadas com a existência humana: a intersubjectividade, a compreensão do sentido da acção humana social, a comunhão de normas e de visões do mundo. Uma nova crítica da modernidade teria que ter em conta o paradigma da compreensão. “A imagem do homem que necessitamos para o estudo da sociologia não pode ser a da pessoa singular, a do *Homo sociologicus*. Tem que ser antes a de pessoas no plural; temos obviamente que começar com a imagem de uma multidão de pessoas, cada uma delas constituindo um processo aberto e interdependente” (Elias, 1980: 132). Assim, a teoria da acção social emancipou-se do modelo do sujeito solitário, capaz de agir e de conhecer, em face das coisas e estados de coisas existentes no mundo objectivo. Aproximou-se de uma posição defensora da intersubjectividade que permitiu repensar algumas das questões, colocadas nomeadamente no âmbito da filosofia, à luz do seu

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

relacionamento com o mundo da vida quotidiana. Assim, é verdade que “a exigência de explicar uma ordem social intersubjectiva conduziu a teoria sociológica da acção a afastar-se das premissas próprias da filosofia da consciência”(Habermas, 1987-c: 414).

Do contributo filosófico já haviam surgido hipóteses sobre a alteridade que permitiram o desenvolvimento das Ciências Sociais. Já segundo Hegel, “a consciência de si é em si e para si quando e porque ela é em si e para si para uma Outra, quer dizer, só é como algo reconhecido”(Hegel, 1992: 126). Na verdade, a consciência de si só está segura de si quando é estabelecida por um outro que não é ela e que é, ao mesmo tempo, um outro eu. O indivíduo só pode tornar-se o que é e adquirir a consciência de si apenas por intermédio de outro indivíduo que o reconhece: “eles se reconhecem como reconhecendo-se reciprocamente”(Hegel, 1992:127). Esta análise mantém uma relativa recorrência, através de fórmulas diversas, nos diferentes teóricos que se debruçaram sobre a intersubjectividade, como na Hermenêutica, na Fenomenologia Social, no Interaccionismo, e de uma forma geral nas sociologias compreensivas e na Pragmática.

No caso da Hermenêutica, o método da compreensão (*verstehen*) é reservado para designar a operação pela qual se capta a mente (*geiste*) de outra pessoa (Palmer, s/d: 120). Esta abordagem inclui a pressuposição de que não há primordialmente um ser-no-mundo solitário que do fundo da sua própria interioridade se decida associar com outrem. Pelo contrário: “Na base do ser-no-mundo *determinado pelo com*, o mundo é sempre o mundo compartilhado com os outros. (...) Ser-em é ser com os outros”(Heidegger, 1995:70). Nesse sentido, a dimensão profundamente intersubjectiva da existência constitui parte essencial do travejamento em que assenta o edifício conceptual de Gadamer: “Não existe nada como um «eu» e um «tu» -também não existe o eu ou o tu como realidades substanciais isoladas. Posso dizer «tu» e estar a referir-me a mim mesmo por oposição a um tu, mas uma compreensão comum precede sempre estas circunstâncias. Todos sabemos que dizer tu a alguém pressupõe um profundo acordo comum”(Gadamer, 1992: 186).

Em Weber, não basta que uma acção possa ser interpretada por um agente em termos de motivo cujo sentido possa ser comunicado a outrem, é ainda preciso que a noção de cada agente tenha em consideração a do outro quer para se opor a ela, quer para

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

entrar em composição com ela: “A acção social (...) é uma acção em que o sentido visado pelo sujeito ou sujeitos está referida à conduta de outros, orientando-se por ela no seu desenvolvimento”(Weber, 1989:5). Numa dimensão explorada pela Fenomenologia Social e pelo Interaccionismo Simbólico, torna-se claro que, embora cada um de nós tenha acesso à sua subjectividade com uma proximidade sempre maior do que aquela que jamais se terá em relação à subjectividade do outro, a reflexão sobre a minha subjectividade própria é sempre ocasionada pela atitude que o outro manifesta em relação a mim (Berger e Luckmann, 1973:48). O *self* é o resultado das relações que ele desenvolve com a totalidade dos processos sociais e com os indivíduos que estão com ele implicados. No caso concreto de Mead, o sujeito deve a sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjectivo (Honnet, 1997:91). É neste sentido que o conteúdo do espírito não é senão produto de uma interacção social (Mead, 1969:163).

Na perspectiva interaccionista, o indivíduo não se entende a si próprio, a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente envolvidos. A constituição do *Self* pressupõe a percepção de si enquanto membro de uma equipa ou de uma comunidade, isto é, de um outro significativo (Mead, 1969: 135). Assim, “a identidade do Eu só é considerada como possível através da identidade do outro que me reconhece, identidade que por seu turno depende do meu reconhecimento” (Habermas, 1987-a: 20). Ou seja, o que o homem espera, pensa e deseja “é produto da associação e do intercâmbio”(Habermas, 1987-a:25).

O problema do reconhecimento do outro introduziu nas Ciências Sociais de uma forma radical a crítica do monologismo individualista, o reconhecimento da intersubjectividade dialógica e comunicacional bem como a dimensão normativa e crítica dessa intersubjectividade. Ao relacionarmo-nos com os outros e com o mundo estamos, constantemente, a postular, implicar ou pressupor pretensões de validade no que respeita quer à verdade do que dizemos em relação ao mundo objectivo, quer à justeza do que fazemos ou dizemos com base nas normas e valores, quer no que diz respeito à sinceridade das expressões que manifestam cada subjectividade individual” (Habermas, 1986: 39). A ideia de alteridade implica a emergência de pretensões de legitimidade que se desenvolvem nas interacções concretas. Não é possível afirmar a minha diferença – elemento essencial da minha identidade – sem exigir o seu reconhecimento pelo conjunto

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

dos outros que não são eu. Nesse conjunto dos outros incluem-se contemporâneos, predecessores e antecessores. É no contexto de uma determinada tradição e de significados deixados pelos antecessores e objectivados pelos contemporâneos, mediados por uma racionalidade crítica que insistentemente prossegue o seu trabalho de impedimento da hipostasiação da tradição, como uma espécie de ponto de fuga inscrito na nossa tradição iluminista, impeditiva de que o mundo da vida se reduza a um horizonte estático, espécie de base de dados culturalmente sedimentados, que se desenvolve a tipificação que permite a formação de significados novos e a compreensão e transformação dos contextos de interpretação existentes. A relação com o outro é, de certo, modo, a dimensão social da mediação. A busca de outro constitui-se assim num elemento estruturante da mediação, na medida em que a congregação que esta implica, exige o reconhecimento mútuo das identidades e a partilha do significado das acções. O projecto aparentemente particularista e individualizado que é a constituição do *self*, contém em si mesmo a dimensão de universalidade que se manifesta na reciprocidade generalizada, que esse projecto implica.

Dimensão cultural da mediação

Quando se refere a dimensão cultural da mediação, visa-se a explicitação reflexiva da consciência que os indivíduos possuem de si, da sua situação social e no mundo expressa em formulações simbólicas que permitem dar significado a essa situação e ao próprio conhecimento do mundo. O aumento da presença do simbólico na nossa experiência contribuiu, de modo decisivo, para o aumento do seu impacto em todas as situações da nossa vida. Ganhou-se, assim, a significativa evidência de que acção humana só se transforma em facto inteligível, se colocado em relação com um significado.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Weber distingue entre conduta e acção, a qual é todo o comportamento dotado de significado _ o que pressupõe o contacto da sua consciência com o contexto cultural que permite a atribuição de tal significado. Às demais formas de espontaneidade humanas caracterizadas por carecerem de significado subjectivo chama de conduta: “Por acção entendemos aqui um comportamento humano (quer se trate de um acto exterior ou interior, de uma omissão ou de uma tolerância) sempre e contanto que o agente ou agentes lhe associem um sentido subjectivo”(Weber, 1989: 5). De acordo com esta concepção de sociologia, Weber incide, assim, a sua atenção no chamado sentido visado, designando por este o sentido subjectivo do processo ocorrido. A referência ao significado torna-se constitutiva da própria acção. É através da relação que o indivíduo estabelece consigo próprio através de formas culturais que é possível a definição da subjectividade. A dimensão reflexiva da consciência surge no interior de um mundo estruturado pela cultura.

Assim, o nosso ser no mundo é primordialmente o estar familiarizado com uma pluralidade de significados (Vattimo, 1989:31). Num contexto teórico desta natureza, a ordem social não faz parte da “natureza das coisas” e não pode ser derivada das leis da natureza. A cultura surge como o universo onde se concretizam as definições subjectivas de situações que transformam as condutas em acções socialmente significantes. Esta concepção não significa uma divisão cortante entre a acção por um lado, e a cultura por outro, como se a segunda fosse uma segunda instância que atribuísse significado à primeira. Este conceito de acção humana deve ser entendido como um esforço de ultrapassar quaisquer concepções dualistas e deve, por isso, ter em conta as relações que, no interior de um conceito integral de acção humana, existem entre as relações sociais e comunicação, numa perspectiva que reconheça as relações entre a mão e o espírito, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre linguagem e acção. A linguagem cruza-se com a acção porque a acção social pressupõe um sentido que depende de um sistema de convenções. Esses símbolos são entidades culturais que funcionam como modelos de significação. Com efeito, uma interpretação de uma acção, designadamente a sua qualificação como mais ou menos racional no que respeita à obtenção de um fim, só pode ser feita se há padrões de apreciação comuns ao autor e ao intérprete.

Existe, nesta perspectiva, uma raiz comum a todos as definições de cultura: a peculiar condição do homem enquanto ser dotado de uma capacidade única e necessária

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de confrontar a realidade através de uma acção dotada de significado. Enquanto o homem partilha com a maior parte dos animais a qualidade de ser social, destaca-se deles, no entanto, pelo facto de aduzir um significado subjectivo ao seu comportamento (Berger, 1994:101). É essa capacidade original e inexplicável de atribuir significados que torna o homem um ser cultural mesmo antes de ser social. É talvez esta verdade que John Dewey intuía quando afirmava que a simples tendência para a agregação e combinação, embora possa ser condição *sine qua non* para a formação de comunidades humanas, só por si não explica o que é especificamente humano nas associações humanas (Dewey: 1987: 87). Pela selecção e combinação, passamos, de uma massa de percepções diversas, amorfas, indiferentes, a representações de objectos e situações susceptíveis de serem compreendidas. A importância da cultura torna-se desta forma evidente: “As relações sociais de um homem estão permeadas de suas ideias sobre a realidade. Na realidade, “permeadas” não é o termo assaz forte: as relações sociais são expressões de ideias sobre a realidade”(Winch, 1970: 32).

Assim, a mediação enquanto processo de relação do homem com as diferentes dimensões do mundo implica-se intimamente com a cultura, na medida em que esta “traz significado à experiência humana, seleccionando-a e organizando-a”(Rosato, 1988:35). A cultura institui, assim, as condições de previsibilidade e de estabilidade que tornam possível a ordem e a continuidade social e histórica, permitindo que, perante a contingência, surja a reciprocidade de expectativas que assegura a estabilidade das interacções sociais e que perante a dinâmica das transformações do mundo, este se nos afigure como dotado de uma certa estabilidade. “A cultura é acima de tudo um modo de articular, de integrar e totalizar tudo o que existe em estado de fragmento e dispersão que caracteriza a nossa situação” (Weber, 1989: 8) Não é, porém, uma espécie de “momento segundo”, mas faz parte do próprio processo de interacção social, é um sentido que se constrói na experiência, faz dela parte, e a torna possível. Assim, o entendimento weberiano da intersubjectividade ao abrir a porta aos significados que os sujeitos trazem a uma dada situação social, permite a entrada em cena dos fundamentos culturais da sociedade. As sociologias compreensivas estabeleceram um paradigma que implica a valorização da acção subjectivamente significativa, incluindo a valorização das interacções entre os sujeitos e as implicações que estas têm na visão do mundo e vice-

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

versa, associando a cultura à constituição de sentido às acções humanas, numa perspectiva que enfatiza a interacção baseada na adaptação recíproca entre dois ou mais indivíduos, no interior de um contexto comum de sentido. O que se pressente como específico da cultura é a sua capacidade simbólica de atribuição de sentido. Nesta perspectiva, o que surge como claro é a vocação simbólica do homem: isto é a sua incontornável qualidade que se manifesta de cada vez que faz um gesto, emite um som, ou num sentido mais genérico, empreende uma acção, e, simultaneamente, saiba o que esse gesto, som, em suma, acção, querem dizer. Adoptando um certo ponto de vista, encontraremos sempre nas “coisas” a sua dimensão significativa _ cultural _ ou pura e simplesmente, não as vemos (Berger e Luckmann, 1973: 75). O que podemos é encontrar “coisas” que têm uma existência especialmente assente na atribuição de significado ao mundo, e às quais reconhecemos a existência de uma especificidade simbólica, e outras “coisas” que embora careçam de significação para existirem para nós só “discretamente” ou “secundariamente” significam: por exemplo, uma casa que, em primeira instância, serve para habitar mas que naturalmente tem uma dimensão cultural que resulta da sua inserção num sistema simbólico que lhe confere significado. Nesta perspectiva, não faz sentido opor os “significados” à “realidade”, seja para os ver em todo o lado como uma dimensão que hegemoniza a existência humana, seja para os ver apenas numa parte dessa existência como algo que paira, evanescente, sobre os objectos do “mundo real”. O cultural como objecto de investigação não constitui um campo segregado da actividade humana. Ao invés, o cultural está presente “em, com e sobre” todos os aspectos da actividade humana, ainda que não devamos proceder à identificação entre o mundo da cultura e o mundo da vida (Berger, 1994:48).

Mediação linguística

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Os componentes do mundo da vida entrecruzam-se graças à linguagem. As formas de vida constituem «jogos de linguagem» concretos, configurações históricas de modelos de interpretação cultural e de socialização. O homem tem uma pele cultural e simbólica na qual a linguagem, em primeira instância, desempenha um papel estruturante e fundamental, pelo que os mecanismos simbólicos de mediação intervêm, decisivamente, para permitir a compreensão intersubjectiva da realidade social. Assim, “o uso da linguagem está embutido nas actividades concretas da vida quotidiana e, num certo sentido, é parcialmente constitutivo dessas actividades”(Giddens, 1987:128). O homem surge diferenciado das outras espécies pela sua capacidade para criar, aprender, usar subsistemas simbólicos sob a forma de linguagem e outros meios. Os meios postos à disposição dos agentes sociais para afirmarem a sua identidade são acima de tudo os recursos linguísticos e comunicacionais. Assim, a linguagem é o meio em que surge todo o pensamento e fora do qual não há pura e simplesmente pensamento.

Para a Fenomenologia Social e A. Schutz, a linguagem e a comunicação desempenham um papel estruturante e fundamental na construção da realidade social, já que, se a realidade do mundo da vida quotidiana se manifesta como presente num momento dado, isso deve-se à possibilidade de estabelecimento de uma comunicação contínua de cada um dos actores sociais com a alteridade dos restantes. Na sequência do trabalho de G _ H Mead, a linguagem afirma-se como factor de individualização e de socialização que garante a educação e a transmissão cultural. A intersubjectividade constitutiva dos *selves* que habitam o mundo é analisada de uma forma que demonstra como cada ego se afasta de si para se encontrar a si próprio. Primeiro, a transformação das fases da acção em signos gestuais possibilita que um actor reaja perante as suas próprias acções, permitindo-lhe, portanto, representar com elas as de outros, e, através da constituição de modelos de expectativas recíprocas de conduta, antecipar a influência das reacções de outros sobre as suas próprias acções, através da colocação mútua no lugar do Outro. Seguidamente, os gestos transformam-se em símbolos a partir do momento em que as significações valendo para um organismo singular são substituídas por significações idênticas para os actores envolvidos. Assim, o gesto torna-se linguagem ou um símbolo significante. Um gesto enquanto tal só torna possível um ajustamento; o símbolo significante torna o significado possível _ tornando, conseqüentemente, possível uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

verdadeira ordem social. O processo de hominização é descrito, assim, como um processo de semantização, desde os gestos até aos símbolos. O papel do símbolo na interacção é introduzido através da demonstração que o conhecimento de si é feito a partir de um outro, numa relação interactiva mediada por símbolos: “Dirigir-se a alguém é dirigir-se a si mesmo e provocar em si a reacção que se provoca em outrem” (Mead, 1969: 92). A linguagem torna-se o *medium* que torna possível a identidade, a intersubjectividade, a socialização e a transmissão geracional. Graças à linguagem, o emissor adopta as disposições do outro, admitindo como boa a hipótese de o receptor ter uma interpretação semelhante à sua. O indivíduo não se entende a si próprio, a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente envolvidos (Marc e Picard, 1989: 75). Nesse sentido, “estudar as pessoas é estudar seres que só existem, ou pelo menos são parcialmente constituídos por uma certa linguagem”(Taylor, 1989: 35).

A nova consideração do papel da linguagem que aqui se defende traz consequências decisivas para a teoria social: qualquer concepção atomística da sociedade que pretenda explicar a ordem em termos de um contrato social entre indivíduos isolados, cai pela base. Se é verdade que “uma linguagem só existe e é mantida no interior de uma comunidade de linguagem”(Taylor, 1989:36), a verdade é que também este processo não é possível de ser descrito sem que a própria ambição de comunidade que a linguagem possui seja tida em conta. É através dela, ainda, que se pode ter acesso à alteridade como verdadeira condição ontológica da vida humana em sociedade, constituindo o Outro como segunda pessoa.

A linguagem desempenha, assim, um papel paradoxal onde são visíveis as tensões entre a particularidade e a universalidade. Por um lado, os conceitos de imagem do mundo e de forma de vida surgem sempre no particular, referidos a contextualismos mais ou menos localizados, ainda que marcados por uma ideia de totalidade resultante do facto de os limites da linguagem serem, de certa forma, os limites do mundo de cada um dos pertencentes a uma dada cultura (Habermas, 1987-b : 7;73-74). Por outro lado, apesar destes particularismos, a linguagem contém uma aspiração à validade universal que transcende os contextos originários. Deste modo é o lugar onde se gera um impulso para o consenso intersubjectivo, mas também onde se desenvolve a luta pela afirmação no mundo

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

e competem as pretensões de validade fundadas nos circunstancialismos contextuais que marcaram a sua origem. Por um lado, “é preciso falar a mesma língua e, por assim dizer, participar do mundo da vida intersubjectivamente partilhado por uma comunidade linguística para aceder à reflexividade da língua natural e para descrever uma acção realizada pelo meio de palavras, aproveitando-se sobre a compreensão do comentário implícito pelos quais os actos de fala se fazem acompanhar”(Habermas-a, 1996: 67). Por outro lado, não se pode invalidar a existência de uma pretensão de universalidade que transcende o contextualismo.

A comunhão de saberes não implica uma situação empírica de fala, em que todos comunguem de uma espécie de suspensão das diferenças. Apesar da vocação intersubjectiva e de alteridade que a linguagem implica, os falantes não se encontram no mesmo estatuto social e de poder, nem a linguagem se pode furtar às situações de dissensão ou fechamento. Deste modo, a linguagem afirma-se como espaço de luta pelo reconhecimento. Ao fazê-lo confronta-se com as múltiplas possibilidades que medeiam entre a dominação total e a afirmação de novos possíveis, os quais aspiram a uma outra configuração do mundo. A linguagem enquanto meio de expressão simbólica onde se realiza a alteridade é um campo de tensões, que implica a busca intercompreensiva do outro e, ao mesmo tempo, a sua dominação, sob a forma da reificação. O não idêntico, apesar de tudo, preserva-se na estrutura de toda a intersubjectividade linguística. Se quando os homens falam sobre coisas tendem a usar conceitos que, de facto, reduzem a riqueza do real à pobreza e indiferenciação de categorias abstractas, produtoras do idêntico, não é menos verdade que quando conversam entre si supõem a não identidade e pretendem alcançar a mediação entre as alteridades. Os protagonistas de um acto comunicativo desejam ser reconhecidos mutuamente como individualidades insusceptíveis de serem subsumidas em categorias abstractas (Habermas, 1990-a:145). Dito isto, fácil é compreender que há uma disputa permanente na e pela linguagem que faz com que a institucionalização absoluta se depare com uma recusa epidérmica dos homens e das instituições em se deixarem encerrar. A dominação joga-se sempre na superfície da sua recusa. A linguagem não é apenas um *medium* que pode ser objecto de boa ou má utilização. Já contém em si espaços de fechamento e de abertura.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Existe um acordo relativo acerca da ideia de que as palavras desempenham um papel essencial na organização, na compreensão da sociedade e na acção social. As visões do mundo articuladas na linguagem estão muito ligadas às formas de vida e práticas quotidianas dos indivíduos socializados. Os que pertencem a uma determinada comunidade de linguagem conseguem partilhar saberes e, assim, conseguem um entendimento sobre determinados temas da sua vida social e pessoal. Se a sociabilidade só se torna possível através da atribuição de significado ao comportamento humano, isto implica que a intersubjectividade só é pensável através do recurso à experiência conceptual, a qual implica, por seu turno, a mediação linguística. “O significado de uma acção é co-determinada pelo significado que ela assume para outros”(Elias, 1993: 51). Se nos colocamos do ponto de vista que dá uma dimensão central ao conceito de compreensão, teremos que aceitar a ideia de que a existência tem uma dimensão irredutivelmente hermenêutica, o que implica um carácter igualmente central da experiência linguística, que, como diz Ricoeur, é solidária da compreensão (Ricoeur, s/d: 69). A acção humana surge-nos, desta forma, marcada pela característica de não ser mudanem comunicável. Podemos dizer o que fizemos e porque o fizemos, tendo para esse efeito um imenso vocabulário de expressões apropriadas à acção. A acção reveste de imediato um carácter público porque é publicamente que nos explicamos, nos justificamos, nos desculpamos, argumentamos e combatemos (Ricoeur, s/d: 238-293).

Esta concepção toca assim na própria noção do que significa ter uma experiência linguística do mundo, nomeadamente do mundo social. As pessoas não fazem primeiro generalizações para depois as incorporarem em conceitos. Pelo contrário, carecem de conceitos para se tornarem capazes de generalizar, actividade sem a qual não podem realizar a sua dimensão social. Porém, esses conceitos só surgem no decurso da própria interacção humana, no momento da realização da sociabilidade. Cada cultura individualizada incorpora vários tipos de jogos de linguagem, pelo que familiarizar-se, integrar-se numa cultura é ser capaz de entender as mediações que nela se operam. Na nossa perspectiva, quando falamos de “mundo”, o que estamos realmente a fazer é a falar do que entendemos de facto pela expressão “o mundo.” “Não há maneira de escaparmos aos conceitos em cujos termos pensamos a respeito do mundo”(Winch, 1970:25-26). Não faz sentido opor de forma rígida a comunicação ao pensamento: a comunicação não é pura

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

expressão do pensamento e, por isso, secundária em relação ao mesmo. “Embora a função primária da língua seja a comunicação, a comunicação linguística impregna toda a experiência humana”(Elias, 1993: 63) O pensamento só pode ser concebido (pensado) na sua dimensão comunicacional. A linguagem não deve, deste modo, ser reduzida à sua dimensão de transporte de desejos, vivências e percepções de uma vivência a outra. Não vale a pena, pois, afirmar a intersubjectividade do ser, na medida em que isso pode constituir uma redundância, ainda que ela tenha estado arredada das evidências que nos eram transportadas pelo pensamento filosófico. A intersubjectividade é constitutiva do ser. Integra-o, não o adjectiva. Surge-nos correlacionada com a atribuição de sentido, a qual só é possível através de um conceito que implica uma mediação simbólica.

Aceitar isto implica entender a mediação simbólica como um processo generalizado de atribuição de sentido em que a formação e a aplicação de conceitos surge não como uma memorização de palavras mas como um esforço de definição, tematização e resolução de uma parte do mundo. O mundo é para nós o que se apresenta através destes conceitos linguisticamente estruturados, sem os quais a generalização que torna possível a vida social não se pode efectuar. Neste sentido, hoje parece-nos cada vez mais impossível referir-nos ao mundo e à realidade de um modo puramente fisicalista sem ter em conta a sua dimensão social, simbólica e hermenêutica.

A nossa relação com o real não é directa, mas sempre mediatizada por configurações e prefigurações, as quais são herdadas e reelaboradas no mundo da vida. São elas que dão sentido, ordenam, criam congruência e dão forma à experiência humana. Segmentos inteiros do mundo social dependem da institucionalização de um vocabulário para que se possa proceder à sua delimitação (Berger e Luckmann, 1973:96). Assim, podemos dizer que a linguagem permite que o mundo em si se torne um mundo para nós.

Esta concepção tem, ainda, importantes consequências para a análise da importância da linguagem na formação da subjectividade. A linguagem é um lugar de alteridade através de um processo em que cada um de nós surge ao olhar dos outros como segundas pessoas: as relações no seio da linguagem formam-se, sempre, entre eu e tu e jamais entre um eu e outro eu. Pode-se afirmar a existência de uma espécie de origem comum à relação conosco próprios e à faculdade de falar. “A mente é a presença no

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

comportamento de símbolos significantes”(Habermas-a, 1996:21). É nesse sentido que “ter uma mente” ou “ter consciência de algo” equivalerá a usar signos linguísticos. Assim, se o pensamento é indissociável da linguagem, é-o não apenas porque falar é pensar mas porque a própria linguagem é constitutiva da mente. “Pode dizer-se que a minha linguagem faz mais real a minha subjectividade não somente para o meu interlocutor mas também para mim mesmo” (Berger e Luckmann, 1973:58). A linguagem surge, deste modo, como factor de individualização e de socialização. Assim, é através das realizações em comum postas ao dispor de cada indivíduo pela sua participação na linguagem que o indivíduo é capaz de ganhar uma identidade ou uma mente.

Podemos, pois, concluir que a Hermenêutica, a Fenomenologia Social e o Interaccionismo Simbólico nos oferecem os caminhos para a compreensão do papel da linguagem na sociedade. Porém, a recuperação do mundo da vida e do papel da interacção quotidiana, essencial para o entendimento da linguagem e da sua relação com a sociabilidade, terá que se confrontar com a dimensão crítica sob o risco de a linguagem se tornar uma espécie de lugar de transmissão de conhecimentos adquiridos, de formação do senso comum e da evidência prática ou campo privilegiado de uma dimensão restauracionista da tradição. A linguisticidade da experiência humana como articulação do passado e do presente constitui o nó gordio da superação do objectivismo monológico defendido pela pensamento científico. A filosofia hermenêutica é o próprio meio de compreensão da existência em termos de uma linguagem que nos dirige do interior de si própria. Porém, a insistência numa linguagem que é simultaneamente apelo e resposta a uma tradição implica que a noção de verdade seja ela própria produto do lugar donde se fala. Apesar de a compreensão hermenêutica ser um passo necessário na compreensão, não pode ser o último. Assim, urge apelar a uma crítica que, sem renegar a tradição hermenêutica, aponte claramente para a correcção e superação das pré-compreensões e dos preconceitos. Nesse sentido, “a hermenêutica refere-se a uma capacidade que adquirimos na medida em que aprendemos a dominar uma linguagem natural: a arte de compreender o sentido comunicável em termos linguísticos e torná-lo compreensível nos casos de comunicação distorcida” (Habermas, 1987-d : 255). Ora, ao afirmar o papel da linguagem na construção social da realidade deve-se ter sempre em conta a necessidade, que aliás é imanente à condição humana, de pensar o mundo social de outro modo que não seja

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

necessariamente aquele como existe e é representado e mantido pelos próprios participantes na interacção social. Dito de outra maneira, a descoberta de novas realidades alternativas impõe-nos outros modos de dizer. A nova crítica viu na hermenêutica um contributo para a superação do sujeito solitário, a-social e a-histórico. Encontrou nela, a fundamentação de que a compreensão só pode ser explicada por referência ao fundamento histórico e social de onde a situação dialógica toma lugar. Uma teoria crítica sabe que qualquer compreensão da linguagem tem de ser fundada nos interesses práticos pelos quais os falantes usam a linguagem. Ora o reconhecimento crítico desta situação pressupõe a possibilidade da existência da comunicação fora da linguagem vulgar e reconhece de novo, ao teórico social, a sua função reflexiva sobre a sociedade e a linguagem que a nomeia. É sobre as relações sociais só possíveis com a linguagem que se exerce a força de uma reflexividade, que, tornada visível na experiência Iluminista, assenta no pressuposto da ausência de uma Narrativa Única e de um Locutor Supremo, tornando possíveis enunciados contraditórios.

A aceitação passiva das descrições de uma realidade, apresentada em termos de coexistência harmoniosa, ou em função de certas necessidades e imperativos provenientes do desenvolvimento social, poderá facilmente ser interpretada como indicação fundamental da aceitação de uma situação actual e incontornável na sua facticidade, o que se torna, sob o ponto de vista científico, difícil de enfrentar num mundo cujo traço essencial parece ser a instabilidade. Nesse sentido, os problemas do relativismo só podem ser pensados numa forma crítica e normativa. Mais uma vez, será no âmbito de uma metapolítica que se poderá avaliar o papel da linguagem, como fenómeno que tendo origens circunstancialmente estabelecidas se tem que confrontar com a sua interpelação, com a negação dos pontos duros que apontam para o encerramento de dizeres alternativos acerca do mundo que se nomeia. Para que este processo possa ser realmente inteligível importa, como faremos a seguir, tornar explícita a relação entre a linguagem e a racionalidade.

Linguagem e dominação

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A linguagem e a comunicação enquanto problemas tornaram-se particularmente relevantes desde que os processos discursivos ganharam uma força estruturante do exercício da racionalidade pública, substituindo, cada vez mais, a força vinculativa da narrativa teológica, enquanto instrumento de mediação que garantia a relação entre o universal e o particular nos domínios moral e político. Até à idade moderna, “o rio do tempo reflectia a escritura do céu. Uma escrita de signos eternos e legíveis para todos apesar da turbulência da corrente. A Idade Moderna submeteu os signos a uma operação radical. O sentido dispersou-se. Deixou de ser um e tornou-se plural. Ambiguidade, ambivalência, multiplicidade de sentidos, todos válidos, todos contraditórios, todos temporais.” Assim, “o código de signos que sustentava a alegoria medieval quebrou-se e agora a linguagem das nossas sociedades é a publicidade” (Paz, 1990:99-100).

O reconhecimento da dimensão plural inerente à linguagem na modernidade abalou o universo onde a palavra continha uma força unívoca, onde a sua vocação de *medium* era, no mínimo, menos evidente pelo reconhecimento de uma certa indissociabilidade em relação ao universo representado: a crença na presença pura abalava a distância que, como já dissemos, é condição constitutiva da possibilidade e da necessidade da mediação. A confiança nessa presença excluía a proliferação discursiva e a necessidade da intervenção mediadora do discurso.

Num universo em que a força do vínculo da palavra ao mundo se desmoronou, a palavra tornou-se o suporte do pensamento reflexivo repostado com a secularização. Ao deixar de ser uma manifestação do mundo, a linguagem torna-se cada vez mais uma representação desse mundo, sendo por isso um elemento integrante dos vários tipos de exercício possíveis do poder e das lógicas de representação que lhe estão associadas. “É legítimo tratar as relações sociais - e as relações de dominação - como interações simbólicas” (Bourdieu, 1982: 14). A palavra e a sua força ajudam a estruturar o próprio fenómeno do poder tornando-se por isso uma componente dos dilemas políticos abertos com a modernidade: é impossível pensar a emancipação sem ter em conta que a dominação exige uma linguagem reificada, que apenas cumpra a estratégia de redução da complexidade das ligações e dos diferendos. A linguagem, por um lado, pode servir como *medium* de intercompreensão. Por outro lado, é possível pensar a linguagem “como um *medium* entre vários outros, através dos quais os locutores orientados pelo próprio sucesso

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

se influenciam uns aos outros para incitar o próprio parceiro a conceber opiniões e intenções orientadas para o interesse do locutor” (Habermas, 1987-b : 111).

Na proposta defendida pela teoria funcionalista, a linguagem é apenas mais momento de negação da entropia, tendente a assegurar ou a melhorar a performatividade do sistema e a reduzir a complexidade, surgindo nessa medida como gerador de formas fácticas de consenso (Luhmann, 1985: 7). Nesta compreensão do problema da linguagem, ela é ordenada segundo uma lógica própria de um código de poder que é caracterizada pela busca de uma normalização da totalidade dos recursos simbólicos, procurando adequá-los funcionalmente à organização política em termos sistémicos das sociedades. O sentido da acção política surgiria fixado à partida, através de formas simbólicas perfeitamente estereotipadas, ordenadas de modo estrito por um código binário do poder que se propõe ordenar o mundo da forma mais favorável para o tornar acessível ao sistema e se expressa em dicotomias como sejam poder/não-poder, governo/oposição, força/fraqueza, legitimidade/ilegitimidade (Esteves, 2002: 225)

Os empreendimentos teóricos de sentido crítico variam na sua disposição relativa ao estabelecimento de uma perspectiva emancipatória da linguagem. Verifica-se, porém, que alguns deles descrevem a linguagem de uma forma que parece trazer dentro de si o mesmo fascínio pelos mecanismos de dominação, traduzido num olhar axiologicamente neutro (Honneth, 1997-a: xxv-xxvi). No caso da obra de Foucault, buscam-se leis objectivas que ignoram a presença do sujeito e que se traduzem num centramento no conceito de práticas discursivas. As categorias incorporadas numa teia discursiva particular criam não só conhecimentos mas também poder. O fim explícito desta proposta metodológica é a análise da positividade do discurso, sem qualquer pretensão de alcançar a sua intenção subjectiva, mas sim as condições *a priori* que asseguram a produção de um certo tipo de enunciados. Foucault supõe que, em toda a sociedade, a produção do discurso é, simultaneamente, controlada, seleccionada e organizada por um certo número de procedimentos que visam controlar o acontecimento aleatório. Nesse sentido, cruzam-no sistemas de exclusão que dizem respeito sobretudo aos interditos relativos à sexualidade e à política, ao desejo e ao poder, à divisão estrita entre loucura e racionalidade e à oposição entre verdadeiro e falso, na base da qual se organiza a moderna vontade de saber e a conexão entre saber e poder, assentes numa adequada aparelhagem institucional (Foucault,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

1971: 11-12; 14-15; 18-19; 22). Para Foucault, a produção discursiva implica uma espécie de reacção surda contra a possibilidade de surgimento de todos os enunciados, contra tudo o que possa existir de violento, de batalhador, desordeiro e perigoso por parte da proliferação incessante do discurso, de modo a esconjurar a sua parte mais perigosa, de modo, em suma, a que a sua desordem seja organizada em figuras que se esquivam ao que possa surgir como incontrolável e aleatório (Foucault, 1971: 52).

Na Escola de Frankfurt, por seu lado, há uma vacilação que, todavia, remete quase sempre para um pessimismo angustiado. Segundo Benjamin, desde que a linguagem perde a sua relação essencial com o mundo, passando a ser cunhada por convenção, multiplicando-se e expondo-se à alteridade, deixa-se captar pela reprodutibilidade dando origem à frase codificada.

Benjamin ambicionava uma linguagem comemorativa dos gestos, da sua dimensão plástica, retendo e expressando afectos e acções. Se o seu conceito de linguagem integra, porém, uma narrativa da perda, semelhante à descrita, é possível, ainda, pensar numa linguagem outra que não a do sistema de signos, uma linguagem alternativa que não caiba nos cânones de aço tecidos pela sociedade industrial? Uma resposta possível a estas interrogações perpassa por obras como “O Narrador”, “Experiência e Pobreza”, “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica” ou “O Autor como Produtor” aonde os problemas da experiência e da linguagem se reencontram. No texto sobre a narração, ressoa a noção de perda. A linguagem da reprodutibilidade destruiu a linguagem do narrador relacionada com a sua experiência imediata, substituindo-a pela informação: “Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é responsável por esse declínio”(Benjamin-a, 1987:203). Os novos ritmos de trabalho industrial destroem a forma artesanal de comunicação e a rede em que foi tecida a arte narrativa. Assim, “o papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio”(Benjamin, 1987-a:230). A narrativa torna-se cada vez mais rara porque ela parte, fundamentalmente, da transmissão de uma experiência cujas condições de realização não existem no capitalismo avançado. A comunidade entre a vida e o trabalho apoiava-se na organização pré-capitalista do trabalho. Num momento em que a memória comum se perde, formas narrativas como o jornalismo tornam-se predominantes (Benjamin, 1987-b: 55). Curiosamente, em Benjamin, o desejo de recuperação da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

linguagem, designadamente da que é praticada nos *media*, dilui-se em fórmulas optimistas que, nalguns casos, surgem aprisionadas no esquematismo político. Assim, em alternativa ao declínio da fórmula literária na imprensa capitalista moderna “revela-se a fórmula da sua renovação na imprensa soviética” (Benjamin, 1987-c: 124). O efectivo controlo das massas sobre a palavra na era da sua reprodutibilidade só se atinge quando se transformarem as relações de produção. Na vida burguesa, diz Benjamin, o jornal é o cenário em que se dá a humilhação mais extrema da palavra. Numa outra forma de vida, o jornal será o cenário de redenção da palavra, enquanto possibilidade de terminar a separação entre trabalho manual e intelectual (Benjamin, 1987-c: 125). A ingenuidade da profissão de fé política não deixa porém de incluir, à semelhança do que se dizia sobre a arte na era da sua reprodutibilidade, uma certa esperança para o futuro da indústria cultural, que resulta, em especial, do seu carácter potencialmente massificador. Benjamin está mais atento às consequências que poderão advir do facto de as massas poderem ascender à sua visibilidade. Ou seja, o esquematismo político da resposta de Benjamin só é possível numa contexto em que se vislumbra certa intuição para o protagonismo contraditório da cultura de massa. A perda da “aura” é o momento que expressa culturalmente uma época que cada vez aponta mais para a existência de fragmentos esparsos que falam do fim da identidade tradicional do sujeito e da univocidade da palavra, deixando entreaberta uma porta para novas esperanças e significações.

Ao invés de Benjamin, a coerência negativa de Adorno permite-lhe aludir à forma reificada que atinge a linguagem e à impossibilidade que a fere de tocar o absoluto, sem se perder em propostas que suavizem a consciência do que se lhe afigura ser um perigo omnipresente. São muitas as referências ao modo “como a nossa prosa é semelhante à indústria cultural em maneiras de falar de que não temos ideia”(Adorno, 1992:20). Denuncia-se o uso afirmativo da linguagem científica e quotidiana, de uma maneira que, todavia, remete para a ausência de alternativas: “Não há nenhuma forma avaliável de expressão linguística que não tenda para a total acomodação às correntes dominantes de pensamento”(Adorno, 1995: xii). Em Adorno, a linguagem é dada como sendo lugar onde a administração penetrou. É assim que encontramos a referência ao jargão da autenticidade, como linguagem do mundo administrado, que une o que é heterogéneo sobre o mesmo tecto (Adorno, 1991-a: 108). A existência de uma censura implícita que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

molda a linguagem, designadamente através da indústria cultural, constitui uma das explicações da razão pela qual a linguagem adere à conformidade com os factos. “Hoje”, diz Adorno, “quem for incapaz de falar da maneira prescrita, ou seja, reproduzindo sem esforço as fórmulas, convenções e julgamentos da cultura de massa como se fossem seus, é ameaçado na sua existência, suspeito de ser um idiota ou um intelectual”(Adorno, 1991-b: 79). A formação de um esquema rígido de normas de especificação produtiva que permeia toda a indústria cultural torna-se o elemento que estrutura a positividade da linguagem mediática, pervertendo a possibilidade da inovação e da dissidência. Assim, a alternativa que ele próprio pratica é uma escrita inacabada onde se advinham pensamentos suprimidos que não se explicitam. Esta escrita, resistente à sistematicidade e à totalidade é marcada pela hiato, pela cesura, pela dissociação, pela justaposição de elementos: numa palavra, a anti-síntese.

Para Pierre Bourdieu, a linguagem surge, mais uma vez, como um lugar de poder e de dominação. Nesta abordagem, “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço e do número, da causa que torna possível a concordância das inteligências. (...) os símbolos são os instrumentos por excelência da «integração social»: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração «lógica» é condição da integração «moral»”(Bourdieu, 1989: 10).

Nas reflexões de Bourdieu, Foucault e da Escola Crítica, descortina-se, ainda, a dimensão simbólica da dominação mas recusa-se ver a componente que a linguagem implica de resistência e de crítica a essa dominação. A dimensão intercompreensiva da linguagem confronta-se com a sua vocação normalizadora perpetrada pelo sistema escolar e pelos processos de unificação. Surge, assim, como dominação de classe, ignorando que nela se jogam possibilidades diversas e espaços de confronto múltiplo. É olhada como concomitante no processo de constituição do Estado durante o qual se criam as condições de um mercado linguístico unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços oficiais, esta língua de Estado torna-se a norma teórica a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

partir da qual todas as práticas linguísticas são medidas e padronizadas(Bourdieu, 1989:27). O que é descrito como pertencendo a uma mesma comunidade linguística (entendida como um produto da dominação política reproduzida sem cessar por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da linguagem dominante) é a condição de instauração de relações de dominação linguística. Ou seja, falar é apropriar-se de um estilo constituído pelo uso e marcado pela sua posição numa hierarquia de estilos que reproduz, na sua ordem, a hierarquia social.

Porém, o paradoxo que mina este raciocínio, levado até ao fim, confronta-se com o seu reverso: as experiências socialmente marcadas defrontam-se com um *medium* que recusa um fechamento total e, pelo contrário, implica a possibilidade omnipresente de afirmação de inquietude e de resistência. A permanência do poema e do filosofema, a erupção de novos dinamismos linguísticos, a recusa quase insistente dos fenómenos que apontam para a normalização absoluta, introduzem o elemento instável da alteridade, da alternativa e da reflexividade, os quais denunciam a estrutura aporética e a contradição performativa dos que pretendem por a nu o fechamento, sem admitirem, todavia, a existência de outra dimensão da linguagem diversa daquela que designam como sendo a linguagem da “administração total.”. A linguagem que se sucede à crise da *episteme* clássica está relacionada com a desprivatização da palavra emitida em público, pelo desenraizamento da opinião dos laços sociais particulares que a aprisionavam. Nesse sentido, a linguagem cruza-se com um certo déficit de legitimidade que crescentemente se dirige ao detentor do poder. Cada vez mais aberta à reflexividade, ela confronta-se com a multiplicação de jogos possíveis, de injunções que já se não conciliam com a multiplicação universal do mesmo. Embora o “mesmo” tenha uma capacidade de se multiplicar de uma forma mimética sobre a aparência do “diferente”, o verdadeiro erro de todos os que só vêm a dominação é a impossibilidade de explicar como é que a identidade resiste à erosão que sobre ela se abate de cada vez que, para a salvaguardar, se diz de outra forma. A linguagem abre-se ao conflito das nomeações do mundo, à luta pela possibilidade da nomeação simbólica, na qual a realidade se vai progressivamente construindo. As análises de Bourdieu, de Foucault ou Marcuse enfatizam, de forma que nos merece algum acolhimento, a apropriação da linguagem pelas formas de dominação. O discurso pode ser o lugar da exclusão e do encerramento, a forma que os poderes tomam

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

para interdizem e excluírem. Porém, a linguagem surge-nos, ela própria, como o lugar do interesse humano numa sociedade que alargue a livre comunicação _ como exactamente as próprias obras dos autores citados se tornam testemunho, ainda que à revelia de algumas das suas reflexões.

A linguagem, com o Iluminismo, deixou de reflectir uma ordem estável do Universo: a enunciação moderna tornou-se o lugar onde todos os lugares são susceptíveis de serem pretendidos, “onde cada sujeito onera o seu discurso de uma pretensão de validade própria que tem de fazer valer perante os seus iguais”(Esteves, 1989: 47). Essa sua pretensão normativa, ainda que ferida pela facticidade das desigualdades e das relações de poder entre os participantes na interacção, constitui, todavia, uma tradição crítica a partir de cujo chão falamos e pensamos, impedindo a estabilidade absoluta que, em última análise, resultaria, do fechamento total.

Sendo um lugar fundamental para a conformação do universo político, a linguagem surge, pois, como susceptível de ser apropriada no âmbito das diversas estratégias de poder, às quais correspondem diferentes mecanismos de representação e regimes de verdade, jogos de linguagem alternativos e estratégias de argumentação díspares. A multiplicação dos lugares de onde se discursa demonstra que o poder já não é um lugar central mas ele próprio é uma rede com as suas numerosas extensões capilares de cujos interstícios pode a todo o momento irromper uma palavra que não se limite a perpetuar a domesticabilidade omnipresente. A insistência na multiplicação de novos públicos que tragam novas vozes para a luta simbólica constitui uma questão central da articulação entre “linguagem” e “público”, no sentido em que uma das dimensões no qual o problema normativo do público se joga é o de negar a qualquer linguagem específica aquele carácter de reprodução da dominação que já antes aludimos. Assim, se o poder vem de todo o lado, ele não é idêntico nem igualmente perigoso. A linguagem não é apenas espaço de dominação ou de normalização com vista ao equilíbrio do sistema. Continua a ser também desejo de alteridade, de diferença, de constituição e de reconhecimento do outro. É lugar de conflito, porque toda a intercompreensão é simultaneamente uma incompreensão, da mesma forma que todo o acordo de pensamentos e de sentimentos é um desacordo. É, também, o *medium* da socialização e da individualização, da crítica e da reflexão. É na disposição pronominal que se reencontra a alteridade, o que longe de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

resolver o problema se limita a trazê-lo à evidência: o outro é o não idêntico que resiste na prática quotidiana da comunicação, tornando a incerteza e a negatividade uma espécie de fantasma que ameaça a regularidade, e a condenaria a um estágio de permanente fugacidade e improbabilidade. Assim, o consenso não suprime as diferenças de pontos de vista adoptadas pelos locutores. Um certo primado do contextualismo que limita as pretensões de validade dos jogos de linguagem localmente praticados ou as regras de discussão efectivamente estabelecidas terá de ser combatido por uma visão que não se refugie num cepticismo face à razão nem na redução cognitivista do discurso de tal forma que a este se reconheça apenas na dimensão de representação e manipulação do mundo que se expressa no primado da logotécnica. A linguagem não se reduz nem a uma espécie de fio de Ariane em que os labirintos da tradição se desvelam, funcionando como o *medium* que ata as sucessões estratificadas do saber tradicional. Por seu lado, a linguagem não é apenas a linguagem da identidade, que constata estados de coisas através de proposições assertóricas. A linguagem surge, antes, como um campo de sentido que cria as condições de possibilidade e de validade universais _ o que significa que é nela que se jogam grande parte dos problemas abertos pelo défice de legitimidade trazido pela modernidade e que ela permanentemente deixa em aberto, no seu desejo de serem resolvidos.

Os media: entre a atitude natural e a racionalidade crítica

Se a mediação como problema e a comunicação como experiência se tornaram cada vez mais evidentes, com o aparecimento da indústria jornalística, essa evidência ganhou em pertinência e visibilidade acrescidas. Finalmente, com os novos *media* é toda a concepção de política, de cidadania e de relação entre público e privado que conhece uma nova e profunda transformação estrutural.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Se queremos compreender a modernidade, temos que atribuir uma importância crescente ao desenvolvimento dos *media*: “As instituições e processos de comunicação assumiram uma importância tão profunda nas sociedades modernas que nenhuma teoria da ideologia e da cultura se pode dar ao luxo de ignorá-las”(Thompson, 1992: 13). Na era do capitalismo organizado, com a concentração e a incorporação de capital, com a poderosa expansão produtiva e tecnológica, com a organização de mercados de consumo de massa, os *mass media* multiplicaram-se, afirmando-se como os principais canais de distribuição e produção de cultura e absorvendo cada vez mais as estruturas da comunicação pública na sua órbita, estabelecendo uma liderança fundamental e decisiva na esfera cultural. O modo de estruturar o pensamento ultrapassa os conceitos convencionais de ideologia, vinculados às práticas científicas e políticas e associa-se, também, ao agir quotidiano.

Toda a esfera gigantesca e complexa da informação pública – ou seja, toda a produção e consumo do conhecimento social disponível nas sociedades complexas – depende da mediação dos modernos meios de comunicação. O trabalho de mediação e construção do sentido – de que nos ocupámos em parágrafos anteriores – conhece uma aceleração que se expressa na profissionalização e industrialização crescentes. Porém, esse trabalho alarga-se a domínios outrora insuspeitados. A construção de sentido para a conduta social; a perpetuação e reprodução de enquadramentos axiológicos e normativos que permitem a formação de identidades sociais e colectivas; a construção e o reforço da imagem que essas identidades fornecem de si próprias e das outras, seja a nível individual, seja ao nível colectivo; a conquista da visibilidade que permite a luta pelo reconhecimento estão, cada vez mais, dependentes dos *media*.

Com o surgimento dos meios de comunicação social, tal como os entendemos hoje, enquanto estruturas de distribuição de mensagens, aquilo a que assistimos é à própria especialização da actividade mediadora que se instaura e consolida como uma dimensão constituinte da sociabilidade. O uso dos meios de comunicação transformou, de forma fundamental, a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de acção, de interacção e de exercício do poder. O facto de essa actividade se ter autonomizado e industrializado, constitui, em si mesmo, um facto de consequências consideráveis para a difusão da cultura. Os *media* passaram a ocupar um lugar central na dimensão simbólica da disputa que se trava em torno da manutenção das infra-estruturas

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

económicas, sociais, políticas e culturais da comunidade. Este facto traz consequências avassaladoras para a compreensão intersubjectiva da realidade social e, conseqüentemente, para a construção da própria realidade. A actividade desenvolvida no interior da comunicação diz respeito à produção, circulação e armazenagem de materiais que são portadores de significado para quem os produz e recebe. Nesse sentido, tornam-se fundamentais para as imagens que as pessoas fazem delas mesmas, dos outros, das suas necessidades, dos seus objectivos, e das suas relações com os outros, ajudando a criar mapas de significação fundamentais para a compreensão do mundo (Patterson, 2000:79) .

Concomitantemente com a explosão dos modernos meios de comunicação gerou-se uma correspondente explosão de interesse por parte da filosofia, dos estudos literários e das ciências sociais em geral, recheando o campo do estudo da comunicação com as mais diversas contribuições teóricas. Os contributos de Paul Lazarsfeld, Hovland, Lasswell, ou Kurt Lewin tornaram-se símbolos de um modelo científico neutralista e objectivante, que se pode caracterizar, de algum modo, pela ideia de que era necessário conhecer para tornar mais eficiente. Neste momento, há uma lógica absolutamente incontornável que não é possível esquecer: todo o instrumental simbólico é potencialmente utilizável para obter o consentimento dos governados. Qual o grau de homogeneidade e de conformidade que os *media* transportam para a sociedade ou, ao invés, qual o grau de improbabilidade, de indeterminação e de diversidade? Em que medida os *media* privilegiam a afirmação da subjectividade e a descoberta da individualidade, de um modo que traduz uma certa forma de aspiração crítica e emancipatória; ou, ao contrário, fomentam o individualismo garantindo uma espécie de triunfo do mesmo sob a aparência do diverso?

Até há pouco, os *media* foram encarados sobretudo sob o ponto de vista da capacidade dominadora exercida sobre os receptores. A própria ideia de dominação era encarada sob um ponto de vista hierárquico, assimétrico, dirigista, com base num modelo da postura conspiratória, que parte do princípio que alguns poucos tramam contra a grande maioria (Marcondes Filho, 1986: 27). Em muitos contextos teóricos e de discussão do passado fez-se questão de inocentar e vitimizar as massas e os públicos da comunicação, com explicações que iam do ingénuo ao excessivamente preconceituoso, mas partindo sempre do princípio que os efeitos conheciam uma direcção unilateral que se traduzia na metáfora da agulha hipodérmica. Mesmo nos paradigmas clássicos que chamavam a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

atenção para os efeitos limitados – como o de Katz e de Lazarsfeld – punha-se excessivo ênfase em provar que os *media* faziam “menos” aos receptores do que os investigadores precedentes diziam, sem todavia, admitirem, ainda a possibilidade de se interrogarem sobre o que é possível fazer aos *media* e com os *media*.

À medida que as sociedades complexas crescem de modo cada vez mais imprevisível, os exercícios de recepção são experimentados de um modo cada vez mais acentuadamente pluralista. Regiões, classes e subclasses, culturas e subculturas, grupos de interesse e minorias associativas são objecto de uma recomposição crescente. Com efeito, na mesma medida em que se assiste a uma interdependência crescente, acentua-se a divisão e a multiplicidade. Apesar do conceito utópico de aldeia global, as divisões entre os grupos são cada vez mais fortes. Não é apenas a separação que existe entre ricos e pobres mas o facto de que, dentro de cada comunidade nacional, os grupos marginais multiplicam-se ao mesmo tempo que, na comunidade internacional, florescem fundamentalismos que levam Mariano Sanchez Martíns a falar da “nova desordem mundial” (Martins, 1994: 235). Nesta medida, uma infinita variedade de formas de classificar e de ordenar a vida social são oferecidas como representações colectivas que substituem as grandes visões unitárias do passado. Nesta perspectiva, a primeira estratégia detectável por parte dos *media* foi tentar obliterar as relações conflituais, designadamente as diferentes formas de diferenciação social, representando as pessoas como sujeitos individuais legalmente reunidos num forma de comunidade designada por Nação, através de fórmulas jurídico-políticas como sejam o contrato social, a vontade geral e o interesse nacional. Hall detecta, desta forma, a existência do que ele classifica de um enorme trabalho ideológico: estabelecer as regras adequadas a cada domínio, de tal modo que na relação entre o universal e o particular, as regras se articulem num respeito pelas normas fundamentais vigentes. Neste domínio, dá-se particular ênfase à integração e à coesão.

De acordo com esta perspectiva, que permite fundamentar teoricamente uma relação profunda entre o discurso mediático, em geral, o discurso jornalístico, em particular, e a construção de uma narrativa ordenadora sobre o mundo, pode dizer-se que falar sobre a notícia e sobre a actualidade é, de certo modo, falar dos recursos que a sociedade dispõe para falar de si própria. A realidade social e o conhecimento que a sociedade adquire do seu percurso no espaço e no tempo são uma construção na qual os

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

jornalistas participam cada vez mais intensamente. Assim, partindo-se do pressuposto de que as notícias também organizam a percepção que temos do mundo, a investigação sobre os *media* desloca-se, pois, da análise tradicional unicamente centrada na selecção dos relatos destinados a serem publicados para a própria produção noticiosa (Fishman, 1983: 17-20). É no interior do próprio processo de produção noticiosa, incluindo as respectivas rotinas, normas orientadoras e práticas discursivas que advém uma certa forma de abordar a realidade social. O jornalismo, desta forma, ao pretender dizer como o mundo é, contribui para conformar o mundo social que diz limitar-se a relatar. O discurso jornalístico sobre a realidade, o seu relato autoproclamado como objectivo e neutral, tornou-se um discurso que induz um certo “dever ser” acerca do mundo. O relato dos acontecimentos afirmar-se-ia uma forma de controlo da actualidade, de assegurar as grandes regularidades, de reforço da atitude natural com que o homem procede no mundo da vida, assegurando as suas ambições e projectos. Relatar o que é excepcional é dizer o que normalmente acontece. Dizer o que normalmente acontece é, em suma, através de um processo chamado naturalização, construir um discurso sobre o desvio e a norma. A intriga jornalística organiza o mundo em função da nova utilização da cultura. Surge-nos como uma prática institucional relacionada com uma certa configuração de sentido, pelo que constitui atitude ingénua analisar as notícias como espelho da realidade e não enquanto configurações narrativas, dotadas de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si de acordo com a visão que prevalece na narração do quotidiano. Ainda nesta perspectiva, o relato jornalístico, como qualquer outra forma de enunciado, só diz de acordo com as possibilidades de enunciação admitidas pela comunidade onde é produzido. Ao nível do saber narrativo, o jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade _ até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. O jornalismo e a recepção das suas mensagens estão profundamente associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se encontram nesse mundo.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Esta proximidade em relação ao saber narrativo próprio da comunidade vive acompanhada de uma pretensão de verdade. Ao procurar identificar-se a transmissão com a totalidade da actuação do campo jornalístico está-se a fazer desaparecer a produção da vista do destinatário (Alsina, 1996: 37). Ao nível do saber especializado, o jornalismo implica o conhecimento de práticas estandardizadas adaptadas à produção eficaz de mercadorias por parte de uma indústria, práticas estas que reflectem os constrangimentos, normas e visões do mundo que integram a cultura da instituição mediática em geral e de cada *medium* em particular. A objectividade afirma uma pretensão à validade acerca dos enunciados sobre o mundo, que se traduz na insistência de uma prática discursiva que oblitera as marcas da enunciação, na adopção rigorosa de normas que se consideram como as mais adequadas ao relato objectivo do mundo. O esquematismo dominante está profundamente relacionado com as normas e os hábitos que estruturam o funcionamento do campo jornalístico, e de cada jornal enquanto instituição social. Estas normas profissionais decorrem, por outro lado, da natureza industrial desta actividade, da qual resultam as tendências generalizadas para fazer prevalecer o mercado como principal regulador das indústrias culturais

O discurso mediático, em geral, e o jornalismo, em particular, vivem, assim, entre várias propostas: a proximidade do mundo da vida e do senso comum; a pressão do mercado e do poder, e dos compromissos impostos pelos *media* sistémicos; o desejo de liberdade e o exercício de racionalidade crítica que constituem mais uma forma reflexiva de negar as várias possibilidades de fechamento. Oscila-se assim entre a informação dirigida ao homem comum, a troca de opinião, a pluralidade na circulação de mensagens e a omnipresença do entretenimento consumista. Como é que se consegue que o desejo de acessibilidade próprio de qualquer *medium* de massa _ e que se traduz numa comunhão de saberes pré-existentes entre emissores e receptores _ não torne o diálogo numa forma de dominação? Em que medida esse desejo de acessibilidade não se confunde com uma generalização do conformismo, de acordo com as práticas culturais dominantes?

A perspectiva teórica que está subjacente a um entendimento unilateral das relações entre os *media* e a sociedade revela hoje os seus próprios limites no momento em que é posta em evidência a incapacidade para estes representarem o papel de universidade caseira ou veículo da ideologia que lhe foi, de modo optimista e algo acrítico, atribuído

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

pela pesquisa administrativa empreendida pelos sociólogos funcionalistas e, de modo apocalíptico, por alguns defensores da Teoria Crítica. Ou seja, a crítica à dominação pelo mercado e a mercantilização do produto informativo assim como a necessidade da abertura de espaços de mediação que impeçam o regresso a formas anacrónicas de comunidade em pontos onde o capitalismo ainda não conheceu a plenitude do seu desenvolvimento, continua a justificar-se. Porém, a crítica à homogeneização massificadora, tal como foi formulada em décadas anteriores, ainda era devedora de uma ética da produção e do trabalho correspondente ao período que antecede a chamada globalização, de que afinal hoje conhecemos apenas mais um episódio, mesmo que decisivo. Hoje, os *media* são o lugar de tendências ambivalentes e paradoxais, aparentemente contraditórias e dificilmente conciliáveis. Por um lado, como veremos mais adiante de modo detalhado, assiste-se à crescente concentração do controlo dos *mass media* por parte de cada vez maiores cadeias e conglomerados empresariais, processo que conhece uma aceleração crescente. Por outro lado, verifica-se a proliferação de suportes, desde as publicações especializadas à diversificação de canais de televisão, *zines*, jornais comunitários, ou *websites*. Qual é o conceito de normalização que é susceptível de ser imputada aos *media*, quando se verifica um movimento crescente de alteração das normas que atinge directamente os padrões de consumo, as modas, a sexualidade, o conceito de família, a relação entre homem e mulher, a relação do homem com o ambiente? Será que é possível lançar um véu de ignorância sobre potencialidades estéticas geradas no interior das novas indústrias da cultura e do entretenimento, designadamente as alterações gráficas, discursivas e narrativas desenvolvidas no interior do jornalismo?

Desenha-se, deste modo, uma segunda configuração na qual é possível vislumbrar uma outra estratégia fragmentadora que visa tornar as necessidades cativas dos desejos dos consumidores, através da separação dos grupos sociais em segmentos—alvo cuja caracterização e configuração são altamente dependentes de um imaginário simbólico veiculado pelos *media*. Assiste-se ao fornecimento de léxicos, estilos de vida e recursos simbólicos. Na perspectiva de alguns dos observadores deste fenómeno, os *media* desempenham um papel central na dissolução dos pontos de vista centrais, tendo-se convertido em componentes de uma explosão de visões do mundo (Vattimo, 1996: 78-79). Na perspectiva de muitos outros autores, porém, trata-se de uma tentativa de fornecer uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

espécie de orientação ou re-orientação social, de tal modo que a adopção da nova atitude seja tornada socialmente aceitável e até invejável, suficientemente diversa e transgressora para conter em si uma utilidade distintiva e suficientemente idêntica para não ser objecto de uma etiqueta que a classifique de «desviante». Resta, porém, questionarmo-nos se vale a pena adoptar a ideia de que existe uma dimensão puramente conspirativa, aceitando esta segunda configuração como uma pura «estratégia» ou, se deve vislumbrá-la, antes, como sintoma e catalisador de um tempo em que o entretenimento e as narrativas individuais, o desejo e a sua satisfação pessoais, o desprezo por um certo conceito de espaço público, desenraizado da vida dos indivíduos, ditam e impõem novas lógicas de comunicação (Hall, 1992: 336-337). Nessa medida, torna-se difícil negar a fragmentação das narrativas unitárias da história, bem expressa e documentada no papel histórico desempenhado pelos meios na dinamização da sociedade civil e no conseqüente derrube de numerosas situações totalitárias (Barbero, 1994: 77). Dito de outro modo: será que a multiplicação de novos modos de dizer se torna, em si mesma, uma dificuldade que impede a realização da reificação absoluta, permitindo mesmo a formação de novos espaços de mediação em torno das alterações verificadas nos *media* ou, ao invés, devemos limitarmo-nos a entender que estamos diante de uma forma de prolongamento do *status quo* através de uma ilusão de diversidade ao qual os *media* aderem de modo particularmente eficaz?

Apesar de as respostas a esta questão central no interior deste trabalho não serem fáceis nem apontarem para qualquer forma de evidência, a atenção ao problema implica uma certa concepção de ideologia: ao contrário de algo fixo e imutável, que diz respeito a abstracções como sejam as relações sociais de produção e as classes sociais, a ideologia além de dizer, com certeza, respeito a estes problemas afigura-se como algo de dinâmico e quotidianamente vivido em todos os níveis da organização social. Nesta concepção de ideologia, os *media* e seus públicos acabam por se não reduzirem a uma função de aparelhos do Estado mas pelo contrário evidenciam-se como participantes de uma luta pela nomeação do mundo e pela produção do sentido.

O conhecimento social cada vez menos se apresenta como um repositório de evidências perenes. “Muito pelo contrário, o que prima na sociedade industrial é a anarquia, a imprevisibilidade, a irracionalidade, em suma as suas incríveis possibilidades de ruptura”(Marcondes Filho, 1986:59). Por isso a partilha de saberes já será também o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

difícil reconhecimento das rupturas, da relevância dos pontos de vista controversos, e a garantia da compreensibilidade mútua e do reconhecimento dos outros enquanto contextos de interpretação. Nesse sentido, a vocação intercompreensiva que aqui se diagnostica, apesar de implicar dificuldades que resultam de tensões diversas, contém possibilidades que implicam a recusa da reificação total, da redução completa das mensagens a mercadorias e dos destinatários ao estatuto de meros consumidores.

Em face da complexidade resultante dos fenómenos de fragmentação cultural não é estulto considerar que as transformações verificadas na circulação de informação pode permitir a formação de *media* comunitários, ligados a comunidades, espaços públicos e movimentos de interesses específicos, elaborados por membros que procuram através deles obter mais força política, maior poder de negociação, mais impacto e visibilidade. Esta é, afinal, a proposta de um jornalismo cívico que não esteja apenas preocupado com a abordagem mercantil dos problemas do seu leitor, mas também empenhado em organizar e /ou reflectir movimentos sociais, unificando esforços individuais em defesa de interesses comuns, menosprezados na sociedade, mas que representam, efectivamente, grandes massas urbanas. A existência de uma relação forte entre o jornal e as elites políticas e associativas, a continuidade e contiguidade através de uma forte presença da opinião e da controvérsia, a abertura de polémicas em torno de causas mobilizadoras, a visibilidade de assuntos controversos até agora manifestamente afastados do público, são possibilidades que, hoje, mesmo sob o ponto de vista técnico, existem mesmo que não se possa exigir delas mais do que elas tenham para dar: a possibilidade da coexistência de vários projectos no seio dos *media*. Da mesma forma, é possível colocar, com as devidas cautelas e reservas, a possibilidade de que a segmentação dos *media*, a sua recente insistência no interesse humano e nas «narrativas menores» se possa traduzir numa visibilidade crescente para identidades, estilos de vida e modos de estar que até aí permaneciam ocultos nas esferas sombrias da domesticidade. No contexto cada vez mais complexo das sociedades pluralistas, estes fenómenos, substancialmente diferentes, poder-se-ão influenciar uns aos outros, criando espaços erráticos e imprevisíveis que fujam à omnipresença dos *media* sistémicos, dinheiro e poder. Ao adiantarem-se essas possibilidades, elas surgem como isso mesmo, ou seja, enquanto elementos dotados de forte experimentalismo, cujo manuseamento se assemelha ao avançar titubeante dos que trilham caminhos novos. Sem

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

querermos cair numa espécie de utopia eufórica sustentada pela panaceia universal da interactividade, temos que admitir que se estão a verificar alterações na experiência da mediação, designadamente na partilha de visões do mundo, na relação com os nossos mundos da vida, na articulação complexa entre as individualidades, as identidades sociais e colectivas e o espaço público.

Nesse sentido, tenta-se, ao longo deste trabalho, desenvolver, como eventualmente pertinente a ideia de que o espaço público poderá cada vez mais dar lugar a uma pluralidade de espaços públicos mediatizados, onde a intervenção política e o exercício da cidadania passa também por hipóteses alternativas de uso dos *media*.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

CAPÍTULO II

Racionalidade, poder e mediação política

O problema da mediação não pode deixar de ser articulado com a análise do exercício público da razão. A mediação não se resume – como insistentemente pretendemos deixar claro no capítulo anterior – à simples presença do homem no mundo da vida. Exige uma intervenção crítica e reflexiva como forma de estabelecer um distanciamento em relação a esse mundo e de impedir que as relações sociais se reduzam a uma espécie de facticidade exterior, onde novas possibilidades se afigurem impensáveis. As formas pelas quais o agente social questiona as normas vigentes, as relações de poder e de dominação articulam-se com o espaço público e a sociedade civil enquanto instâncias de mediação onde a racionalidade crítica desempenha um papel essencial.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A grande suspeita que se depreende de alguns dos principais empreendimentos sociológicos e filosóficos é a de que, na sociedade industrial, se assistiu ao triunfo de uma única dimensão da razão, preocupada com a eficácia e a utilidade e reduzida ao cálculo e ao sopesamento de custos e benefícios, para a qual as questões da legitimidade das opções políticas se tornaram secundária (Esteves, 1998: 18). A história da racionalidade moderna foi encarada numa perspectiva de emancipação, aberta nomeadamente pelo Iluminismo, para acabar por se confrontar com uma espécie de “gaiola de aço” que um dos seus analistas mais poderosos (Weber) considera ser a sua verdade. A empresa capitalista, nesta perspectiva, ter-se-ia constituído como o nó organizador da economia, com a adopção de princípios como sejam a separação jurídica entre a fortuna pessoal e o capital da empresa, a gestão e organização do trabalho em bases racionais e a criação de contabilidades organizadas (Weber, 1989: 71-76). Sob o ponto de vista político, esta transformação traduzir-se-ia no aparecimento das burocracias modernas, as quais, no limite se legitimam apenas por procedimentos ritualizados. No plano jurídico, o Direito no seu todo afirmar-se-ia assim, como um sistema de regras abstractas cuja administração consiste na sua aplicação a situações concretas (Weber, 1989: 251-253).

Marx centrou a sua análise deste processo no desenvolvimento das forças produtivas, no crescimento do poderio tecnológico e na mobilização da força de trabalho socialmente disponível. Weber colocou o centro da sua atenção no desenvolvimento da economia capitalista e do Estado moderno, enquanto subsistemas da actividade racional com vista a um fim. A metáfora da “gaiola de aço” refere-se à reificação das relações sociais provocadas pelo desenvolvimento burocrático, que Lukács, posteriormente analisou. Finalmente, Adorno, Marcuse e Horkheimer acreditam na generalização de uma racionalidade autónoma que se realiza num impulso dominador em relação à natureza, tornando-se especialmente devedores de Weber .

Perante estas descrições, muitas das quais constituem diagnósticos parcialmente lúcidos que só pecam pela sua unilateralidade _ por omitirem as potencialidades emancipatórias inscritas na modernidade _ o problema é manter uma narrativa centrada na possibilidade da liberdade colectiva perante uma outra narrativa da perda que se organiza em torno de alguns nós conceptuais: nessa narrativa da perda vive-se da idealização de uma idade heróica da política e insiste-se na descrença absoluta de qualquer possibilidade

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

emancipatória em nome da denúncia das condições que impedem essa possibilidade, o que significa que ela assume a categoria de uma espécie de omnipresente não nomeado, simultaneamente absolutamente desejado, sob o ponto de vista normativo, e absolutamente negado, sob o ponto de vista da sua realização.

Na perspectiva que, de certo modo, atravessa a obra de Weber, de Marx, de Lukács, dos teóricos da primeira geração de Frankfurt e Michel Foucault, os *media* reguladores que insistem nos valores instrumentais exercem um papel hegemónico, disseminando-se de forma capilar por todos os espaços de sociabilidade, os quais são assim identificados como puros espaços de dominação. Finalmente, os meios de comunicação de massa e os novos *media* de difusão oscilam entre a concentração de propriedade e as ameaças de uma homogeneização crescente da cultura e a emergência de novos modos de viver a vida e ver o mundo.

As formas de encarar a legitimidade do poder e a sua relação com a diversidade constituem o problema central em torno do qual se estruturam diversas possibilidades de institucionalização da acção política e de exercício público da racionalidade. Uma dessas formas preocupa-se sobretudo com a racionalização da sociedade, privilegiando a integração e a manutenção das regularidades. A outra preocupa-se com a fixação e questionação dos fins últimos, identificando-se com as diversas possibilidades de resistência ética e política que impedem a reificação das estruturas da intersubjectividade pelos *media* sistémicos, designadamente o dinheiro e o poder. A primeira identifica-se com a visão cientista do mundo, dando particular ênfase aos processos relacionados com a busca dos meios mais eficazes para a realização dos fins individuais. Articula-se com a reificação geral do universo social e traduz-se, sob o ponto de vista político, no predomínio das questões da integração e na minimização das questões relacionadas com a legitimidade (Arato e Cohen, 1995: 4). Corresponde a “uma racionalidade de ordem teleológica que, orientada por exigências estritas de performatividade tende, progressivamente, a desconectar-se das exigências ético-morais e, no limite, acaba mesmo por remover a normatividade das relações humanas” (Esteves, 1998: 18). A segunda interroga-se sobre a validade das normas vigentes e articula-se com a busca de mecanismos de resistência que insistam na tarefa continuada de recusa do fechamento do sistema. Nesta segunda forma de entendimento da acção política e de exercício público da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

racionalidade, o que subsiste é um ideal normativo de sociabilidade entendida como associação de pares que aspiram a ser livres de dominação e que publicamente estabelecem os objectivos e normas de acção que regulam a sua interacção através de princípios de justiça (Arato e Cohen, 1992: 122.123). Este tipo de pensamento inclui uma crítica da submissão à esfera económica, a insistência na participação e na cidadania, e a enfatização do conceito de espaço público, sem esquecer a pretensão liberal de defesa dos direitos individuais, numa perspectiva que continua a insistir na liberdade como grande princípio mediador. Finalmente, esta forma de pensar exclui o sujeito solitário para insistir na dimensão normativa da afirmação da identidade no seio da comunidade política, comprometendo-se com a ideia de uma sociedade em que os processos de mudança social devem explicar-se por referência a pretensões estruturalmente depositadas na relação de reconhecimento recíproco (Honneth, 1997-b : 8) .

Razão e reificação

Neste capítulo, desenvolve-se, primeiro, a história da decepção da razão, isto é, as circunstâncias a partir das quais, a sua vocação emancipatória – definida no Iluminismo, aprofundada no Enciclopedismo Francês, no Idealismo Alemão e, de certa maneira, no marxismo _ se confronta com o seu próprio esgotamento, expresso teoricamente na celebração eufórica das suas potencialidades instrumentais ou na descrença nas suas potencialidades críticas.

A partir da modernidade, a razão aspira conformar a vida social às necessidades

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

individuais e colectivas substituindo o arbítrio e a violência pelo Estado de Direito. Acredita-se que a humanidade, agindo segundo as suas leis avança simultaneamente em direcção à abundância, à liberdade, à felicidade (Touraine, 1994: 9). A modernidade expressa, em grande medida, uma aspiração de harmonia e conciliação, correspondendo a uma vontade de reorganização que se faria sentir ao nível do Estado e da sociedade (Carrilho, 1994:9).

O Iluminismo postulou a Razão como uma força histórica objectiva convocada para instaurar no mundo o progresso e a felicidade. A nova racionalidade emergente na modernidade projecta a destruição de laços sociais, sentimentos, costumes e crenças ditas tradicionais e identifica como agente da modernização a própria razão convocada por uma necessidade histórica que prepararia o seu triunfo definitivo. O Iluminismo é encarado como assunção pelo homem do estado adulto, responsável e livre: os homens deverão servir-se, autonomamente, do seu próprio entendimento. Defende-se a organização científica da aprendizagem, para que as ciências que se ocupam da moral e da política exerçam uma acção semelhante à da física e da matemática na resolução dos nossos problemas, obtendo um progresso quer no plano individual, quer no plano colectivo (Habermas, 1987-b: 162-164). Para esse efeito, mostra-se uma confiança ilimitada na difusão do saber, na reforma da instrução pública e na influência dos filósofos na opinião pública.

Kant considerara o Iluminismo exactamente como uma atitude de vida caracterizada pela audácia, no exercício do juízo contra o dogmatismo das instituições que oprimem a liberdade individual. O destino final do ser humano enquanto ser racional é atingir a capacidade de sentir respeito pela lei moral enquanto motivo em si mesmo de livre arbítrio. Nesse sentido, a lei moral impõe-se em si mesma a todos os seres racionais, através de um dever que assume a forma de um imperativo categórico, que exclui qualquer forma de instrumentalização do outro: "age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca como meio" (Kant, 1995: 69).

A crítica à absolutização da subjectividade e do livre arbítrio irá traduzir-se num percurso estatizante que se fará sentir, de modo sensível, nas reflexões subsequentes. Em

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Hegel reconhece-se uma figura central neste percurso marcado pela insistência na força unificadora da razão: se nos tempos do seminário de Tubinge, o jovem Hegel celebrava a antiga Cidade-Estado grega e deplorava a perda de harmonia entre os cidadãos e o Estado, nos escritos filosóficos seguintes, persegue-se o intento da Razão restaurar a totalidade, restabelecendo a unidade perdida nas relações sociais, dando a essa preocupação uma tonalidade de natureza política. Num sistema social que faz depender da concorrência a existência do indivíduo, a única garantia de uma realização, ao menos parcial, de um interesse comum não pode ser senão o assentimento da liberdade individual à ordem ética. Desenha-se, pois, a tese segundo a qual, em face do carácter irreconciliável dos interesses particulares, o Estado deve surgir como relação objectiva e necessária. Hegel considera que a realidade interior é uma condição para a realização da liberdade exterior, só possível no seio de uma comunidade organizada, lugar de realização da vida ética na qual o indivíduo encontra no dever a sua libertação (Hegel, s/d: 180). A vida ética é a única forma de superar os particularismos da sociedade de antagonismos _ a sociedade civil _ e é inseparável das suas instituições, das suas interpretações colectivas do mundo, das suas formas de auto-entendimento, dos seus costumes, tradições e valores. No fundo, em Hegel, tal como em Marx, vislumbra-se a necessidade de uma opção que identifique uma comunidade submetida às pressões da cooperação, como modelo para a conciliação da sociedade civil onde reina a discórdia (Habermas, 1990-b: 69).

Uma nova atitude política vai ser aprofundada no contexto de uma posição teórica em que a racionalidade se reduz ao cientismo e, no seio da qual, a sociedade passa a ser observada como um complexo mais ou menos circunscrito de factos regidos por leis universais. A sociologia é concebida como uma instância racional de ordem superior com a qual deve ser possível, segundo uma conduta puramente científica e através de um determinado tipo de planeamento, dirigir a sociedade tendo em conta a relação de forças existentes, tal como se verificam na sociedade real (Adorno, 1996: 25). A noção idealista de Razão ligada à ideia de liberdade é substituída por uma noção de Razão que almeja ao estudo da sociedade com o recurso aos mesmos métodos do estudo da natureza e com vista à obtenção de leis universais que assegurem uma planificação social geral. Com o positivismo, defende-se a subordinação da imaginação à observação (Comte, 1990:90-91). A nova atitude teórica surge associada à ideia de defesa da ordem num sentido que parece

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

apontar-se como crescentemente conservador, na medida em que Comte associa o que considera ser “o dogma da liberdade ilimitada de consciência” a um “meio de luta contra o sistema teológico”, obstáculo ao projecto de reorganização social que propõe (Comte, 1990:39).

O reducionismo cientista fará a sua aparição noutros horizontes. Marx insistirá no reconhecimento das leis económicas e sociais que conduzirão à inevitabilidade dialéctica da superação do capitalismo. A verdadeira essência do marxismo científico consistirá na compreensão de que as forças condutoras da história são independentes da consciência psicológica do homem. Se a negação da sociedade capitalista deve ter um conteúdo prático susceptível de ser concebido de uma forma realista, em vez de ser puramente alegada no plano ético ou da forma utópica como os socialistas utópicos ou anarquistas a concebiam, Marx para ser fiel a esta concepção científica da emancipação teve que demonstrar que a sociedade sem classes era uma possibilidade histórica já prefigurada nas dinâmicas, crises e lógica do desenvolvimento do capitalismo, concebendo desta forma um projecto social não como utopia mas como ciência. Ao conceber-se a sociedade capitalista como transportando a semente da sua própria negação, o comunismo surgia como a inevitável negação dialéctica do capitalismo (Hamilton, 1991: 129). O marxismo, assim, devido às suas pretensões científicas caía num novo tipo de metafísica: a revolução configura-se como um acto necessário, guiado por um puro determinismo de tipo económico (Vanderberghe, vol. I, 1997: 63). Ao lado do canto do cisne do optimismo racionalista, perfilam-se já os que crêem que a Razão não trará senão burocracia, reificação e miséria espiritual _ porque essa é a sua essência. A crítica que Marx dirige a Hegel consiste precisamente no facto de este considerar que a Razão já se terá realizado na História, naquele momento particular de configuração da sociedade e do Estado. Ao contrário desta perspectiva, Marx descobre no proletariado uma força negativa que denunciará a realidade da razão, do direito e da liberdade como sendo a realidade da mentira, da injustiça e da servidão que, na sua perspectiva, se abate sobre a maioria da população. A realização da razão defronta-se com a ultrapassagem dos factos, explicitamente de natureza económica, que impedem a realização da universalidade das aspirações humanas e com a superação das determinações particularistas _ a propriedade _ que a impedem. Porém, simultaneamente, nem sequer um conceito de liberdade negativa

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

se consegue vislumbrar, apesar da fundada crítica a Hegel. Na sua utopia da associação livre de produtores, o preço pago por ter negligenciado a dimensão política da liberdade traduziu-se historicamente numa prática muito mais repressiva do que aquela alguma vez vislumbrada por Hegel.

A reificação do mundo social

Grande parte dos desenvolvimentos seguintes é de molde a olhar com cepticismo crescente o que se afigurava como um particular entendimento da Razão como faculdade capaz de ordenar o mundo, designadamente no plano político. O que salta à vista, no desenvolvimento do capitalismo, é, cada vez mais, a crença no predomínio de uma racionalidade centrada na possibilidade de o sujeito ou o sistema realizarem os respectivos projectos, alcançando os seus objectivos, na natureza e na sociedade, através de um cálculo racional que minimize os custos e maximize os benefícios. Com a dissolução positivista do Iluminismo, o objectivo da política torna-se o de impor as condições de uma ordem social e política correcta, entendida como mero problema técnico (Habermas, 1997: 49-54).

A suspeita de crescimento de forças que conduzem inelutavelmente à reificação da razão e a uma burocracia desmesurada, que conduzirá à dominação do homem, torna-se o nó gordio das análises do desenvolvimento das relações entre a teoria social e a razão. Com efeito, apesar da palavra *reificatio* não aparecer em qualquer dicionário latino, deriva da contracção dos termos *res* e *facere* e pode ser definida pela transformação física ou mental de algo numa “coisa”, que originalmente não era, ou seja, a tendência a objectificar o que é dinâmico. Em suma, pode referir-se a «um tornar-se coisa» de algo que não é, por direito, uma coisa. Ou seja, consiste em atribuir ilegitimamente uma facticidade, uma fixidez, uma externalidade, uma objectividade, uma impersonalidade, uma naturalidade, em suma, uma «coisidade» ontológica julgada inapropriada (Vanderberghe, vol. I, 1997: 25-28). O que irá tornar-se um elemento decisivo para a permanência da herança marxista num conjunto de autores que prosseguiram a herança do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

idealismo alemão é, com efeito, uma teoria da reificação, segundo a qual o homem é alienado da sua essência uma vez que o produto do trabalho realizado durante o processo de produção lhe não pertence. Nesta formulação, as relações entre os homens é mediada pelas relações económicas entre as coisas trocadas. Num sistema social, onde impera um modo de produção determinado, as forças produtivas, isto é, a técnica, são apreendidas pelos homens como uma força que os controla ao invés de serem submetidas ao seu controlo. “O objecto produzido pelo trabalho, o seu produto, opõe-se-lhe como um ser alienado, como uma força independente do produtor”_ lê-se nos *Manuscritos* (Marx, 1971: 29). E ainda: “A alienação do trabalhador no seu produto não significa apenas que o seu trabalho se converte em objecto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, estranha a ele e que se lhe opõe como força autónoma. A vida que ele deu ao objecto volta-se contra ele, como uma força estranha e hostil”(Marx, 1971: 31). A ideia de reificação começa a desenhar-se como redução da actividade à passividade, da *praxis* à acção puramente instrumental ou estratégica, ou seja, como uma «desvalorização do mundo humano». Mais tarde, o tema reaparece, com uma reformulação, na obra de maturidade, nomeadamente através do conceito de “fetichismo da mercadoria.” Um produto torna-se mercadoria apenas numa relação de troca com outros produtos, quantificada no valor de troca. Tomando a análise da mercadoria como ponto de partida das suas pesquisas, Marx observa que o valor de troca de duas distintas mercadorias pode ser igualada graças ao recurso a uma terceira identidade, que caracteriza de forma abstracta toda a relação de troca. (Marx, 1963: 561) Ou seja, se quanto ao valor de uso, isto é, a capacidade que têm de satisfazer as necessidades imediatas, as mercadorias podem ser de qualidade diferente, o valor de troca apenas pode ser considerado como sendo de quantidade diferente, procedendo-se neste caso à abstracção de todos os elementos materiais e formais que integravam o valor de uso. A emergência da mercadoria é, por excelência, fetichista. Valor e valor de troca separam-se, sendo que o segundo se torna a manifestação do modo próprio de existir do objecto. O que dantes era meio para satisfazer necessidades torna-se em único fim admissível num sistema em que tudo existe apenas no seu devir mercantil. Como o valor de uma mercadoria só pode ser medido pela quantidade de trabalho nela incorporada, pressupõe-se nesse sentido uma outra abstracção, na qual o trabalho é separado das suas condições de realização concretas, para apenas se ter em conta o dispêndio de força de trabalho, medido em tempo. Na

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

verdade, a mais valia incorporada numa mercadoria não é mais do que a diferença entre o valor do trabalho socialmente necessário para a sua produção e o valor efectivamente pago pela quantidade de força de trabalho dispendida (Marx, 1963: 564-565). O valor de troca substitui o valor de uso, ao ponto de se tornar inerente à própria «natureza» dos objectos, embora se reduza a uma relação de grandeza entre as coisas trocadas. Com a redução de todos os produtos e actividades ao seu valor de troca, dissolvem-se as relações pessoais e de dependência que pudessem existir entre os indivíduos na produção. A estrutura da mercadoria passa a funcionar como modelo genérico para todas as relações na sociedade, invadindo as próprias relações pessoais, emocionais, sexuais, as relações com a cultura e com a arte.

No interior de um contexto de enorme sensibilidade intelectual para com as transformações que o capitalismo acarreta, a reificação surge, para Simmel, intrinsecamente ligada à própria sociabilidade, ainda que a economia monetária e a divisão do trabalho continuem a apresentar-se como catalisadores deste processo. O que Simmel considera ser a tragédia da sociedade e da cultura _ ou seja, o facto de que as criações sócio-culturais se autonomizam e ganham vida própria perante os seus criadores _ não é mais que uma particularização da tragédia inerente à vida que se objectiva através de formas. O carácter trágico da vida consiste no facto de a sua negação ser algo que lhe é inerente, uma vez que tudo o que é vital tem necessidade de se afirmar por formas que a institucionalizam e lhe interrompem o fluxo contribuindo para a sua petrificação. “O espírito engendra inúmeras produções que continuam a existir na sua autonomia específica independentemente da alma que as criou” (Simmel, 1988: 179). Diante da arte, do Direito, da técnica, das realizações culturais, o homem ora se sente próximo da sua criação, ora se confronta com um sentimento de estranheza e de distância inultrapassável, resultante do facto da sua objectivação. De um certo modo, surge um paradoxo: a vida no seu fluxo criador confronta-se com a sua própria produção fechada, idealmente acabada: “dir-se-á que a mobilidade fecunda da alma morre em consequência da sua própria produção” (Simmel, 1988: 186). Uma vez que se objectivam, os conteúdos culturais seguem uma lógica própria.

Simmel entende, apesar de tudo, que essas condições são mais visíveis na economia monetária. Com a transformação da moeda em intermediário acentua-se a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

objectivação das relações humanas. Ao mesmo tempo que se generaliza uma liberdade maior verifica-se uma maior despersonalização das relações. A sua descrição de uma economia monetária – apesar de ter pontos comuns com a de Marx – subentende a existência de causas mais profundas, quer dizer, causas metafísicas que ultrapassam as razões económicas. A reificação estaria enraizada nas profundezas da alma humana, num conflito estruturante entre a alma e a forma, o indivíduo e a sociedade: “A doutrina marxista do desenvolvimento económico, de acordo com a qual as forças económicas criam um modo de produção apropriado a cada período histórico, e rapidamente o destroem, criando um novo é uma doutrina que se aplica muito para além da esfera económica. Entre a vida, fluindo e expandindo com cada vez maior energia, e as formas de expressão históricas, existe inevitavelmente um conflito que preenche toda a história da cultura, ainda que persista latente em determinados períodos” (Simmel, 1997-a: 103). O conflito entre a alma e as formas, entre o indivíduo e a sociedade torna-se insolúvel uma vez que se enraíza nas próprias profundezas da vida. O estilo de vida moderno descrito por Simmel aponta para a preponderância da cultura objectiva, sobre a cultura subjectiva. Aumentam as possibilidades da cultura objectiva mas a participação do indivíduo escasseia: “À medida que a nossa vida quotidiana é cada vez mais rodeada de objectos acerca dos quais nem sequer podemos imaginar a qualidade de esforço intelectual gasto na sua produção, assim a nossa comunicação social e mental é preenchida com termos simbólicos (...) dos quais a mente humana só tem que fazer um uso mínimo” (Simmel, 1997-b: 49). Como a cultura não é apenas a objectivação da alma nas formas mas também a formação da alma por assimilação das formas objectivas, é a hipertrofia da primeira parte do processo que redundam em tragédia. Esta situação implica uma acentuação das relações “enigmáticas” entre a vida social e os seus produtos de um lado e a vida fragmentária dos indivíduos do outro (Simmel, 1997-b: 40). A razão do pessimismo que reina entre os espíritos filosóficos quanto à cultura diz respeito ao hiato entre a cultura das coisas e a cultura pessoal: “Como resultado da divisão do trabalho durante os últimos séculos, a tecnologia ao nosso serviço e os conhecimentos, artes, interesses e estilos de vida ao nosso dispor expandiram-se até uma variedade até aí sem precedentes. Mas a capacidade dos indivíduos para usar este material como forma de cultura pessoal cresce muito devagar, seguindo muito atrás” (Simmel, 1997-c: 101).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Na sequência destes primeiros passos de Marx e de Simmel para a teoria da reificação, configuravam-se já os traços de uma reificação generalizada das relações sociais. Weber foi um dos que mais sentiu esta modificação estrutural, ao apontar a racionalidade dos meios, oposta à racionalidade dos valores, como sendo própria da modernidade. O progresso material seria “ obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais”(Giddens,1996:5). Sustenta-se que uma das dimensões que caracteriza a modernidade é a emergência da técnica e a formulação de uma racionalidade específica, muitas vezes hegemónica, que é usualmente denominada de cognitivo-instrumental.

Especialmente, a forma de dominação consagrada na modernidade _ a dominação legal cujo tipo mais puro, é para Weber, a dominação burocrática _ constitui uma manifestação clara deste tipo de racionalidade atribuída ao desencanto do mundo: não se obedece à pessoa mas à regra estatuída, a qual estabelece a quem e em que medida se deve obedecer. Expressa-se, deste modo, uma concepção totalizante do desenvolvimento da modernidade em que toda a história do desenvolvimento do Estado moderno é identificada com a da moderna burocracia e da empresa burocrática. Da mesma forma que o chamado progresso até ao capitalismo, a partir da Idade Média, constitui a escala unívoca de uniformização da economia, assim também o progresso até ao funcionário público, entendida como profissão especializada, baseada num emprego estável, na existência de um salário, pensão e possibilidades de ascensão, na preparação profissional e na divisão do trabalho, em competências fixas, no formalismo documental e na subordinação e superioridade hierárquica, constitui a escala igualmente unívoca de modernização do Estado (Weber, 1989: 707-708). A associação política não é definida pelos seus fins mas pelos seus meios. Na caracterização desta forma de organização não há dúvidas quanto à racionalidade que a mobiliza. Assim, “a peculiaridade específica (da burocracia), tão bem-vinda para o capitalismo, é desenvolvida em tanto maior grau, quanto mais se desumaniza, quanto mais completamente se alcançam as peculiaridades específicas que são contadas como virtudes: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sensíveis e puramente pessoais, de todos os elementos racionais que se subtraem ao cálculo.” O tipo de racionalidade imanente a esta forma de dominação tem o seu corolário numa certa concepção de Estado. A esfera especificamente moderna e rigorosamente objectiva da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

razão de Estado é considerada nem mais nem menos como a suprema estrela condutora do arbítrio criador do funcionário: “A burocracia, frente a outros veículos da ordem de vida racional moderna, caracteriza-se pela sua inevitabilidade muito maior” (Weber, 1989: 731-732; 733-735). Ao descurar um conceito englobante de racionalidade, conferindo a importância total à racionalidade cognitivo-instrumental, Weber descura também integrar entre os problemas de racionalização das sociedades modernas, os problemas de legitimidade. A progressiva expansão do capitalismo favoreceu a expansão de normas abstractas de tipo legal, as quais, ao serem incorporadas pelo Estado, deram origem ao principal mecanismo de legitimação da ordem nas sociedades democráticas (Giddens, 1998: 38). Este devir da razão traduziu-se em sucessivos apelos ao abandono de toda a ilusão, concretizando-se no plano da ética, na famosa divisão em ética da convicção e ética da responsabilidade.

Com Lukács, torna-se explícita a relação entre a perspectiva epistemológica associada à racionalidade cognitiva instrumental e uma forma de agir sobre o mundo. Com o capitalismo, assiste-se a um processo de abstracção crescente da vida: o carácter fetichista das formas económicas, a reificação de todas as relações humanas, a extensão crescente de uma divisão do trabalho, transforma os fenómenos da sociedade e com eles a sua percepção (Lukács, 1995: 233). Porém, o que mobiliza o pensamento burguês é uma tentativa de dominar o desenvolvimento histórico pelo pensamento, firmando, nas formas de organização presentes, leis naturais, imutáveis e eternas que omitam a reificação das relações interpessoais (Lukács, 1995: 76). A história torna-se fossilizada num formalismo incapaz de compreender que a verdadeira natureza das instituições sócio-históricas é que expressam relações entre pessoas (Vandenberghe, vol. I, 1997: 49). Nesta abordagem, assiste-se ao esforço teórico de uma síntese crítica do diagnóstico weberiano do desencanto do mundo e do diagnóstico marxista da objectivização do mundo através do fetichismo da mercadoria generalizado pelo capitalismo. Generaliza-se a vontade abstracta de tudo reduzir à quantificação. A empresa capitalista repousa toda ela sobre o cálculo. Isto obriga a uma ruptura dos métodos tradicionais de organização e faz emergir a ambição, intuída por Weber, de uma sistema fechado capaz de se organizar para responder de uma forma que se pretende objectiva e racional a todos os casos possíveis e imaginários (Lukács, 1995: 125). Nesse sentido, enfatiza a redução do trabalho humano a parâmetros

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

quantitativos no interior de uma organização eficaz e racional.

A racionalidade cognitivo-instrumental, olhada, nomeadamente pela Escola de Frankfurt, como hegemónica nas sociedades de capitalismo desenvolvido, tem implícita uma escolha determinada dos meios mais adequados para a obtenção dos fins e assume uma considerável indiferença em relação aos critérios oriundos da moral. A economia capitalista, a burocracia moderna, o progresso técnico e os mecanismos disciplinares que proliferaram sobre o corpo assumiram as proporções de um processo de destruição das tradições e sistemas de significado. A razão é reduzida, especialmente, ao seu significado pragmático de auto preservação. De forma clara, relaciona-se cada vez mais com os critérios de eficiência graças aos quais o indivíduo se adapta à sociedade e progride dentro da mesma. Em face dos riscos totalitários que constituem o traço essencial da Europa daquele tempo, Adorno e Horkheimer desenvolvem uma filosofia da história negativa que vislumbra logo nas primeiras tentativas de dominação da natureza o desenvolvimento do processo reificador que terá o seu apogeu diabólico nas formas patológicas de racionalidade instrumental presentes no Holocausto e no Gulag (Honneth, 1998: 36). Nessa medida, Adorno tomou a semelhança entre as diferentes formas de totalitarismo e de capitalismo organizado como o ponto de partida da sua teoria, transformando-o no horizonte temático do seu modelo de história. Quando se diz que os tempos dos totalitarismos e do recente capitalismo organizado levaram às últimas consequências o devir instrumental da razão, chama-se a atenção para que esse devir estava inscrito no primeiro gesto de submissão da natureza, como a narrativa de Ulisses claramente enunciava. Desde então, “o preço da renúncia, da auto-ocultação, da comunicação interrompida do homem com a sua própria natureza, tornada enquanto «isso» anónima, é interpretado como consequência de uma introversão do sacrifício.” (Habermas, 1990-b: 112)

Arte e filosofia constituem os únicos domínios de actividade nos quais o espírito emerge por entre a crosta da reificação. A reconciliação dos seres vivos só pode ser prefigurada nos modos cognitivos da arte e da filosofia, onde se antecipa uma reconciliação não violenta entre a parte e o todo. O momento comunicativo do espírito é exilado para fora do momento conceptual, para o território da estética (Adorno, 1982: 154). O modelo totalizante de uma sociedade administrada funda-se numa espécie de “a priori” da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

reificação que ignora, com alguma soberba, a autonomia das esferas sociais relacionados com a personalidade, a sociedade e a cultura.

Muitas das características que são citadas a propósito dos regimes autoritários são transpostas com facilidade para a generalidade das sociedades de massa: a tailorização da linha de montagem, o predomínio do capital intensivo, a emergência da indústria cultural, a consolidação do consumismo são factores que facilitam a disseminação das relações sociais reificadas em todos os domínios da vida quotidiana. A exaltação ideológica da ciência e da técnica, criticada por Adorno e Horkheimer, conduz à exaltação do conformismo, à alienação, ao surgimento de novas cadeias e dependências e, no limite, à legitimação de formas agressivas de totalitarismo (Adorno e Horkheimer, 1995: 112-113).

A descrição do processo de reificação do mundo empreendida pela Escola de Frankfurt tornou-se exemplo de um pensamento fascinado pelo seu próprio negativismo e dominado por uma estrutura aporética, incapaz de explicar a escassa vocação redentora que parecia, apesar de tudo, pairar, como uma fantasmática ilusão recalcada, sobre as suas obras. Nesse sentido, a Dialéctica do Iluminismo parece assemelhar-se a uma proposta de antropologia filosófica tentando determinar o fundamento a partir do qual se desenvolveu toda uma história de regressão assente na dominação da natureza e do homem. Neste pensamento, as sociedades desenvolvem-se e reproduzem-se independentemente da autocompreensão comunicativa dos seus membros. A teoria estética e a dialéctica negativa são os únicos meios através dos quais uma teoria social crítica enfraquecida pode conceptualizar a dominação capitalista, entendida como a generalização totalizante de uma racionalidade instrumental (Honneth, 1994-b: 41). A análise económica torna manifestas as tendências evolutivas que permitem ao capitalismo impor um sistema de dominação baseado na economia planificada; a análise sociológica investiga os mecanismos mediante os quais os indivíduos se ajustam às novas exigências comportamentais; a análise da cultura incide sobre os meios e mecanismos que medeiam entre as exigências sociais de comportamento e a mente do indivíduo. Nesse sentido, a crítica da reificação implicava, ela própria, uma visão reificada, na medida em que implicava uma abstracção das dinâmicas sociais e a negação de toda a autonomia. A dialéctica desistoriciza-se a fim de cobrir a totalidade da civilização ocidental. Consequentemente, nem sequer tenta prefigurar o futuro, elaborando as mediações necessárias para a sua realização,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

refugiando-se numa deriva puramente especulativa de contornos absolutamente defensivos. Limita-se a defender a autonomia e a “não identidade” contra uma sociedade integralmente classificada como sendo de administração total. Na verdade, toda a tentativa para corporizar o princípio emancipatório do Iluminismo na filosofia do sujeito acaba por legitimar todas as formas de opressão.

O raciocínio que atravessa o pensamento da Escola de Frankfurt no que respeita à razão está marcado por uma aporia incontornável: como é possível ao diagnóstico que a toda a razão imputa um devir inevitavelmente marcado pela dominação, utilizar os mesmos instrumentos dessa razão, deixando de perpetrar a dominação que pretende condenar? Dito de outra forma: como colocar-se de fora de uma totalidade, descrita enquanto tal, reivindicando para si a singularidade que permite a resistência quando, simultaneamente, os próprios mecanismos do Iluminismo, no qual a crítica e a resistência se fundam, só conduzem àquilo que pode ser considerado como o triunfo definitivo da racionalidade que se pretende criticar?(Benhabib, 1994: 116-119). A permanência da Teoria Crítica na sua intransigente estrutura aporética acaba por se revelar uma descrença nas possibilidades de qualquer espaço público, de qualquer possibilidade de um estrutura marcada pela publicidade crítica, na medida em que ela própria se identifica com a rejeição de uma estrutura conceptual que é a base da racionalidade argumentativa.

Um elemento fundamental deste conjunto de críticas da razão será a obra de Michel Foucault que, noutra contexto teórico _ pesem, embora, as afinidades significativas e explicitamente admitidas com a Escola de Frankfurt _, mais uma vez, oblitera e desdenha a consideração de uma concepção normativa de legitimidade. Apesar de não ter usado o termo reificação não nos parece ilegítimo chamar a atenção para o carácter profundamente objectificado e exterior que os fenómenos sociais parecem adquirir para Foucault. Quando fala de crítica racional da própria razão, o seu olhar fascinado pelas estruturas de dominação associa a racionalidade cognitivista aos novos mecanismos de controlo: as novas condições epistemológicas de produção de saber estão associadas a uma vontade de poder que atravessa as ciências do homem e que apontam para a ortopedização do sujeito moderno. Trata-se de desencadear um novo processo de investigação no qual se exprime a vontade de voltar às fontes do momento racional, as quais são, em si, o melhor lugar para se perceber as práticas que lhe são inerentes. A

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

doença, designadamente a doença mental, e o crime oferecem um terreno privilegiado para a investigação desta diferença constituinte entre positivo e negativo, normal e patológico, ou seja, para a compreensão do impensado _ a Irrazão _ sobre o qual se ergue a Cultura da Modernidade (Foucault, 1988: 55). Desde o estudo da constituição da loucura como imagem especular da constituição da razão, modelo de rejeição por uma cultura de algo que lhe é exterior (Foucault, 1982: 9), passando pela descrição da forma como a prática jurídica será atravessada por uma concepção panóptica de poder, até à cuidadosa análise das práticas científicas das ciências sociais, em todo o empreendimento foucauldiano perpassa uma indagação inquieta sobre a violência que emerge na modernidade. Graças ao encontro com a desrazão, analisam-se os contornos da emergência de um novo conceito de racionalidade indissociável de uma certa compreensão do homem relacionada com o processo de produção (Dreyfus e Rabinow, 1984: 198). Graças ao entendimento de uma nova ordem do conhecimento que supõe, toda ela, uma nova compreensão da subjectividade analisam-se os mecanismos de interiorização do que é conforme à ordem. (Foucault, 1988: 253). Empreende-se, deste modo, uma inquirição sobre o personagem recente designado por homem, a qual oscila entre uma narrativa da dominação absoluta e a busca, no trabalho mais recente, de uma autonomia que permite pensar na responsabilidade individual pela própria subjectividade. Vê-se desenvolver e aperfeiçoar nas oficinas, nos hospitais e hospícios uma tecnologia disciplinar centrada na utilidade e docilidade do indivíduo (Dreyfus e Rabinow, 1984: 197).

Desenha-se, deste modo, um trabalho consistente e minucioso de recensão dos mecanismos de vigilância e poder que se tornam visíveis em instituições como os asilos, as prisões, hospitais e família. Evidencia-se a existência de uma relação estrutural entre humanismo e terror. O poder é analisado como operando através de uma multiplicidade de dispositivos de controlo e vigilância que estão na própria raiz de novos discursos sobre a verdade, o conhecimento e os comportamentos sociais. Essas diferentes formas de controlo do humano implicam o desenvolvimento de um domínio específico de técnicas, tipos de discursividade e saber, resultando em produtos conformes às respectivas áreas de intervenção: a alma e a mente, o corpo, o homem, a sexualidade. Essas práticas, técnicas, tipos de discursividade e de saber relacionam-se, por seu lado, com uma *episteme* que tem por principal objecto o homem e são próprias de instituições como os hospitais, os asilos,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

as prisões, as instituições psiquiátricas e de vigilância do corpo.

Este percurso, centrado nas relações de poder que emergem na vida quotidiana e que se inscrevem no sujeito, no decurso do seu processo de formação, defende que o desenvolvimento e generalização de mecanismos disciplinares foi o lado obscuro do processo durante o qual a burguesia no século XVIII se tornou a classe dominante. O novo corpo jurídico geral que garantia um sistema de direitos baseava-se, afinal, nesses micropoderes disciplinares que constituíam a face obscura do sistema das liberdades formais. O poder surge anónimo, ou seja, um puro operar descentralizado. Assim, a construção jurídica iluminista serve para obliterar a dominação intrínseca ao poder. “As disciplinas reais e corporais constituem o subsolo das liberdades formais e jurídicas. O contrato podia bem ser imaginado como o fundamento ideal do Direito e do poder político; o panoptismo constituía o procedimento técnico, universalmente espalhado da coerção” (Foucault, 1977: 223-224). Essa construção jurídica remete-nos para questões de legitimidade e ilegitimidade mais do que para questões de luta e submissão, obliterando o facto de que o discurso veiculado pelos poderes disciplinares não é o das normas mas sim o da normalização e da sujeição. Ao mesmo tempo que se desenha incontestavelmente um progresso em matéria de representação política e de igualdade _ sendo que a atenção escassa de Foucault a esse lado do humanismo poderá ser um dos seus elementos mais frágeis _ aumenta a disciplina nas fábricas e reforça-se a vigilância dos cidadãos pela polícia, assegura-se, enfim, o desenvolvimento efectivo de relações que nada tinham a ver com a igualdade, a liberdade e a fraternidade. As relações de poder estão associadas a outro tipo de relações, incluindo produção, género, família, conhecimento e sexualidade entre outras. Foucault, apesar da importância do seu trabalho na denúncia de formas de dominação que se fazem sentir no mundo da vida, inscreve-se, assim, num movimento mais geral que aqui descrevemos e que se caracteriza pela desacreditação dos discursos de legitimidade, olhados, eles próprios, como puro instrumentos de dominação.

Uma análise crítica da racionalidade que não se esgote na celebração de uma espécie de fatídica dominação não poderia, todavia, vir do interior destas posições teóricas. Há que assumir uma ideia de racionalidade prática que levante o problema da legitimidade, trazendo à colação as potencialidades críticas inscritas nos recursos simbólicos e comunicacionais. O diagnóstico da crise da razão prática e da sua

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

subserviência à razão teórica acabou por se traduzir numa espécie de apologia paradoxal do que se pretendia criticar de tal forma o sentimento de inevitabilidade cegou as possibilidades de escolha. Assim, a ideia de uma compreensão da diferença que não se resume ao recenseamento das formas de dominação ocultas jamais chega a ganhar forma.

Haveria que chamar à colação uma noção ampla e abrangente de razão que não se reduzisse a um sentimento estritamente utilitarista e instrumental (Esteves, 1998: 12). A recuperação da razão prática, designadamente no plano da política, confronta-se com a necessidade de os indivíduos e instituições sociais serem capazes de fornecer uma justificação racional, quando interpelados quanto à legitimidade das suas decisões. Ou seja, o estado hipertrófico que a racionalidade instrumental adquire nas sociedades complexas não impede que seja possível defender a existência de formas de mediação motivadas por uma vocação crítica e intercompreensiva. Apesar do confronto com a repressão real dos processos de busca de entendimento em favor de formas sistémicas de integração como o mercado e a burocracia _ directamente relacionados com o fenómeno da reificação, e que traduzem uma perda de liberdade e de significado _ não deve concluir-se daqui que este fenómeno transporta consigo um inevitável devir totalitário.

Reificação e mundo da vida: da Fenomenologia à Teoria Crítica

Paralelamente ao trabalho da Escola de Frankfurt e, mais tarde, de Foucault, existe uma abordagem da reificação do mundo social que tem sido menos explorada. Trata-se da tradição que inclui as obras de Alfred Schutz, de Peter Berger e de Thomas Luckmann, e que conflui, ao menos parcialmente, na obra de Habermas. Este último encontra-se numa posição peculiar, transferindo algum do esforço percorrido nas sociologias interpretativas (Fenomenologia Social e Interaccionismo Simbólico) para o interior da Teoria Crítica.

A abordagem do mundo da vida e da atitude natural – nuclear para a Fenomenologia Social – filia-se em Husserl, com a distinção estabelecida entre a percepção inocente do mundo exterior e a percepção autoreflexiva que o próprio sujeito

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

faz do seu acto de perceber o mundo (Husserl, 1967: 174). Nesta percepção tem lugar o estabelecimento de uma distância em face das percepções naturais ingénuas (Husserl, 1967: 154) A redução transcendental – *époqué* – consiste na suspensão do juízo sobre mundo, não no sentido cartesiano, mas no sentido da tentativa de regressar ao carácter prioritário da consciência, aquém do momento em que o mundo se oferece como um pré-dado existente na sua evidência (Husserl, 1967: 171). O passo a que Husserl se propõe é a suspensão da crença no mundo exterior, quer como é ingenuamente vista por qualquer um na vida quotidiana, quer como é interpretada por filósofos e cientistas. Através desta operação, em lugar de se regressar às coisas, regressa-se à consciência que se tem do mundo, ou seja, a uma correlação essencial entre a consciência e as coisas (Husserl, 1967: 172).

Desenvolvendo as intuições de Husserl, Schutz considerou a atitude natural como uma suspensão da dúvida em relação à objectividade do mundo (Schutz, 1975: 5-6). Enquanto a *époqué* fenomenológica convida a pôr entre parênteses todo o mundo objectivo para atender ao âmbito da consciência em que tal mundo se oferece como vivência da subjectividade _ ignorando todos os juízos acerca da existência do mundo exterior com o fim de alcançar a esfera da evidência absoluta _ a atitude natural, ao contrário, contém uma tese implícita no qual o mundo é aceite tal como ele se dá, na sua evidência (Morujão, 1961: 43). Não se trata, porém, de uma inversão no sentido de colocar um conceito no lugar de outro: enquanto Husserl se propunha estudar os processos pelos quais, graças à redução, se chegava à consciência transcendental, Schutz enveredava pela compreensão da atitude natural, estudando as estruturas intersubjectivas de formação do senso comum. Para a Fenomenologia Social, o objecto de estudo é a atitude natural, com a sua fé tácita na realidade do mundo e na intersubjectividade desse mundo. A atitude natural surge, deste modo, como uma espécie de “naivité” constitutiva da possibilidade da existência social, ou seja, é caracterizada pelo facto que o indivíduo se encontra diante do objecto sem se interrogar sobre o sentido da sua objectividade. O mundo da vida surge, pois, enquanto “esfera das experiências quotidianas, direcções e acções através dos quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objectos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos”(Wagner, 1979: 16).

Na relação com o mundo da vida social usa-se a tipificação, entendida como

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

classificação em que são tidas em conta certas características básicas para a solução das tarefas práticas que se apresentam aos actores. A percepção própria do senso comum é efectuada com base em tipos. “Estrutturamos o mundo de acordo com tipos e relações típicas entre tipos” (Schutz, 1975: 94-95). As tipificações fazem parte das antecipações e planeamentos que se empreendem na vida quotidiana porque implicam um certo estilo que Schutz classifica de “pensar como sempre.” As tipificações dependem de dois tipos de idealizações; “a de que assim foi, assim será” e a de que “posso fazer isso de novo.” Ou seja, em face de cada nova situação, o actor agirá do mesmo modo partindo do princípio de que as coisas se apresentarão idênticas àquelas que se apresentaram da última vez. O homem na vida diária tem a qualquer momento um sedimento de conhecimentos à mão que lhe serve como um código de interpretações das suas experiências passadas e presentes, e também determina a sua antecipação das coisas que virão. Um dos problemas com que se confronta uma abordagem deste tipo _ designadamente quando se depara com a minuciosa descrição do mundo da vida e da atitude natural _ é a existência de uma eventual acusação de conformismo, resultante de uma visão objectivista e conformada contra as quais se erguia a teoria crítica. Porém, Schutz não pretende fazer qualquer apologia desta ou daquela forma de estar no mundo mas apenas descrevê-la. A Fenomenologia Social abordou, de frente, a questão da particularidade, reconhecendo de modo explícito a existência do fenómeno que hoje entendemos como pluralização dos mundos da vida. “Cada um percebe o mundo e as coisas dentro do mundo desde o particular ponto de vista em que está colocado em cada momento, e também desde determinados aspectos e perspectivas que variam na dependência do ponto de vista” (Gurwitsch, 1975: xiii-xv). Tal conhecimento “traz a sua evidência em si próprio – ou em vez disso, é tido como pressuposto na falta de evidência em sentido contrário. É um conhecimento de receitas certas para interpretar o mundo social e para lidar com pessoas e coisas, de forma a obter em cada situação, os melhores resultados possíveis com o mínimo esforço, evitando consequências indesejáveis” (Schutz, 1979: 83). A atenção de Alfred Schutz à multiplicidade de realidades, a consciência da existência de grupos diversificados, dotados de mitos centrais próprios, a análise exaustiva das relações intergrupais, a atenção dedicada ao papel do outro, do estrangeiro e do marginal são elementos centrais do seu pensamento, contribuindo para uma compreensão dos mecanismos de formação do estereótipo e do preconceito. A consciência que se faz sentir

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

da pluralidade de mundos de vida abre o caminho à conclusão de que os mecanismos de formação do preconceito e do estereótipo no interior de cada grupo são uma realidade que pode ser pensada de um ponto de vista reflexivo, tendo em conta o sentido fortemente etnocêntrico que os caracteriza. Em “The Stranger”, Schutz demonstra que a atitude do *pensar – como – sempre*, própria da presença ingénuo do actor no mundo da vida está dependente de um conjunto de assunções que ele problematiza mas que o actor social, ingenuamente, não reconhece como problemáticas: a) espera-se que a vida e em especial vida social continue a ser como até aqui; b) deve-se confiar no conhecimento trazido até nós pelos pais, professores, governantes, tradições e hábitos, mesmo se não compreendemos a sua origem e significado; c) deve-se acreditar que o curso das coisas é suficientemente estável para que o actor possa saber como lidar com os acontecimentos com que se possa deparar no mundo da vida; d) deve-se ter por adquirido que os esquemas de interpretação graças aos quais o actor lida com o mundo e com os outros não integram uma simples atitude privada mas são partilhados por todos (Schutz, 1975: 96). Como o estrangeiro não partilha destas assunções básicas, elas nunca farão parte da sua biografia. Do mesmo modo, o regressado, como Ulisses, de uma viagem distante, não reconhecerá o mundo da vida a cuja experiência tinha acesso através da memória. “Sentir-se em casa é uma expressão de um elevado grau de intimidade e familiaridade” _ dirá Schutz, ele próprio recordando a sua experiência de retorno da frente de guerra (Schutz, 1975: 106-108). Estas experiências demonstram que os consensos sobre a realidade social estabelecidos em cada grupo interno _ mesmo naquele mais marcado pela intimidade como o lar, ou pela extravagância, como em Quijote _ são, cada um por si, um entre outros possíveis. O reconhecimento implícito, por parte de Alfred Schutz, de um etnocentrismo inerente aos mundos da vida _ e o reconhecimento profundo da dinâmica comunicacional que lhes é inerente _ deixa em aberto o caminho da reflexividade como um elemento essencial de superação do seu carácter coercivo. É nessa medida que Schutz não hesitará mesmo em afirmar que “o que está para além de qualquer questionamento até agora pode ser sempre posto em questão” (Schutz, 1976: 231).

Os actores sociais agem com base nos saberes adquiridos nas suas histórias efectivas, ou seja, de acordo com as suas situações biográficas determinadas. Estas sempre enfatizam determinadas possibilidades de acção em detrimento de outras, tornando os

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

actores e intérpretes cegos para outros possíveis que podiam preencher as suas vidas. Se a realidade é como é não é porque tem de ser assim _ porque dispõe de uma qualquer propriedade ontológica, como diriam os filósofos, mas sim graças a um consenso que se estabelece na vida quotidiana. “(...) A tipicidade (qualquer forma de tipicidade) significa assumir que o que demonstrou ser típico no passado terá uma elevada probabilidade de permanecer típico no futuro, ou por outras palavras, que a vida continuará como até aqui” (Schutz, 1976: 112). O problema que se entrevê é que a atitude natural – pragmática, realista e carente de reflexividade - supõe que a forma de conhecimento própria do mundo da vida quotidiana implica uma aceitação que se aproxima da reificação. Para Schutz, a realidade social é construída e as realidades objectivas dependem de vários processos subjectivos de apreensão de sentido. Porém, “o processo constitutivo [pelo qual a nossa experiência configura um conjunto de conceitos acerca da experiência vivida] é inteiramente ignorado, enquanto a objectividade constituída é tida por adquirida” (Schutz, 1967: 82). Ou seja, a nossa conceptualização do mundo quotidiano é tida por verdadeira e objectiva, ignorando-se o conjunto de realidades sociais e históricas nas quais essa conceptualização foi originada. As pessoas reificam sempre que ignoram o processo de constituição da sua experiência e, apesar de tudo, tomam a objectividade da sua experiência por adquirida. Não será deste modo exagerado aceitarmos a existência de um conceito construtivista de reificação, ainda que especialmente referido à consciência pré-teórica das pessoas na vida quotidiana (Thomason, 1982: IX-XI). Quando alguém interpreta um produto dado – um texto, uma norma, uma instituição – é possível focalizar a atenção no seu estatuto de objecto independente do seu autor ou pode-se olhar para a sua aparente evidência tentando compreender o que estava na mente dos seus autores no momento em que foi feito. Porém, na maior parte dos casos o produto da actividade social é olhado como uma objectivização dotada de sentido universal.

Ao longo da sua obra, os discípulos de Schutz, Peter Berger e Thomas Luckmann, estudam o processo de construção da realidade objectiva: “até que ponto uma ordem institucional, ou alguma parte dela, é apreendida como uma facticidade não humana? Esta é a questão da reificação da realidade social.” Berger e Luckman consideram que a “reificação é a apreensão dos fenómenos humanos como se fossem coisas. Outra

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

maneira”, acrescentam, “de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da actividade humana como se fossem algo diferentes de produtos humanos, como se fossem factos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina”(Berger e Luckmann, 1973: 122). Este tipo de abordagem desloca o problema da reificação para um plano antropológico, eliminando uma certa tendência para a idealização do mundo da vida. O problema que se pode colocar é o de nos interrogarmos sobre se toda a linguagem não supõe uma certa tipificação, uma certa generalização e, logo, uma certa reificação, ou seja, uma aceitação das estruturas do mundo: a observação de todas as comunidades bem sucedidas sugere que todas elas implicam padrões de vida quotidiana, transmitidos e sedimentados, em grande medida pela linguagem vulgar, e percebidos, de certo modo, pelos seus membros como independentes da sua própria vontade e autoridade (Thomason, 1982: 7). Saber se a realidade social pode ser de outro modo, se, pelo menos, podemos rejeitar as formas de dominação que se nos afiguram mais perigosas é interrogarmo-nos sobre a possibilidade de abrirmos outros mundos – em suma, outros modos de dizer – é um problema que só pode ser respondido no interior da política, ou seja, no decurso do exercício da cidadania. Aí teremos de nos confrontar com as diversas variações históricas do grau e da medida em que os diversos indivíduos e grupos confrontam o mundo social de um modo mais activo ou mais passivo. Nesse sentido, a política enquanto reconhecimento das possibilidades de novos mundos – de superação da reificação – implica a tradução entre «jogos de linguagem». Esse será o caminho visado pela Teoria Crítica de Habermas

O mundo da vida no agir comunicacional

Ao longo da sua obra, Habermas irá diagnosticar a existência de dois domínios sociais _sistema e mundo da vida _que se diferenciam consoante a racionalidade que predomine em cada um deles seja comunicacional ou instrumental. Estabelece, deste modo, uma diferença entre: “1) o enquadramento institucional de uma sociedade ou mundo vital sócio-cultural, e 2) os subsistemas de acção racional relativa a fins que se

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

incrustam nesse enquadramento. Na medida em que as acções são determinadas pelo marco institucional são ao mesmo tempo dirigidas e exigidas mediante expectativas de comportamento, sancionadas e recíprocas. Na medida em que são determinadas pelos subsistemas de acção racional-teleológica, regulam-se por modelos de acção instrumental ou estratégica” (Habermas, 1987-a: 60). Esta distinção torna-se a base de um projecto emancipatório que tem o seu fundamento no universo da interacção e da comunicação livre de restrições. Acredita-se que a racionalização do enquadramento institucional só terá lugar por meio da interacção linguisticamente mediada, ou seja, pela destruição dos constrangimentos sobre a comunicação. A discussão pública, sem restrições e sem coacções, sobre princípios e normas orientadoras de acção, levada a efeito em todos os níveis dos processos políticos e de formação da vontade, é o único meio no qual é possível tal «racionalização». O processo comunicativo no qual a reflexividade se exerce em relação às próprias normas parece ser a possibilidade que, de forma acentuada, autoriza um pensamento emancipatório.

Na “Teoria do Agir Comunicacional”, «mundo da vida» e «sistema» tornam-se os conceitos básicos em torno dos quais se desenvolve o pensamento sociológico de Habermas (Habermas, vol. I, 1987-b: 167-168). Do ponto de vista do mundo da vida, focam-se os elementos da razão prática, enquanto o ponto de vista do sistema dá especial ênfase aos elementos relacionados com a acção teleológica e a razão instrumental. No mundo da vida prevalecem mecanismos de intercompreensão e de consenso, enquanto no sistema prevalecem os mecanismos de troca e de poder. A integração social mede-se por critérios de estabilização interna que têm a ver com a conservação da identidade do grupo e do indivíduo; a integração sistémica mede-se segundo o grau de estabilização externa, isto é, capacidade do sistema de manter os limites no que respeita ao seu ambiente. No primeiro caso, a falência da integração origina uma crise de identidade; no segundo, dá lugar à ingovernabilidade (Habermas, vol.I, 1987-b: 170).

O par de conceitos sistema/mundo da vida emerge com um papel fundamental para a análise dos processos de reificação, constituindo mesmo a base conceptual sobre que se desenvolve a teoria da modernidade. O fenómeno que caracteriza a modernidade e, de um modo crescente, a sociedade do capitalismo tardio é a crescente invasão do segundo pelo primeiro. As relações de mercado e de poder saem do seu âmbito e introduzem-se no

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

mundo da subjectividade, da família e das relações íntimas. O mundo da vida acaba por se confinar a um reduto definido de modo negativo: aquele que não está submetido aos mecanismos sistémicos ainda que não esteja imune a eles (Sotelo, 1997: 193).

Por racionalização comunicacional do mundo da vida, Habermas entende, de modo largo, o processo de actualização progressiva do potencial de racionalidade presente no agir comunicacional. Num mundo vivido racional, as funções de reprodução cultural, de integração social e de socialização são assumidas pela linguagem e quase unicamente pela linguagem. A racionalização do mundo da vida aparece como um processo orientado pela concretização da “comunidade de comunicação ideal” (Habermas, vol. II, 1987-b: 120). Nesse sentido, se podem interpretar os processos de diferenciação estrutural do mundo da vida, graças aos quais cultura, sociedade e personalidade se separam. A modernidade inclui um conjunto de modificações com repercussão incontornável no mundo da vida: a substituição do saber sagrado por um saber apoiado nas razões, especializado segundo determinadas pretensões à validade; a autonomização da legalidade como domínio específico; a expansão do individualismo com o aparecimento de exigências crescentes de autonomia e realização pessoal (Habermas, vol. II, 1987-b: 121).

Considerado sob o ponto de vista da reprodução e racionalização do mundo da vida, o agir comunicacional garantiria a transmissão, crítica e aquisição de saber cultural, ou seja, a reprodução cultural, a integração social entendida como a coordenação de acção segundo pretensões de validade intersubjectivamente reconhecidas e a socialização através da formação de identidades pós-convencionais. Daqui resulta para a cultura, “um estado de revisão permanente das tradições, tornadas fluidas e reflexivas; para a sociedade, uma situação onde as ordens sociais legítimas dependem de processos formais de instituição e fundação de normas; e para a personalidade, uma situação do *self*, altamente abstracta, objecto de uma estabilização constantemente regulada” (Habermas, vol. II, 1987-b: 160).

O problema desta perspectiva é que as exigências conflituais incontornáveis ao mundo da vida parecem ser obliteradas a fim de dar lugar a uma nova idealização. Se, enquanto autor de um empreendimento fenomenológico, Schutz pretendia sobretudo proceder à descrição da vida quotidiana social como aparecia aos actores sociais, Habermas pretende introduzir o potencial reflexivo que resulta da vida moderna. Porém,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

confronta-se com a tese insistentemente retomada por vários autores, nomeadamente Thomas McCarthy, Axel Honneth, Nancy Frazer, Jeffrey Alexander e Amason, preocupados com a forma demasiado rígida como é abordada a distinção entre sistema e mundo da vida. Habermas apresenta dois domínios diferentes: num a interacção é sistemicamente integrada e formalmente organizada e no outro, predomina a orientação para a intercompreensão e mútuo entendimento. O problema desta abordagem é que, pensada deste modo, acaba por implicar uma perspectiva essencialista das duas estâncias, induzindo a existência de universos de consensualidade ideal e, ao invés, de domínios completamente arredios a qualquer consideração normativa. Isto é, implica a existência, ao nível organizacional e sistémico, de domínios de acção completamente estanques às orientações informais e eticamente reguladas, ou sejam, domínios de acção onde os mecanismos sócio-integrativos não desempenham qualquer papel. Nas modernas sociedades diferenciadas, o sistema económico e a esfera de acção do Estado, quase se regulariam de modo indiferente ao domínio normativo. Os sistemas surgiriam como um domínio de acção diferenciado das outras partes da sociedade, preservando a sua autonomia na relação com elas. A acção sistémica poderia ocorrer independentemente da orientação normativa do consenso, enquanto o mundo da vida surgiria como um esfera de acção comunicativamente integrada, que pode ocorrer independentemente de relações de dominação. Honneth fala de duas ficções complementares, das quais uma se concretiza na ocorrência de organizações desprovidas de normas e a outra em esferas de comunicação desprovidas de poder (Honneth, 1997-a: 270). Nesse sentido, pode-se falar, também, talvez de modo mais cruel, de “uma chamativa ausência de considerações éticas ou normativas na aproximação que Habermas faz aqueles âmbitos institucionais da sociedade como o mecanismo económico ou a organização administrativa, regulados por mecanismos de controlo sistémico, a circulação de dinheiro ou os mecanismos de poder, a partir dos quais é possível colonizar a interacção do mundo da vida, sem a contrapartida da penetração do sistema por este último” (Miguerza, 1997: 91).

Esta dicotomia rígida resulta em grande parte do facto de Habermas, na “Teoria do Agir Comunicacional”, acreditar que o mundo vivido não reproduz a violência simbólica intrínseca à pseudo _ comunicação dos aparelhos de produção cultural, ao mesmo tempo que sustenta a ideia que a integração sistémica é inteiramente indiferente a qualquer

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

espécie de normas. Habermas é suspeito de desenhar o mundo da vida como “ilhas vulneráveis de sentimento e pensamento rodeadas por oceanos hostis de sistemas racionalizados” (Miguerza, 1997: 91) O mundo da vida surge como uma instância defensiva, cuja dinâmica intersubjectiva, livre de toda a dominação, depende da obtenção de um consenso racional. A ameaça que sobre ele paira é exterior e provém do universo sistémico que procede à sua colonização.

Afinal, o mundo da vida, enquanto salvaguarda defensiva de uma instância de intercompreensão, é um momento indispensável para o esquema conceptual no qual Habermas faz basear a formulação de um pensamento emancipatório. O desejo de pensar um modelo de consenso normativo conduziu à formulação de uma instância onde as relações comunicativas e intersubjectivas já existem *a priori* e se mantêm estanques às relações de poder e dominação: “Se a acção comunicativa não estivesse incorporada em contextos do mundo da vida que providenciassem um pano de fundo consensual, o uso da linguagem orientado para a compreensão social seria uma via improvável para a integração social”(Habermas, 1996-b: 22). Se a época presente está ameaçada por uma ideologia da ciência e da técnica, o que importa é enfatizar a existência de contratendências expressas numa prática discursiva tão próxima possível da situação linguística ideal. A racionalidade comunicativa não se aplica apenas aos processos de formação do consenso mas também às estruturas de uma situação de pré-entendimento já atingida dentro de um mundo da vida intersubjectivamente partilhado. O ideal do consenso livre de toda a dominação vive sob a suspeita de pretender o restabelecimento da intersubjectividade, relativizando ou mesmo obliterando e omitindo a existência de coacção nas estruturas sociais positivas. De uma certa forma, a situação ideal de fala aparece como dada. As formas comunicativas não surgem como devendo ser mas como sendo efectivamente apriorísticas, o que faz crer que Habermas fez depender o potencial utópico da racionalidade comunicacional das estruturas intercompreensivas efectivamente existentes.

A negação das perspectivas apocalípticas da antiga Escola de Frankfurt conduz, afinal, à assimilação da comunicação e da emancipação, de uma forma que conduz à exclusão da análise da linguagem sistematicamente deformada em que se funda a reprodução dos mecanismos de dominação. Nesta medida, a resposta à reificação tal como

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

é pensada por Habermas sofre de um erro de apreciação que advém da sua insistência numa dicotomia que só pode ter razão de ser através da idealização de um dos seus termos. “De um ponto de vista macrosociológico, o curso da história é estilizado como um processo de implementação da racionalidade comunicacional, a qual já estaria presente na acção comunicativa”(Johannes Berger, 1994: 181-182). Isto irá ter consequências, como iremos ver, nas suas concepções mais recentes de espaço público e, em especial, de sociedade civil, na medida em que, aparentemente, pode induzir à menor ênfase de problemas relacionados com a economia e o poder político.

Reificação e cultura mediática

O problema da reificação constituiu-se, desde sempre, como uma interpelação importante para o domínio da cultura, em geral, e dos *media*, em particular. A dinamização do espaço público moderno, como instância de exercício público da razão implica um entendimento dos *media* que coloque como aspiração normativa superar, ao menos parcialmente, alguns dos traços que acompanharam a concretização da modernidade como sejam a massificação cultural e a generalização de formas de pseudo-comunicação.

Também aqui, o problema da reificação surge em diversos níveis: a penetração da racionalidade industrial no seio dos *media*; a mercantilização da informação e da comunicação; a emergência de produtos culturais que parecem ganhar, a velocidade crescente, uma vida própria; a subordinação das indústrias da cultura, em geral, e da indústria mediática, em particular, aos *media* sistémicos e a tendência generalizada para a naturalização do que é resultado de uma *praxis* histórica de raiz humana (Esteves, 1998: 396).

Com particular distinção para os elementos teóricos já referidos provenientes da Teoria Crítica e da Fenomenologia Social, é possível detectar um largo espectro de reflexão teórica sobre os *media* que trazem a categoria da reificação como elemento

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

central de análise. As vias seguidas nesta atitude crítica e normativa coincidem nalguns pontos essenciais: à dissolução dos públicos, à emergência da sociedade de massa e ao aparecimento da racionalidade industrial e burocrática no seio da cultura, à fetichização mercantilista da informação e da comunicação, à crise da cidadania e da opinião pública haverá que opor um caminho que passe por uma recuperação de novos públicos e pela possibilidade de afirmação polimórfica da racionalidade entre os *media*.

Desde logo, o papel dos *media* na criação de espaços de resistência à reificação remete-nos para a definição de cultura de massa e para a antítese clássica entre público e massa, enquanto modelos abstractos e ideal-típicamente concebidos que se excluem mutuamente. Enquanto o público remete geralmente para o exercício dialógico da razão por parte dos indivíduos que o integram, a massa, na tradição filosófica e das Ciências Sociais e Humanas, tem sido caracterizada por uma mera contiguidade dos actantes geralmente passivos.

A preocupação com a massa emerge no pensamento conservador oitocentista, reflectindo um ponto de vista crítico em relação às novas condições que emergem com a urbanização e a massificação. Já Tocqueville se referia à nova forma de sociabilidade como uma multidão inumerável de homens iguais e obcecados com os seus pequenos prazeres (Tocqueville, 1992: 768) enquanto Stuart Mill chamava a atenção para o facto de todos lerem e ouvirem as mesmas coisas. Hannah Arendt considera que, com a emergência da massificação, o reino do social finalmente alcançou o ponto em que controla todos os membros de uma comunidade igualmente e com a mesma força (Arendt, 1986: 41). Neste movimento generalizado, é justo identificar uma tendência hostil às forças portadoras do mundo moderno (Löwy e Saire, 1997: 20), onde pontificavam elementos restauracionistas como os que são susceptíveis de serem verificados em Edmund Burke, Joseph Maistre e, mais recentemente, Spengler, Elliot ou Chesterton. Com efeito, é possível afirmar a existência de uma afecção romântica onde se expressa dolorosamente a alienação das relações humanas, a destruição das antigas formas orgânicas e comunitárias da vida social.

Para os teóricos reunidos em torno da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e para sociólogos como Whright Mills, a massa afirmava-se como uma multiplicidade de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

consumidores anónimos, submetidos aos ditames da irracionalidade vigente na sociedade e transmitida pela indústria cultural. Deste modo, na forma de sociabilidade chamada de massa, a comunicação pública é hierarquizada, dirigista e estratificada, sendo muito menos os produtores do que os receptores de opiniões; a resposta imediata é impossível; a transformação da opinião em acção apenas se realiza de modo heterónimo, através da penetração na massa, de agentes da instituição revestidos de autoridade. Ou seja, existe pouca interacção ou troca de experiência entre os respectivos membros que a integram. Neste sentido, a massa constitui-se em um conjunto de indivíduos que são diferentes, independentes e anónimos e que actuam em resposta às suas próprias necessidades.

Ao invés, na forma de sociabilidade definida por público, verifica-se um modo de interacção centrado no confronto das interpretações, verificando-se que as argumentações são complexas, criticadas e enfrentadas por contra-argumentações (Blumer, 1987: 177). Neste contexto, consideram-se como características essenciais as seguintes: 1) tantas pessoas recebem opiniões quanto as que expressam; 2) a comunicação pública é organizada de tal modo que há possibilidade de resposta efectiva a qualquer opinião; 3) a opinião derivada do debate tem condições de converter-se em acção alcançando uma saída necessária contra o sistema dominante; 4) o público, em geral, goza de uma relativa autonomia em relação às instituições revestidas de autoridade (Mills, 1982: 356). A concepção sociológica de público identifica-o como uma forma de sociabilidade que, ainda que imprecisamente organizada, surge no decurso de uma discussão em volta de um tema (Price, 1994: 48). Em face, desta distinção, os *media* confrontam-se com o problema da reificação de um modo claro: ou catalisam uma forma de interacção que tenha por fundamento o ponto de vista da comunicação, cultivando a partilha de saberes, a troca de argumentos e, conseqüentemente, a participação no espaço público; ou, ao contrário, implementam e reforçam formas de interacção que favorecem o conformismo, a apatia, o isolamento e a privacidade atomista do anonimato gregário que é próprio da massa. A cultura de massa surgiria, neste contexto, como o termo utilizado para a cultura produzida em série, especialmente surgida na idade do capitalismo avançado, veiculada nomeadamente pelos *media*, prescindindo em absoluto dos esforços de negatividade em relação às condições sociais dadas. Tinha-se por adquirido que a indústria cultural era um novo fenómeno destinado a silenciar o empreendimento crítico, gerando “o amor funesto

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

do povo pelo mal que se lhe faz”(Adorno e Horkheimer: 1995: 133-134). Neste contexto, o termo indústria serviria para designar a produção organizada de uma cultura que apela às emoções e desejos primários dos indivíduos, domesticando as massas para o conformismo e fomentando um desejo interior de censura que conduziria ao apagamento de qualquer voz discordante. A sua marca distintiva “é o facto de ser um artigo única e exclusivamente destinado ao consumo da massa como a *chiclete*.” (McDonald, 1973: 77). Porém, o facto de corresponder às necessidades consumistas de uma população crescentemente urbanizada em nada fazia com que a cultura de massa correspondesse à cultura popular. Enquanto esta seria uma expressão espontânea do povo, “a cultura de massa é imposta. Vem de cima. É fabricada por técnicos contratados por homens de negócios: os seus públicos são consumidores passivos, cuja participação se limita à escolha entre comprar e não comprar” (McDonald, 1973:78). Deste modo, a reificação das relações sociais relacionar-se-ia com o grau de massificação graças a promotores de falsas necessidades que alimentam a lógica da produção consumista. Os escritos dos primeiros teóricos críticos tiveram a vantagem de providenciarem uma ponte útil chamando a atenção para o papel dos *media*, da publicidade, das imagens e do ideal «hollyoodesco» e, ao mesmo tempo, para a formação das identidades e para a sedimentação das práticas quotidianas (Featherstone, 1971: 6). O problema principal reside em saber se este conceito de massa pode, de facto, atender à complexidade dos processos crescentes de influência dos *mass media*. Algumas questões são, por isso, formuláveis, a propósito deste conceito que fez época e ainda se repercute em muita da reflexão que reclama a herança da teoria crítica. Com efeito, como é que o estudo do consumo e da cultura, com a sua peculiar atenção à dimensão simbólica da identidade e aos fenómenos periféricos e marginais pode ser concludente em todas as suas consequências se a ideia de massa é ainda tão carente de um conceito de agente social como “idiota socializado”? A manutenção de uma perspectiva conspirativa segundo a qual o impulso conferido à democratização da cultura constitui uma tentativa burguesa de controlar a classe operária sugere uma política unificada e coerente de integração social que está longe de ser, hoje, uma realidade. Mesmo que não aceitemos, ou aceitemos apenas parcialmente, as observações de Jameson, Baudrillard, Lyotard, ou Daniel Bell – designadamente o aparecimento de um novo estágio pós-moderno, pós-industrial ou informacional – uma observação atenta à dinâmica social fragmentadora e pluralista que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

caracteriza as sociedades modernas põe à evidência que os *media* não são apenas um reflexo superestrutural do contexto social mas também um elemento constitutivo da elaboração cultural e da construção social da realidade.

As afirmações contundentes em torno da ideia de uma cultura pós-moderna implicaram uma reavaliação, e até uma reabilitação da cultura de massa. Para a abordagem pós-moderna, as teorias defendidas pela Escola de Frankfurt são uma afirmação de elitismo em defesa de um modernismo artístico esotérico contra uma cultura partilhada por todos. Para além das abordagens pós – modernas, as observações empreendidas por Katz e por Lazarsfeld, as investigações oriundas do *Centre for Contemporary Studies* da Universidade de Birmingham, as sugestões teóricas de influência gramsciana (Mouffe, s/d: 45) – chamando a atenção para a dimensão conflitual dos processos de hegemonia – e a pesquisa habermasiana (Habermas, 1982; Habermas, 1996-b: 359) – reflectindo sobre as potencialidades normativas dos espaços públicos – puseram em destaque os riscos de uma observação totalizante da cultura de massa.

A reificação, tal como temos vindo a analisar, pressupõe, como premissa geral para a existência do capitalismo moderno, a burocratização, expressa na contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas (Lima, 1969: 33). De acordo com esta concepção weberiana, o capitalismo fundamenta-se numa modalidade da razão dirigida. Com o historicismo alemão e, sobretudo, a partir de Max Weber, surge uma superação do optimismo marxista e a passagem gradual a uma conotação negativa do processo de racionalização como destino inelutável e fatal da técnica. O capitalismo, tal como já vimos, é descrito como tendo nascido com a difusão dos livros de contabilidade dos mercadores. O racionalismo finalista apoia-se no desenvolvimento de operações susceptíveis de serem contabilizadas, abrangendo todos os escalões das esferas de negócios. O universo mediático aparece aos olhos dos seus críticos como o lugar onde a cultura, de modo mais evidente, é atingida pelo triunfo administrativa enquanto modalidade de organização social. Nesse sentido, a exigência da administração em relação à cultura surge, de modo mais e mais decisivo, como heteronómica na medida em que o que é cultural passa a ser medido por critérios alheios à cultura. Na indústria cultural encontram-se presentes tendências homogeneizantes, ligadas à estrutura burocrática das organizações que se ocupam dos *media* como, por exemplo, os jornais. Deste modo, a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

fórmula da linha de montagem é trazida para o interior da cultura: “*Time* e *Newsweek* levaram a sua especialização ao extremo; os seus escritores nem sequer assinam os seus artigos que, de facto nem são, propriamente, seus pois a reunião de dados é feita por um corpo especializado de pesquisadores e correspondentes e o artigo final, muitas vezes, tanto resulta do lápis azul e da reformulação do director, quanto dos esforços originais do autor” (McDonald, 1973: 84). Da mesma maneira que Adorno, Horkheimer e McDonald se debruçaram de forma exemplar sobre os mecanismos de gestão no cinema e na música (Adorno, 1991-d: 26), toda a investigação sobre o *newsmaking*, chamando a atenção para os diversos mecanismos instaurados no interior da empresa jornalística graças aos quais se concebe um produto final que é resultado de um profissionalismo específico, é uma forma de análise da penetração da racionalidade burocrática e finalista no interior da cultura.

A reificação está, ainda, relacionada com a mercantilização geral da informação e da comunicação. Ao longo da segunda metade do século XIX, a imprensa surge marcada por uma sôfrega vontade de conquistar o gosto popular. Porém, apesar do acesso crescente das massas a esta imprensa, esta esfera pública, aparentemente ampliada, perde o seu carácter político à medida que os meios para a acessibilidade psicológica se tornam uma finalidade em si mesmos em função de uma posição consumista (Habermas, 1982: 91). Os assuntos políticos, económicos e sociais, as causas mobilizadoras são substituídas pelos *fait divers*, pelas notícias de rosto humano, eventos sociais, acidentes, corrupção, entretenimento. Através da categoria do espectáculo assiste-se ao esvaziamento do espaço de mediação da opinião dos cidadãos. No recente fenómeno de desregulamentação verificado no interior dos *media*, os tempos vazios apelam ao seu preenchimento através de uma certa forma de trivialidade: divertimo-nos até à morte. Desta forma, “em lugar do confronto das razões, os dispositivos mediáticos instauram procedimentos de espectacularização e de sedução”(Rodrigues, 1995: 20).

Finalmente, de acordo com o universo de preocupações transportado, nomeadamente, por uma concepção fenomenológica e construtivista da reificação, esta traduzir-se-á em especial na tentativa de eliminar a origem histórica, social e humana dos enunciados (regras, convenções, normas, valores), para os dar a conhecer como existindo desde sempre. A reificação expressa-se através de uma espécie de curto-circuito do problema da legitimidade: as mensagens mediáticas encontram legitimação em si mesmas.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Com efeito, “o campo dos *media*, ao autonomizar-se como instituição, como resultado da própria luta pelas liberdades, transforma-se num discurso fechado sobre si próprio cortado da referência ao campo da produção e do seu código discursivo (...) são os *media* que definem a sua legitimidade como instituição produtora do único código discursivo legítimo”(Rodrigues, s/d: 25).

Apesar da pertinência deste conjunto de preocupações, há uma multiplicidade de aspectos que exigem uma observação mais atenta. A massa, objecto de uma crítica impiedosa nas observações citadas, é um conceito característico de um empreendimento crítico que se dirigia ao universo da produção, desconhecendo as complexas formas de diferenciação que se fizeram sentir na sociedade de consumo. Os *media*, hoje, já se não limitam a proporcionar uma concepção do mundo unitarista e centralizadora, válida para todos os tempos e lugares: a explosão pluralista conheceu, no plano simbólico e da cultura, uma das suas manifestações mais vigorosas mesmo que contraditória. A massificação da cultura confronta-se com a multiplicação de comunidades interpretativas e nichos de significado, pelo que não pode ser entendida segundo uma concepção unilateral que sobrevalorize a manipulação das consciências e dos comportamentos.

Nessa medida, a oposição habermasiana entre *media* reguladores – que permitem aos subsistemas diferenciarem-se – e formas generalizadas de comunicação – onde predominam a interacção pela linguagem e a ligação ao mundo da vida – constitui uma possibilidade a ter em conta no sentido de se proceder à compreensão da ambiguidade constitutiva dos meios de comunicação social. Esta ambiguidade resulta de os *media* não conseguirem viver ao abrigo das possíveis contradições que os atravessam, designadamente por despoletarem e amplificarem novas pretensões de validade (Habermas, vol. II, 1987-b: 429-430). Os meios de comunicação social confrontam-se com interesses conflitantes entre si, vendo-se obrigados a procurar integrar pontos de vista económicos, culturais, profissionais, ideológicos e políticos. Os *media*, por outro lado, não podem furtar-se às obrigações que resultam da missão jornalística, não podendo, assim, corresponder, ao menos na totalidade, aos *standards* da cultura de massa. Com efeito, nas mensagens mediáticas pode mesmo haver lugar para referências críticas. Finalmente, as próprias possibilidades técnicas até agora avistadas não apontam necessariamente para a constituição de redes centralizadas (Habermas, vol. II, 1987-b:

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

431).

Sendo ligados ao mundo da vida, os meios de comunicação social enfrentam possibilidades de reificação que resultam da sua relação estrutural com os dois principais subsistemas funcionais. Além de serem empresas que implicam normas rígidas de especificação produtiva destinadas a conseguir a melhor adequação possível entre os seus produtos e as necessidades do mercado, os *media* geram espaços onde se confrontam pretensões de validade conflituais que contribuem, de modo decisivo, para equacionar a legitimidade do sistema político.

Publicidade: ideologia ou utopia

A esfera pública constitui-se em forma de mediação caracterizada pelos ideais de universalidade, igualdade e liberdade essencial no que respeita à abertura aos participantes e ao conteúdo dos temas em debate. A apresentação da esfera pública está decisivamente ligada à ideia de uma instância crítica, na qual as decisões do poder se submetem a formas de interação assentes no exercício dialógico da razão. A idealidade de qualquer modelo associativo de espaço público confronta-se todavia, com as suas aporias, as quais coincidem com as próprias dificuldades do modelo democrático de acção. Será que o apelo à universalidade, inscrito no próprio cerne da ideia de público, não constitui uma forma subtil de ocultar as exclusões e os numerosos problemas imanentes ao funcionamento do modelo de agir democrático? Como garantir a universalidade quando proliferam as identidades, numa sociedade que tende para a diversificação plural, e assegurar que essa universalidade não é assente numa exclusão de diferenças possíveis? Hoje, a ideia de público pode ser retomada tendo em conta diversas premissas que se assumem nesta tese: em primeiro lugar, a publicidade é retomada pela nova concepção democrática de sociedade civil, mantendo, ao mesmo tempo, uma certa autolimitação que se traduz no facto de não implicar a apropriação total do poder por qualquer forma de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

utopia totalizante. Em segundo lugar, a publicidade tem que ter em conta novos desafios que surgem da reconfiguração do privado e que se manifestam, nomeadamente, através dos problemas levantados pelas identidades. Em terceiro lugar, à redescoberta do poder dos *media* corresponde também a compreensão das dinâmicas comunicacionais, complexas e pluralistas, que atravessam os públicos. Tentamos demonstrar que um projecto democrático de sociedade mantém, justamente por causa da sua abertura e da proliferação de novas identidades em luta pelo reconhecimento, uma espécie de inacabamento estrutural, que aceita a incerteza como uma realidade que integra as sociedades modernas, e que tenta, todavia, assegurar que as instituições a quem compete controlar e minimizar essa incerteza, jamais o façam com sacrifício de uma intenção normativa e crítica que norteie as relações entre os cidadãos. Ou seja, insiste-se na reconceptualização de uma instância crítica, a sociedade civil, que permeia as instâncias da política, da economia e da vida quotidiana e que há – de conter dentro de si os reflexos críticos resultantes da conflitualidade social e cultural e da afirmação de identidades que percorreram as sociedades nos últimos decénios, fazendo ressurgir a premência de um agir político pluralista no âmbito do horizonte necessariamente universalista. Finalmente, tem-se presente que esta proposta se confronta com a ameaça permanente de uma racionalidade instrumental, que reduz os processos de decisão e participação política a uma mera negociação entre burocracias e associações de interesses, a fenómenos rituais de aclamação (eleições e referendos), graças aos quais se elegem os grupos que competem pela regulação do universo político. Do ponto de vista político, a questão é, pois, a de como e em que medida, novos projectos de vida podem ascender ao espaço público ou, pelo contrário, são omitidos em nome do princípio segundo o qual a incerteza deve ser reduzida em nome da necessidade da ordem social.

Uma primeira concepção de espaço público, imputada a Hannah Arendt, relacionada com a ideia de virtude republicana ou virtude cívica configura-se como uma espécie de recuperação do ideal contido no espaço público grego, ideal este cujas condições de possibilidade foram dissolvidas pela modernidade, designadamente pelo processo que a autora classifica de “erupção do social.” A ideia de “erupção do social” configura-se em Arendt como um processo no decurso do qual o universo da economia, até aí confinado ao domínio doméstico, se emancipa tornando-se assunto público (Arendt,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

1986: 68). Trata-se de uma abordagem que se concentra especialmente na crítica ao conceito de sociedade como um domínio intermédio entre o privado e o público, designadamente entre a intimidade e a vida política. O pensamento de Hannah Arendt desenvolve-se em torno do declínio da publicidade. Para Arendt, a *vita activa* designa três actividades humanas fundamentais: a satisfação das necessidades biológicas fundamentais de produção e reprodução, ao nível da própria sobrevivência da espécie (*labor*); o trabalho, através do qual se provém o mundo artificial das coisas; finalmente, a acção como actividade que se desenvolve entre homens de modo imediato, comprometida com a fundação e preservação dos corpos políticos. Nem o trabalho nem a satisfação das necessidades biológicas (*labor*) possuem dignidade suficiente para se identificarem com uma forma de vida livre, uma forma de vida humana autenticamente autónoma e livre (Arendt: 1986: 7-13). As novas mediações trazidas pela modernidade são apresentadas como uma verdadeira dissolução da linha que separa o público do privado, com a colonização do primeiro pelo sistema de necessidades. O mesmo processo histórico que gerou o moderno Estado constitucional também trouxe à luz do dia o conceito de sociedade, entendido enquanto domínio da interacção social que se interpõe entre a domesticidade e o universo político estatal. Trata-se da emergência pública do que Hegel já havia descrito um século atrás como “sistema das necessidades”, entendido como o desenvolvimento de uma actividade económica governada pela troca de mercadorias e a busca da satisfação do interesse económico individual. Com efeito, intrínseca à concepção de modernidade de Arendt está a concepção que Hegel apresenta do estado de carência em que o puro cálculo egoísta é assumido como a base de um sistema de dependências recíprocas (Hegel, 1997: 203). A expansão desta esfera significa o desaparecimento do universal e da preocupação comum pela associação política e pela cidadania dos corações e mentes dos homens. Na modernidade, assiste-se, segundo Arendt, à transformação do espaço público político num pseudo – espaço de interacção no qual os indivíduos já não agem mas apenas reagem como produtores económicos e consumidores (Arendt, 1986: 74). Por outro lado, a emergência do social é vista como um exemplo de perda de liberdade no sentido mais essencial que a autora atribuía ao termo. O critério da ordem já não é a liberdade mas a segurança (*a pax*) dos cidadãos. Os modernos já não interrogam como faziam os antigos as relações morais da vida boa, mas sim as condições fáticas de sobrevivência. Para Arendt, em política, tudo depende da conduta pública (Arendt, 1993:

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

26). Arendt eleva a sua distinção cortante entre público e privado ao ponto de toda a sua obra ser dominada pela ideia de “ameaça permanente” do público pelo privado, pelo receio de que os cidadãos cedam à tentação de impor à *polis* as formas despóticas de regulação, a desigualdade e a diferenciação características do *Oikos*. A actual interpenetração da esfera pública e da esfera privada é encarada como um produto da modernidade, perpetrada pelo Estado – que assume funções de reprodução material – e pela nação – que se configura como uma espécie de família alargada a toda a humanidade – e levada até às últimas consequências na fusão empreendida no Estado-nação. Assim, sente-se em toda a sua obra uma desconfiança relutante em relação à revolução democrática, a qual teria convertido, afinal, as instituições revolucionárias em domínio de uma opinião pública cujo principal objectivo é satisfazer os interesses próprios da esfera privada: as necessidades de consumo (Arendt, 1971: 22;24).

Ser político, viver na *polis*, significa a emergência do discurso como elemento de persuasão em detrimento da força e da violência (Arendt, 1971: 26). Insistindo no modelo do espaço público grego pelo facto de só aí vislumbrar uma ideia de liberdade subtraída ao espírito de posse dos indivíduos, isto é, subtraída ao domínio privado como mundo da necessidade e da luta pela sobrevivência, Arendt formula uma concepção de acção política que pressupõe que o agente seja capaz de partilhar um mundo comum colocando-se no lugar de qualquer outro (Arendt, 1972: 281). Este tipo de pensamento que sabe transcender os seus limites individuais não pode funcionar nem no isolamento estrito nem na solidão, porque necessita da presença dos outros no lugar dos quais se põe. “Como a lógica, para ser sã, reclama a presença de si, a produção de juízo, para ser válido, reclama a presença de outrem”(Arendt: 1972: 282).

Aos olhos desta autora, na modernidade, o governo identificado d com o domínio total do político, passa a ser menos considerado como o protector da liberdade do que dos interesses da sociedade e dos seus indivíduos (Arendt, 1972: 194). Assim, “a segurança tornou-se o critério decisivo, mas não a segurança do indivíduo relativamente à morte violenta como em Hobbes (onde a condição da liberdade era ser libertado do medo), mas uma segurança que deveria permitir o desenvolvimento ininterrupto da sociedade encarada como um todo”(Arendt, 1972: 195). Nesse sentido, “no que respeita à relação entre a liberdade e a política (...) só as antigas comunidades políticas eram fundadas no propósito

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

expresso de servir os homens livres, os que não eram escravos, submetidos à coerção por outrem, nem trabalhadores conduzidos e pressionados pelas necessidades da vida” (Arendt, 1972: 200). “Só essas comunidades, ao fim e ao cabo”, remata Arendt, “cultivavam a coragem, entendida não como a audácia do aventureiro que arrisca a sua vida para viver intensamente até perante a morte, mas a coragem que liberta o homem do seu cuidado no que respeita à sua sobrevivência, em benefício da liberdade no mundo e que é indispensável porque em política o que está em jogo não é a vida mas o mundo” (Arendt, 1972: 202-203).

O espaço público grego afirma-se como um espaço de liberdade, isto é, depurado de dominação, onde os seus participantes se reconhecem como livres e iguais, dotados de uma disponibilidade essencial, que consiste no facto de se furtarem aos ditames da necessidade e da preocupação com a sobrevivência (Arendt, 1986: 32). Ao invés, o traço moderno da emergência do social transporta consigo uma situação em que as comunidades políticas são governados como gigantescos espaços, onde se verifica uma gigantesca gestão doméstica a que corresponde a substituição da ciência política pela economia (Arendt, 1986: 29). Omite-se o facto de que o espaço político da *Polis* só era possível porque imensos sectores de seres humanos – como as mulheres, os escravos e as crianças – eram excluídos desse espaço, enquanto tornavam possível, através do seu trabalho, o ócio dos poucos que se dedicavam à actividade pública. Nessa medida, a acção política é insistentemente referida como um acto de liberdade que nega a dimensão da vida quotidiana, praticado por uma elite gloriosa em momentos excepcionais nos quais se processam formas extraordinárias ou distintivas de acção política, o que explica que Arendt acabe por manifestar a sua simpatia perante experiências como as dos Conselhos de San Petersburgo, Munique e Budapeste, apesar de, paradoxalmente, se tratarem de situação revolucionárias relacionadas com a emancipação do social.

Nesse sentido, coloca-se a questão de saber se a afirmação do espaço público nas condições da modernidade poderá ser reconciliada com a luta pela emancipação política universal e a expansão universal dos direitos do homem que acompanha a modernidade desde as revoluções francesas e americanas – ou seja, de que forma o espaço público é equacionável com a modernidade. Arendt concebe metodologicamente o pensamento político como uma espécie de percurso histórico para redescobrir certos momentos únicos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

da experiência do passado, a fim de seleccionar delas uma narrativa que possa orientar-nos, às nossas mentes e espíritos, em relação ao futuro. Lido a essa luz, a narrativa de Arendt da emergência do social e do declínio do espaço público não deve ser observada como uma narrativa nostálgica mas como uma tentativa para pensar através da história humana, momentos de ruptura e deslocação histórica (Arendt, 1971: 217-218).

Apesar deste entendimento não é possível deixar de ter em conta que é nas novas condições sociais da modernidade que é necessário pensar o agir político. O espaço agonístico da *polis* foi tornado possível graças a uma comunidade moralmente homogénea, politicamente igualitária mas assente na exclusão. Mas o espaço público moderno é poroso, isto é, tem lugares de resistência e de afirmação que permitem às identidades excluídas sair do espaço sombrio da domesticidade (Arendt, 1986: 38) para a luz pública: nem o acesso ao espaço público nem o acesso à sua agenda de debate pode ser predefinida. A emancipação dos trabalhadores tornou as relações de propriedade e o intervencionismo estatal assuntos públicos. A emancipação da mulher colocou assuntos privados – como sejam os seus direitos sociais – no domínio público. A distinção entre social e político já não faz sentido na modernidade porque a economia se tornou um dos problemas públicos mais importantes e porque a luta para tornar algo público tornou-se também uma luta pela justiça. Ora, Arendt, em nome de um ideal aristotélico manifestamente deslocado na actualidade, relegou todos os assuntos relacionados com o trabalho, todos os assuntos relacionados com a economia para o domínio privado.

Não pode deixar de se pressentir neste percurso, uma espécie de fascínio por um mundo onde o princípio da liberdade imperava sobre o mundo da necessidade – numa releitura que traz Marx à colação, designadamente por causa do distanciamento feroz que implica em relação à sociedade civil burguesa (Arendt, 1986: 104). Porém, enquanto na hipótese delineada por Marx, esta disponibilidade e a fuga à escravidão da necessidade resultavam da apropriação colectiva dos meios de produção, com a consequente abolição das classes e subsequente redução ou desaparecimento do Estado, na *polis* grega, a liberdade que os cidadãos dispunham para participarem nos assuntos públicos resultava de uma dominação exercida no espaço privado, caracterizada pela autoridade despótica do *pater familias*.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A publicidade crítica: o modelo habermasiano

A primeira análise que Habermas realizou do espaço público também contempla uma crítica, de origem hegeliana e de acentuado recorte marxista, ao devir da modernidade. É neste sentido que se devem compreender as afirmações do autor segundo as quais a sua análise pretende demonstrar a impossibilidade de conciliação dos imperativos económicos com o ideal de uma formação discursiva da vontade (Habermas, 1997: 15). A descrição efectuada por Habermas da esfera pública burguesa implica, apesar de tudo, a história de um declínio, no que poderia suportar alguma eventual comparação com o trabalho de Hannah Arendt. Só que, contrariamente a Arendt – e a Adorno, acrescente-se – para quem a modernidade é a principal responsável pelas condições de dissolução da vida pública, o declínio, descrito por Habermas, só pode ser ultrapassado, por si mesmo, no interior de um ideal iluminista e moderno. Na sua obra sente-se a tensão entre a narrativa de um declínio e a busca minuciosa de novas possibilidades emancipatórias. Ao contrário de Arendt, a descrição de Habermas identifica a constituição de um espaço público que, ao menos parcialmente, implica a existência das condições descritas como “a erupção do social” (Habermas, 1982: 33) . A constituição da moderna economia política, a formação do Estado de Direito e a emergência da opinião pública moderna não se reduzem a um universo de pobreza e de alienação mas, ainda que de forma contraditória e imperfeita, aparecem associadas à aspiração universal de realização de uma comunidade de homens livres, que exerciam de forma igualitária a racionalidade. Apesar de o momento de constituição do público ser apresentado como um ideal normativo relativamente fugidio, que se viria a configurar, aos olhos do autor, como frustrado pelas condições de desenvolvimento do capitalismo, as potencialidades normativas ali reconhecidas constituem uma clara novidade quer em relação ao discurso marxista ortodoxo quer à Escola de Frankfurt, onde o negativismo adorniano hegemónico há muito ditara a recusa de quaisquer ilusões em relação ao Estado liberal e democrático.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Por outro lado, esse ideal normativo, por fugidio que se venha a revelar, tem o seu solo nas próprias condições de vida burguesa, designadamente nas transformações económicas verificadas com a emergência do capitalismo.

A nova esfera pública, descrita ao longo de “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, é uma esfera burguesa, na medida em que os proprietários independentes são vistos como capazes de gerar uma vontade colectiva através de uma comunicação tendencialmente racional e livre de constrangimentos. A razão aspira a torna-se de novo lei mas através de um processo que implicava, justamente, a intervenção da opinião comum formulada numa instância pública onde se associam os sujeitos privados. O espaço público do século XVIII, surge, pois, como uma forma emergente de sociabilidade que, no limite, aspira a modelar o agir político. O princípio da publicidade, sob o fundamento de um público de pessoas privadas, educadas e racionais, que desfrutam a arte e utilizam a imprensa como *medium*, configura-se como exercendo uma função absolutamente crítica contra a *praxis* secreta do Estado Absolutista, inscrevendo-se nas práticas processuais do Estado de Direito.

Esta concepção de espaço público implica três níveis de mediação: a família, o público literário e a política. A emergência de uma esfera íntima constituída pela família restrita é um novo lugar de afirmação de subjectividade através da organização do quotidiano em torno de uma certa ideia de sujeito. A intimidade constitui-se como um espaço de subtracção à esfera integralmente dominada pela economia (Habermas, 1982: 45). O salão burguês constitui, em simultâneo, um lugar de relação entre publicidade e privacidade. Torna-se, ao lado dos cafés, dos clubes e das lojas maçónicas, um espaço de busca do entendimento através do exercício crítico da razão e do convencimento mútuo sem olhar a privilégios de estatuto, prestígio ou classe. Por outro lado, a experiência quotidiana da intimidade expressa-se nos diários, na correspondência privada e na literatura epistolar.

A esfera literária constitui, finalmente, uma das principais instâncias de estruturação da sensibilidade e agir públicos. A razão quer concretizar-se “na comunicação racional entre um público de homens cultos.” As novas instituições pretendem “encontrar uma igualdade de sensibilidade entre pessoas de classes desiguais” (Habermas, 1982: 50).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

As instituições da esfera pública literária exibem algumas características que configuram um novo tipo de vivência. Em primeiro lugar, caracterizam-se por uma sociabilidade que pressupõe algo de semelhante à igualdade de *status*. Implicam, em segundo lugar, a problematização de sectores que até aí eram considerados inquestionáveis. Finalmente, comportam a ausência de fechamento, no sentido em que as questões discutíveis tornam-se gerais não apenas do ponto de vista da sua relevância mas também da sua acessibilidade. A prática do juízo estético torna-se numa esfera de intersubjectividade na qual se partilha a comunhão de saberes e a troca de argumentos. O público literário, reunindo-se em cafés, salões e clubes assume os princípios universais do livre arbítrio e da humanidade, que primeiro haviam começado a emergir no seio da família restrita, adicionando-lhe o princípio da racionalidade dialógica gerada através da discussão das pessoas privadas reunidas numa forma de sociabilidade designada por público.

Finalmente, a dimensão política da esfera pública joga-se em torno da figura central do poder, enfrentando a autoridade estabelecida. A formação de clubes, o aparecimento de uma imprensa crítica – ou seja, de um órgão crítico ao serviço de um público que pensa a política –, a obrigatoriedade do conhecimento público das votações efectuadas pelo Parlamento, o surgimento de facções políticas até à sua institucionalização em partidos, o apelo à opinião pública que se expressa através de petições escritas e de associações de índole diversa, o alargamento do sufrágio são alguns dos momentos dessa evolução. O poder político é agora convocado perante uma esfera que possui a força do comentário e da crítica, desenvolvidos, nomeadamente, na imprensa: “institucionalizados, tais comentários e tais críticas de medidas da Coroa e de deliberações do Parlamento modificam a natureza do poder político, chamado agora perante o fórum do público”(Habermas, 1982: 78-79).

As potencialidades mediadoras e normativas dos públicos, enquanto lugar onde se realizaria a convergência da opinião com a razão (Habermas, 1982: 156-157), deram a vez a uma suspeita generalizada segundo a qual o devir concreto desta forma de sociabilidade, no capitalismo desenvolvido, tomou a forma de um aparelho esotérico constituído por representantes e especialistas fechados sobre si próprios. O público leitor que prefigurava o público político confronta-se, ao longo da obra de Habermas, com a narrativa do seu declínio, pois à medida que “as leis do mercado que dominam a esfera do intercâmbio de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

mercadorias e do trabalho social também penetram na esfera reservada às pessoas privadas”, “o raciocínio tende a converter-se em consumo e o contexto da comunicação pública dissolve-se em actos estereotipados de recepção isolada” (Habermas, 1982: 191). A esfera pública é dominada por um número cada vez mais pequeno de poderosas organizações e só os públicos organizados podem exercer influência. A transformação da família com a perda das suas funções económicas e socializadoras, a massificação da cultura e a substituição da esfera pública iluminada por consumidores passivos, a expansão da burocracia e a transformação da imprensa de genuína expressão da opinião pública em instrumento de interesses particulares relacionados com os *lobbies* são alguns traços do diagnóstico que se identificam com os elementos tradicionais da análise da Escola de Frankfurt. O fortalecimento da indústria cultural e a crescente interpenetração entre os *media* e a política sugerem análises que privilegiaram o triunfo de uma certa unidimensionalidade. A publicidade, entendida como “desmistificação da dominação perante o tribunal da utilização pública da razão”(Habermas, 1982: 2229), dá lugar a uma “publicidade” que molda a linguagem de forma a suscitar a adesão. A opinião pública deixa de ser uma fonte de julgamentos críticos, tornando-se uma variável psicossociológica destinada a ser manipulada. Gera-se um fosso entre a ficção constitucional da opinião pública e a dissolução sociopsicológica do conceito, empreendida no âmbito de uma pesquisa sociológica empírica.

No seu primeiro livro sobre a emergência dos públicos, Habermas reservara à esfera pública o estatuto normativo de automediação da sociedade burguesa (Habermas, 1982: 93). Na perspectiva desenvolvida mais recentemente, a esfera pública surge caracterizada como estrutura comunicacional enraizada no mundo da vida através da rede associativa da sociedade civil. Ou seja, a esfera pública “deve, do ponto de vista da teoria democrática, amplificar a pressão exercida pelos problemas, isto é, não apenas detectá-los e identificá-los mas também tematizá-los de modo convincente e influente, apresentando-os juntamente com soluções, de tal forma que sejam tomados em conta e resolvidos pelas instituições representativas.” O debate público continua a implicar a existência de uma controvérsia mais ou menos exaustiva, na qual se têm em conta as diversas propostas, informações e argumentos mobilizados pelos diversos actores sociais. O nível discursivo da formação de opinião e a “qualidade” resultante variam em função do carácter mais ou

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

menos exaustivo do processamento racional das informações, propostas e argumentos apresentados no decurso do debate. Desta forma, ganha importância a observância dos procedimentos que asseguram a qualidade de um resultado alcançado mediante a deliberação. Tem-se, desta forma, por adquirido, que as estruturas de uma esfera pública oprimida e enfraquecida excluem discussões esclarecedoras e frutuosas.

Pode pressentir-se que a formulação do espaço público parece, no limite, ganhar os contornos do sensor que desperta o sistema político para os problemas do mundo da vida. Nessa medida, corre o risco de se comprometer com um visão meramente defensiva, que resulta, a nosso ver, da *idealização* do mundo da vida como último reduto de relações verdadeiramente comunicativas. Aí, a distinção entre sistema e mundo da vida, deixa o universo do privado esvaziado das suas contradições, ao mesmo tempo que confere ao sistema político dificuldades acrescidas para encontrar dentro de si próprio os mecanismos que assegurem um funcionamento centrado na eficácia e na governabilidade em detrimento da legitimidade.

No fundo, o que o espaço público empreende é ajudar a sociedade a procurar um entendimento comum, num discurso da razão fora do poder, que apesar de tudo pretende ser normativo em relação ao poder (Taylor, 1997: 263). Porém, este facto não pode significar que as relações de poder existam apenas no domínio da política, ao mesmo tempo que são ignoradas no universo da domesticidade.

Nessa medida, em vez de se optar por aferir a realidade existente à luz de uma idealidade *normativa* que pairará algures em determinados contextos sociais e históricos, urge dirigir as preocupações de carácter prescritivo em direcção à realidade que é, hoje, a nossa: complexa, multifacetada e mediatizada. Assumindo este olhar, Taylor sustenta que a descentralização toqueviliana é também necessária na esfera pública. O debate nacional pode ser modificado pela presença de esferas públicas locais ou ligadas a movimentos sociais (designadamente a campanha feminista, os movimentos anti-racistas ou os ligados a preocupações ecológicas) sustentados por *media* que pela sua especificidade e atenção à particularidade lhes podem dar voz, contribuindo para a modificação da agenda. Nesse sentido, importa igualmente estar atento a toda “a dissidência de críticos do crescimento” que se reúnem em minorias da mais variada proveniência para reclamar o reforço da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

autonomia de um mundo da vida ameaçado nos seus fundamentos vitais e no seu apetrechamento comunicativo anterior. “Trata-se *da* integralidade e autonomia de estilos de vida, porventura de defesa de subculturas tradicionalmente conhecidas ou da transformação da gramática de formas de vida ultrapassadas. Para uma oferecem exemplos os movimentos regionalistas; para outra os movimentos feministas ou ecologistas. (...) Nestes cenários podem formar-se esferas públicas autónomas que estabelecem comunicações umas com as outras, logo que é utilizado o potencial para a auto-organização ou para o uso organizado dos *media* de comunicação”(Habermas, 1985: 126). Hoje, não é possível deixar de ter em conta uma visão mais complexa das situações de interesse, dos conflitos e dos poderes nas sociedades capitalistas avançadas. Os novos conflitos que se desenvolvem nas sociedades ocidentais já não são tão dependentes das esferas de reprodução material nem passam pelo monopólio dos sindicatos e dos partidos. Muitas das vezes, os novos conflitos mobilizam-se em torno de questões relacionadas com a reprodução cultural, com a integração social, a socialização, os direitos individuais e a relação com a esfera da vida, prendendo-se nomeadamente com a defesa de formas de vida ameaçadas e com a luta por novas formas de vida. Muitas das vezes, os movimentos sociais gerados nesses processos conflituais já não têm por modelo os tradicionais movimentos de emancipação, antes se identificando com os modelos românticos de crítica à sociedade burguesa e produtivista e de afirmação das diferenças e particularismos. Nas sociedades diferenciadas, o poder torna-se cada vez mais dependente da aceitação de definições da realidade, as quais por sua vez podem depender de espaços públicos plurais onde confluem e ecoam pretensões conflituais entre si. As ordens sociais implícitas, as normas ordenadoras nunca foram sujeitas a um pluralismo tão intenso como aquele que resulta *da* emergência de novas identidades sociais e culturais. Novos agentes podem tomar a palavra para impor outras visões do mundo, dar a conhecer os problemas *de* "mundos da vida" que já não se apresentam tão homogêneos e unificados, participar de forma conflitual na visão que se constrói sobre a realidade que se visa representar. A selecção não é definida apenas pela emissão. Ela é também igualmente exercida pelo público ao nível da recepção, pela escolha entre os programas oferecidos, e em especial, pela possibilidade de os públicos, de acordo com uma lógica de redinamização e democratização da sociedade civil, pretenderem eles próprios tomarem a palavra, fazendo chegar ao espaço público interpretações conflituais e afirmações em defesa do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

reconhecimento de identidades excluídas e de problemáticas esquecidas.

Repensar a sociedade civil

A tentativa de regresso da sociedade civil, teorizada por alguns autores numa perspectiva crítica, surge como um esforço de superar o défice de preocupação crítica e normativa que diversas abordagens do poder exibem. Na acepção grega, sociedade civil significava uma comunidade ético-política de cidadãos livres e iguais, na qual se desenvolvia uma forma de vida definida, de modo substantivo, por um conjunto de virtudes. Naturalmente, este conceito não permitia a distinção entre sociedade e Estado. A *politike koinonia* era uma organização unificada em torno de um conjunto de objectivos derivado de um *ethos* comum. O *oikos*, a esfera doméstica, revestia-se de uma natureza perfeitamente residual, afirmando-se como uma espécie de retaguarda da *polis*.

Durante o feudalismo, o conceito começa a desenvolver a sua configuração dualista, com os poderes do príncipe de um lado e o poder dos estratos dominantes do outro. A autoridade real era um órgão entre outros. A existência de cidades autogovernadas e o carácter intermitente e vacilante do poder do rei, dependente de um conjunto de alianças e de conjunturas complexas, explicam que as sociedades medievais ocidentais contivessem em si elementos que originaram a tradição de uma sociedade independente do poder político (Taylor, 1997: 210-212). Com a aproximação da modernidade, assistiu-se ao desenvolvimento do poder do príncipe – desde o seu estatuto de *primus inter pares* entre vários detentores de poder até à apropriação monopolista dos mecanismo de violência legítima, própria dos Estados modernos. Em simultâneo com a emergência do Estado Absoluto, assistiu-se à reorganização da sociedade contra o Estado através de associações e de formas de vida pública baseadas na dissidência religiosa e na emergência de uma burguesia financeira que começava a discutir a regulamentação estatal da circulação de mercadorias. Para Taylor, a sociedade civil irá surgir, deste modo, como

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

“uma rede de associações autónomas, independentes do Estado, que juntam os cidadãos em assuntos de interesse comum e que, pela sua natureza, podem influenciar a política do Estado” (Taylor, 1997: 204). Finalmente, a emergência recente da problematização da sociedade civil está, ainda, associada a uma dimensão importantíssima que passa pela luta pelo reconhecimento desenvolvida por particularismos e minorias que querem afirmar a sua visibilidade. Com efeito, uma parte significativa da configuração das modernas sociedades civis é devida às energias de grupos como movimentos religiosos, associações sindicais, grupos sufragistas que lutaram pelos direitos das minorias sociais por eles representados, propondo uma linguagem e uma prática universalistas como forma de assegurarem o princípio da pluralidade e o conseqüente reconhecimento das novas identidades sociais e colectivas que foram surgindo ao longo da consolidação da modernidade.

Recentemente, o conceito de sociedade civil serviu ora para reanimar uma instância independente do Estado de contornos tendencialmente totalitários, ora para reafirmar a existência e a importância de um espaço de potencial reflexão crítica, naqueles regimes que derivaram numa concepção puramente formal da cidadania, reduzida à participação eleitoral enquanto método de renovação e recrutamento de elites dirigentes e governativas. Neste último caso, sem questionar a dimensão representativa dos regimes, o apelo à dinamização da sociedade civil surgiu como um esforço de revitalização da cidadania em torno de instâncias de exercício público da racionalidade, que se desenvolvem para superarem a situação vigente de sistemas que conheceram uma hipertrofia de intervencionismo estatal acompanhada de um défice de participação pública.

Dentro desta perspectiva, a tentativa de reavivar o conceito de sociedade civil está relacionada com a vontade, verificada durante os anos 70 e 80, nos países do Sul da Europa, nos países de Leste e na América Latina, de proceder à democratização política através de uma instância independente do Estado cuja prática se fosse tornando progressivamente hegemónica. Este empreendimento teórico estendeu-se, também, à superação de um paradigma reducionista centrado numa concepção puramente formal de democracia onde as esferas associativas, culturais, legais e públicas não dispõem de espaço para se constituírem como instância crítica e reflexiva, estabelecendo-se um modelo de análise onde os problemas do pluralismo e da legitimidade ganham de novo um

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

lugar central. Nestes desenvolvimentos recentes, ter-se-á empreendido a formulação de uma síntese eclética de diversos elementos que dizem respeito à história do conceito, nomeadamente a ênfase liberal dos direitos individuais, o relevo conferido por Tocqueville à pluralidade de associações e intermediações e o realce conferido por Habermas, Hannah Arendt e pelos comunitaristas à defesa da esfera pública e da participação dos cidadãos.

A história do conceito de sociedade civil oscila entre elementos que tendem para a sua redução a uma esfera de antagonismos e de irracionalidade, que devem ser sujeitos a um constrangimento externo com vista à cooperação (Hegel e, sobretudo, Marx), ou visões mais polimórficas e menos totalizantes, de que a insistência de Tocqueville na importância do associativismo é um exemplo clássico. Na perspectiva que se adoptou pressupõe-se que, sem a activa participação por parte dos cidadãos em instituições e associações civis igualitárias, não há modo de manter intacto o carácter democrático da cultura política: pelo que em vez de se olharem os movimentos sociais como antitéticos do sistema democrático, são tidos como um traço chave de uma sociedade civil moderna e uma forma importante de participação na vida pública (Arato e Cohen, 1995: 19).

O esforço hegeliano para teorizar a sociedade civil, plasmado sobretudo nos “Princípios da Filosofia do Direito”, encara-a como sociedade burguesa oposta à *polis*. Esta instância surge aos olhos de Hegel como dominada, predominantemente, pelo atomismo. É, assim, retratada como universo concreto de indivíduos autónomos que estabelecem relações com outros indivíduos independentes, com base no princípio da utilidade e dos interesses económicos. Na sociedade civil, os indivíduos “são pessoas privadas que têm como fim o seu próprio interesse” (Hegel, 1997: 206). A pessoa concreta, mista de apetite natural e de arbítrio, é um dos seus princípios. De modo a negar a multiplicação das patologias resultantes da natureza egoísta dos indivíduos nesta instância, designadamente a multiplicação dos desejos, a desigualdade e a miséria, Hegel enfatizará a racionalidade do Estado contra a arbitrariedade e o particularismo vigentes no interior da sociedade civil. No Estado, “a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever” (Hegel, 1997: 251).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Apesar deste percurso e da deriva estatista que nele se parece retratar, Arato e Cohen desenvolveram um esforço teórico assinalável para demonstrarem a inexistência de um caminho unilateral em Hegel que conduz necessariamente ao estatismo, e à pura *identificação* da sociedade civil com o egoísmo e com a competitividade (Arato e Cohen, 1995: 97). Os autores reconhecem, na “Filosofia do Direito”, dois caminhos paralelos, vislumbrando um traço societário em tensão com opções que enfatizam a componente estatista. Defende-se aliás, que os dois argumentos correm ao longo das componentes doutrinárias hegelianas que dizem respeito quer à descrição da sociedade civil quer à descrição do Estado (Arato e Cohen, 1995: 92). O argumento com o qual pretendem sustentar esta leitura da alegada ambivalência hegeliana reside no facto de o burguês, representado como *homo economicus*, constituir apenas uma parte ou uma dimensão do que Hegel define como sendo o sujeito da sociedade civil, enquanto pessoa concreta. É apenas ao nível do sistema das necessidades, cuja descrição Hegel fundamenta na Economia Política (Hegel, 1997: 209), que é possível encontrar uma descrição radical da sociedade civil, puramente baseada nas necessidades e oposta à vida ética. Ora, as necessidades são apenas um dos níveis de integração, ao qual haverá a juntar o trabalho – que media o processo entre o universal e o particular através da criação de valor – e os diferentes estados ou ordens sociais, nos quais os homens, na perspectiva hegeliana, se integram livremente. Nas análises de Hegel, a sociedade civil não é identificada exclusivamente com o conjunto das relações materiais e com o sistema económico da burguesia. No seu interior são também destacadas relações sociais dinâmicas que tendem ao associativismo, ainda que através de formas imperfeitas e corporativistas. Nesse sentido, a integração para além do sistema de necessidades opera de acordo com duas diferentes lógicas: a lógica da intervenção do Estado na Sociedade, e a lógica da geração da identidade colectiva e vontade pública dentro da própria sociedade civil (Arato e Cohen, 1995: 100). As duas lógicas podem, na opinião de Arato e Cohen, ser claramente identificadas: uma exprime a linha da intervenção estatal, a outra segue a linha da geração autónoma da solidariedade e da identidade. A primeira estratégia enfatiza as consequências patológicas do sistema de necessidades, envolvendo a crítica a formas extremas de riqueza e de pobreza, permitindo a Hegel apontar alguns dos traços do Estado Providência moderno, designadamente através da intervenção de uma classe de servidores civis, funcionários públicos a quem caberia lidar com algumas das consequências

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

disfuncionais do sistema de necessidades (Hegel, 1997: 285). Trata-se da estratégia que enfatiza o Estado como a realização do espírito, em relação à qual só enquanto membro integrante o indivíduo ganha objectividade, verdade e moralidade. A segunda estratégia antecipa uma forma pós-liberal de integração social. A corporação, entendido de uma forma que os autores consideram aberta – aberta à possibilidade de entrada e de saída, não baseada num princípio hereditário, mas no voluntariado, e não implicando qualquer suspensão dos direitos individuais face aos estratos corporativos –, é considerada como ponto de partida da integração social e desempenha como funções primárias a prestação de assistência, a socialização e a educação, designadamente proporcionando aos indivíduos os conhecimentos que lhes permitem interiorizar a noção de bem comum e desenvolver a virtude cívica.

De certa forma, esta ambiguidade explica-se pela contradição profunda que atravessa a sociedade civil: fundada na particularidade ela contém em si a aspiração ao universal. A sociedade civil é o espaço típico da sociedade moderna onde se desenvolve o processo da subjectividade com suas metas sempre privadas e particulares. Nela vinga primeiro o princípio da particularidade, as realizações parciais de universalidade que se formam no seu interior não chegam à plena autoconsciência do objectivo global. Por isso só encontrará a sua realização integral no interior da unidade plena do Estado. Por outro lado, a sociedade civil e as suas diversas formas de organização, nomeadamente as corporações, com as suas manifestações parciais e imperfeitas de vida social constituem já a raiz ética do Estado, ou seja, um primeiro passo em direcção ao universal.

Os desenvolvimentos teóricos subsequentes são conhecidos. Marx chamará a atenção para os aspectos negativos da sociedade civil, designadamente os seus traços atomísticos e desumanizantes, radicalizando uma das tendências visíveis na clássica apreciação hegeliana. No limite, apenas se vislumbra na sociedade civil uma fonte de irracionalidade que só poderá ser ultrapassada por uma nova síntese, traduzida pela realização histórica da razão e pela consequente ultrapassagem definitiva dos antagonismos e irracionalismo que maculam a sociedade burguesa. O membro da sociedade burguesa é o homem egoísta, separado do homem e da comunidade. O direito de propriedade é “o direito de desfrutar da própria fortuna e dispor dela à sua vontade, sem preocupações com os outros homens, independentemente da sociedade; é o direito do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

egoísmo. É a liberdade individual burguesa”(Marx, 1978: 38). Não é o cidadão mas o burguês que era o tipo ideal da nova humanidade. Leva-se, assim, até às últimas consequências aquele que era um risco do pensamento historicista, aceitando, de certo modo, a subordinação dos agentes sociais ao Estado, entendido como agente de transformação da história, insistindo em não ver no princípio da subjectividade mais do que um momento necessário ao aparecimento do espírito objectivo. O homem responsável pela realização da sua história é apenas um momento fugaz da realização da Razão na história. “No centro de todas estas tentativas intelectuais encontra-se a obsessão da totalidade, princípio de sentido que substitui a revelação divina e o direito natural” (Touraine, 1994: 105).

As abordagens teóricas que adoptaram um ponto de vista relutante a propósito do exercício público da racionalidade parecem apontar, a propósito da problemática da sociedade civil, para a impossibilidade de constituição de uma instância crítica independente. Apesar da importância conferida ao espaço público e à participação política, parece lógico inferir em Hannah Arendt uma posição segundo a qual a emergência do social não passa de uma funesta despolitização da sociedade, que conduz ao colapso da diferença entre público e privado. Na sua reflexão ecoam os pontos de vista de Hegel e de Marx, designadamente aquelas passagens e dimensões dos respectivos pensamentos que procedem à identificação da sociedade civil com a sociedade onde apenas triunfam as necessidades e os antagonismos socialmente determinados. O razoável desprezo que persegue a emergência do social não pode deixar de traduzir-se no repúdio sentido pelo individualismo e antagonismo, vistos como predominantes na sociedade civil. A invasão do domínio do político, única instância em que os homens podem ser livres, pelas necessidades económicas e sociais dissolve quase por inteiro qualquer possibilidade de uma cidadania com impulso crítico. Com efeito, a interacção pública foi corroída pelo ácido consumista e pela preocupação com as necessidades e os prazeres, generalizada pela erupção do social. Ou seja, a preocupação com as necessidades impossibilita a preocupação pela liberdade e o compromisso com a prática política livre (Arendt, 1986: 74). Sobra, por isso, escassa confiança, manifesta apenas em alguma simpatia pelas realizações da revolução americana, designadamente a importância dos corpos civis políticos e do federalismo, mas que logo se confirmará ser um momento fugaz no contexto

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de um empreendimento teórico marcado por uma profunda relutância em relação a traços fundamentais da modernidade.

Adorno e Horkheimer conduzem tão longe a sua teoria da reificação social que dificilmente se pode encontrar nos seus diagnósticos espaço para uma instância reflexiva no interior de um mundo totalmente administrado. Foucault procura tornar claro que as próprias normas da sociedade civil seriam o suporte de relações de dominação menos óbvias constituídas pela emergência de novas formas disciplinares. A constituição de um sujeito livre e autónomo não seria mais do que um produto de uma acção normalizadora sistemática. A emergência de micropoderes, ligados com as Ciências Humanas e Sociais, constituiria a própria “verdade” das liberdades burguesas. No limite, a sociedade civil não seria mais do que um campo estratégico perpassado por relações de poder e tecnologias disciplinares. (Arato e Cohen, 1992: 128). Ainda que em registos diversos, há apenas lugar para a valorização da inconformidade e da lógica desagregadora daqueles que são lançados para a periferia e desconsiderados como quase-resíduos sociais.

À revelia das conclusões apocalípticas que as análises críticas mencionadas sugerem, desenvolve-se um conjunto de abordagens da sociedade civil que tentaram descobrir respostas mais frutuosas para a compreensão da complexidade das dinâmicas sociais. Desde logo a abordagem de Tocqueville, com a ênfase da componente associativa e a defesa da cidadania, que constitui um espaço fértil de reflexão para alguns autores, como Charles Taylor ou Arato e Cohen. O conceito de sociedade civil conheceu um aprofundamento alternativo com a ênfase da associação voluntária. Trata-se do aprofundamento de um traço associativo tendo em vista a mobilização cidadã contra o poder absoluto. Para Tocqueville, a igualdade emergente nas condições de afirmação da modernidade tinha como outra face a concentração do poder: em face da extirpação dos particularismos, tradições e costumes, a sociedade moderna correria o risco de dar lugar a uma multidão atomizada incapaz de travar o livre curso dos excessos do poder absoluto. “Os males que a extrema igualdade pode produzir não se manifestam senão paulatinamente; insinuem-se gradualmente no corpo social; não se vêem senão de longe a longe e, no momento em que se tornam mais violentos, o hábito faz com que não os sintamos” (Tocqueville, 1992: 610). O conceito de sociedade civil de Tocqueville constitui, deste modo, o contraponto da modernidade centralizadora e determinista. Nessa

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

medida, é graças ao recurso à associação que os cidadãos preservam a sua liberdade, lutando contra o individualismo favorecido pela igualdade extrema: “A partir do momento em que tratem em comum os assuntos comuns, cada homem apercebe-se de que não é mais independente dos seus iguais como se lhe afigurava antes, e que, para obter o seu apoio, deve contribuir com o seu concurso” (Tocqueville, 1992: 616-617). Ou seja, “se os homens que habitam nos países democráticos não tivessem nem o direito nem o gosto de se unir quanto às suas finalidades políticas, a sua independência correria grandes riscos” (Tocqueville, 1992: 622-623). Por isso, para Tocqueville, “nos países democráticos, a ciência da associação é a ciência – mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso dessa” (Tocqueville, 1992: 625).

No interior do próprio marxismo desenvolveram-se opções teóricas que se revelam férteis no que respeita à definição de uma certa especificidade da sociedade civil, designadamente quanto à sua capacidade de influenciar desenvolvimentos democráticos. Afastando-se do determinismo economicista que perpassa por grande parte da teorização marxista, Gramsci introduziu o conceito de hegemonia definindo a sociedade civil como arena de luta política e de luta simbólica, em suma, *de* luta pela hegemonia. O conceito de hegemonia caracteriza a liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as outras. Etimologicamente, hegemonia deriva do verbo *eghemonēuo*, que quer dizer "conduzir", e por derivação "ser chefe", "comandar", "dominar". A constituição de uma hegemonia é um processo historicamente longo, que ocupa os diversos espaços da superestrutura. Para Gramsci, a hegemonia pode (e deve) ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um *bloco histórico* (ampla e durável aliança de classes e fracções). Na luta pela obtenção da hegemonia, os mundos imaginários funcionam como matéria espiritual para se alcançar um consenso reordenador das relações sociais, consequentemente orientado para a transformação.

Gramsci distingue duas esferas no interior das superestruturas. Uma delas é representada pela *sociedade política*, conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controlo dos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis. A outra é a *sociedade civil*, que designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos e de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ideologias, compreendendo o sistema escolar, os partidos políticos, as corporações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de carácter científico e cultural, etc. Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos coercivos de Estado, na sociedade civil operam os aparelhos privados de hegemonia (organismos relativamente autónomos em face do Estado em sentido estrito, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, a escola privada e a Igreja). Tais aparelhos, gerados pelas lutas de massa, estão empenhados em obter o consenso como condição indispensável à dominação. Por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões (Gramsci, vol. III, 1977: 2010).

Nesta abordagem, parte-se do pressuposto de que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado do jogo de forças entre blocos sociais actuantes na sociedade civil em determinado contexto histórico. O regime de hegemonia comporta, assim, espaços de lutas e deslocamentos no seu próprio interior, nomeadamente os que se expressam nos campos cultural e comunicacional. Lugar de luta simbólica, “o domínio da sociedade civil opera sem «sanções» e sem «obrigações» taxativas, mas não deixa de exercer uma pressão colectiva e obter resultados no *plano* dos costumes, do modo de pensar e de agir, da moralidade, etc.” (Gramsci, vol. III, 1977: 1566). Nesse sentido, têm-se vindo a multiplicar as referências por parte de estudiosos de Gramsci a esta instância como um terreno político decisivo para construir laços de consenso activo entre forças convergentes provenientes de franjas sociais excluídas. Com efeito, Gramsci considera que a partir da guerra de 1914-1918, com a emergência das democracias de massa, se verificou uma ruptura histórica, pelo que a actividade na sociedade civil passa a valorizar a persuasão e os conflitos relacionados com a produção ideológica e cultural. O elemento decisivo deixa de ser o exercício da coacção pelo Estado para passar a ser a habilidade em obter um poder hegemónico enraizado nas organizações da sociedade civil e na mediação exercida pelos intelectuais. Nesse sentido, acentua – se o peso da cultura e dos elementos simbólicos, essenciais na sociedade civil como factores fundamentais para a obtenção da hegemonia política. Enquanto mundo das relações sociais, das livres iniciativas, dos conflitos ideológicos, dos cruzamentos culturais e da definição do consenso, a sociedade civil emerge como instância de movimentação de diversas forças concentradas em

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

partidos, organizações, grupos, associações capazes de determinarem definições hegemónicas mais ou menos estáveis ou provisórias sobre toda a sociedade (Gramsci, vol. III, 1977: 1854). Gramsci vai, também, valorizar o traço associativo da sociedade civil. A luta pela democratização da sociedade expressa-se, a seu ver, na vontade associativa dos homens, na capacidade de os movimentos sociais e espaços públicos serem capazes de se autodeterminarem politicamente e construírem a sua hegemonia. Assim, a sociedade civil surge, sobretudo, como o espaço da sociedade moderna onde se travam enfrentamentos políticos, ideológicos e culturais que contribuem para definir a hegemonia de um grupo dirigente, ultrapassando as concepções marxistas que apenas valorizavam os antagonismos económicos.

Recentemente, um conjunto de abordagens teóricas da sociedade civil – levadas a efeito por Habermas e por Arato e Cohen – e preconizam uma aplicação explícita da teoria da acção comunicacional à sociedade civil. Num momento inicial da sua conceptualização, o modelo habermasiano ainda guardava muito do anseio marxista segundo o qual a autonomia seria instaurada a partir do exercício de uma esfera pública socialisticamente ampliada, na qual a liberdade do homem privado se identificaria com a liberdade do homem como cidadão e não com a liberdade do homem como proprietário (Habermas, 1982: 154). Presentemente, a sua concepção de sociedade civil rompeu com o conceito marxista que apontava para a identificação com a sociedade burguesa. O “cerne” desta instância passou a ser constituído pelas associações voluntárias de natureza não governamental e não económica que relacionam as estruturas comunicativas da esfera pública com o mundo da vida. A expressão “sociedade civil” já não se refere à sociedade burguesa de tradição liberal, conceptualizada por Hegel como “sistema de necessidades” e que dizia respeito ao sistema de circulação de mercadorias e de trabalho social. É composta pelas associações, organizações e movimentos que emergem de forma mais ou menos espontânea e que, sintonizadas com a forma como os problemas de natureza social ressoam nas esferas da vida privada, transmitem essas reacções de forma amplificada à esfera pública. Neste núcleo institucional, Habermas inclui todas as formas de associação voluntária como sejam igrejas, associações culturais, academias, *media* independentes, clubes de lazer, sociedades de debate, grupos de cidadãos, partidos políticos, e instituições alternativas. A sociedade civil surge, deste modo como a base social para formação de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

opinião e de vontade entre cidadãos voluntariamente associados (Habermas, 1982: 154).

Deste modo, os espaços públicos autónomos têm a sua base na sociedade civil e, por meio desta, ancoram as suas estruturas nas componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil constitui-se como o substrato de um público generalizado de cidadãos que, a partir da esfera privada, buscam interpretações públicas para os seus interesses e experiências e influem na formação institucionalizada da opinião. Neste modelo, a sociedade civil surge como uma esfera de interacção social acoplada aos domínios privados do mundo da vida e separada do Estado, do economia e dos restantes sistemas funcionais. Deste modo, a sociedade civil está sujeita aos perigos derivados da lógica autónoma dos mecanismos de poder administrativo-estatal e das forças da economia e do mercado. A sua existência institucional vem solidamente marcada por um conjunto de traços distintivos: pluralismo de formas de vida e de crenças, orientação no sentido da publicidade, sensibilidade para os problemas emergentes no domínio do privado, sensibilidade para a defesa de um conjunto de garantias jurídicas nomeadamente as que têm o seu fundamento último no respeito pelos direitos do homem.

Na sequência do pensamento habermasiano, a síntese de Arato e Cohen constitui uma das tentativas mais ambiciosas de definir, na senda das éticas discursivas, um novo quadro teórico centrado na sociedade civil. A sociedade civil pode, pelo facto de manter uma extensa relação com o mundo da vida e a quotidianidade, manifestar uma especial atenção a matérias que foram postergadas para o domínio do privado e não foram, por isso, objecto de qualquer problematização: a defesa dos direitos ambientais, a afirmação de associações voluntárias viradas para a defesa dos consumidores, a tentativa de levar por diante projectos de alfabetização de membros de grupos étnicos minoritários, a utilização alternativa de *media*, o movimento de solidariedade assente no voluntariado que incide sobre os diversos tipos de excluídos, constituem exemplos desta prática.

Quer no modelo de Habermas quer no modelo apresentado por Cohen e Arato, a sociedade civil surge como independente do Estado e da economia, como uma espécie de terceiro domínio dotado de autonomia própria. Segundo esta lógica, que prescinde de qualquer retoma de utopias autogestionárias ou vanguardistas, repensar a sociedade civil hoje implica uma certa ideia de autolimitação que surge do reconhecimento do facto de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que muitos dos caminhos percorridos pelas formas de auto-organização específicas de períodos revolucionários (soviéticos, concelhos, etc.) conduziram a formas extremas de reificação das relações sociais. A ideia de autolimitação significa a ultrapassagem das utopias centralizadoras e totalizantes motivadas pelo desejo de fazer tábua rasa da racionalidade económica e das liberdades ditas formais (Morató, 1996: 71). Na actual conceptualização de Habermas e no modelo de Cohen e de Arato, os movimentos da sociedade civil permanecem contidos numa estratégia autolimitada, por meio da qual, mais do que a ruptura visam a compatibilização entre a lógica dos sistemas burocráticos e mercantis e a lógica comunicacional das relações simbólicas e culturais. A experiência revolucionária demonstrou que os projectos fundamentalistas podem conduzir, facilmente, à falência da economia, à supressão do pluralismo político e social e ao rápido colapso e burocratização do Estado. A conceptualização da sociedade civil perdeu, deste modo, o carácter de utopia generalizada identificada com um apelo fundamentalista na participação generalizada no processo de tomada de decisão, que passa por Marx, Gramsci e, de certa forma, pelo primeiro Habermas. Não está directamente relacionada com o controlo económico e a conquista do poder. Antes se prende com a geração de influência mediante o associativismo democrático e a discussão na esfera pública (Martín, 1994: 477).

A configuração da sociedade civil como radicalmente estanque ao universo sistémico da economia e do Estado não constitui outra coisa senão o prolongamento do esforço teórico de Habermas de encontrar no mundo social uma instância de relações ideais – o mundo da vida no qual a sociedade civil se enraíza – destinada a defender-se dos riscos de colonização por parte dos *media* sistémicos. Numa das suas reflexões mais recentes, Habermas destaca, precisamente, a necessidade de autolimitação da praxis democrática-radical, evitando que a sociedade civil se torne um lugar de auto-organização total da sociedade (Habermas, 1996-b: 370-372). Esta precisão representa não apenas uma posição política de fundo como também a necessidade de, sob o ponto de vista da teoria social, atribuir à sociedade civil o papel de moderador dos excessos do Estado e da Economia. Confere-se deste modo, à sociedade civil, a função de controlo e influência sob os subsistemas económicos e políticos. Este tipo de abordagem levanta sérias dificuldades já que uma sociedade civil definida deste modo se torna económica e politicamente passiva para defender e expandir as suas possibilidades. A relação do trabalho e da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

economia exclusivamente com a racionalidade instrumental – ainda por cima dentro de um esquema dualista – pode conduzir a uma posição surpreendentemente acrítica perante a organização alienada do processo de trabalho. O problema não reside na separação analítica entre trabalho e interacção, mas antes uma aparente incapacidade para olhar esses dois mundos como dialecticamente interligados. “Justamente porque busca modos de compreensão livres de toda a dominação, [Habermas] distingue o potencial de racionalidade prática e comunicacional dos actos comunicativos do potencial de racionalização técnico relacionado com a manipulação da natureza” (Honnet, 1994: 34). As esferas do Estado e da economia são sistematicamente integradas através dos *media* dinheiro e poder, enquanto a família e a esfera pública são socialmente integradas através da linguagem. Nessa medida, esta concepção de Habermas, em grande parte seguida por Cohen e Arato, dá conta da colonização do mundo da vida pelos princípios sistémicos, enquanto minimiza a expansão para os universos sistémicos dos princípios que dizem respeito ao mundo da vida. Com efeito, não é possível conferir à sociedade civil o estatuto de “terceiro reino”, ao lado da esfera económica e administrativa: “Se assim fosse, seríamos levados a pensar que os seres humanos e solidários que cooperam na sociedade civil se transformam em seres individualistas e rapinadores quando passam a administrar a máquina «racional» do Estado e operam no jogo selvagem da economia” (Semeraro, 1999: 257). Por outro lado, ao reservar-se à sociedade civil o espaço de influência sobre os domínios do Estado e do mercado, corre-se o risco de admitir que a sua acção será complementar, secundária e, eventualmente, dispensável.

Em face deste dualismo entre o sistema, de um lado, e o mundo da vida e a sociedade civil de outro, coloca-se desde logo a questão de saber se, ao nível sistémico, será correcto estender a mesma caracterização do mercado, enquanto sistema de acção eticamente neutralizado no qual os indivíduos se inter-relacionam com base em cálculos egocêntricos, ao sistema político, considerando que o primado deste é a lei, os direitos humanos básicos, a soberania popular e outros fundamentos consensuais de natureza ético-política. A perspectiva subscrita por Habermas e, também, por Cohen e Arato, corre o risco de configurar uma posição meramente defensiva, tornando-se inibitória em relação a qualquer tentativa de desenhar uma teoria da acção colectiva e permitindo nomeadamente que a esfera política apareça apenas como uma extensão complementar do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

espaço social estruturado e controlado pelos *media* sistémicos.

De acordo com esta crítica, nem o mundo da vida deverá, pois, surgir, envolto numa idealidade que desconheça os mecanismos de reificação interna nem o funcionamento dos sistemas político, administrativo e económico deve ignorar os elementos normativos que o integram. Em relação ao primeiro ponto, pensamos deixar isso bem claro quando alertamos para o facto de que a reflexividade no interior da própria sociedade civil, nos movimentos sociais que transportam as pretensões excluídas, deve garantir a salvaguarda de mecanismos modernos de agir. Em relação ao segundo ponto, pensamos que o pleito em nome da liberdade e do regresso da sociedade civil traduz também os anseios e insatisfações em relação a uma certa forma de politização realizada como organização sistémica dos diversos domínios da actividade social, que foi conseguida à custa da desintegração da sociedade civil. O reconhecimento da falência de alguns dos projectos da modernidade não deve conduzir ao esquecimento de que a liberdade se não pode exprimir no quadro restrito da participação muito formal, típico das democracias de massa.

A opinião pública, os movimentos sociais e a decisão política podem intervir na área das decisões económicas e políticas. Por outro lado, a decisão económica pode ser governada por critérios que não se pautam pela exclusiva racionalidade finalista. Sob o ponto de vista estritamente científico, isto é, descritivo, existem, no mínimo, indícios que apontam para a ideia de que a concepção sistémica não abrange a complexidade crescente das realidades organizacionais. Sob o ponto de vista normativo, existem certezas de que alguns dos principais problemas relacionados com a expansão dos direitos democráticos se jogam no plano da economia e da política. Nessa medida, será talvez interessante acolher propostas como as de Paul Hirst, segundo as quais o recurso à associação pode ser uma forma de ultrapassar os obstáculos constituídos pelas duas principais fontes de poder autocrático, as grandes empresas e os grandes governos centralizados, “suscitando as questões interligadas da gestão democrática das empresas privadas e da democratização da administração pública”(Hirst, 1988: 41). Do mesmo modo, olhar a família como socialmente integrada de acordo com padrões normativos, pode ocultar as similitudes e relações que existem com as instituições económicas, designadamente a presença de formas de dominação e de poder insistentemente denunciadas pelas feministas (Frazer,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

1994: 211).

A sociedade civil deverá ser mais do que uma instância de defesa do mundo da vida para se postular como um espaço de iniciativa dos cidadãos na defesa dos direitos individuais e na actuação contra a sobrevivência de mecanismos não democráticos no interior do Estado e da Economia, designadamente abrindo no seu seio nichos não necessariamente regulados por formas de racionalidade exclusivamente instrumental. Áreas como sejam o cooperativismo, o associativismo económico, a protecção dos consumidores, a protecção dos assalariados na perspectiva da humanização das relações de trabalho, a ecologia no seu sentido mais lato, a luta contra o racismo, a discriminação no emprego, a generalização das formas activas de cidadania, as iniciativas no aumento da circulação da informação e na generalização da transparência dos actos do Estado constituem, por isso, traços essenciais e estruturantes da sociedade civil que não poderão deixar de se ter em conta.

Seguindo esta possibilidade, a sociedade civil e as formas de racionalidade que lhe são próprias deixaram de ocupar uma posição periférica em relação ao funcionamento dos sistemas. Com todas as suas contradições e conflitualidade, a sociedade civil pode, isso sim, irromper, de forma dificilmente previsível e controlável, com hipóteses apenas afloradas e escassamente testadas, no próprio coração da decisão política e económica. Com efeito, para além do discurso que visa a comunicação e a interacção, a sociedade civil é o campo de confronto entre práticas efectivas, onde se joga a possibilidade de fazer prevalecer os interesses da maioria da população. Nesse sentido, a sociedade civil não deve apenas proteger-se da sua colonização por parte do Estado e da economia, como deve ser um elemento de aprofundamento democrático desses dois domínios.

Por outro lado, a sociedade civil não pode deixar de consagrar no seu interior, uma dimensão pluralista que advém da exigência de reconhecimento apresentada por novas identidades sociais que aspiram a chegar ao espaço público, muitas vezes provenientes das esferas sombrias da domesticidade. Estas novas pretensões, sociologicamente minoritárias, podem constituir-se em oportunidades de cidadania que se venham a exprimir na mobilização cidadã de excluídos do espaço público e na formulação de novas agendas mais centradas na dimensão concreta da vida dos cidadãos. Redescobrir a política que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

perpassa e se esconde nos interstícios da vida quotidiana pode constituir – é uma hipótese – uma das componentes mais relevantes de um novo impulso transformador da acção política.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

CAPÍTULO III

Consenso, conflito e afirmação de identidades

No capítulo anterior, procedeu-se à análise das posições teóricas sobre as formas de mediação que podem conduzir à reificação, detectando, por outro lado, aquelas teorias e formas de pensamento que têm em particular conta a participação dos agentes sociais nas dinâmicas políticas e culturais que emergiram na modernidade. No decorrer desta reflexão, a figura do consenso emerge como algo de incontornável, surgindo como um conceito intimamente ligado à possibilidade de assegurar a coesão social em face das tensões introduzidas pela reflexividade moderna.

Mais do que saber se é o consenso ou o conflito que prevalece, o problema que se coloca nesta tese é saber em que medida a ordem social é compatível com um certo grau de participação e de realização individual, que implicam muitas das vezes a mudança e o surgimento de processos conflituais. A constituição de consensos a nível político e social debate-se com a necessidade de optar entre uma concepção que procura reduzir os processos de decisão à salvaguarda dos equilíbrios do sistema e um projecto crítico que reconhece a participação do actor social e que implica, por isso mesmo, a dimensão fundamental da legitimidade, permitindo a afirmação de novas identidades e a geração de mecanismos de selecção e de controlo cada vez mais sofisticados, que não se podem medir apenas pela sua eficácia.

As palavras “consenso” e “ordem”, de um lado, e “diferendo”, “conflito” e “desordem”, por outro, estão envolvidas em controvérsia, polémica e equívoco, muitas das

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

vezes porque o seu estudo aparece aprioristicamente determinado por uma concepção valorativa que tende a confundir a preponderância de um dos fenómenos com a sua apologia. Ou seja, quando se afirmasse que a sociedade tem uma dinâmica conflitual, estar-se-ia, de acordo com esta ideia, a defender, implicitamente, que a insistência na procura de uma regularidade afectaria a pluralidade de visões, a riqueza das diferenças, omitindo as exclusões que a homogeneidade comporta. Ao invés, de acordo com a mesma perspectiva reducionista, supor-se-ia, muitas vezes, que quando se estudam as dinâmicas consensuais estar-se-ia a excluir o conflito, devido ao facto de este introduzir fracturas sociais, implicar a salvaguarda de particularismos egoístas e conduzir, inevitavelmente, de modo muito hobesiano, a uma sociedade baseada nos puros cálculos egocêntricos.

A verdade é que “todas as sociedades complexas são caracterizadas por um alto grau de tensão interna e de conflito, mas as instituições consensuais e os valores são condições necessárias para a sua persistência. Assim, qualquer tentativa de discorrer sobre sistemas políticos e sociais deve abordar o conflito e o consenso” (Lipset, 1992: 13).

O quadro teórico deste trabalho surge como o inverso do hobesiano pessimista que exalta a guerra de todos contra todos. Em face de uma certa exaltação do Estado e dos consensos sociais, à qual se sucedeu, na segunda metade deste século, a especial ênfase da emergência de dinâmicas pluralistas e conflituais, urge saber, sobretudo, em que medida a vontade de ordem inerente à vida humana se faz com a participação dos sujeitos ou, ao invés, lhes surge como algo de exterior e fáctico. Mais do que demonstrar se é o consenso ou o conflito que prevalece nas tarefas humanas – tarefa que resulta algo vã pelo facto de cada ponto de vista se limitar a enfatizar um aspecto que tem o outro por seu correlato dialéctico – o desafio fundamental que se coloca quando se analisa a problemática da ordem social é manter uma atitude crítica que permita a defesa de uma ordem que faça justiça às pretensões de criatividade, participação, realização e liberdade individual. Ou seja, a principal preocupação é verificar a validade da ideia segundo a qual a ordem, a estabilidade e a regularidade não devem prevalecer à custa da legitimidade das normas e das decisões nem o consenso deve ser afirmado à custa de uma eliminação artificial das exclusões.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A concepção organicista do consenso social

A resposta das Ciências Sociais ao problema da diversidade manifestou-se através da formulação de uma articulação entre os interesses gerais e os interesses particulares. Há uma ideia de integração social e de formação de consenso que se torna clara a partir de traços comuns às formulações de Comte, Durkheim, numa certa visão marxista e no funcionalismo de Talcott Parsons e de Niklas Luhmann. A noção de sociedade, tal como foi explorada nesta deriva do pensamento social, implica uma menor ligação ao mundo da vida e o aparecimento de sistemas complexos de organização que respondem, à luz de uma racionalidade puramente instrumental, às solicitações do meio ambiente. Nalguns casos, a sociedade confundiu-se com a erosão do mundo da vida em detrimento de sistemas diferenciados, de tipo pericial, onde as relações se mantêm com base na confiança necessária ao funcionamento de uma sociedade assente na especialização. No funcionalismo, a ideia de sociedade já coincide mesmo com a de sistema social e propõe-se até, no limite, uma saída surpreendente para a teoria do sujeito: a sua eliminação. A sistematização máxima tem uma relação directa com a máxima abstracção no que respeita à presença dos actores sociais como tal (Izuzquiza, 1990: 189-190). Ora, quanto maior este nível de abstracção for conseguido no que respeita aos indivíduos concretos, com maior eficácia se consegue intervir sobre a existência concreta dos indivíduos humanos. As próprias ordens normativas surgem desta forma como estruturas que definem os limites e estabilizam as expectativas das interacções.

É, assim, legítimo perscrutarmos a existência de uma firme vontade ordenadora da sociedade predominantemente holista que conhece o seu desenvolvimento ao longo de um percurso que passa por Hobbes, Comte, Saint Simon e Marx, prolonga-se através de Durkheim para ter os seus representantes contemporâneos em Parsons e Luhmann.

As concepções que apontam para um estado de anarquia e de guerra de todos contra todos que será superado, para em, seu lugar, instaurarem o equilíbrio e o consenso social, remontam a Hobbes e à sua asserção segundo a qual “é um preceito ou regra geral de toda a razão que o homem se deve esforçar pela paz”. Tais concepções têm a sua expressão, no

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

plano sociológico, em Comte e no seu programa de reorganização da sociedade, conhecendo depois uma das manifestações mais elaboradas com Durkheim, quando este ao debruçar-se sobre a passagem da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica defende que a sociedade não tem razão de ser se não fornecer um pouco de paz aos homens, *permitindo* uma realização ponderada das possibilidades de cada um.

Detecta-se ao longo da obra de Hobbes um rigor lógico que o colocam ao mesmo tempo nas correntes contraditórias designadas por jusnaturalismo ou do direito natural, e por positivismo jurídico. Preceitua-se que acção justa no estado civil é aquela conforme a lei que deriva da vontade do soberano, o que remete para uma concepção formal de direito na base da qual a justiça consiste na observância da ordem jurídica positiva, qualquer que seja o seu conteúdo. Prescreve-se a existência de um Estado Absoluto assente na monopolização da produção do Direito pela eliminação de todas as fontes que não sejam a lei. Considera-se a existência de uma lei natural como ditame da razão. Como é que é possível o carácter absoluto do Estado se a vontade do soberano deve obedecer à lei natural? Na opinião de Bobbio, a explicação do paradoxo reside na especificidade do conceito hobbesiano da razão. A razão, em Hobbes, não é a faculdade com a qual aprendemos a verdade evidente dos primeiros princípios. Tem um conteúdo utilitário e finalista: serve para distinguir o que é conveniente e inconveniente para alcançar a paz, concebida como fim supremo pela lei natural. Ou seja, enquanto para os outros jusnaturalistas a *naturalis ratio* ou *recta ratio* é o bem, para Hobbes a lei natural prescreve a procura da paz. Desta lei fundamental, considerada como primeiro princípio da razão prática, derivam as restantes leis (Bobbio, 1971: 11-16).

Resulta daqui uma concepção fortemente pessimista sobre o estado original que precede o contrato: “os homens não retiram prazer algum da companhia de outros homens (e, sim, pelo contrário, um enorme desprazer) quando não existe um poder capaz de os manter a todos em respeito” (Hobbes, 1995: 111) A justiça só é passível de ser realizada no Estado Civil, pois “onde não há poder comum e não há lei, não há injustiça. Na guerra [de todos contra todos que é típica do estado natural], a força e a fraude são as virtudes cardeais. A justiça e a injustiça não fazem parte das faculdades do corpo ou do espírito”(Hobbes, 1995: 113). Pelo contrário, após a realização do pacto intersubjectivo entre os homens é um preceito ou regra geral da razão que todo o homem se deve esforçar

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

pela paz. A integração social ganha uma força coactiva em que a vontade dos sujeitos se reduz à obtenção da paz.

Uma preocupação idêntica ressoa em Comte. A única maneira para este autor de “travar o progresso da anarquia que invade diariamente a sociedade” é “determinar as nações civilizadas para que deixem a direcção crítica para que tomem a direcção orgânica”(Comte, 1990: 32). Agora, urge encontrar uma ordem que possibilite a ultrapassagem do diferendo sem cair no absolutismo. No novo sistema, os trabalhos destinados a levarem por diante a reorganização, com base na observação e na experiência, só podiam ser levados a efeito por homens sábios (Comte, 1990: 68). O tipo de política nele vigente exclui radicalmente o arbítrio: “Em política positiva tudo está fixado, sobre uma lei verdadeiramente soberana, reconhecida como suprema (...)”(Comte, 1990:117).

Graças a Comte, o consenso surgiu no pensamento social associado a perigosas analogias, nomeadamente a que vê no consenso orgânico o modelo do consenso social. Esta analogia baseia-se na interdependência característica dos seres vivos, que diz respeito às relações entre os órgãos e o todo, e entre este e o meio ambiente. Implica que o consenso apareça como a dimensão coesiva das sociedades, ignorando, porém, o facto de que a coesão possa ser produzida sem ser desejada. Nesta particular deriva do pensamento sociológico, o consenso é definido como uma pura e simples assimilação das consciências individuais entre si, que resultaria da sua imersão na consciência colectiva. Supõe-se que os membros da sociedade foram tão completamente e tão uniformemente socializados que só podem querer o que lhes foi prescrito, que só podem agir de acordo com o programa inscrito na consciência colectiva.

Finalmente, em Durkheim, a possibilidade de realização da felicidade humana é olhada, prioritariamente, sob o ponto de vista da integração social e da formação de um consenso (Durkheim, vol.2, 1997:9-34). Encontra-se em Durkheim, principalmente quando aborda o suicídio e a divisão do trabalho, uma questão que toma um carácter obsessivo, de acentuado recorte hobbesiano: quais os mecanismos que permitem aos indivíduos integrarem-se na sociedade? Ou seja, como é que sociedades que prezam tanto o individualismo, se podem proteger contra as pretensões egoísticas dos seus membros e

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

alcançar um mínimo de consenso? Ou, de outro modo, como é que a autonomia do indivíduo é compatível com a existência social? Para este autor, a ausência da acção moderadora da norma conduz a um estado de anomia ao qual devem ser atribuídos “ os conflitos incessantemente renovados e as desordens de toda a espécie de que o mundo económico nos dá um triste espectáculo” (Durkheim, 1997:9). A intervenção da consciência colectiva, entendida como “conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade (...) independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram” (Durkheim, vol. 2, 1997: 99), constitui um dos contributos fundamentais de uma perspectiva que privilegia uma visão pacificante na qual as partes só têm sentido quando entendidas em simultâneo com o todo orgânico. A consciência colectiva é distinta das consciências individuais. Com efeito, ao agregarem-se, as almas individuais dão origem a uma individualidade psíquica de novo género. Como observa Luhmann, “em Durkheim, moralidade e solidariedade são gémeas” (Luhmann, 1982: 7).

Os indivíduos surgem, assim, como funcionários da sociedade. Encontramo-nos perante uma visão organicista que privilegia apesar de tudo a existência de movimentos próprios dos indivíduos, o que coincide com a descrição de uma sociedade onde a individualidade do todo apenas aumenta com a das partes. Durkheim concebe a sociedade como um todo mais do que em termos de uma pluralidade ou de um conflito entre diferentes grupos e forças sociais. Trata-se de uma concepção preocupada com a emergência do individualismo, procedendo a uma tentativa de equilíbrio entre o holismo social e o particularismo individual: as normas que constituem a consciência colectiva “não são uma força imperativa que abafa o livre arbítrio; mas, porque são mais feitas para nós e, num certo sentido, por nós, somos mais livres face a elas”(Durkheim, vol. 1, 1997: 206). Perspectiva-se a defesa de uma sociedade onde o indivíduo participará na energia colectiva pela realização da sua função: “o imperativo categórico da consciência moral está em vias de tomar a forma seguinte: põe-te em estado de desempenhar utilmente uma função determinada” (Durkheim, vol. 2, 1997: 56). Nessa medida, defende-se uma articulação entre o todo e as partes, no qual a liberdade é, ela própria, produto de uma regulamentação: “Não posso ser livre senão na medida em que outrem é impedido de beneficiar da superioridade física, económica ou outra de que dispõe para sujeitar a minha

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

liberdade.” (Durkheim, vol.2, 1997: 10). Deste modo, o indivíduo só pode conseguir a sua realização, aceitando o seu papel e a sua função no interior do sistema da divisão de trabalho.

O consenso social imaginado por estas reflexões de linhagem hobbesiana privilegia a ordem como um ponto de partida, pressentindo no conflito e na dissidência uma fonte de desprazer e de sofrimento que ameaçam a própria possibilidade de relações sociais estáveis. A hiperbolização da sociedade como algo que vive em si, dotada de uma facticidade e uma exterioridade incontornáveis transformam a força coactiva do consenso social numa minimização do papel transformador e activo do agente social.

A teoria funcionalista do consenso social

O funcionalismo, um dos rostos mais visíveis do ponto de vista que tende a enfatizar o consenso, dedicou a maior parte do seu esforço analítico à exploração das razões que podem justificar a estabilidade e a durabilidade das estruturas sociais. Norbert Elias comenta a propósito dos excessos do funcionalismo a este nível: “Temos que imaginar o rio como estático antes de dizermos que ele corre” (Elias, 1980: 125). À maneira de Hobbes, o problema que persegue Parsons é o da forma de coordenar a pluralidade de fins perseguidos pelos diversos sujeitos, continuando a manter a ordem social, sem que surja a guerra de todos contra todos. A grande questão é, mais uma vez, a de como é possível a ordem quando o homem é basicamente destrutivo e competitivo. O grande problema é que, em face da fragmentação e da instabilidade, quando a mudança e

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

os problemas do desenvolvimento aparecem como prioritários, as teorias sociais que consideram as mudanças sociais como manifestação de desordem caem frequentemente na abstracção teórica. O esforço teórico de Parsons traduz-se, em larga medida, na redução da acção social a um processo no interior do qual é garantido que as interacções tendem a restabelecer a harmonia e o consenso, proporcionando a integração no sistema (Parsons: 1974: 11).

O problema da legitimidade é especialmente reduzido ao problema da transformação das expectativas sociais em exigências legítimas à luz dos padrões normativos vigentes. Um sistema “tem de ter uma aprovação suficiente dos seus actores adequadamente motivados para agir de acordo com as exigências dos seus papéis, positivamente na realização das suas expectativas e negativamente quanto à abstenção de comportamentos demasiado disruptivos, isto é, desviantes”(Parsons, 1964: 27). Devem-se evitar os compromissos com padrões culturais normativos que “não assegurem um mínimo de ordem” ou que dêem origem “ a exigências impossíveis por parte das pessoas, que gerem desvio e conflito a um nível incompatível com um mínimo de condições de estabilidade e de desenvolvimento ordenado” (Parsons, 1964: 26-27). Toda a mudança, nesse sentido, é rapidamente catalogada como desvio.

Todas as reclamações particulares são olhadas como uma ameaça clara à capacidade integradora do sistema. Talcott Parsons não hesita em classificar de fundamentalistas as posições teóricas que expressam uma “resistência à generalização de valores”(Parsons, 1974: 122).

A falta de adequação dos indivíduos às normas morais integradoras, designada por anomia, é classificada como a antítese polar da institucionalização plena ou mesmo como “o colapso da ordem normativa” (Parsons, 1974: 81). Com base numa desconfiança em relação aos movimentos sociais, qualquer criticismo imanente surge, na verdade, como reprovável. A comunidade societária “é considerada como um corpo corporativo de cidadãos que empreendem relações consensuais com a sua ordem normativa”(Parsons, 1974: 24). A abordagem conceptual de Parsons em relação à comunidade societária centra-se na ideia de integração, promovendo a partilha de um sistema de crenças comuns entre os participantes da interacção (Parsons, 1964: 325-332). Assim, “a ordem normativa

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ao nível societário contém uma solução para o problema de Hobbes – isto é, impedir que todas as relações humanas degenerem até ao ponto de uma guerra de todos contra todos” (Parsons, 1974: 23). Nesse sentido, “a função primária desse subsistema integrador é definir as obrigações de lealdade à comunidade societária, tanto para os participantes como um todo, como para as diferentes categorias de *status* e papéis diferenciados no interior da sociedade”. Considera-se, pois, que a teoria individualista tem enfatizado exageradamente “o interesse pessoal” pelo que o problema mais imediato para a maioria dos indivíduos no caso de conflito “é o ajustamento das obrigações entre lealdades competitivas” (Parsons, 1974: 24).

Com Luhmann, acentua-se a visão da sociedade como um sistema dotada de auto-regulação e auto-suficiência. A fim de reduzir a complexidade do mundo envolvente, os sistemas devem seleccionar as suas relações de troca, diferenciar as suas funções, autoprogamar-se segundo os seus próprios critérios, desenvolver códigos binários e apresentar-se como mundos auto-referencialmente fechados. Assiste-se a uma verdadeira agudização da perspectiva sistémica que visa em especial autonomizar o centro de decisão, localizado no sistema social, do brutal aumento de decisões que um mercado político cada vez mais pluralista exige. A própria racionalidade sistémica acentua a sua perspectiva defensiva: “pretende acolher e neutralizar, tanto quanto possível, as ameaças provenientes do meio (sem nunca chegar a dominá-lo)”(Luhmann, 1992: 14). Como os ambientes dos sistemas oferecem sempre mais possibilidades do que qualquer sistema possa explorar, os sistemas sociais constituem-se sempre através de processos de auto-selecção. Quer a sua formação inicial quer a sua sobrevivência pressupõem a diminuição de todas as coisas que podem em princípio ser possíveis (Luhmann, 1982: 71).

O processo de redução da complexidade é olhado do «ponto de vista» do sistema, o que implica uma “desantropomorfização “que, na verdade, corresponde a um corte com o organicismo que ainda sobressai em Parsons. O homem surge essencialmente como meio ambiente do sistema. Uma abordagem teórica desta natureza não pode ser entendida senão no contexto de uma revisão anti-racionalista e anti-iluminista que passa pela retoma de uma outra saída para a teoria do sujeito(Luhmann, 1982: 54-55). Esta saída é a recusa da identificação do sujeito com o ser humano: os sujeitos para Luhmann são os sistemas (Luhmann, 1985: 6). A interacção é olhada como um sistema social em que a presença dos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

componentes é requerida, pelo que é encarada como uma forma de funcionamento adequada a sociedades menos diferenciadas ou mesmo de pendor arcaizante. A sistematização máxima tem uma relação directa com a máxima abstracção no que respeita à presença dos actores sociais como tal (Izuzquiza, 1990: 1989-199). Ora quanto maior este nível de abstracção for conseguido no que respeita aos indivíduos concretos, com maior eficácia se consegue intervir sobre a existência concreta dos indivíduos humanos. Ou seja, “um passo essencial para a diferenciação é a despersonalização dos meios” (Izuzquiza, 1990: 32).

A teoria do poder como meio de comunicação está relacionada com a diminuição do peso dos sistemas concretos de interacção (Izuzquiza, 1990: 32). A comunicação é medida em função de uma eficácia simbólica relacionada com a capacidade de regularizar e estabilizar a vida social. O poder funciona como meio de comunicação na medida em que “gera a sua capacidade de transmissão através da aptidão a influenciar a selecção de acções (ou omissões) diante de outras possibilidades”. Nesse sentido, não implica que estamos diante da coacção onde as possibilidades de escolha do coagido são reduzidas a zero. Pelo contrário, o poder “só é passível de aumento em conjunto com o fomento das liberdades por parte dos súbditos do poder” (Luhmann, 1995: 9). Ou seja, impõe-se em face da “oportunidade de aumentar a probabilidade de ocorrência de contextos selectivos improváveis.” (Luhmann, 1995: 11). Isto implica ter em conta uma espécie de binariedade estrutural do poder enquanto código: “o poder é sempre código na medida em que atribui, ponto por ponto, alternativas a evitar para todas as selecções do agir, cuja transposição se busca” (Luhmann, 1995: 29). Nessa medida, dá-se uma estruturação da relação de poder político absolutamente como binária e que contempla a possibilidade do terceiro como parasita (Luhmann, 1990:222). Se os partidos políticos são colocados pelo poder enquanto código numa das alternativas binárias (ou no Governo ou na Oposição), o fenómeno de vida política não confinada ao sistema (por exemplo, o espaço público) surge como uma espécie de terceiro com um funcionamento parasitário(Luhmann, 1982:178).

A comunicação não implica, pois, qualquer discussão ou debate sobre os valores, pois a questão principal é o domínio da complexidade das relações do sistema com o seu meio e o da sua própria complexidade. “O problema da improbabilidade da comunicação em si e o conceito de sistema diferenciado convergem, uma vez que todo o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sistema representa a transformação da improbabilidade da comunicação em comunicação” (Luhmann, 1992: 51). Está-se, pois, diante de um processo auto-regulativo. A informação é concebida como uma selecção e processamento das várias alternativas, em ordem ao controlo da complexidade (Izuzquiza, 1990: 54). Os meios de comunicação desempenham uma “generalização simbólica” que visa “o estabelecimento de identidades no fluxo de vivências e ordenar esse fluxo de modo coerente”(Izuzquiza, 1990: 220). A improbabilidade da comunicação é, aliás, verificada em função do individualismo constitutivo dos contextos comunicacionais e, em especial, com a capacidade de recepção, onde sobressai o pluralismo interpretativo resultante de situações e interesses diferenciados (Luhmann, 1992: 42-43). O sucesso da comunicação, ou seja, a redução da improbabilidade passa pelo controlo das influências exteriores que perturbam a sua capacidade selectiva. Porém, reconhece-se a contingência na medida em que existe o constante desafio da pluralidade, da improbabilidade e da instabilidade, e a conseqüente eminência de dizer de modo diverso.

A linguagem como fonte de intercompreensão é sobretudo uma fonte de resolução de problemas, embora esteja longe de poder ser adequada à resolução dos problemas das sociedades mais complexas. Para estas, os meios simbolicamente generalizados – sobretudo dinheiro e poder – revelam-se mais eficazes e adequados.

O conceito central que permite ao sistema sobreviver num ambiente altamente complexo é a *autopoiesis*, a reprodução contínua da comunicação através da comunicação: “A comunicação é a criação de uma realidade emergente, nomeadamente da sociedade que, por seu lado, assenta na reprodução contínua da comunicação pela comunicação” (Luhmann, 1992: 71). O problema da legitimidade passa assim por uma maior institucionalização do sistema burocrático administrativo, o que claramente remete para a ideia, bem pouco tradicional na teoria liberal do Direito, de legitimação pelo procedimento (Luhmann, 1980: 138). A legitimidade já não é entendida como uma espécie de fidelidade a princípios de origem misteriosa, mas apenas é encarada sob o ponto de vista da adequação de instituições políticas e legais aos problemas que emergem no ambiente social. Sendo a legitimidade definida como “uma disposição generalizada para aceitar decisões de conteúdo ainda não definido dentro de certos limites de tolerância” (Luhmann, 1980: 33), importa saber em que se funda essa disposição. Com efeito, “a indubitabilidade

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

da validade legítima de decisões obrigatórias faz parte das características do sistema político moderno: é como uma espécie de consenso básico que se pode alcançar sem acordo quanto ao que é objectivamente justo no caso particular e que estabiliza o sistema” (Luhmann, 1980: 34). Porquê? Esta sociedade já apenas se legitima pela sua participação em procedimentos, pelo que se torna desnecessário e até enganador relacionar a legitimidade com participação. Nesse sentido, as exigências postuladas pelo pensamento crítico afiguram-se como indutoras de novas desilusões.

Em coerência com estes pontos de vista, a concepção de opinião pública tem, em Luhmann, um pendor fortemente institucionalista. “A opinião pública serve a clausura auto-referencial do sistema político, o círculo fechado da política” (Luhmann, 1992: 87), Luhmann concebe-a essencialmente como instrumento de selecção auxiliar (Luhmann, 1978: 87). Existe, porém, uma comunicação que se apoia nessa ficção e assegura a sua continuidade (Luhmann, 1992: 73). De uma forma de certo modo cínica, observa-se que “os temas da opinião pública, as notícias e os comentários na imprensa e no audiovisual têm uma óbvia importância para a política e ao mesmo tempo escondem com a sua evidência o que é realmente importante”(Luhmann, 1992: 85). A publicidade identifica-se com o interesse selectivo dos políticos em relação a dada opiniões ou com a influência de alguns grupos sobre a formação da opinião. Luhmann não confia nas tentativas iluministas de substituir a presença de uma verdade transcendental por uma verdade sujeita ao controlo do consenso argumentativamente fundado. Pelo contrário, terá que ser pensada à luz da função da redução da arbitrariedade elevada de tudo aquilo que é possível política e juridicamente, mediante a formação de opinião. A contingência, entendida no sentido de “ser possível de um outro modo”, tornada uma característica das sociedades modernas, exige uma intervenção da opinião pública no sentido da definição de pressupostos temáticos que permitam limitar a discricionariedade do que é politicamente possível (Luhmann, 1992: 93-94). Nesse sentido, a opinião pública torna-se, em certa medida, um mecanismo de controlo da comunicação pública. Assim, contra Habermas, Luhmann, ao invés de reconhecer a existência de uma transformação estrutural do público, nega qualquer operatividade a uma assunção normativa desse conceito. A preexistência de temas institucionalizados que limitam a natureza arbitrária do que é possível politicamente, e não a generalização de opiniões, é que estrutura a comunicação política.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A própria estrutura do sistema político é que determina que temas são possíveis, o que por seu lado determina quais as decisões susceptíveis de ser tomadas. Em suma, a lei positiva é objecto de uma atitude cognitiva que implica a impossibilidade de qualquer leitura normativa, a ideia de associação é recenseada sob um ponto de vista meramente burocrático, a opinião pública é reduzida a um mecanismo de tematização e a democracia é igualada a uma tentativa de resposta de natureza quase cibernética à complexidade do sistema.

Num esquema teórico desta natureza não existe a necessidade de incluir uma esfera que enfatize a integração social através das normas ou da participação associativa. Do ponto de vista do sistema político, a função dos públicos e dos partidos – da “rede associativa da sociedade civil” – é generalizar consenso e lealdade para as decisões orientadoras. Porém, este consenso é abordado de um modo particularmente desencantado: “não se pode estabelecer empiricamente um consenso efectivo e realmente consciente sobre temas relevantes de decisão, o que na verdade é impensável em situações extremamente complexas com regulamentos de flutuação rápida. Tem então de se recorrer a mistificações como «consciência interior colectiva» ou imaginar um potencial criador de consenso, que nunca poderá ser efectivado” (Luhmann, 1980: 10).

Esta forma de pensamento, na perspectiva desta tese, não pode, evidentemente, responder às necessidades de integração levantadas pela intensa diferenciação verificadas nas sociedades pluralistas. Ou melhor, responde de uma forma obsessiva sem dar conta do problema. Parsons pensa na necessidade de superar o conflito, Luhmann receia a impossibilidade de levar por diante esse propósito. Ou seja, há um sentimento de aguda percepção do aumento constante da improbabilidade, que parece conter uma espécie de preocupação subliminar com a emergência ininterrupta das pretensões de validade, como se a vocação ordenadora do sistema, sustentada com um rigor intelectual e uma coerência especulativa admiráveis, se alimentasse de um desafio permanente que a contraria, deixando-a sempre à beira de sofrer uma ruptura. Por isso, esta teoria, tal como a de Hobbes, se baseia na hipótese da improbabilidade aceitando que se torna patente que “toda a destruição de uma ordem remete para a improbabilidade de uma reconstrução”(Luhmann, 1992: 40-41). O consenso surge, mais uma vez, como a superação da instabilidade provocada pela generalização da diversidade. Luhmann parece

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

assumir aprioristicamente uma «crença» na capacidade auto-reguladora do sistema, como se o consenso social fosse um processo dotado de uma espécie de automatização interna alimentado pela diversidade e pluralidade das dinâmicas sociais. Porém, sobre a solidez desta engrenagem admirável pressente-se uma coerente exigência intelectual no sentido de não permitir a ocultação do facto de que aumenta a celeridade com que se produzem as mudanças, de maneira que se torna necessário vencer improbabilidades cada vez maiores. A ideia de que o presente vai tendendo para a ordem e o equilíbrio, produzidos através de um conflito regulador das dissensões, sobrevive graças ao jogo entre a complexidade do sistema e a redução da mesma. Porém, fica sempre a sensação de que há uma consciência trágica que a ordem se confronta com a emergência constante de novos possíveis.

Diversidade e consenso

Habermas surge, juntamente com Apel, como um dos autores centrais a teorizar a ética comunicacional, tendo como elementos estruturantes da sua abordagem o carácter dialógico da razão e o consenso racionalmente fundado, de natureza normativa e contrafactual, obtido através da troca dialógica de argumentos entre actantes que suspendem os seus interesses pessoais e estatuto social, como forma de fundamentação da norma ética (Habermas, 1996-b: 15). Trata-se de uma nova concepção de consenso social que exige, assim, uma componente normativa e crítica que ultrapassa a busca do mero equilíbrio. A diversidade e o pluralismo como factos sociais deixam de ser considerados como uma ameaça para a sobrevivência das relações sociais. O consenso ganha uma dimensão normativa resultante da fixação de elementos estruturantes que se visam atingir como sejam a ausência de coerção, o estabelecimento de condições igualitárias para o debate e para a comunicação pública e o reconhecimento mútuo das pretensões de validade apresentadas pelos agentes sociais.

Ao contrário de todas as formulações anteriormente analisadas, o consenso universal é, para Habermas, um conceito recorrente usado para designar um contexto simbólico livre de violência. Nessa medida, só pode ser alcançado quando as instituições

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que canalizam e asseguram a comunicação já estiverem libertadas de constrangimentos repressivos. O modelo discursivo da formação da opinião pública esclarecida postula, de modo contrafactual, que o processo de discussão racional entre pessoas autónomas se deve desenrolar em condições de liberdade de tal modo que o argumento prevalece sobre a força. A chave da racionalidade comunicacional é a invocação de razões e de argumentos para o reconhecimento intersubjectivo das diversas pretensões conflituais de validade (McCarthy, 1997: 37). De modo sumário, a ideia de Habermas implica a reformulação do imperativo categórico kantiano: mais do que prescrever aos outros como válidas aquelas máximas que eu sustento como leis universais, o que devo é submetê-las aos outros com o propósito de testar a sua pretensão de validade universal. Admite-se explicitamente a possibilidade de estabelecer um consenso acerca do interesse geral, resultante da concorrência pública entre argumentos privados, e que se opõe ao “consenso fabricado” graças à “acção das relações públicas, “sem relação com a acção dialógica desenvolvida no espaço público” (Habermas, 1982: 228). Sob um ponto de vista antropológico, adopta-se, também, a diferença entre acção estratégica e acção comunicativa, a partir da dualidade trabalho-interacção: “O interesse pela emancipação não se limita a pairar em suspenso; pode vislumbrar-se *a priori*. O que nos arranca à natureza é o único estado de coisas que podemos conhecer segundo a sua natureza: a linguagem. Com a estrutura da linguagem, é posta para nós a emancipação. Com a primeira proposição expressa-se inequivocamente a intenção de um consenso comum e sem restrições” (Habermas, 1987-a: 144). Ou dito de outro modo, mais sintético: “A intercompreensão consensual é inerente à linguagem comum como seu *telos*” (Habermas, vol.1, 1987-b 297). Acredita-se que “decisões motivadas racionalmente só se formam sobre a base de um consenso que é produzido pelo discurso convincente, e isto quer dizer: na dependência dos meios mais adequados, ao mesmo tempo cognitivos e expressivos, da exposição em linguagem corrente” (Habermas, 1987-d: 30). Porém, simultaneamente, imputa-se a essa busca de um consenso uma “pretensão de universalidade” que visa precisamente a ultrapassagem de um conceito meramente fáctico de consenso, resultante, por exemplo, da tradição ou do compromisso entre as forças em presença. A compreensão mútua, livre de distorções, impõe a submissão a um princípio regulativo: produzir entendimento universal no quadro de uma ilimitada comunidade de interpretação (Habermas, 1987-d: 64).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A concepção de mundo da vida, enquanto instância de sobrevivência dos valores humanos por contraposição ao sistema ordenado por *media* não linguísticos, constitui a afirmação de um espaço de resistência aos *media* sistémicos. Ou seja, processa-se o afastamento de um fundamento histórico específico para a democracia no sentido da afirmação trans-histórica de um mundo da vida, onde se encontrariam as alternativas ao dinheiro e ao poder como base para a integração social. À medida que esta deslocação se processa, acentua-se que o novo paradigma da racionalidade não é substantivo mas discursivo: tematiza não o conteúdo, mas a forma dos procedimentos argumentativos.

No espaço público liberal havia uma espécie de crença na suspensão dos interesses pessoais e das diferenças de estatuto social dos participantes do público (Calhoun, 1992: 3). A força do argumento racional e não a identidade do falante era o único elemento aceitável na arbitragem do assunto em debate. Finalmente, a existência de um público desta natureza indicava, tendencialmente, a inexistência de assuntos que não pudessem ser objecto de debate. Omitindo as componentes sociológicas que caracterizavam o seu trabalho anterior, designadamente os elementos contraditórios presentes nas estruturas de socialização que integravam a formação do público, como a família, Habermas estilizou cada vez mais uma categoria de consenso fundado num debate em que cada um suspenderia os seus interesses para, idealmente, aceitar colocar-se sob o ponto de vista do outro. Antes, o projecto inacabado da modernidade era descrito como uma falência do universalismo burguês. Hoje esse projecto inacabado é relacionado com a obtenção de níveis individuais e colectivos superiores de competência comunicativa. Onde dantes, a distorção dos padrões comunicacionais era localizada no passado histórico de indivíduos e comunidades, a mesma distorção é agora vista como estando enraizada na incapacidade dos indivíduos e das comunidades para adquirirem condições que lhe permitam alcançar um novo estágio (Benhabib, 1994: 127). No plano da pragmática, o discurso surge associado a um processo de suspensão de todos os constrangimentos, com excepção da força do melhor argumento. Neste contexto emerge a comunidade ideal de fala, na qual se especificam as propriedades formais que as argumentações discursivas devem preencher caso se pretender que o acordo seja mais do que um simples compromisso de circunstância. Ou seja, o discurso oferece precisamente uma forma de comunicação que “transcende as formas concretas de vida, pela qual as pressuposições de uma acção

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

orientada para a comunicação são generalizadas, abstraídas e ampliadas, no sentido do seu alargamento a uma comunidade de comunicação ideal e inclusa de todos os sujeitos dotados da capacidade da linguagem e da acção” (Habermas, 1999-a: 21).

No plano da ética discursiva, o consenso relaciona-se, finalmente, com a possibilidade de fundar uma metanorma que prescreva o único processo válido para fundar ou justificar as normas de acção. O consenso normativo, sob o ponto de vista teórico, nada tem a ver com a ideia contratualista de um compromisso, mais ou menos justo, negociado entre as várias partes conflituais. Pelo contrário, assume-se como um ideal regulativo, absolutamente contrafactual que aponta para a total ausência de constrangimentos em relação às regras de argumentação, implicando a possibilidade de todos acederem ao debate livre e a necessidade de todos os que acedem tomarem como elemento portador da sua atitude a possibilidade de os seus interesses serem postos em causa por um interesse geral, ao qual todos se sentem irrevogavelmente vinculados. Funciona, nas teorias do discurso, como critério geral da justeza dos compromissos de interesses, os quais terão todavia que ser tidos em conta, sendo que é na dialéctica entre diferendo e consenso que eles se afirmam. Os processos de negociação entre as burocracias, associações de interesses, *lobbies*, partidos e administração pública no plano do interesse colectivo são claramente censuráveis, sob esta perspectiva, como um elemento marcante da reificação e declínio do espaço público. O espaço público e o posterior aprofundamento da ideia de mundo da vida, interacção regida pelo acordo e consenso racional de tipo normativo inserem-se numa mesma tentativa de furtar cada vez mais os mecanismos de decisão democrática ao domínio das decisões baseadas na negociação.

No plano de uma ética discursiva, uma norma de acção só tem validade se todos os possíveis afectados por ela chegarem a um acordo racionalmente motivado no sentido de que ela seja posta em prática. Nesse sentido, “somente podem pretender ter validade aquelas normas capazes de obter o assentimento acerca da validade por parte dessa norma de todos os indivíduos envolvidos como participantes do discurso prático” (Habermas, 1986: 87). No mesmo sentido, na ética discursiva, o imperativo categórico é substituído por uma regra de universalização, “U”, isto é, uma regra de argumentação que se traduz no seguinte: uma norma ética é válida quando puderem ser aceites consensualmente, sem

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

coacção, todas as consequências que advirão para os interesses concretos dos indivíduos que pautarem o seu interesse por ela. Ou seja, os participantes no debate não podem deixar de entender que a estrutura da comunicação pressupõe a exclusão de toda a força que não seja aquela que resulte do melhor argumento e têm de neutralizar qualquer motivo que não seja o da busca cooperativa da verdade. As normas são válidas, quando no contexto do discurso prático são determinadas pelo consenso racional. Habermas afirma que o seu discurso ético é aberto ao pluralismo de valores, requerendo acordo apenas acerca dos princípios que informam o próprio discurso. (...)uma vez que não é mais possível sob o ponto de vista teórico defender a validade das razões últimas, são as condições formais de justificação que adquirem elas mesmas um poder de legitimação. Os procedimentos e os pressupostos do acordo racional são erigidos em princípios” (Habermas, 1985: 259). Para que se verifique a existência de um acordo racionalmente motivado, é necessário que os sujeitos participantes tenham igualdade de oportunidades para assumir um papel no diálogo e que exista um mútuo e recíproco reconhecimento sem constrangimentos por parte de todos e cada um dos sujeitos racionais. O acordo racional implica a possibilidade de reflectir sobre o próprio discurso de forma a pôr em causa normas tacitamente tidas por adquiridas. Verificam-se assim as exigências de simetria, reciprocidade e reflexividade, enquanto metanormas que os participantes devem seguir em ordem a atingir um consenso motivado apenas pela força do melhor argumento. Assim, “o consenso que se procura no plano discursivo depende, por um lado, do «sim» ou «não» insubstituíveis de cada indivíduo e, por outro, da superação da sua perspectiva egocêntrica. Qualquer anuência efectivamente obtida não pode ser, na verdade universal, se a liberdade individual ilimitada, que permite a tomada de posição em relação a pretensões de validade passíveis de crítica, não for uma realidade; sem a empatia solidária que permite a cada indivíduo projectar-se nos outros não se poderá chegar a uma solução passível de anuência geral. O método de formação discursiva da vontade contempla a estreita relação entre ambos os aspectos – entre a autonomia dos indivíduos inalienáveis e a sua inserção em formas de vida partilhadas intersubjectivamente” (Habermas, 1999-a: 22). Neste modelo, racionalidade significa uma forma de lidar com as pretensões intersubjectivas de validade de todo o género. Ou seja, a racionalidade manifesta-se nas práticas da deliberação, argumentação e crítica. Os modelos críticos que têm por base o discurso, embora partilhem de uma forte concepção de intersubjectividade e de comunhão de valores, não

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

deixam de se interrogar sobre a validade desses valores compartilhados, distinguindo-se deste modo de pontos de vista como os de determinados comunitaristas de raiz aristotélica – como McIntyre – os quais enfatizam de uma forma exagerada a presença do nós, de um modo que absolutiza os valores compartilhados por uma mesma sociedade. Como reclamar a desigualdade ou a injustiça de uma prática, de um sistema ou até permitir ou defender que dentro de um dado sistema outras leituras desviantes sejam possíveis, quando essa prática ou os valores que a determinam são considerados como legítimos no contexto de uma determinada tradição cultural? Como, por exemplo, confrontar certas práticas relacionadas com a distribuição de papéis consagrada pela tradição – designadamente, a desigualdade conferida às mulheres no interior de certos grupos étnicos – quando não exista uma pretensão universal de justiça?

O ponto de vista da generalidade dos modelos políticos que enfatizam a discursividade implica uma capacidade da parte de todos os participantes para se colocarem no lugar de outros e entenderem a sua perspectiva. Esta pretensão, que está imbricada no próprio diálogo, pode ser muitas das vezes violada. Porém, oferece-se como um padrão de aferição dos acordos que obtemos no mundo da vida. É nesse sentido que Habermas entende que nos nossos dias as razões últimas não têm qualquer poder de legitimação: “Só têm hoje um poder de legitimação as regras e pressupostos da comunicação que permitem distinguir uma unanimidade ou um acordo entre homens livres e iguais dum consenso extorquido ou contingente” (Habermas, 1995: 265).

Graças a esta reflexão, a ética discursiva não deve ser olhada como uma teoria que se desenvolve apenas no plano das escolhas individuais mas no próprio plano da organização colectiva, como uma teoria da legitimidade democrática. Não se trata exactamente de uma novidade. Se só em “Between Facts and Norms” e nos respectivos trabalhos preparatórios se assumiu de forma sistemática e explícita que o problema do consenso tinha, dentro de si, os fundamentos de uma teoria da legitimidade democrática e do Estado de Direito, esta ideia estava implícita em textos muito anteriores: “Verdade”, dizia Habermas muito antes, “é a coacção peculiar ao reconhecimento universal isento de coacção; este porém está vinculado a uma situação ideal do falar e isto quer dizer uma forma de vida em que é possível entendimento universal sem coacção. Nesta medida, a compreensão crítica do sentido tem de assumir a antecipação formal da vida correcta”

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

(Habermas, 1987-a: 64). Para que não fossem deixadas dúvidas sobre o sentido preciso das suas palavras, recorre, logo de seguida, à seguinte citação de G. H. Mead: “O diálogo universal é, portanto, o ideal formal da comunicação. Se a comunidade pode ser realizada e aperfeiçoada, então (...) a comunicação significativa torna-se processo de organização da comunidade” (Mead apud Habermas, 1987-a: 65.)

As conclusões retiradas no âmbito da investigação sobre a racionalidade comunicacional podem ser (e têm também sido) entendidas como uma concepção política da organização colectiva justa, baseada no reconhecimento das pretensões de validade de todos os participantes, que pressupõe a aceitação da ordem democrática e uma orientação simbólica da acção norteada pela ideia de desenvolvimento de um consenso normativo. Na verdade, a preocupação central de Habermas incide mais sobre a consideração imparcial e equitativa dos interesses em conflito do que sobre intuições acerca da essência da vida boa, isto é, sobre a existência de um bem comum vinculativo de todos os cidadãos.

Nessa medida, não surpreende o aparecimento explícito de uma teoria que passa pela aplicação da teoria do agir comunicacional ao universo do procedimento jurídico, de um modo que parece acentuar o processualismo mas que, simultaneamente, enfatiza uma vertente institucional, cuja lacuna fora imputada a Habermas desde a publicação da “Teoria do Agir Comunicacional”. Na sua elaboração mais recente, o Direito perde, curiosamente, o seu carácter predominantemente sistémico para surgir como um elemento disciplinador do dinheiro e do poder. Ou seja, o Direito surge como permeável ao *medium* linguístico que predomina no mundo da vida e na sociedade civil, assegurando, de modo institucional, formas públicas de exercício da cidadania (Habermas, 1986: 75-76).

Apesar de tudo, os elementos normativos do Direito e a sua conexão intrínseca com a moral parecem resultar do seu processualismo. Com efeito, “legalidade pode gerar legitimidade, unicamente na medida em que, a ordem jurídica reage, de modo reflexivo, à necessidade de justificação de um Direito que se torna positivo, precisamente na medida em que procedimentos jurídicos de decisão, que facultam os discursos morais, são institucionalizados” (Habermas, 1999-b: 57). Ou seja, o processualismo constitui-se de algum modo mais acentuadamente nas recentes abordagens jurídicas como uma característica que assegura a conexão entre Direito e moral: “(...) os processos jurídicos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

aproximam-se das exigências de uma racionalidade processual completa, uma vez que estas mesmas se encontram associadas a critérios institucionais, isto é independentes e, mediante os quais e a partir da perspectiva de um indivíduo não participante, é sempre possível observar se uma decisão foi tomada correctamente ou não” (Habermas, 1999-b: 58). Habermas acredita que as características das normas jurídicas, susceptíveis de serem exigidas a todos, implicam que a moral não paire sobre o Direito, mas se introduza nele sem aí ficar absorvida, o que implica por sua vez que se liberte de todos os conteúdos de normas e se sublime num procedimento de fundamentação e aplicação. (Habermas, 1999-b: 63).

A controvérsia em torno da ética discursiva

As teorias que privilegiam o discurso, designadamente a sua aplicação no domínio da comunidade política, confrontam-se com vários tipos de críticas, que acentuam as suas limitações, designadamente no que diz respeito à figura do consenso. Sente-se uma tensão entre a abertura e o impulso para a universalidade e as dificuldades que essa universalidade coloca quando confrontada com as dinâmicas concretas das relações sociais, cada vez mais complexas nas sociedades diferenciadas.

A ética discursiva habermasiana é acusada de expressar uma visão utópica no domínio da política. Esta posição transporta, no seu seio, a desconfiança de que o idealismo imanente destas teses só levaria à insegurança, sugerindo que, em política, o realismo iluminado pela ética da responsabilidade é a melhor atitude. É uma crítica que configura uma enorme desconfiança em relação a qualquer forma de normatividade e que, desde logo, contém, de forma imanente, uma salvaguarda da *Realpolitik* – em relação a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

quaisquer formas de crítica ao universo social, tal e qual ele existe. É um argumento susceptível de ser encontrado quer nas teorias funcionalistas quer nas várias fórmulas apocalípticas que sustentam a impossibilidade da transgressão, constituindo apenas mais uma variante da irrelevância do ponto de vista crítico.

Uma preocupação a exigir uma análise mais detalhada, tem a ver, directamente, com as críticas à teoria do consenso racional, na perspectiva do que esta possa conter de uma eventual utilização ideológica. Será que a exigência de assegurar o consenso não pode comportar novas formas de dominação, ignorando, nomeadamente, a afirmação de formas de vida que lutem pelo reconhecimento e que, por isso, são mantidas no universo do privado? Este tipo de interpelação tem a ver com uma tradição teórica que olha para a vontade geral com a suspeita de que se trata de um conceito ideológico que pretende, afinal, mimetizar formas de dominação perpetradas por interesses particulares (Hall, 1992: 337-338). O exemplo pode concretizar-se, no plano da política, num modelo democrático aparentemente eficaz e auto-suficiente que acredita que a observância dos princípios racionais de discurso que informam a legitimidade democrática só por si garantem a liberdade, quando podem persistir com uma multidão de excluídos que ainda não pediram a palavra (Poster, 1989: 24). O modelo habermasiano pode servir para legitimar realidades sociais ou políticas extremamente vulneráveis à utilização ideológica do discurso. Dito de outra maneira: como “todos” parecem estar a observar os princípios racionais organizadores do discurso, pode ser facilmente esquecido que o “todos” a que nos referimos são apenas aqueles que participam no debate, podendo haver outros que permanecem de fora. Ou seja, mesmo que, neste caso, nos encontremos diante de uma violação grosseira de uma das condições fundamentais de realização do discurso racional, o que contraria a posição teórica de Habermas, não fica excluído o risco de se proclamar que a abertura e universalidade já se encontram efectivamente realizadas, como aconteceu no espaço público burguês. Com efeito, na prática, é, por vezes, estreita a linha que separa a crença na força transformadora das ideias, do voluntarismo que ignora as patologias sociais. A formação da vontade racional, nomeadamente no espaço público, pode conter mecanismos de dominação ocultos provenientes de protocolos e formas de linguagem próprias que constituem entraves à admissão de novas identidades, na medida em que o ideal de autonomia moral apenas reflecte muitas das vezes a experiência de determinados

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sujeitos com a exclusão de outros: ontem o *homo economicus*, sujeito burguês do espaço público emergente, hoje o homem “pai de família”, branco e pertencente à classe média. Apesar de o espaço público ser baseado no princípio do acesso universal, na prática estava restringido às elites educadas, dotadas de propriedade e do sexo masculino. Nessa medida, importa recordar a importância conferida por Michel Foucault aos protocolos de inclusão e exclusão, designadamente rituais, gestos, comportamentos, circunstâncias e conjunto de signos que deveriam acompanhar os discursos, cuja destreza no seu uso se tornava, ela própria, insígnia de pertença ao espaço discursivo em causa (Foucault, 1971: 41-41). Seja numa sociedade atravessada por processos intensos e inevitáveis de diferenciação ou, sobretudo, numa sociedade onde os mecanismos de legitimidade são pura e simplesmente esquecidos, torna-se cada vez mais difícil a adopção do consenso racional como o único horizonte normativo possível para a obtenção de uma ordem justa. Com efeito, “a necessidade de argumentação discursiva emerge quando, através de crises e de conflitos, os agentes sociais e políticos desafiam um consenso estabelecido” (Benhabib, 1986: 320-321). O dilema respeitante ao consenso não se levanta, deste modo, ao nível abstracto da universalização, mas ao nível concreto das situações de conflito, das constelações de poder e de dominação, e da resolução de conflitos emergentes. O discurso emerge sobretudo quando a intersubjectividade da vida ética é posta em perigo. A urgência na adopção de posições que implicam a virtualização dos constrangimentos à acção torna-se, assim, maior quando as relações de dominação se tornam visíveis. Numa análise mais concreta, duas situações se podem verificar: ou o diálogo está fechado porque os participantes efectivos recusam que este se abra a novos actores, pelo que uma situação de natureza conflitual emerge, tendo em vista a formação de um consenso que assegure a participação de todos os falantes; ou o diálogo permanece aberto mas, simplesmente, só por si, nada impede que se continue a verificar a existência prática de excluídos, funcionando o próprio debate racional como uma fórmula que, mesmo que inadvertidamente, pactua com a mimetização das relações de dominação existentes. Em qualquer dos casos, se o diálogo implica um diferendo, a referência unilateral ao consenso, mesmo sob o ponto de vista regulativo, contrafactual e normativo pode comportar riscos em relação à afirmação, que particularmente nos interessa, de identidades excluídas. A manutenção da abertura do discurso racional – no sentido que já era atribuído ao espaço público enquanto espaço de abertura a todos os participantes e a todos os assuntos –

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

implica, por isso, uma referência à possibilidade do diferendo tanto como a um consenso – mesmo do género normativo referido por Habermas – na medida em que o que interessa é ultrapassar uma relação de forças estabelecida. É nesse sentido que Javier Muguerza fala no “imperativo da dissidência”, o qual haveria de fundamentar a possibilidade de dizer não a situações em que prevaleçam a indignidade, a falta de liberdade ou a desigualdade (Muguerza, 1997: 82-83). A história dos direitos humanos é vista como uma história de dissensos, ou seja, uma história dos indivíduos que lutaram por eles integrados em movimentos dissidentes – um processo em marcha ao longo do qual o objectivo do dissenso foi sempre a ruptura de um consenso antecedente, com vista a edificar sobre as suas ruínas novos consensos. Nesse sentido, é curioso que Habermas apenas se refira de passagem ao dissenso racional (Vandenberghe, vol. II, 1997: 228-229).

Uma outra preocupação tem a ver com a crítica ao alegado formalismo do modelo discursivo, crítica esta retomada a propósito das incessantes interpelações que cruzam o universo filosófico entre kantianos, por um lado, e comunitaristas e seguidores de uma hermenêutica filosófica, por outro. Com efeito, o diálogo público para ser simétrico, paritário e igualitário, necessita de um conjunto de transformações sociais e culturais, para além de uma identificação dos cidadãos com modos de viver consentâneos com o agir democrático. Ou seja, as intenções morais são inoperantes se não forem apoiadas em instituições e em práticas sociais continuadas e efectivamente sentidas pelas pessoas.

É nesse sentido que se afirma, que as éticas discursivas têm deixado as questões institucionais aos institucionalistas. Seguindo esta perspectiva, não nos parece estulto ou contraditório que o Estado se comprometa, de modo decidido, com um conjunto de virtudes cívicas a fim de alimentar um contexto social apto a sustentar, de maneira durável, as instituições justas. Este tem sido o cerne de uma vasta controvérsia alimentada a propósito das teorias discursivas e que se revela em dois eixos: o primeiro, mais directamente relacionado com a filosofia política, desenvolve-se em torno da questão de saber se a liberdade pode, por si só, ser deduzida de princípios racionais, como são as metanormas que dizem respeito à organização do discurso. Quanto ao segundo eixo em torno do qual se estrutura a controvérsia, diz claramente respeito ao plano da vida social e ao facto de o conceito de poder ser restringido ao sistema político, o que conduz a uma obliteração das relações de autoridade no seio do mundo da vida.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Em relação ao primeiro eixo referido, faz todo o sentido lembrar a preocupação de Agnes Heller: se na aplicação do princípio da universalização fosse entendido que todos os implicados no debate defendiam que a partir de certa idade, os indivíduos fossem votados ao ostracismo e à privação de comida, alguma coisa se passaria de estranho apenas pela razão de que aceitamos a vida e a liberdade como valores universais e porque nos parece impossível que as pessoas renunciem livremente a esses valores. Há uma diferença entre defender igualdade de oportunidades de vida e a defesa de igualdade de oportunidades de vida tendo como princípio orientador a própria ideia de vida (Heller, 1994, vol.4: 282). A questão que é levantada, nomeadamente por Wellmer, é a de saber se é possível fundar a liberdade num princípio de universalidade e – mais ainda – qual é o papel nesse caso deixado à liberdade de não ser racional, problemática aberta desde Hegel. Ora, por si só, os princípios universalistas que regem o discurso dizem respeito à própria racionalidade e não à liberdade. Ou as metanormas do discurso racional contêm implícita uma concepção de vida fundada no agir democrático, ou, como pensa Wellmer, apesar de serem fundamentais para o entendimento moderno da fruição da liberdade são por si só insuficientes para estabelecer o conteúdo das condições em que se desenvolve a liberdade no interior de uma comunidade política moderna. Tem que haver um lugar para a liberdade negativa – o direito de não ser racional – que autores que se entendem como comunitaristas – é o caso de Wellmer – defendem, numa concepção de equilíbrio complexo entre a exigência de salvaguarda dos direitos individuais e a exigência democrática de instituir os mecanismos de participação nos processos de decisão colectiva (Wellmer, 1990: 241-245).

O problema é como evitar que esta crítica, normalmente empreendida pelos comunitaristas, se transforme na defesa de uma ideia de bem comum, a qual, por si só, não é garante de um agir democrático, se determinadas condições – muitas das quais de natureza processual – se não verificarem. Com efeito, a liberdade colectiva ou comunal é a liberdade que, através das instituições e práticas sociais, e através dos hábitos dos seus cidadãos, se tornou um objectivo comum. O discurso dos direitos fundamentais constitui uma referência central na nossa tradição teórica, pelo que não tem sentido opor de maneira polémica indivíduos situados a direitos fundamentais abstractamente individualistas (Wellmer, 1997: 381). É aí que a liberdade negativa muda o seu carácter por se tornar

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

objecto de uma preocupação comum, passando não apenas a preocuparmo-nos com a possibilidade de dispormos de nós mas também com o máximo de autodeterminação de cada um e da colectividade. Onde a liberdade negativa seja transformada numa liberdade colectiva ou comunal através de instituições e práticas adequadas, surge a reflexividade dirigida à própria identidade, auto-interpretação e orientações práticas dos indivíduos. Daqui resulta uma consequência: o conteúdo da formação democrática da vontade já não é apenas determinado pelas preocupações e interesses que surgem na esfera pública a partir de fora. É neste sentido que se pode falar de uma nova política que implique a transformação dos significados, normas e sensibilidades levada a efeito a partir do ponto de vista dos grupos que lutam pela sua emancipação. Isto implica o reconhecimento de uma concepção mínima de bem público, a qual subentende a possibilidade de discussão pública de noções privadas de bem.

Ao que tudo indica, o próprio Habermas parece ter dado passos, cautelosos é certo, no sentido de incluir elementos desta crítica brandida pelos seus detractores e até por colaboradores que pressentiram uma lacuna real na forma como as metanormas reguladoras do discurso pareciam carecer de força mobilizadora para se afirmarem na vida concreta das comunidades políticas organizadas. Os passos dados no sentido de uma abordagem institucional, patente na sua recente reflexão jurídica, parecem denotar uma inflexão no sentido de materializar através de um determinado conjunto de normas seguidas pelas instituições do Estado, o impulso normativo que ambicionava manter na sua teorização sobre o agir comunicacional. Desta forma, a obediência de determinadas regras processuais seria uma espécie de garante das relações entre Moral e Direito (Habermas, 1999-b: 54). Parece, porém, tratar-se de um passo tímido: a simples observância de determinadas regras processuais poderia, à revelia, é certo, do pensamento habermasiano, constituir-se como pretexto ideológico de omissão e esquecimento de coerções e desigualdades materiais. Um passo aparentemente mais decidido, talvez motivado pela conjuntura polémica que originou o aparecimento de alguns textos (nomeadamente, os fenómenos neonazis e os revisionismos em relação ao passado hitleriano), é o da adopção do patriotismo constitucional como forma de garantir um destino comum que não tem necessariamente de se identificar com uma comunidade existencial de sangue e de raça. Neste caso, a fundação da comunidade remete para certos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

valores universalistas e cosmopolitas que se tornam património comum dos cidadãos sem implicarem a adesão a um conceito fechado e regressivo de comunidade (Habermas, 1999-c: 90-91). Neste caso, as instituições e práticas que asseguram a realização concreta dos princípios reguladores do discurso ganham um estatuto constituinte da própria concepção de democracia como bem comum.

Quanto ao segundo eixo da controvérsia – a acusação da ocultação das relações de dominação no seio do mundo da vida – procura evidenciar o facto de que a caracterização do mundo da vida por Habermas, em contraponto aos *media* sistémicos, pode ignorar as relações de dominação determinadas pelas práticas quotidianas – designadamente a divisão do trabalho dentro da família determinada pelo género – ou pelas tradições, como sucede com identidades reprimidas – designadamente minorias sexuais, étnicas ou religiosas – que se organizam em comunidades. O problema prende-se com a distinção sistema/mundo da vida, a qual como já vimos, é objecto de uma desconfiança por parte de Thomas McCarthy e de Axel Honneth, que vêem nesta conceptualização uma idealização baseada numa cedência à teoria dos sistemas. Uma análise deste género implica correr o risco de afirmar que o horizonte normativo que se pretende alcançar já existe, de forma embrionária, no universo social que se pretende transformar, tornando por isso menos pertinente o exercício de uma prática de resistência e de negatividade em relação às relações de poder e de dominação, desta forma ignoradas. Parece, deste modo, poder inferir-se que “o objectivo da democratização do mundo da vida se reduz cada vez mais a levantar uma barreira defensiva entre este e os subsistemas mencionados, com poucas possibilidades de exercer qualquer espécie de influxo sobre estes” (Gimbernart, 1997: 18).

No fundo, existe a preocupação com o facto de que a atenção dada aos elementos normativos conduza a uma ocultação das relações de poder no mundo da vida. O consenso surge essencialmente como um ideal normativo, que exige uma aceitação motivada racionalmente através do uso da linguagem. O problema é que, quando se procede à tentativa da verificação empírica desta possibilidade, sejamos confrontados com uma argumentação que tende a valorizar a ideia de que de alguma forma ele está já contido em estruturas comunicativas existentes *a priori*, designadamente numa parcela da realidade social. Como a acção comunicativa e estratégica se excluem mutuamente, desde “Ciência e Técnica como Ideologia”, que se percebe o risco de conferir uma dimensão empírica a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

estes dois ângulos de análise, como âmbitos de acção diferenciados. O mundo da vida vai, de certo modo, ficando comprimido num último reduto que há que definir de forma negativa como aquela instância que não está submetida aos mecanismos sistémicos.

Devido à separação analítica entre o sistema e o mundo da vida, parece insistir-se em que só o segundo é dotado de potencialidades comunicativas. A verdade é que o poder existe em toda a relação entre indivíduos e afirma-se na acção colectiva, porque nela se instaura a relação de mando-obediência e de imposição-dependência. Se as relações assimétricas são inerentes à sociedade, é preciso ter em conta que é nelas que se originam a existência de fenómenos de poder. Admitindo sempre a força da linguagem como lugar, não apenas da ordem injusta e da dominação, mas também da alteridade e da resistência, a nossa dúvida surge do facto de nos parecer que a descrição que Habermas faz dos actos de fala, foi evoluindo no sentido de uma relativização dos mecanismos de dominação e relações de poder que a linguagem também comporta dentro de si própria. Com efeito, a relação da linguagem com a racionalidade e a busca do entendimento mútuo, apesar de ser uma construção extremamente forte, confronta-se com a evidência da omnipresente utilização estratégica da linguagem. Se a linguagem tem o seu uso originário na busca intercompreensiva, sendo o uso estratégico parasitário, não podemos deixar de nos interrogar se o seu uso parasitário, não surge demasiadas vezes como prioritário e o seu uso originário, como secundário. Se nos parece verdade que a linguagem dificilmente pode ser considerada um lugar de fechamento absoluto, sendo por isso lugar de afirmação de diferendo que não permite um dizer unívoco, e constituindo-se, por isso, também, como um ponto de resistência porque implica sempre a possibilidade de uma interpelação e a busca de outrem, não se pode ignorar que essa linguagem tem sido objecto de um uso estratégico abundante (Rasmussen, 1995: 30). Ora, o argumento apresentado nos trabalhos mais recentes de Habermas não parece ser no sentido de que as formas comunicativas *devam ser* prioritárias, mas que elas *são* efectivamente prioritárias (Rasmussen, 1995: 28). Habermas parece arguir que a orientação comunicacional é parte e parcela da própria natureza da linguagem, a qual devidamente investigada evidencia a prioridade da comunicação sobre as formas estratégicas. Ou seja, procura-se responder a uma velha questão que já se adivinhava em Marx: “Como e em que medida pode explicar-

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

se cientificamente numa situação política aquilo que, ao mesmo tempo é necessário praticamente e objectivamente possível?” (Habermas, 1997: 52).

A ênfase da linguagem como *a priori* de uma comunidade livre conduziu a dificuldades crescentes, nomeadamente para a teoria política. Tal insistência na razão comunicacional e nos mecanismos intercompreensivos da linguagem, com a concomitante minimização dos pontos de fechamento e mecanismos de dominação que existem no mundo da vida e na linguagem, ganha, por isso, dificuldade em explicar as rupturas, as oposições, as mudanças, as diferenças pelo que a figura do consenso corre o risco de ficar prisioneira dos compromissos defensivos que visa criticar.

Verifica-se assim, em suma, que a figura do consenso racional não é, em si mesma, susceptível de ser confundida com a concordância ou com a omissão do diferendo. O que se manifesta é o receio das condições práticas de realização de um consenso dessa natureza, em especial quando se remete para o mundo da vida a existência *a priori* de potencialidades comunicativas, num contexto em que a referência ao diferendo, paradoxalmente, escasseia. Nesse sentido, a teoria crítica, como já tínhamos visto a propósito da sociedade civil, corre o risco de acentuar os seus contornos defensivos em torno de uma instância social idealizada.

A recuperação do diferendo: o papel do espaço público

O consenso não pode, pois, deixar de remeter para a sua contraposição dialéctica – o diferendo – o qual se processa quer no espaço público quer no mundo da vida através de actores constituídos em diferentes estatutos sociais e que ocupam diferentes relações de poder. A interpretação de uma necessidade e da correspondente norma social torna-se problemática precisamente quando os modos de interacção dominantes e os conceitos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

prevalecentes de vida boa e felicidade se revelam inadequados, conduzindo à infelicidade e à falta de orientação. O consenso normativo não pode partir de um mundo da vida apenas atravessado por uma vontade idealizada de intersubjectividade, mas tem de reconhecer a existência de um mundo da vida onde o poder também está por todo o lado e as normas proliferam e se reproduzem. O consenso não é a única forma de articulação das interacções que contém pretensões universais de validade, já que precisa de se articular com o diferendo o qual se pode afirmar como necessário e justo para a libertação dos constrangimentos sociais. De qualquer forma, um diferendo que assuma pretensões de universalidade – por exemplo, uma revolta contra o tratamento desigual com base em preconceitos – tem como horizonte a obtenção de um novo consenso aonde sejam reconhecidas pretensões de reciprocidade e igualdade.

Nessa medida, não assumimos a concepção de diferendo como um conflito entre duas ou mais partes que não pode ser resolvido equitativamente graças à ausência de uma norma de julgamento aplicável às duas argumentações (Lyotard, 1993: 9). Ou seja, por mais que os movimentos sociais insistam nos particularismos específicos e nos jogos de linguagem que lhe são próprios, a existência de uma pretensão de justiça e o desejo de equidade só podem ser reconhecidos se houver princípios comungados pelos participantes no conflito.

Para Lyotard, “um caso de diferendo tem lugar entre duas partes quando a «regulação» do conflito que os opõe se faz no idioma de uma delas apesar de o prejuízo sofrido pela outra não se significar noutra idioma.” (Lyotard, 1993: 25) A intradutibilidade entre frases organizadas segundo regimes heterogéneos é um problema que não pode ser enfrentado de modo linear. Porém, não pode ser assumida de forma irreduzível sob pena de o diferendo implicar, por completo, a impossibilidade de reconhecimento mútuo.

A insistência no debate sobre o consenso tem atrás de si um lastro de desconfiança que – até pela forma como se manifesta o receio de omissão dos excluídos – remete directamente à discussão das relações de poder, através dos aparelhos ideológicos de que os *media* constituem parte integrante: a supressão do conflito, induzida por uma escrita minutada, formulada sob o imperativo da obtenção da máxima compreensão é o manto

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

com o qual se disfarça o desacordo social. Ou seja, receia-se que os mecanismos de produção simbólica amplifiquem a correlação de forças dominante impedindo o aprofundamento democrático do mundo da vida, da economia e da política.

Este receio tem um das suas expressões mais elaboradas na suspeita que recai permanentemente sobre os *media*. Com efeito, o carácter industrial da produção cultural no campo jornalístico e o desejo de acessibilidade que qualquer *medium* possui – e que se traduz numa comunhão de saberes preexistentes comuns aos emissores e receptores – correm o risco de originar a generalização do conformismo. Nesse sentido, as notícias, como iremos ver, podem tornar-se discursos disciplinadores e normalizadores que tendem a favorecer os valores identificados como preferidos na comunidade em que o *medium* está inserido e à qual se dirige, tornando-se factores de produção de um certo tipo de consenso, centrado na integração social e na obtenção de equilíbrio. A questão que nos parece pertinente é a de saber se a profunda relação dos *media* com a linguagem não se torna também ela um factor que tende a negar estas formas de compromisso fáctico, possibilitando o rompimento dos equilíbrios estabelecidos e reabrindo novas possibilidades, sendo, nessa medida, um factor de integração normativa que pode contribuir para o celebrado consenso de tipo contrafactual e normativo. Nesta segunda hipótese, as formas de comunicação, disponibilizadas pelos *media*, seriam processos especializados de constituição do consenso linguístico e não dispensariam os recursos do mundo da vida. Assim ganhariam uma dimensão ambivalente estrutural em que coexistiriam o mundo da vida e os sistemas funcionais.

Por detrás das suspeitas em relação ao consenso, está, pois, um receio muito vivo da permanência da exclusão que um certo tipo de consenso, aparentemente, pode implicar na medida em que traduza uma determinada correlação de forças assente na dominação. Ou seja, há uma rejeição implícita da «teoria consensualista da reprodução social» (Thompson, 1988: 87), mesmo que se reconheça que a concepção habermasiana de consenso constitui algo de muito diverso. Para este ponto de vista, a reprodução das relações sociais existentes implica não apenas a reprodução das condições materiais de vida social, mas, igualmente, a reprodução social das normas, crenças e valores compartilhados, os quais constituem elementos de uma ideologia dominante que, através da sua difusão, assegura a adesão dos indivíduos à ordem social. Como veremos adiante,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

os *media* surgem, deste modo, como elemento privilegiado desta difusão enquanto aparelhos ideológicos. Apesar do reconhecimento de que Habermas defende uma concepção de integração social que inclui uma perspectiva crítica em relação às correntes consensualistas semelhantes ao funcionalismo, as dúvidas em relação à sua versão do consenso exprimem, no fundo, o receio que este, apesar de contrafactual e normativo, contribua apenas para o esquecimento dos factores de divisão que atravessam o mundo da vida, através da consolidação de formas de exclusão fácticas (protocolos de linguagem, mecanismos discursivos de exclusão etc.) reproduzidas, mormente, pelos aparelhos ideológicos dos quais os *mass media* constituem parte privilegiada. O problema da visibilidade torna-se, desta forma, uma componente essencial da luta pelo reconhecimento, na qual a dialéctica entre consenso e integração social, conflito e transformação social desempenha um papel incontornável.

Na nossa perspectiva, a reconsideração de uma teoria crítica passa pela superação de qualquer forma de ideologia apaziguadora fundada numa ideia de reconciliação. Implica uma insistência na categoria do espaço público, através de uma leitura crítica que supere algumas das dificuldades que se fazem sentir nas propostas habermasianas, mas que continue a suportar a ideia de universalidade como forma de garantir o reconhecimento de identidades excluídas, ao nível do género, da etnicidade e de outras formas de diferenciação cultural. É neste sentido que se pode falar de uma nova política que passa pela exigência da criação de novos e múltiplos espaços públicos, ou seja, por uma prática política que implique a transformação dos significados, normas e sensibilidades, levada a efeito a partir do ponto de vista dos grupos que lutam pelo seu reconhecimento. Os processos de negociação existentes na vida quotidiana só podem ser analisados em toda a sua extensão, se tivermos em conta as relações de poder e dominação existentes entre os participantes e as alternativas que existem no caso de o acordo se romper ou nem sequer encontrar condições para se realizar, o que a concepção habermasiana parece minimizar. Esta concepção implica a revitalização da importância do conflito, que não deixa, nesta perspectiva, de incluir uma dimensão radicalmente política, ética e moderna, na medida em que inclui a defesa das pretensões de legitimidade de todos os excluídos que existem dentro e fora do espaço público racional. Nada obsta a que o conflito, o diferendo tal como o entendemos, a própria insurreição, comportem em si

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

pretensões de universalidade normativa, o que implica a perspectivização da possibilidade de um consenso. Nada obsta, antes tudo aconselha, que a ordem democrática tenha uma dimensão conflitual que passa pela erupção de movimentos sociais que ponham em causa o acordo racionalmente fundado obtido num dado momento. Finalmente, nada obsta a que o consenso, como categoria ideal, conheça os seus limites justamente graças ao reconhecimento de que a legitimidade terá de conhecer uma certa positividade – com reflexo nas leis, nas instituições e na governabilidade. Este ponto de vista aproxima-se em larga medida de Axel Honneth, no sentido que reconhece em Habermas dois modelos distintos de análise da mudança social. Um deles está em grande medida relacionado com a crítica à racionalidade tecnocrática e exprime-se na idealização do mundo da vida, a partir de uma enfatização crescente da linguagem e da interação; um segundo no qual se analisa o conflito entre os actores sociais acerca da interpretação das normas e da distribuição assimétrica do poder (Honneth, 1997-a: 240-241). Neste segundo modelo, o processo de integração social assume o aspecto de uma luta entre actores sociais pelo reconhecimento da sua identidade até que todos os grupos e indivíduos tenham oportunidades iguais de construção do seu mundo comum. Porém, entre “Ciência e Técnica Como Ideologia” e “Teoria do Agir Comunicacional”, parece ser o primeiro modelo que prevalece, assistindo-se a uma operação teórica que Honneth afirma consistir em trazer Durkheim para o centro da teoria crítica (Honneth, 1997-a: 242). Honneth pressente que a descrição de Habermas do mundo da vida é demasiado estática e livre de conflito. Pressente-se uma deriva antropológica que se centra em torno da aquisição de competências comunicativas em detrimento de uma abordagem da realidade social que torne clara a existência de conflitos, nomeadamente no plano da representação simbólica da realidade. Nessa medida, dilui-se, pelo menos parcialmente, a ideia de uma tensão clara entre o potencial emancipatório da acção comunicativa e as condições limitativas impostas pelas formas de dominação estabelecidas (Honneth, 1997-a: 247).

Resulta destas reflexões que o esforço normativo de uma teoria crítica necessita de ter um conteúdo negativo, que deve dirigir-se a cada situação concreta e a cada relação de forças em particular, não apenas sob o ponto de vista da exigência de democratização dos processos de tomada de decisão mas também através do reconhecimento de comunidades de necessidades e de solidariedades existentes nos interstícios da sociedade. Essas

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

comunidades de solidariedade e de necessidades – dizendo, por exemplo, respeito a identidades excluídas – devem poder manifestar-se na sociedade civil através de espaços públicos informais que não se limitam à defesa da legitimidade do que existe, mas também insistir em novas possíveis leituras sobre o mundo. O exercício da cidadania num espaço tão diferenciado e fragmentado como o das democracias modernas deverá por isso reconhecer algumas das eventuais potencialidades normativas da fragmentação e do conflito, mais do que as potencialidades organizadoras do sistema e as potencialidades intersubjectivas do mundo da vida, dirigindo o seu criticismo também às questões que dizem respeito ao universo privado.

A crítica da racionalidade, do iluminismo, o descentramento das noções tradicionais de identidade, a luta das comunidades e das minorias excluídas por uma identidade social legítima susceptível de ser construída fora dos parâmetros da visão dominante, a busca de relações alternativas com a natureza, incluindo a natureza dos nossos próprios corpos constituem desafios que não se questionam com a ideia de, simplesmente, completar o projecto da modernidade. Os projectos modernos recomeçam sempre. Neste sentido, torna-se necessário fazer multiplicar espaços onde a política da vida e a política da emancipação se encontrem, espaços de resistência, em suma, onde urge proceder a um exercício reflexivo sobre questões que dizem respeito à superação dos consensos estabelecidos. Ou seja, há um momento de suspeita perante a reconciliação que deve manter-se.

Nesse sentido, há uma dialéctica implacável entre a constituição de novas ordens, o estabelecimento fugaz de consensos e a reabertura de novos diferendos aos quais o contexto de diversificação da modernidade não consegue fugir, sem deixar de ter em conta que, afinal, existem formas de dominação mais perigosas do que outras. O critério de perigosidade será necessariamente o de recusar as ordens que apontem para o absoluto fechamento da possibilidade de questionar, sem com isso criar falsas ilusões sobre possibilidades de abertura que se instalem, unilateralmente, em qualquer instância da vida.

Os receios sobre a formulação do consenso por Habermas fazem eco do perigo de reprodução das formas de dominação perpetradas pela hegemonia burguesa, tal como foi analisada por Gramsci (Semeraro, 1999: 212). Neste sentido específico – distinto de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Habermas – a formação do “consenso” na sociedade burguesa era procurada não apenas no mundo do trabalho e no interior da fábrica, mas estendia-se também aos comportamentos, às instituições civis, às diversas formas de vida social (Semeraro, 1999: 212), evidenciando uma ambição globalizante de controlo dos comportamentos e da própria vida particular. Gramsci, apesar da sua filiação teórica no marxismo, tinha uma visão muito mais competitiva, dinâmica e conflitual da sociedade civil, comparada com a ortodoxia marxista tradicional. Por um lado, a hegemonia não significaria, necessariamente, a conquista do poder político mas o exercício de uma direcção e a obtenção de um reconhecimento: “a supremacia de um grupo social manifesta-se de dois modos, como domínio e como direcção intelectual e moral” (Gramsci, vol.3, 1977: 2010). Por outro lado, a sociedade civil tinha uma dimensão conflitual que possibilitaria a formação de novos consensos activos. Finalmente, tinha uma consciência aguda do papel da cultura e da dimensão simbólica da luta política que urge rever, no que respeita à verdadeira influência que deixou atrás de si. Nesse sentido, a hegemonia deve ser entendida como uma forma de regulamentação que opera através da construção dos respectivos sujeitos e pela incorporação de contestação. A hegemonia deve, nesta interpretação, ser cuidadosamente diferenciada das formas tradicionais de dominação já que sob condições de exercício da hegemonia, a oposição não é reprimida, excluída ou silenciada (Gramsci, vol. 3, 1977: 1551). Existe, assim, uma tensão permanente entre a ambição de uma nova civilização que pode transportar consigo os traços totalizantes do fim da história e o reconhecimento da complexidade e pluralismo das sociedades ocidentais, aonde urge ter em conta a capacidade de iniciativa e de politização da sociedade civil, capaz de estender à sua volta a hegemonia dos excluídos (Gramsci, vol. 3, 1977: 1556-1557). Imaginam-se espaços sociais cujos participantes ensaiam práticas diferentes de política e de exercício do poder (Gramsci, vol.3, 1977: 1556-1557). Esta concepção deverá reflectir-se na forma como os excluídos poderão assumir o poder, distinção que contém implícita uma diversidade analítica dos conceitos de consenso. A “hegemonia” não se esgota no “instrumento de governo das classes dominantes que procuram o consenso e impõem a hegemonia sobre as classes trabalhadoras”, mas possui uma dimensão pedagógica de “grupos que querem educar-se a si próprios para a arte do governo” (Gramsci, vol.3, 1977: 1331; Gramsci, 1974, 69). Em última instância, esta forma de hegemonia passa pela afirmação de elementos cada vez mais próprios da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sociedade civil ou estado ético – uma sociedade regulada pelos indivíduos e suas associações autodeterminadas. Nesse sentido, a sociedade civil em Gramsci tem um potencial normativo que passa pela realização de todos os possíveis nela contidos (Gramsci, vol.3, 1977:1442).

Apesar das suas numerosas contradições e das exclusões que maculam a sua realidade histórica, pretende-se que o espaço público surja como um espaço de pluralidade que assegura a reflexão sobre domínios que parecem impensados da nossa realidade existencial. Nas sociedades diferenciadas com que hoje nos confrontamos, o mundo da vida quotidiana, com a erosão das tradições, também ele é um lugar onde prolifera um conflito de interpretações. Só que a característica do mundo da vida é o de se apresentar a cada sujeito como totalizante. A atitude natural consiste precisamente num certo alheamento em relação à dissensão. Porém, não é possível que o que se afigura como natural e evidente deixe de estar sujeito a tensões. Hoje, é natural que se multipliquem experiências que se assemelhem menos à dos agentes mergulhados na sua sociabilidade e mais às experiências de intérpretes que lidam com normas, valores e orientações de conduta contraditórias. A passagem da atitude natural à atitude crítica implica a possibilidade de tornar determinadas evidências como problematizáveis. Para que essa problematização se traduza em efeitos profícuos que possibilitem a integração social de identidades excluídas formadas por mundos da vida específicos, é necessário que os próprios problemas de construção da identidade sejam objecto de uma reflexão que transcende o horizonte da sua especificidade, sem todavia a ignorar.

Pode falar-se, hoje, de uma vontade, que atravessa as sociedades modernas, de erigir cada particularismo identitário em comunidade, de forma a dar consistência às realidades múltiplas que partilhamos, como maneira de darmos espessura a um mundo da vida quotidiana que atravessa dinâmicas crescentes de aceleração, ameaçando, por vezes, romper-se. Em todas as lutas pelo reconhecimento protagonizadas pelos diferentes particularismos culturais, existe um processo no qual todos os que identificam uma característica semelhante no outro, que seja suficientemente diferenciadora à norma socialmente maioritária, têm tendência a com ele associar-se reivindicando os direitos que consideram adequados à sua condição específica. Há um fenómeno contraditório ao qual assistimos quotidianamente: a multiplicação de novas identidades, por vezes dotadas de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

uma dinâmica interna que aponta para o uno, é ela própria, externamente, um factor de diferenciação e de aumento da pluralidade, não apenas porque tais identidades põem em causa uma unidade social mais vasta em que se inserem mas porque a si mesmas se renovam e repensam. Há formas de organização e de socialização que se afirmam no mundo da vida quotidiana no interior destas comunidades, que só podem conseguir o seu reconhecimento lutando por ele no espaço público. Nesse sentido, nem o mundo da vida surge como absolutamente idêntico para todos os actantes de uma determinada sociedade, nem o espaço público pode admitir uma estreita separação em relação ao privado, sob pena de se tornar, ele próprio indutor de mecanismos de exclusão em relação a novos particularismos emergentes; a fluidez das fronteiras público-privado é uma condição necessária da realização democrática das sociedades modernas.

Apesar da necessidade de considerar esta dimensão pluralista, a afirmação da consciência de “nós” que se forma em cada comunidade particular, apesar de ser um elemento de diferenciação, também exige a intervenção de uma consciência reflexiva que impeça que este sentimento comunitário se enquiste num contexto de dominação. A diferenciação introduzida pelos particularismos emergentes haverá de equacionar-se com um universalismo que permita, por um lado, a afirmação das especificidades, e por outro lado, impeça que a afirmação dessas especificidades se sobreponha aos direitos humanos. Por isso, os espaços de mediação que permitam a fluidez entre a dimensão pública e a dimensão privada terão de ser informados pelo predomínio de um núcleo de valores de dimensão universal que implicam a ausência de coerção e o respeito mútuo.

O consenso, nas condições defendidas por Habermas e Apel, surge desta forma como uma das dimensões em que se procede à articulação entre o universal e o particular, na resposta ao problema da diversidade. O conflito, nos termos defendidos por Honneth e por alguma leitura de Gramsci, será necessariamente outra dimensão que carece de ser reconhecida, já que é a possibilidade de luta por condições onde se verifique o reconhecimento dos particularismos que assegura que o consenso se não reduza ao equilíbrio entre forças dominantes, mantendo pelo contrário condições que apontam tendencialmente para a ausência da coerção e para o respeito mútuo. Finalmente, o compromisso, analisado cuidadosamente na reflexão habermasiana sobre o Direito, manifesto numa expressão jurídico-constitucional democrática, assegura o equilíbrio entre

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

a realização efectiva dos ideais normativos, garantindo a sua expressão institucional, e a eficácia prática dos processos de deliberação política. Nenhuma destas dimensões poderá sobrepor-se às restantes. O consenso não pode carecer da força institucional nem correr o risco de ser uma ficção ideológica que oculta processos de dominação que permanecem efectivos nas relações sociais. O conflito só tem sentido se for tido em conta o respeito por uma dimensão universalista que garanta condições equitativas de luta pela afirmação das pretensões de validade conflitantes. O compromisso só pode ser uma forma de assegurar o vínculo entre os ideais normativos e a prática política quotidiana, se não se reduzir à negociação entre *lobbies* e grupos de interesse, o que só pode ser preservado graças à presença de uma forte esfera pública informal.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

CAPÍTULO IV

Da subjectividade moderna à emergência das políticas da vida

A fragmentação e o pluralismo crescentes nas sociedades da modernidade tardia constituem factores decisivos pelos quais urge fazer incidir uma atenção redobrada à conflitualidade como correlato dialéctico do consenso. Um dos domínios onde as tensões conflituais, de modo crescente, se fazem sentir é ao nível das chamadas políticas da vida ligadas às novas concepções de vivência individual, que aspiram introduzir modificações no exercício da cidadania. Vive-se, justamente, uma época em que o que parecia sentir-se como definitivamente adquirido – ou seja, o que era objecto de uma certa ordenação

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

consensual – se vê sujeito a pressões e tensões da mais variada ordem, com a emergência de novas normas e significados. Nessa medida, pôde verificar-se ao longo das últimas décadas um criticismo crescente no que respeita às instituições, práticas e discursos. De repente, como já intuía Foucault, descobre-se uma fragilidade no cerne da própria existência, até mesmo naqueles aspectos que nos são mais familiares, aparentemente mais sólidos e mais intimamente relacionados com os nossos corpos e com a nossa experiência íntima (Foucault, 1998-a: 19).

A modernidade é uma ordem pós-convencional, onde a pergunta «como viverei?» é respondida através de decisões diárias, comportando crescentes elementos de contingência para as interacções sociais. A reflexividade da modernidade, traduzida numa abertura permanente ao autoquestionamento estende-se até ao núcleo do *self*. As instituições modernas diferem de todas as formas de ordem social precedentes no que diz respeito ao seu dinamismo, ao grau de erosão dos hábitos e costumes tradicionais e ao seu impacto global. Todavia, não se trata apenas de transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social quotidiana e afecta as experiências mais pessoais da nossa vida. A identidade parece emergir como algo de profundamente contingente, que está permanente sujeito a uma revisão radical.

A partir da modernidade, em substituição de uma comunidade universal de crentes, assistiu-se à deslocação da religião e do *ethos* nela enraizado desde a posição central que ocupava para o domínio da esfera íntima. A religião perdeu o seu carácter de fundamento último da validade pública da moral partilhada por todos. A validade das normas tidas como universalmente vinculativas deixou de se poder explicar com o recurso a interpretações que implicavam a intervenção transcendental de um ente divino. Com o declínio da explicação transcendental – ou seja, do ponto de vista de Deus – o jogo de linguagem moral só pode reconstituir-se com referência à vontade e à razão (Habermas, 1999-c: 40). O problema da legitimidade acabou por se afirmar porque se desenvolveu um pluralismo de cosmovisões que privou o poder secular do fundamento religioso que representava a Graça de Deus, obrigando o Estado e as normas que regem as vidas individuais e das comunidades a legitimarem-se a partir de outras fontes. Com efeito, “no culminar de um movimento progressivo de secularização e a partir do momento em que se estabelecem diferentes esferas culturais de valor que, entre si, competem e cooperam na

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

resolução prática de problemas da vida, a religião viu posta em causa a supremacia absoluta de que gozava” (Esteves, 1998: 114). Assim, “a consciência colectiva que se forma a partir da modernidade tem como referência uma nova cosmovisão, constituída por uma pluralidade de universos simbólicos profanizados” (Esteves, 1998: 117).

Neste contexto que remonta ao Renascimento, e que conhece o seus desenvolvimentos mais firmes desde o Iluminismo, surge um conceito dinâmico de homem (Heller, 1982:9). Até aqui era necessário estabelecer contacto com uma espécie de fonte – Deus ou a ideia de Bem – para se atingir a plenitude do Ser. Agora, essa mesma fonte reside na interioridade, coincidente com o desenvolvimento no século XVIII da noção de que os seres humanos são dotados de um sentimento moral, de um sentido intuitivo sobre o bem e o mal, que constitui o desenvolvimento da noção agostiniana de autoconsciência (Taylor, 1994:48-49). Com o final do século XVIII, as diferenças entre seres humanos ganham uma importância e uma significação morais. Desenvolve-se uma maneira de ser humano que é a minha maneira: sou obrigado a viver a minha vida de acordo com essa maneira, e não imitando a vida de outra pessoa. Realiza-se, deste modo, uma conciliação entre a importância moral e o contacto consigo mesmo. A escolha do destino de cada um passa a ser sinónimo, num sentido social, da existência de possibilidades infinitas, já que a posição social é um dado em aberto, uma vez que deixa de depender do nascimento. O individualismo sedimenta-se na medida em que cada homem se interessa pela forma como deixa a sua marca no Mundo. A modernidade, de um certo modo, é o reconhecimento de que o homem é a medida de todas as coisas. Durante o Renascimento e a Reforma, a subjectividade emerge como uma força poderosa capaz de desafiar os poderes estabelecidos e os horizontes de significação tradicionais. Os séculos XVII e XVIII alargam a investigação sobre o homem tornando possível a sua autocriação. Depois da Revolução Francesa, o presente ganha espessura histórica. Nas grandes utopias que preenchem a narrativa iluminista, é o próprio futuro que surge como História. Assinala-se o fim dos ciclos naturais, permitindo que a ideia de progresso se incarne na história. A subjectividade conhece transformações decisivas: o sujeito, com a secularização das grandes narrativas, torna-se possível construtor do seu destino no mundo.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

As transformações na vivência da subjectividade estão relacionadas com o aparecimento de uma vivência individual num mundo laicizado e privado do conforto das cosmovisões. No século XX, sedimentou-se uma concepção mais sociológica na qual indivíduo e identidade se assumiam como criações da sociedade. Finalmente, mais recentemente, assistimos à substituição de uma identidade concebida de uma forma clara e homogénea por um alegado descentramento do sujeito definindo a sua subjectividade através da crença numa narrativa pessoal. Numa sociedade moderna e complexa, os mapas de orientação são cada vez mais ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projectos individuais são feitas num contexto em que diferentes “mundos”, ou esferas da vida social, se misturam e entram muitas vezes em conflito. A possibilidade de formação de grupos de indivíduos com um projecto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projectos individuais depende de uma percepção de vivências de interesses comuns que podem ser os mais variados.

Simultaneamente, além das transformações verificadas na formação e vivência das identidades sociais e colectivas, o relevo que hoje se faz sentir nas questões relacionadas com a auto-realização pessoal repercute-se na defesa de direitos – de que são exemplos os direitos do ambiente e dos consumidores – que são elementos típicos de uma agenda centrada nas políticas da vida e no domínio da qual a sociedade civil e a opinião pública serão chamadas a intervir. Surgem novas formas políticas centradas na resistência ao racismo, temas relacionados com o género, a sexualidade, a questão ambiental e os estilos de vida (Hirst, 1994:9). Como resposta à generalização das relações sociais capitalistas a sectores até há pouco inimagináveis – sexo, prazer, morte – surgem novas formas de antagonismo que lutam pela politização desses sectores da vida individual (Mouffe, 1988:92-93). Descobrem-se elos entre indivíduos a partir de traços distintivos idênticos para afirmar um desejo de comunidade, o qual muitas das vezes assume um carácter regressivo, destrutivo e contramoderno, mas que, simultaneamente, contém potencialidades de contrariar as tendências desumanizantes das sociedades de massa. De certa forma, estamos em face da emergência de uma nova política que “se constitui de modo refractário às orientações políticas convencionais (os problemas da segurança económica, social, territorial e militar)” e, em contrapartida, “privilegia as questões relativas à qualidade de vida, aos direitos cívicos e à realização do indivíduo”(Esteves,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

1998: 67). Ao nível da vida quotidiana, bem como nas lutas colectivas pela emancipação, os problemas morais/existenciais são recuperados e trazidos para o debate público. A agenda da política da vida dirá assim respeito “às decisões que afectam a auto-identidade em si mesma”, de que são exemplos as pretensões dos movimentos feministas designadamente ao explorarem a ideia de que “o que é pessoal é político” (Pateman, 1996:41-52).

Ao centrar-se num conjunto de problemas geralmente alheios à política tradicional, a agenda da política da vida pode recuperar ou introduzir um conjunto de questões morais e existenciais reprimidas pela modernidade. Desta forma, “os assuntos da política da vida fornecem a agenda central para o institucionalmente reprimido” (Giddens, 1997:56) Pode-se, a propósito da identidade, falar de uma oposição substancialismo/construtivismo que chega até hoje sem que a querela esteja resolvida. De um lado, temos o Eu como unidade essencialmente inalterável emergente no pensamento ocidental desde Kant a Husserl. Do outro, a identidade vista como uma construção do próprio Eu tal como é pensada ao longo da história pelos estóicos, por Kierkegaard, Nietzsche, Freud, Sartre, o último Foucault, Deleuze e Guattari, ou mais recentemente Agnes Heller, no domínio da filosofia, e Giddens no campo da sociologia. Nos últimos tempos, ter-se-á assistido à predominância da última tendência enfatizando a identidade como trabalho de criação de uma individualidade própria e particular, um eu singular e único, com possibilidades de realização aparentemente ilimitadas”

As primeiras manifestações do actual estado de fragmentação cultural, coincidente com a emergência das políticas da vida, foram, na sua maioria, determinadas por actores em que a intencionalidade era mais política do que social. Começaram por reflectir primeiro, com os movimentos da chamada «contra-cultura» dos anos sessenta e setenta, um reordenamento das prioridades no que toca à relação entre público e privado (Roszack, 1971: 84) – a reavaliação da importância do corpo, da sexualidade, do género e da etnia – e, posteriormente, nos anos 80 e 90, reflectiram a confluência entre, por um lado, a decepção com os movimentos emancipatórios tradicionais legitimada pelo paradigma filosófico da decadência das grandes narrativas e, por outro, o aprofundamento ou a emergência de novas formas de conflitualidade, relacionadas com a etnia e o género, resultantes dos problemas do desemprego, da crise dos Estados-Nação e do fenómeno

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

económico e cultural classificado como globalização. A recessão económica, os sucessos pós-coloniais, as novas formas de globalização, o colapso do antigo império soviético, a crescente heterogeneidade cultural, social e política das sociedades ocidentais minaram as certezas do que era absolutamente tido como seguro e superior (Rattansi e Westwood, 1994:1). A diferenciação cultural está ligada a fenómenos extraordinariamente diversos como sejam a tentativa do reaparecimento e apropriação de novos sujeitos colectivos; a ênfase pós-moderna no particularismo; os avanços na medicina, nomeadamente na tecnologia da reprodução, e as consequentes transformações no controlo exercido sobre o corpo; as pressões do mercado com vista à emergência de novos segmentos de consumidores, graças à intensa relação que se estabelece entre diferenciação social e práticas culturais, potenciada pela generalização do consumo; o aumento da mobilidade e a relativização dos Estados-Nação, a forma como se processa a divisão internacional do trabalho e a especialização dos mercados.

O facto de o corpo, tal como o *self*, já não ser um dado adquirido tornou-se um elemento fundamental dos debates e lutas que se relacionam com a política da vida. A possibilidade de a reprodução e a sexualidade poderem separar-se abre caminho a uma infinidade de estilos de vida. O rápido desenvolvimento das competências técnicas da medicina moderna levantou questões éticas acerca da propriedade do corpo humano, a posição da mulher na sociedade, e acerca das próprias forças que produzem a vida. A mudança na natureza das políticas sexuais combinada com as rápidas mudanças na natureza da medicina moderna problematizou as relações entre o corpo humano e a pertença social.

A erupção do estilo de vida é, indiscutivelmente, um dos traços desta sociedade. A construção do corpo tornou-se uma das obsessões desta época: depois do imperativo categórico, o imperativo narcísico torna-se um elemento incessantemente invocado pela cultura dietética, desportiva e higiénica dos nossos tempos. “O hedonismo associa-se aqui à auto-produção narcísica, higiénica e desportiva, à organização liofilizada dos prazeres” (Lipowetsky, 1994:55-56). O *ego-building* torna-se um dos elementos centrais da escolha do estilo de vida. Pode-se hoje falar de uma biologização da experiência profundamente associada à corporeidade. Assim, “o corpo é hoje esquadrinhado em todos os sentidos, não ficando praticamente nenhum dos seus órgãos e das suas funções fora dos cuidados de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

especialistas e da intervenção de dispositivos tanto mais eficazes quanto mais incorporados e por isso menos perceptíveis: *champôs*, bálsamos, cremes, próteses, depilação, ginástica de manutenção, culturismo, *jogging*, cirurgia plástica” (Rodrigues, 1990-a:25). Por outro lado, assistiu-se a uma desculpabilização do sexo, que passou pela generalização da tolerância nos costumes e pela desanatematização de práticas que eram tidas por desvios sexuais. Apesar das discriminações vigentes, as condenações tornaram-se claramente menos definitivas e menos seguras de si próprias (Lipowetsky, 1994:70-71). Apesar de se estar longe de uma era em que predomine a defesa de uma fruição absolutamente livre do hedonismo, a palavra de ordem é a tolerância a qual apenas tem por limite a liberdade do outro. Trata-se de uma espécie de ética leve e inodora que insiste em temas como sejam as diversas formas de família, o reconhecimento das uniões de facto, mesmo nalguns casos de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se enfim de um entendimento das relações humanas neste domínio que proíbe, persegue e reprime socialmente as práticas descontroladas e “levianas”: já não apenas o assédio, mas as atitudes impróprias, as palavras obscenas, as atitudes de “mau gosto” desde que impliquem o desrespeito de outrem. Coerente com seu compromisso comunitarista, Alain Bloom desenvolve uma crítica irónica e demolidora deste culto da tolerância: torna o sexo enfadonho, como uma procura do gosto, uma escolha entre os sabores possíveis de uma marca de gelados, vai às profundezas das almas dos homens e das mulheres, despojando-os do seu direito natural de preferirem o belo, desvaloriza o *eros* para o reduzir à sexualidade como actividade mecânica, transforma a privacidade numa trivialização das escolhas, reduz as relações humanas à vontade de poder como a polémica sobre o assédio, alegadamente prova (Bloom, 1994:28-29). Com efeito, esta atitude permissiva não significa a ausência de mecanismos de controlo, já que, inclusive, se verificam recuos em relação ao radicalismo dos anos 60. Trata-se de uma “libertação regrada” marcada pela auto-regulação e que se estende até a limites outrora tão objecto de tabu como a transexualidade, onde se começa a notar um movimento no sentido do seu reconhecimento jurídico. “ O que resta da moral familiar tradicional na era dos bancos de gametas, dos embriões congelados, da inseminação artificial e da fertilização *in vitro*?” (Lipowetsky, 1994: 183). A família torna-se o lugar onde as contradições são mais visíveis: famílias alargadas ou nucleares, monoparentais, recompostas ou homossexuais, e formadas por casamento ou concubinato declarado ou não, inúmeros tipos familiares que, cada vez mais

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

rapidamente, são colocados ao lado uns dos outros pela lei e pelos costumes, sem juízo normativo porque já não é em termos institucionais que definimos uma situação familiar, mas antes de comunicação entre os membros de uma unidade familiar, ou até de reconhecimento dos direitos e dos interesses de cada um.

Simultaneamente, desde finais da década de 60, a ala radical e militante do movimento feminista começou a argumentar que as mulheres eram oprimidas por uma estrutura social dominada pelos homens, no seu conjunto, uma estrutura que viam impregnada de sexismo, apesar das disposições legais no sentido da igualdade entre os sexos. O ponto de vista do feminismo radical dirige a sua contestação para o sistema patriarcal, o qual não deve ser objecto de uma intervenção reformadora mas apenas de uma pura e simples destruição das suas estruturas políticas, económicas e culturais como sejam a família, a Igreja e a Academia. Algumas feministas radicais consideram o sexo como uma forma de opressão independente da classe social, e o patriarcado como anterior ao capitalismo (Millet, 1970; Daly, 1978). Este ponto de vista enfrenta a existência de uma ordem natural, biologicamente sancionada, que coloca as mulheres numa posição subordinada ao homem, enfatiza a importância das tecnologias de controlo da reprodução e as técnicas de reprodução medicamente assistida como modo de assegurar a autonomia e possibilidade de escolha livre da mulher. A relação homem-mulher é encarada como o paradigma de todas as relações de poder. Assim, só o controlo sobre as tecnologias da reprodução poderá garantir a extinção da divisão desigual de trabalho na diferença biológica (Millet, 1970: 25). De certo modo, esta forma de pensamento acabou por pautar-se pela defesa de uma espécie de androgenia cultural onde as diferenças entre masculino e feminino fossem reduzidas ao mínimo. (Millet, 1970: 95). São poucos os aspectos do casamento e da família que escapam à crítica destas feministas, as quais insistem na posição da mulher doméstica como trabalhadora não paga e na denúncia do amor romântico como forma de alienação ideológica tendente a encapotar a opressão. Daqui resulta uma insistência em formas de vida alternativas ao casamento como a relação heterossexual livre da procriação, o celibato e o lesbianismo.

Apesar das inúmeras insuficiências na concretização de princípios legislativos, em que Portugal é, aliás, exemplar, e das muitas dominações que tendem a permanecer, hoje, a mulher encontra-se livre de várias servidões objectivas e lançam-se ao alcance da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

cidadela que constitui o monopólio do poder político pelos homens. Nesta medida, podemos aceitar que, com graduações diversas, nas sociedades ocidentais contemporâneas, se verificou um avanço democrático no estatuto social e identitário do feminino. “Pela primeira vez, o lugar do feminino deixou de estar pré-ordenado, orquestrado de uma ponta a outra pela ordem social e natural. O mundo fechado de outrora foi substituído por um mundo aberto e aleatório, estruturado por uma lógica de indeterminação social e de auto-governo individual (...)” (Lipowetsky, 1999: 10). Isso não impede um conjunto de preocupações que se relacionam com a identidade feminina, designadamente exigindo o reconhecimento de novos direitos relacionados com o corpo, e de legislação contra o incesto, a violação, a violação no casamento e o conceito – de contornos difíceis de reconhecer – de assédio sexual (Lipowetsky, 1999: 63).

No plano étnico, a situação também conheceu um desenvolvimento importante. Hoje os Estados-nação confrontam-se com um intenso processo de imigração por parte de grupos minoritários com as suas próprias formas de organização social e cultural. “Assim, os últimos anos da era industrial e de forte crescimento trouxeram consigo a primeira vaga, mais confiante e aberta, de afirmações identitárias capazes de conflitualizar as suas exigências; nos anos seguintes introduziu-se não uma ruptura mas uma inflexão, na qual a diferença económica e os medos de queda e de exclusão sociais alimentam a face sombria das identidades, aquela que oscila entre o medo e a cólera de um lado, e o apelo comunitário do outro, sem que as populações envolvidas tenham uma grande capacidade em transformar as suas exigências em conflitos” (Wiewiorka, 1997:16). No caso da Europa Ocidental, os emigrantes e respectivos agregados familiares ascendem ao número de cerca de 20 milhões de pessoas. Os problemas da etnicidade e do pluralismo cultural continuam a provocar uma tensão que permite aos extremismos fascizantes ou mesmo fascistas e nacionalistas manterem a sua base de apoio. Mesmo quando não comprometidas em projectos nacionalistas, as minorias étnicas tornaram-se objecto de suspeita, indiferença mais ou menos hostil ou hostilidade aberta nos países de acolhimento, tornando por vezes mais difícil a manutenção de um ideal multicultural. Esta tendência transporta consigo problemas que merecem uma análise mais detalhada. Para além das discriminações em relação à cultura dominante, há também a considerar formas de dominação associadas a culturais tradicionais das etnias: a noção de igualdade de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

oportunidades confronta-se com discriminações tradicionalmente fundadas, como quando se verifica a restrição no acesso à escolaridade obrigatória por força do papel tradicionalmente entregue à mulher; muitas das tradições originais, como é o caso das que se encontram embebidas nos princípios do Islão, concebem a relação entre público e privado um sentido totalmente diferente do Ocidente; a escola oferece à segunda e terceira geração um projecto de vida que entra em confronto por vezes violento com a realidade quotidiana verificada no lar e nos grupos primários de socialização; os *media* generalizam arquétipos que não são operativos para as suas aspirações quotidianas. Utilizando linguagens diferentes – por vezes em casa e na Escola – compartilhando diferentes valores e crenças, reforçando traços, por vezes contraditórios da sua identidade cultural durante a sua própria luta pelo reconhecimento, cada uma das comunidades pode partilhar experiências completamente diferentes durante a sua socialização, pelo que as práticas dominantes aparecerão aos seus membros a uma luz completamente diferente. Este problema existe e tem que ser confrontado nas sociedades pluralistas, multiétnicas ou multireligiosas, onde as crianças praticando uma religião específica ou compartilhando contextos de interpretação específicos relacionados com assuntos que afectam directamente a construção da personalidade (como o conceito de família, a fruição da sexualidade ou o papel distribuído à mulher) adquirem modos de conduta e de comportamento em situações típicas totalmente diversas daqueles a que se convencionou chamar “pessoas comuns” – os membros da maioria. Tudo isto se soma à relativamente evidente existência de uma fractura social que “reenvia à existência de segmentos inteiros da população que sem serem ainda excluídos, são fragilizados, precarizados no seu emprego e no seu futuro e que acedem, de forma extremamente difícil, ao consumo, à educação e à saúde para os seus filhos” (Wiewiorka, 1997:14).

Desenhou-se, deste modo, uma tensão forte entre o que é tido como garantido e pertence ao universo do que se supõe consensual e as novas propostas identitárias, de vivência e fruição da individualidade que se fazem sentir nas sociedades modernas, aonde é cada vez mais visível a luta pelo reconhecimento de novos referentes que, por vezes, trazem atrás de si, diversas concepções do mundo, diversas formas de vida e novas orientações socializadoras. Trata-se curiosamente de um processo ao qual está ligado o mecanismo que geralmente designamos por globalização. Com efeito, a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

desterritorialização das relações sociais faz com que as mesmas, até há pouco confinadas aos Estados e nações, possam cruzar fronteiras. O Estado nacional deixa de ser a única unidade política privilegiada de interacção e confronta-se com a multiplicidade de direitos de opção (Santos, 1994: 54). Com o desenvolvimento dos meios de comunicação social, generalizou-se a “desespacialização” do tempo, que deixou de ser medido pela experiência do trabalho e da natureza para se tornar cada vez mais abstracto. Esta globalização permitiu pois que as diferenças identitárias possam emergir sem estarem associadas a um território específico, ou pura e simplesmente, possam emergir ligadas à ideia de um território simbólico.

Ao lado das sugestões que apontam para políticas ligadas com a vida, a consciência da necessidade de um novo conceito de política onde fosse possível proceder à equação entre o global e o particular tornou cada vez mais obsoletas as decisões tomadas em centros localizados longe dos mundos da vida dos cidadãos. Ergueram-se pretensões em volta de mecanismos como sejam a defesa do princípio da subsidiariedade – enfatizando que uma função deve ser desempenhada ao mais baixo nível consistente com a administração competente – só susceptível de ser implantado através da instauração de centros de decisão mais próximos dos cidadãos, de que a tentativa da instauração de processos muito diversos de regionalização um pouco por todos os países europeus foi um exemplo. A erupção dos particularismos acompanhada pela virtualização crescente das relações simbólicas acabaria, através de uma relação mais directa com os públicos, por permitir que a abstracção dos mecanismos de mediação fosse superada por uma relação onde a própria comunidade readquiriria ela mesma um função primordial de *medium*. Nesse sentido, a globalização cultural – indissociável da globalização económica e da emergência de novos mercados – reflecte algumas das contradições da situação que tentamos caracterizar:

- a) Por um lado, parece haver uma espécie de “cilindragem” cultural, de tal modo que não é absurdo admitir que algumas das emergências identitárias não resultem senão da contaminação das agendas dos países culturalmente periféricos pelas agendas dos países culturalmente hegemónicos, designadamente por um efeito de propagação através dos *media*. Aqui se vislumbraria, neste caso, uma das dimensões deste fenómeno: o papel do mercado e da cultura de massa na crescente reflexividade sobre o *self*. Ou seja, muito do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que entendemos por particular ou local não passa de uma reprodução do total a nível local ou particular;

- b) Em segundo lugar, verifica-se a vontade de uma verdadeira resistência à homogeneização, visível na ressurreição das culturas locais e na busca de uma política que revalorize certos traços comunitários pré-modernos. A recuperação do artesanato, a música tradicional e a música étnica, a insistência na autenticidade e na diferença, até num certo “exotismo” são traços que oscilam ora entre o puro cálculo instrumental da mediação mercantil ciosa da busca de novos segmentos-alvo e a necessidade de humanizar e dar sentido à vida. É a própria noção de luxo que se altera, privilegiando a qualidade de vida (direito à tranquilidade, ao sossego, ao lazer, à fruição mais vagarosa do tempo, a um ambiente “verde e limpo”, regresso à utilização dos materiais autênticos, uma certa idealização das “verdadeiras” relações comunitárias) por oposição ao nível de vida centrado na quantidade e na ostentação da posse. Porém, é também a exploração de novos nichos de mercado: “o consumo cultural pode definir-se como o tempo e o lugar da ressurreição caricatural e da evocação pândega do que já não existe – do que é «consumido» no sentido original do termo. (acabado e volvido).” Neste processo de ressurreição fixista dos modelos anacrónicos, oferecem-se brasas e fogo de lenha na estação de serviço, ressuscita-se o prazer pela mesa de madeira autêntica, e pela casa de pedra; (Baudrillard, 1971: 17) vislumbra-se a possibilidade de se gerar uma identificação com base em valores simbólicos e culturais expressos nos *media*: é o *look*, a moda e o *life style* tornados possíveis pela cultura juvenil, cultura *gay*, cultura feminina etc. A atenção à incontornável dimensão simbólica que se joga nestes conceitos é muitas vezes o pretexto para tornar relevantes os elementos exóticos em detrimento das formas de dominação que preexistem por diversas formas: seja na busca e na gestão desenfreada do novo, seja no esquecimento das formas de dominação que se abatem sobre as formas diferentes de viver; finalmente, a expressão de reivindicações feministas, étnicas e multiculturais, ecológicas e ambientais, que correspondem à emergência de direitos de cidadania que as políticas do final de século tornam mais urgentes, mas que também são feridas na sua capacidade emancipadora e crítica pela banalização e pela intervenção do mercado: mais do que o aumento da cidadania ecológica, multiplicam-se os apelos de uma “moda” verde; mais do que a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

verdadeira necessidade de travar a feminização na distribuição desigual de rendimentos ou a condenação de cerca de 170 milhares de imigrantes à invisibilidade pública e à menorização cidadã, insiste-se no retrato benevolente das suas particularidades, tipicidades e até arcaísmos. No fundo, é o tratamento superficial de temas que acabam por ser subsumidos nos valores mercantis em função do seu valor de troca. Talvez, por isso, mais do que nunca, se assiste à importância das *soft news* no universo mediático, através do aproveitamento dos elementos retratados como mais caricaturais da emergência das minorias. Ainda, assim, seria um erro considerar que se tratam de traços ou tendências unilaterais.

O caso português

Portugal, apesar de um certo conservadorismo estrutural, não é excepção neste contexto em que a fragmentação cultural induzida pelo mercado e a emergência identitária e comunitária são elementos que transformam a paisagem política, apresentando-se como desafios incontornáveis. Este país, ao longo dos últimos 25 anos, conheceu profundas transformações. De uma imagem profundamente ruralizada, de um país dotado de uma segura identidade cultural, passou-se a uma realidade nova que integra diversos espaços de fragmentação: Portugal sofreu o choque do regresso forçado de numerosos portugueses de diversas etnias e costumes, decorrente das atribulações do processo de descolonização; a imigração de cidadãos de diversos países lusófonos, onde prevalecem culturas distintas da dominante; as imigrações recentes dos países pobres do Leste, do Oriente e do Sul, a migração interna dos campos para as cidades, e, finalmente, as transformações culturais do espaço público produzidas na paisagem mediática, nomeadamente audiovisual. Ao nível daquele que constituía o principal suporte de uma certa imagem tradicional de Portugal – a Religião – também se abriram algumas fissuras, com conteúdos e objectivos muito diversos: a Igreja Católica viu disputado o monopólio que detinha, em Portugal, no domínio das relações com o sagrado e, em especial, alteraram-se profundamente as formas efectivas de vivência quotidiana da religião (Martins, s/d: 96-97). Nesse sentido, podemos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

talvez concordar que nenhum dos elementos da trilogia em que assentou a visão do nosso Mundo – Deus, Pátria e Família – ficou absolutamente incólume. De um país fortemente homogéneo que se caracterizava por caminhos unívocos no que respeita a questões como sejam a religião ou a etnia, passou-se a uma situação em que crescentemente se insinuam novas questões que desafiam a noção tradicional da nossa identidade: as condições institucionais que asseguravam o unanimismo político foram, felizmente, derrubadas; ao unanimismo religioso, sucedeu-se um relativo pluralismo confessional, a uniformidade étnica e cultural deu lugar à pluralidade e diversificação de culturas, etnias e costumes, que especialmente se fazem notar na Grande Metrópole (Santos, 1994:127). A estabilidade dos costumes – protegida por uma certa hipocrisia oficialista – dá lugar a uma realidade em que é cada vez maior o número de famílias monoparentais, assistindo-se, já mesmo, como acontece noutros países, a uma questionação de temas tão sensíveis como a própria identidade e orientação sexual. A alteração de hábitos de consumo, a preocupação com o corpo, a beleza, a saúde e a sexualidade, o hedonismo a par com a afirmação da diferença e questionação do género são elementos que emergem ao lado de uma agenda que também comporta uma preocupação com novos direitos de cidadania e direitos sociais. Ao mesmo tempo que dá os primeiros passos na busca desta fruição individual (primeiros passos que só foram verdadeiramente firmes ao longo dos anos 80 quando o centramento na realização material e na criação de hábitos consumistas substituiu a agenda política dos anos 70), consolida-se a demolidora modificação de hábitos e de valores resultante do 25 de Abril e da adesão europeia.

No caso concreto das migrações, é importante que se tenham em conta os traços da nova situação. Continua a assistir-se à conjugação simultânea de dois fenómenos paralelos que se entrecruzam: por um lado, continua a verificar-se a emigração de portugueses, principalmente, para os países europeus e, por outro lado, aumentou significativamente a imigração para Portugal, nomeadamente provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa e Brasil. Dispersos pelo Mundo, encontram-se cerca de 4,5 milhões de portugueses, dos quais aproximadamente 1,5 milhão na Europa. Em Portugal, de acordo com dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras referentes a finais de 1995, encontram-se com a sua situação legalizada cerca de 135.000 estrangeiros, mas em situação irregular, estimam-se cerca de 50.000. Dos estrangeiros legalizados, cerca de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

75.000 são oriundos dos PALOP e aproximadamente 20.000 do Brasil. Dos não legalizados estima-se que a quase totalidade são oriundos dos PALOP. No que respeita à diversificação das comunidades, constata-se que os cabo-verdianos são cerca de 23%, seguidos dos brasileiros com 11,6%, pertencendo um em cada quatro à União Europeia (Peres, 2000: 39). Constata-se, nestes movimentos migratórios em Portugal, a existência, organizada pelas grandes empresas e pelas redes de engajadores de mão-de-obra internacional, de práticas de *dumping* social. Os trabalhadores portugueses, deslocando-se para a Europa, são instrumentos passivos de *dumping* social nos países de acolhimento e os trabalhadores estrangeiros que trabalham em Portugal são-no igualmente face às condições de trabalho no nosso país (e, se estiverem em situação irregular, esta situação aumenta). Um exemplo do problema novo associado à livre circulação de pessoas que a globalização implica é o que se verifica com as grandes migrações de mão-de-obra, em que a integração no país de residência deixou de ser um objectivo visado pelo migrante, e não é desejada pelas populações locais ou estimulada pelas autoridades do território onde tem lugar um tipo de permanência cada vez mais transitória. De uma forma brutal, os imigrantes têm vindo a ser substituídos pelos trabalhadores hóspedes, admitidos por um período determinado de tempo com um contrato vinculativo a uma determinada entidade patronal. Findo o contrato, os seus vistos expiram. Carecem de direitos políticos ou de apoios sociais, já que, uma vez extintos os respectivos vínculos, não têm direito a subsídio de desemprego. “Estão encurralados numa posição inferior e que também é anómala; são párias numa sociedade que não se baseia em leis de casta, metecos numa sociedade em que os metecos não têm um espaço que os inclua, protegido e digno” (Waltzer, 1999:71). Assim, embora Portugal seja um país de recentíssima imigração, dificilmente comparável com países como a Suíça ou o Luxemburgo, tornou-se cada vez mais “um exemplo claro de contactos vários, projectos diversos, inserções e fixações de pessoas numa aproximação transversal e dinâmica dos seus interesses e necessidades de índole económica, social e cultural” (Peres, 2000: 39).

No que respeita aos costumes e à situação da mulher, verificaram-se transformações significativas. A aprovação do divórcio, a despenalização parcial do aborto e as revogações das disposições discriminatórias do código civil são apenas a face mais visível, à qual se juntam as alterações sensíveis na questão da reprodução medicamente

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

assistida; vulgarizam-se os métodos de contracepção e generaliza-se uma certa cultura de tolerância de que a juventude parece ser um dos guardiões ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se prolongam exclusões graves em relação à mulher e de uma forma geral em relação às minorias que, só de uma forma ainda tímida, se fazem ouvir na política e no exercício da cidadania. Em Portugal, o Estado Novo esforçou-se por conservar a mulher no seu posto tradicional, como mãe e dona de casa, em tudo submissa ao marido. Só após a revolução de 1974, a legislação portuguesa, pela Constituição de 1976, veio reconhecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Com efeito, entre 1974 e 1979, período de consolidação da democracia portuguesa, as mulheres viram-lhes consagrada legalmente a possibilidade de acesso a todas as carreiras profissionais, o alargamento do acesso ao direito de voto, o fim de resquícios anacrónicos de um autoritarismo paternalista dificilmente qualificável como os direitos do marido à abertura da correspondência, de recusa por parte do marido em autorizar a saída do país e de anulação de qualquer contrato de trabalho celebrado pela sua mulher, o reconhecimento constitucional da igualdade jurídica, a revogação da figura do Chefe de Família até aí consagrada no código civil, o reconhecimento do divórcio. Mais recentemente, Portugal ratificou em 1980, a *Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres* pela qual se compromete em tomar todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres na vida política e pública do seu país e mais recentemente (1997), a Plataforma de Acção de Pequim pela qual todos os Governos devem promover uma política activa e visível da perspectiva de género em todas as políticas e programas (Faria, 2000, 109-110). Porém, simultaneamente, este intenso movimento legislativo andou a par com uma situação de facto em que se verificam as mais baixas remunerações europeias, a mais elevada escassez de equipamento colectivo no apoio às crianças, deficientes e doentes (tarefas geralmente atribuídas às mulheres), e elevados índices de exclusão das tarefas profissionais qualificadas, da participação cívica e política (Ferreira, 1998: 199). Com efeito, apesar da preponderância das mulheres no mundo académico (59,7 dos portugueses licenciados com menos de 30 anos são mulheres), em 1997 existiam apenas 2,3% de mulheres a ocuparem a posição de cargos superiores contra 4,8% de homens a ocuparem o mesmo cargo. As Estatísticas de Emprego do Instituto Nacional de Estatística relativas ao terceiro trimestre do ano de 1998 indicavam que em valores absolutos as mulheres desempregadas eram 133,6 milhares

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

enquanto os homens representavam 98,3 milhares. A predominância do desemprego feminino tornava-se particularmente visível nos escalões etários entre os 15 e os 24 anos (46,4% contra 30%), entre os 25 e os 34 anos (41,6% contra 23, 3%), entre os 35 e os 44 anos (23, 1% contra 16,8%), só se verificando a inversão da tendência no escalão entre os 45 e os 54 anos (15,4 % e 16,9%, respectivamente) e mais de 55 (7 e 11% respectivamente).

A democratização do Estado, as alterações legislativas ao direito de família (divórcio, por exemplo) e ao direito penal (a despenalização parcial do aborto), o aparecimento das técnicas de reprodução medicamente assistida, a adesão à União Europeia, as emigrações dos PALOPs, a passagem a uma sociedade de consumo, o aparecimento das TVs privadas são apenas alguns dos elementos que estilham alguns dados dos elementos estruturantes que há vinte e seis anos atrás dominavam a relação entre público e privado. Nesse sentido, apesar de muitos destes traços apresentarem contornos ainda tímidos e pouco nítidos, e em especial contraditórios, podemos já afirmar que “a nossa actual experiência da identidade não se revê na imagem de uma realidade estável, fixa ou permanente. Revê-se antes na imagem de um diálogo relacional que se joga no acontecimento, no consenso, no diálogo e de igual modo nos conflitos de interpretação, na luta simbólica” (Martins, s/d: 48).

Neste contexto, fala-se cada vez mais de mudanças rápidas e profundas dos valores subjacentes à convivência entre os homens, o que implica, implícita ou explicitamente, rupturas com o *ethos* culturalmente transmitido traduzidas na superação de diferentes formas de solidariedade e comunhão. O grande desafio será o da existência de uma sociedade civil e de uma opinião pública que não se expressem numa subserviência aos mecanismos fácticos tradicionais, nem se perca na abstracção de agendas desenraizadas da vida quotidiana. A descoberta das especificidades – etnia, género, cultura, ecologia, direitos do consumo – torna-se, deste modo, uma possibilidade de evitar a excessiva abstracção do espaço público nas sociedades de massa. A resistência à prevalência dos *media* sistémicos que se evidenciam nessas sociedades traduzir-se-á na negação da hegemonia de um modo único de racionalidade – designada por instrumental – negação esta que se pode concretizar na afirmação de uma sociedade civil dinâmica e conflitual, que aproveite as possibilidades entreabertas pela dimensão eminentemente

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

comunicacional, simbólica e cultural que os diferentes modos de relacionamento social hoje evidenciam. Com isto não se pretende aceitar, de modo ingénuo, que a dimensão comunicacional da acção se constitua como um espaço de liberdade, esquecendo as relações complexas que possui com o campo económico e com o campo político. Pretende-se, isso sim, registar o facto de que o enfâse crescente nessa dimensão comunicacional, simbólica e cultural aumenta a complexidade das sociedades, abre caminho a novas pretensões conflituais, às possibilidades de novos dizeres, entreabrindo a porta para formas de cidadania insuspeitadas, nas quais os *media* poderão desempenhar um papel importante. Esta afirmação faz-se, todavia, com o conhecimento de que o enfâse crescente na dimensão simbólica e comunicacional também pode ser – é-o presentemente, em muitos casos – um instrumento de aumento da concentração, ainda que, muitas das vezes, ocultas pelo manto diáfano da diversidade.

Se o ataque à imagem de si foi, sempre, um dos maiores mecanismos em jogo nos conflitos históricos, como traduzir as preocupações que dizem respeito à individualidade e à subjectividade de um modo que se traduza num modo mais dinâmico de garantir a articulação entre público e privado? Entre as opções que nos subordinam ao mercado ou às reacções a essa dominação que nos impelem para uma revitalização comunitarista de contornos dogmáticos, haverá ainda lugar a novas formas de preocupação com a política da vida no sentido que esta deve continuar a ter uma dimensão emancipatória? (Giddens, 1997:8) Os paradoxos que residem no grande movimento de emergência das identidades nos nossos dias traduzem-se, finalmente, numa aspiração pelo novo que apesar de tudo comporta, muitas das vezes, formas regressivas de socialização marcadas pela pré-modernidade: “a ansiedade de nos vermos compelidos a escolher, a construir-nos a nós mesmos e a produzir sempre mais e mais novidade, com possibilidades aparentemente ilimitadas, deparam-se na vida real com limitações drásticas, cristalizações e constrangimentos de vária ordem que impedem a mudança (a verdadeira escolha/construção da nossa identidade), que dificultam o nosso próprio reconhecimento e nos deixam perplexos com aquilo em que nos tornamos (sem a nossa vontade ou mesmo contra a nossa própria vontade) ” (Esteves, 1999). Neste fio da navalha, a ansiedade da escolha e o imperativo da mudança, a aparente transparência e interação que uma certa

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ideologia mediática transportam consigo são, muitas vezes, os mecanismos graças aos quais se impede a realização de novas possibilidades alternativas.

O reconhecimento da individualidade

Com o século XVIII, a emergência da reflexividade radical implica uma nova vivência da subjectividade. Na Europa Medieval, os atributos relevantes para a identidade (linhagem, *status*, género) eram todos relativamente fixos e dependentes de uma concepção teocêntrica: todas as regras morais deviam fundar-se no ensinamento revelado e não poderia haver virtude sem o conhecimento do verdadeiro Deus. Havia transições ao longo da vida governadas por processos institucionalizados nos quais o enfãse na individualidade não existia (Lipowetsky, 1994:27-28).

O advento da modernidade coincide com a afirmação de uma moral livre da autoridade da Igreja. A secularização da ética é, sem dúvida, uma das figuras mais significativas da emergência da cultura democrática racional. O abandono da ideia de um supremo locutor não significou o fim da noção de dever, mas sim a sua dessacralização consubstanciada numa ordem social e política fundada em princípios éticos desconfeccionizados. A emergência da individualidade reflexiva traduz-se em imperativos imutáveis e categóricos da razão e do Direito natural que encarnam um novo valor absoluto: o indivíduo humano. “É a identidade deste sujeito autónomo da acção e do discurso que se torna problemática, instável, processo de realização nunca acabado definitivamente da modernidade” (Rodrigues, 1990-b: 28). A subjectividade surge manifesta na auto-relação do sujeito que se debruça sobre si mesmo para se compreender como uma imagem reflectida no espelho e se interrogar sobre as suas acções, de acordo com um princípio de absoluta autonomia da vontade. “Este é o ponto original da corrente do pensamento moderno, que se recusa a aceitar o que a história, a tradição ou a natureza oferecem como guia para a acção, e que insiste na geração autónoma das nossas formas de vida” (Taylor, 1989: 464).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Apesar de cada classe social arranjar a sua subjectivação como pode, a partir das possibilidades de que dispõe, a verdade é que, nas sociedades modernas, as pessoas podem, apesar de numerosos constrangimentos, orientar as suas vidas segundo um conjunto de possibilidades que ultrapassa tudo quanto os nossos antecessores podiam prever. Na satisfação do desejo e na busca do prazer, o afecto e o imaginário, as ordens implícitas da construção da subjectividade tornaram-se centrais na modulação da linguagem institucional. As categorias do prazer, do consumo e da liberdade individual mesclam-se de acordo com uma lógica em que a busca da pluralidade de caminhos se multiplica ao infinito. A escolha de percursos individuais torna-se numa espécie de obsessão absoluta. Na modernidade tardia, o projecto de auto-construção da identidade ocorre num contexto de escolha múltipla, em que a noção de estilo de vida ganha um significado particular. Vive-se assim numa tensão entre as influências padronizadoras e homogeneizantes, de que os mecanismos mercantis podem constituir um elemento decisivo, e as influências fragmentadoras onde a abertura da vida social, a pluralidade de contextos de acção e a diversidade de mecanismos institucionais desempenham um papel decisivo (Giddens, 1997:7). A reflexividade constante em que se envolveu a construção da identidade pessoal atinge os mecanismos psíquicos e o corpo, através de um conjunto de decisões no qual moldar o corpo, controlá-lo ou, inclusivamente, construir formas de alterar as regularidades biológicas que se tinham por mais adquiridas (a fruição da sexualidade ou a reprodução) passam a fazer parte das possibilidades abertas pelo “estilo de vida”. Desta forma, “nós já não somos o que somos, mas sim o que fazemos de nós” (Giddens, 1997: 21). Agnes Heller clama, a propósito, pelo conceito de *contingent person* para se referir à indeterminação em que se encontra o sujeito moderno, na medida em que a pessoa já não recebe o destino ou o *telos* da sua vida no momento do seu nascimento, como acontecia nos tempos pré-modernos quando se nascia para fazer isto ou aquilo, para se viver desta ou daquela forma, morrer desta ou daquela maneira. A pessoa moderna nasceu com um conjunto de possibilidades, desligada de um qualquer *telos* que dê um sentido unificador a essas probabilidades. De uma certa forma, a pessoa moderna escolhe-se a si própria, o seu enquadramento, o *telos* que coloca no centro da sua vida (Heller, 1999:55-56). “A contingência é o oposto da teologia; os homens e as mulheres tornam-se seres contingentes no momento em que são privados do seu *telos*” (Heller, 1999:20). Com efeito, “o *telos* absoluto que governou a vida do homem e da mulher sem limites perdeu-se

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

para sempre. De agora em diante, homens e mulheres devem responder, isto é, devem assumir a responsabilidade” (Heller, 1999:22).

A análise da constituição da subjectividade tem explorado diversas dimensões, das quais algumas são merecedoras de especial atenção pela forma como se equacionam com a problemática subjacente a esta tese. Em primeiro lugar, teve-se em conta algumas abordagens que identificam a construção da subjectividade com a dominação. Em segundo lugar, consideraram-se aproximações, próximas das primeiras, que se debruçam sobre a emergência das identidades, constatando que estas se podem traduzir na formulação de comunidades regressivas, substituindo o agir colectivo próprio do espaço público pela exclusão do outro. Numa terceiro conjunto de abordagens, detectaram-se algumas correntes que tendem a enfatizar as pequenas narrativas negando as potencialidades emancipatórias do projecto moderno através de uma aproximação radical ao presente e às circunstâncias dos particularismos concretos. Por último, consideraram-se pontos de vista que vêm na formação da identidade e na luta pelo reconhecimento um potencial normativo, permitindo a relação entre a constituição da subjectividade com a afirmação da autonomia e até o aprofundamento da cidadania. A verdade é que qualquer destas aproximações corresponde a dimensões possíveis da concretização da individuação.

No primeiro caso, referimo-nos às abordagens teóricas que, à semelhança da Escola de Frankfurt ou do trabalho que Michel Foucault empreendeu até ao volume II da “História da Sexualidade”, concebem a construção da subjectividade como uma forma de dominação, inerente à própria sociabilidade, manifestando um cepticismo sistemático sobre o discurso que enfatiza o prazer e a liberdade individual. Embora Adorno tenha tentado manter uma linha de reflexão teórica em que fosse possível afirmar a resistência do sujeito, negando a reconciliação com o todo, na maioria dos textos essenciais – nomeadamente na “Dialéctica do Iluminismo” – sugere-se que o correlato do sujeito unitário pensado pela filosofia da consciência e pela cartesianismo é uma razão objectificante e sistematizante, concebida como *medium* de dominação seja sobre a natureza externa seja sobre a natureza interna. A desvalorização da autonomia do sujeito é um esforço que mobiliza os mentores desta abordagem. A sobrevivência ou o êxito do indivíduo perante a sociedade significa, em primeiro lugar, a adaptabilidade pelo que cada aspecto dos processos vitais sociais está sujeito à racionalização e ao planeamento,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

incluindo os domínios mais privados do homem. “A substância da individualidade, ao qual a autonomia estava ligada, não sobreviveu ao processo de industrialização” (Horkheimer, 1977:36). Esta adaptabilidade passa pela adopção de uma atitude típica aonde pontificam a eficiência, a objectividade e a reacção rápida. A gestão do desejo surge como um elemento de dominação do homem no mundo da sociedade administrada: a tecnologia das sociedades industriais habilitou-as a eliminar o conflito por efeito de assimilar todos aqueles que, em formas anteriores de ordem social, representaram elementos de diferendo ou dissensão. Os mecanismos de conformidade espalham-se da ordem tecnológica para a ordem social: governam as fábricas, as escolas e em especial o domínio da descontracção e do entretenimento. O mecanismo posto em marcha para que o sistema logre este desiderato é a produção e satisfação de necessidades, através de um tratamento da subjectividade centrada no consumo, na fruição individual e na satisfação das necessidades. Esta espécie de gestão programada do desejo traduz-se na tese de que a dessublimação já ocorreu na sociedade só que através de formas tão repressivas como a própria sublimação. A libertação da libido é tão controlada que satura a vida social. A liberdade torna-se um elemento da própria dominação: a sexualidade é liberalizada sob formas socialmente construtivas, isto é, adequadas aos próprios mecanismos de adaptabilidade ao sistema (Marcuse, 1968:84). Com efeito, libertar a sexualidade seria criar uma sociedade em que a disciplina tecnocrática se tornaria impossível. Por outro lado, reprimi-la abertamente criaria um ressentimento disseminado, para o qual se imporá um policiamento constante, além de que a tecnocracia se veria associada a várias tradições puritanas que, para um homem esclarecido, não poderiam ser senão supersticiosas. A estratégia de eleição será, portanto, não uma repressão agreste mas antes a permissividade total que agora se impõe em cada filme escurto e em cada reluzente nova revista de luxo que aparece (Roszak, 1971: 31).

Na conhecida construção teórica de Foucault – referimo-nos, mais uma vez, à que precede o volume II da “História da Sexualidade” –, a subjectividade surge entendida como um puro processo de sujeição, no decurso do qual os diversos micropoderes contribuem para uma construção disciplinar do sujeito: “a «história da alma moderna em julgamento» implica uma matriz de construção do sujeito, comum às técnicas penais e às ciências humanas” (Foucault, 1977: 26). Seja no “Nascimento da Clínica” seja em “Vigiar

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

e Punir”, assistimos a uma minuciosa dissecação daquilo que se designa por “tecnologias do poder”, autorizadas pelas ciências sociais, pelas ciências médicas e pela criminologia. A subjectividade, na análise foucauldiana, é produzida permanentemente, em torno, na superfície e no interior do corpo, através de processos de ortopedização, treinamento, vigilância, correcção, normalização e exclusão (Foucault, 1977: 31). A alma emerge como “o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um poder e a um saber possível e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (Foucault, 1977: 319). A organização deste conhecimento e deste poder que lhe está associado agrupa-se em torno das exclusões centradas na oposição entre “razão e loucura” e na oposição “verdadeiro/falso” centrada no triunfo de uma certa ideia de ciência (Foucault, 1971:12-20). O tema do corpo centra-se sobretudo na emergência do poder disciplinar em circunstâncias de modernidade. É entendido que os mecanismos disciplinares produzem “corpos dóceis” (Foucault, 1977:53). Os doentes mentais, os presos, as mulheres, os homossexuais são grupos constituídos em posições dominadas pelas práticas discursivas da modernidade social, as quais obscurecem e obliteram a prática dessa dominação. O mecanismo panóptico – um dispositivo central que substitui o efectivo zelo na vigilância pela possibilidade interiorizada por cada indivíduo de estar, efectivamente, a ser vigiado – sintetiza um novo modelo geral de exercício do poder. A atitude perante a loucura, a delinquência e a sexualidade denota uma vigorosa rejeição do Iluminismo, imputando-lhe a inexistência de qualquer face luminosa, que, a existir, não passaria de mera ilusão (Esteves, 1997:349). É estabelecida uma relação directa e profunda entre o poder e a constituição dos indivíduos (Esteves, 1997:358), a qual culmina numa análise do discurso sobre a sexualidade. Numa rejeição vigorosa da hipótese repressiva – que enfatiza uma promessa emancipatória através de um discurso libertador – conclui-se que a sexualidade é, ao contrário do que a proliferação de referências transgressoras ao tema parece indicar, um sistema cada vez mais intenso de práticas de vigilância e controlo. Nessa medida, o 1º volume da “História da Sexualidade” insiste na análise segundo a qual os três últimos séculos se inserem num movimento geral de constituição do sujeito, o “qual, se trouxe consigo proibições e interdições, garantiu de uma forma fundamental a solidificação e implantação de toda uma diversificação sexual” (Foucault, 1994-a: 57). Toda a obra

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

foucauldiana se afirma, até à publicação deste volume, na descrição das disciplinas que analisam o indivíduo não em face do poder mas como um dos seus efeitos.

No segundo conjunto de abordagens que se considerou importante salientar, tem-se em conta a relação entre a emergência de uma preocupação generalizada com a subjectividade e a destruição do espaço público, com a conseqüente generalização de relações sociais exclusivistas e fechadas sobre si próprias. A revelação da personalidade, a vontade de transparência nas relações humanas, a ênfase na sinceridade diluem o espaço público como espaço de exercício da liberdade, favorecendo formas regressivas e destrutivas de particularismo e permitindo a generalização de formas de vigilância recíproca. O traço distintivo em relação às primeiras teorias referidas é a obsessiva preocupação que esta deriva sociológica, particularmente inspirada em Foucault, evidencia com o predomínio de relações de transparência que conduzem à formação de comunidades regressivas, dos quais o Outro é excluído, graças à afirmação de um imperativo narcísico.

A obsessão pelas pessoas “conduz-nos a considerar a comunidade como um meio de revelação mútua dos indivíduos e a subestimar as relações sociais com os desconhecidos, tal como elas se produzem, em especial nas cidades”(Sennett, 1979:13). O lugar da vida pública na sociedade contemporânea torna-se ambíguo: as condutas ou as questões impessoais não suscitam o nosso interesse a não ser quando as encaramos sob o ponto de vista personalizado. “Nas comunidades, por exemplo, as pessoas sentem que é necessário conhecer os outros para poder agir com eles.” A revelação em relação aos outros no plano pessoal supera o desejo de agir juntos (Sennett, 1979:20). A sociedade intimista tem como princípio orientador um regresso destrutivo da *gemeinschaft*. (comunidade):”De uma forma geral pode-se dizer que o sentido da comunidade de uma sociedade provida de uma sólida vida pública vem de uma acção partilhada e de um sentido colectivo do *self*. Quando a vida colectiva começa a declinar, a relação comum entre a acção comum e a identidade colectiva perde-se.” Neste caso, verifica-se uma perda da capacidade de defender interesses comuns para, pelo contrário, se projectar num fantasma comunitário, transformado, desta forma, num meio de evitar toda a acção partilhada: “ A única acção na qual o grupo se pode comprometer é agora um processo de autopurificação e de rejeição daqueles que não são como os outros”. Procura-se o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

“verdadeiro ariano”, o “revolucionário verdadeiro e sincero”, “o bom americano” (Sennett, 1979: 173; 201).

Um terceiro grupo de abordagens teóricas diz respeito ao cruzamento entre o discurso das identidades (a crítica feminista, a problemática étnica e de uma maneira geral todos os discursos que dizem respeito à escolha do percurso individual) e a crítica pós-moderna da representação. Nesta forma de apresentar o problema, adopta-se como premissa teórica a existência de uma crise na função legitimadora da narrativa (Freed, 1994: 371). No termo pós-moderno, englobamos as hipóteses teóricas que efectuem a crítica da modernidade com base na suspeita da emergência de sujeições estéticas, políticas e culturais que, no limite, se negam ao compromisso com a razão emancipatória típica dessa modernidade. O problema do descentramento do sujeito configura-se em torno de pequenas narrativas individuais, nas quais a defesa dos particularismos, facilmente adaptáveis à retórica pós-moderna, encontra expressão. O processo de fragmentação e de crescente sensibilidade às micro--relações de poder foi facilitado pelas novas exigências que começaram a ser formuladas durante os anos 70 e a sua articulação com novas colectividades e subjectividades que a si próprias se viam como rejeitadas pelos velhos paradigmas. Nessa medida, o pós-modernismo está intrinsecamente ligado à recusa da tirania de qualquer projecto relacionado com um princípio ou sujeito propulsor da história. Porém, numa das suas versões mais conhecidas, acaba por se esgotar, a maior parte das vezes, num impulso antiemancipatório, onde emerge, de forma bem vincada, uma veia de cepticismo no que diz respeito a qualquer forma de destino colectivo. Um dos seus traços fundamentais é, ao fim e ao cabo, a negação de que a situação social contemporânea poderá produzir algo qualitativamente melhor, já que qualquer tentativa de propositura de um projecto universalista se esvai no *anything goes*. Nesse sentido, o pós-modernismo surge associado, sob o ponto de vista ético, a um relativismo axiológico, e sob o ponto de vista estético, a fenómenos triviais e fugazes como a moda e outras formas de indústria cultural transformadas em lugar privilegiado para o exercício paródico da expressão subjectiva (Wolin, 1995:47). Assim, a «superficialidade cultural» do pós-modernismo, numa das suas derivas menos interessantes, torna-se particularmente visível na fuga calculada à complexidade, na busca da citação despreocupada e no *pastich*, de um modo que a constante referência ao simulacro evidencia melhor. O fascínio pelo modo de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

vida urbano torna-se uma componente central da estetização do quotidiano em torno do consumo. A figura contemporânea do *flâneur* celebra a artificialidade, o carácter aleatório e a superficialidade da miscelânea fantástica das ficções e estranhos valores que se descobrem na moda e, de um modo geral, nas culturas urbanas (Featherstone, 1991:24). Algumas das correntes que podemos designar por pós – modernas clamam pelo ênfase na sensação, na imediatidade primária do figurativo por oposição ao discursivo, desenvolvendo o que se pode designar por uma estética do corpo. A questão é que esta deriva estética legítima se confronta muitas das vezes com a limitação da eventual força subversiva que comporta, descobrindo na publicidade o alimento para este desejo de sedução. Este movimento no sentido de uma cultura de consumo pós – moderna baseada na profusão e na proliferação da informação e de imagens aparece, muitas das vezes, associado à sugestão da irrelevância das divisões sociais (Featherstone, 1991:83). No limite, vive-se no mundo da simulação e assiste-se à implosão do sentido, para além de qualquer pretensão normativa ou de classificação estética.

Um quarto grupo compreende as teorias que vêm na luta pelo reconhecimento e afirmação das identidades – ao nível da própria constituição do *self* – uma oportunidade para a afirmação da autonomia, para a inquirição crítica, e para a resistência à hegemonia dos *media* funcionais, através de um modo que preconiza a afirmação política no contexto das relações entre o poder e a subjectividade. Trata-se de uma plataforma vasta de hipóteses teóricas, muitas vezes com relações escassas entre si, mas que enfatizam o facto de a política e o poder já não se jogarem apenas em termos institucionais, mas também no plano microssocial, ao nível da qualidade da vida quotidiana. Curiosamente, trata-se de um caminho entreaberto e percorrido, é certo de modo escasso e incompleto, por Michel Foucault, na fase final da sua obra, no decurso da qual revelará uma impressionante sensibilidade para a compreensão de certos momentos silenciados pela modernidade e para o qual ainda busca a possibilidade, apenas entrevista e, quase poderia dizer-se, balbuciada, de afirmação de uma voz. O que decerto impressiona e até perturba é o contraste com a descrição quase positivista de um universo administrado que percorria a sua obra anterior, designadamente um aprofundamento da relação paradoxal que une o poder à figura difusa da resistência, perfeitamente contemporânea e coextensiva do primeiro. Graças a este contraste, o tom titubeante e perplexo das possibilidades

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

entreabertas pela fase final da obra de Foucault ganha, apesar de tudo, o carácter de um desafio luminoso. Com efeito, nos volumes II e III da “História da Sexualidade” e num conjunto extremamente importante de escritos e entrevistas formulados ou publicados pouco antes da sua morte, assiste-se a uma deslocação de ponto de vista, emergindo o tema da constituição do *self* através do discurso (Foucault, 1994-a:147). Foucault subscreve o regresso da moral debruçando-se no seu novo empreendimento teórico sobre a estilização da relação consigo mesmo e com os outros (Foucault, vol. IV, 1994-b: 696; Esteves, 1997: 380). Por outro lado, torna claro que a abordagem da conduta individual se tornava um dos elementos fundamentais da experiência. Desta forma, “O Uso dos Prazeres”, o segundo volume da “História da Sexualidade”, anuncia-se como uma averiguação das “formas e modalidades de relação consigo através das quais o indivíduo se constitui como sujeito” (Foucault, 1994-c: 12). É um novo trabalho que se impõe: “estudar os jogos de verdade, a relação de si e para si e a constituição do eu como sujeito, tomando como ponto de referência aquilo que se poderia chamar a história do homem de desejo” (Foucault, 1994-c: 12). Verifica-se, deste modo, uma inflexão nos propósitos da abordagem de Foucault que o levam a explicar-se: trata-se de estudar as artes da existência, entendendo por estas “as práticas reflexivas e voluntárias através dos quais os homens, não apenas se fixam regras de conduta mas também procuram transformar-se a eles próprios, modificar-se no seu singular e fazer da sua vida uma obra que integra certos valores estéticos e que correspondem a certos critérios de estilo” (Foucault, 1994-c: 13). Como tal, implica uma reflexão de certo modo inusitada sobre o que é a moral, a qualidade da acção moral, e a constituição do sujeito moral (Foucault, 1994-c: 45). Finalmente, ao longo do terceiro volume, aborda-se o “cuidado de si”: “o preceito que é necessário ocupar-se de si (...) assumiu a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou os modos de viver; (...) originou, finalmente, um certo modo de conhecimento e a elaboração de um saber”(Foucault, 1994-d :55). A viragem ética e o jogo de liberdade que a atravessa de modo inquieto não se traduzem, todavia, na definição de um critério seguro que permita identificar o que é mais perigoso e a possibilidade de instaurar discursos verdadeiramente resistentes para além daqueles que se traduzem de uma forma difusa no desejo vagamente expresso de uma forma de poder não disciplinar, ou como fará questão de, apesar de tudo, precisar, numa forma de luta contra o poder disciplinar.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

O verdadeiro alcance do deslocamento que se verifica na obra de Foucault, nunca conhecerá um desenvolvimento nas suas últimas grandes obras. Apesar disso, reconhece-se que depois dos anos sessenta, a subjectividade, a identidade e a individualidade se tornaram um problema político maior (Foucault, 1994-e, Vol. IV: 37) desenvolvendo-se em numerosos escritos conjunturais, seminários e entrevistas. Finalmente, destaca-se, pela sua recorrência e pela importância que tem na fase final desta obra, a análise de uma transformação estrutural do poder traduzida na emergência de uma dimensão individualizadora, que se descobre no pensamento grego, hebreu e, finalmente, no pensamento cristão graças ao exame e à direcção de consciência (Foucault, 1994-f: 146). Esta preocupação com *o self* encontra-se no centro da sua definição da modernidade: trata-se de um traço que se encontra no próprio coração da *Aufklärung* e da consciência histórica que esta época tem de si mesma, afirmando-se pela crítica e pela criação permanente de nós mesmos na nossa autonomia (Foucault, 1994-g: 572). Tal preocupação afirma-se, a propósito das minorias, através da defesa da criação de culturas autónomas, que não estejam dependentes de qualquer forma de essencialismo, ou seja, qualquer espécie de definição de uma essência da natureza humana. Assim, o olhar de Foucault sobre as relações de poder abandona, pelo menos parcialmente, o sopesamento positivista dos mecanismos de dominação e torna-se mais minucioso, admitindo, de modo sempre ténue, algum poder de iniciativa dos indivíduos e dos grupos para promoverem a criação de relações sociais menos coercivas e menos marcadas pela dominação, de um modo que, todavia, nunca abandona um inequívoco estado de perplexidade e de indecisão. Desta forma, uma concepção plástica da subjectividade traduzida na estética da existência, induz uma possibilidade de liberdade activa, de poder de iniciativa que todavia não se identifica com as categorias modernas da autonomia e do livre arbítrio.

De um modo distinto, neste quarto grupo de teorias deve sobretudo destacar-se uma linha conceptual que tem um percurso claro a partir do Pragmatismo, Interaccionismo e Fenomenologia Social, especialmente em Mead e Schutz, prolongando-se hoje em Habermas, Honneth e Taylor. Trata-se de um percurso que, além de não identificar o processo de construção da subjectividade com uma forma de dominação, insiste na força emancipatória relacionada com a geração de identidades. A presença de variáveis sociológicas constitui uma dimensão do processo de individualização. No caso específico

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

da fenomenologia social e do Interaccionismo, considera-se que a definição da nossa identidade é sempre feita em diálogo com, e por vezes, contra o que os outros significativos querem ver em nós. É enfatizada, deste modo, a concepção segundo a qual “o sujeito individual só adquire consciência de si quando ele próprio se coloca numa perspectiva exterior a si mesmo, no lugar do outro simbolicamente representado, isto é, quando se vê como participante de uma interacção social e de uma situação comunicacional, e assume sobre si próprio o ponto de vista dos outros interlocutores” (Esteves, 1997: 14-15).

Apesar de aceitarem o pressuposto do *self* como produto da interacção social, para Habermas, Honneth e Taylor, é bem claro que a vinculação à realidade social não pode saldar-se na negação da reflexividade nem da liberdade individual. Pelo contrário, o processo de individualização e de aprofundamento da subjectividade está a par do aprofundamento da noção de responsabilidade social, adquirindo por isso contornos éticos e políticos dificilmente contornáveis. Com efeito, “no percurso da modernidade, cada vez mais as questões relativas às normas e à justiça social na vida quotidiana se jogam no plano individual” (Esteves, 1998: 337).

Habermas desenvolve a importância dos horizontes de significação – remetidos para a noção de mundo da vida – na formação das identidades, enfatizando a importância de outrem na constituição da subjectividade, através de uma leitura que privilegiou Hegel e Mead. Esta formulação não implica que a constituição da identidade se traduza numa subjugação integral do sujeito aos horizontes de significação, designadamente que se traduza na submissão às forças «exaltantes» do solo e do sangue, nas quais se fundam grande parte dos particularismos. Tem que existir uma distanciação aos contextos substanciais de existência no seio dos quais se processa a individualização (Habermas, 1994: 148). Os horizontes de significação do grupo e da comunidade têm um peso essencial mas não significam sem o ponto de referência da identidade de cada membro em particular: “A unidade do grupo figura como ponto de referência para a comunidade de todos os seus membros. Esta exprime-se na possibilidade de os seus membros falarem de si na primeira pessoa do plural. Simultaneamente, a identidade da pessoa é o pressuposto que os membros da comunidade podem falar juntos na primeira pessoa do singular” (Habermas, vol. II, 1987-b: 112). Esta dualidade traduz a importância do dialogismo, de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

um modo em que o reconhecimento de Outrem passa não apenas pela adequação recíproca de acções sociais, mas traz implícita a possibilidade do exercício crítico sobre as próprias práticas sociais. Com efeito, na obra de Habermas, falar juntos na primeira pessoa do singular não significa falar em unísono. A afirmação da autonomia e da diferença implica uma escolha que para ser significativa só pode ser determinada num quadro amplo de debate colectivo. A socialização não é a inserção na sociedade de um indivíduo dado, mas é, isso sim, o suscitar de um ser capaz de se individualizar (Habermas, 1987-a: 17). Esta unidade entre socialização e individualização traduz-se em consequências éticas e políticas profundas: implica o restabelecimento da situação dialógica como uma relação ética, através do restabelecimento da não coerção que resulta do conhecer-se a si mesmo no Outro. O reconhecimento recíproco implica o conhecimento de que a identidade do Eu só é possível através da identidade do outro que me reconhece, identidade que por seu turno depende do meu reconhecimento (Habermas, 1997:20). Desta forma, sob o ponto de vista do destino colectivo, o corolário é a defesa de uma espécie de multiculturalismo moderado balizado pelo direito de manter a própria forma de vida cultural e a obrigação de aceitar o marco político da convivência definido pelos princípios constitucionais e pelos direitos humanos. Nas condições de uma modernidade reflexiva, a formação de uma identidade pós-convencional implica que o indivíduo seja capaz de avaliar as suas próprias convicções morais, não apenas em termos das condições particulares em que se encontra inserido, mas também à luz de máximas dotadas de universalidade. Esta convicção traduz-se numa concepção de cidadania em que a exigência de coexistência de subculturas em igualdade de direitos se encontra submetida à reserva segundo a qual as confissões, crenças e práticas protegidas não podem contradizer os princípios constitucionais vigentes.

Para Taylor, a consciência de si e a moralidade aparecem intrinsecamente relacionadas. A satisfação do desejo individual na sociedade de consumo, pode surgir, por um lado, associada à face sombria do individualismo, que induz ao fechamento em nós próprios, empobrece o sentido e nos afasta dos outros e da sociedade. A exploração do desejo pode mesmo ser entendida como um recurso ao dispor de uma tirania que já não será como dantes fundada no terror e na opressão, mas antes na gestão e programação das atitudes individuais (Taylor, 1994:31). Porém, apesar da necessidade de estar atento às numerosas formas de opressão que se levam a efeito no mundo da vida, importa lembrar

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que “há um peculiar sentido moderno quanto há ideia de respeito que dá um lugar saliente à liberdade e ao autocontrole, coloca uma elevada prioridade no que diz respeito a evitar o sofrimento, e vê a actividade produtiva e a vida familiar como centrais para o nosso bem-estar” (Taylor, 1989:14). No interior da decisiva reflexão que empreende sobre esta matéria, Charles Taylor estabelece, assim, o conceito de «autenticidade» relacionado com o ideal de ser verdadeiro para comigo mesmo e para com a minha própria maneira de ser. A autenticidade surge ligada à busca de uma vida melhor e mais verdadeira e é, por isso, um ideal válido, directamente relacionado com a autonomia e o direito de o sujeito recusar o menosprezo e qualquer fixação apriorística do seu destino: a possibilidade de o sujeito se afirmar como senhor de uma dignidade só susceptível de ser compreendida no interior de uma comunidade onde se procede ao reconhecimento intersubjectivo e recíproco de direitos e deveres. Trata-se de um ideal que está profundamente ligado ao declínio da sociedade hierárquica, onde aquilo que era importante para as pessoas estava à partida determinado pela sua proveniência social. Desta forma, Taylor acredita decisivamente que os ideais morais podem ser discutidos racionalmente, o que implica uma recusa do subjectivismo; e que estas discussões podem trazer consequências para a actuação dos sujeitos e para o destino da vivência colectiva (Taylor, 1994:31-33). Sustenta que as posições morais podem ser objecto de debate e arbitradas pela razão, negando que se tenha decaído num emotivismo e subjectivismo radicais – como afirma, por exemplo, McIntyre – sustentando que essa percepção resulta erradamente da experiência da diversidade moral (Taylor, 1997:45).

Desta forma, a política de reconhecimento surge como uma preservação da autenticidade, enquanto modo de ser verdadeiro para comigo mesmo e para com a minha maneira original e própria de ser. Este modo e esta maneira não são porém concebidas monologicamente, mas num horizonte social intersubjectivo, que Taylor considera de uma forma que implica, mais uma vez, uma dívida para com Mead. A identidade é formada, ao menos em parte, pela existência de reconhecimento por parte de outros mesmo que, como muitas vezes acontece, se trate de um reconhecimento incorrecto, quando é veiculada uma imagem limitativa e de desprezo (Taylor, 1994:45). De acordo com esta perspectiva, Taylor refere-se à noção de dignidade, para a qual reivindica um sentido universalista e igualitário. Simultaneamente, defende uma estreita relação entre identidade e

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

reconhecimento, o que traz à colação um traço considerado essencial na natureza humana: o seu carácter dialógico. A identidade de cada um depende das relações dialógicas com os outros. Taylor manifesta, assim, a sua concordância com Habermas no que respeita a elementos essenciais que ele julga descortinar na sua obra: a relação entre linguagem e sociabilidade; a complementaridade entre estrutura e prática graças à qual a tradição social pode continuar a exercer influência sobre os indivíduos na medida em que seja por eles continuamente renovada; a existência de um conhecimento que funciona como pano de fundo e horizonte de pré-compreensão e, finalmente, uma dimensão intersubjectiva que se traduz “na admissão de uma complementaridade entre eu e nós que possibilita a ultrapassagem de assuntos que dizem respeito a «mim» e dizem respeito a «ti»”. Chega-se, desta forma, a uma concepção de identidade que passa pela salvaguarda da noção moderna de autonomia, e em que a política de salvaguarda e preservação da dignidade individual se cruza com a defesa de uma comunidade onde as formas de cidadania se traduzam no reconhecimento recíproco: “Em relação à política de igual dignidade, aquilo que se estabelece visa a igualdade universal; um cabaz idêntico de direitos e imunidades; quanto à política de diferença, exige-se o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo” (Taylor, 1994:52;54;58).

Honneth postula, claramente, uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem explicar-se através de referências normativas, estruturalmente fundadas nos processos de reconhecimento recíproco (Honneth, 1997-b: 8). Trata-se de uma concepção teórica que valoriza elementos contextualistas decorrentes da crítica formulada por Hegel a Kant, designadamente uma concepção de comunidade em que os cidadãos possam reconhecer uma expressão intersubjectiva da particularidade (Honneth, 1997-b: 23). Como o sujeito aprende a generalizar as expectativas normativas nas interacções sociais concretas até desenvolver a capacidade abstracta de representar as normas sociais de acção, criando expectativas em relação às atitudes de outros e aprendendo as obrigações que tem de cumprir por justiça para com eles, a quebra desta reciprocidade torna-se um elemento de conflitualidade, só superável através do restabelecimento da não coerção na vida ética. Um elemento importantíssimo deste contributo teórico é o facto de formação da comunidade implicar, nesta perspectiva, uma dimensão conflitual que já não se apresenta como luta pela autopreservação, tal como é

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

concebida em Hobbes, mas sim luta como *medium* moral que permite passar de um estado menos desenvolvido de eticidade a um estado mais maduro de relações éticas (Honneth, 1997-b: 29). O conflito é, assim, recuperado como fonte de potencial reconhecimento dos excluídos, ganhando contornos éticos e normativos essenciais. O conflito recupera uma dimensão normativa de restabelecimento das regras de reconhecimento recíproco, distinguindo-se, muito claramente, do entendimento darwinista e utilitarista onde ganhou o significado de luta pela vida e forma de sobrevivência.

O movimento de constituição da identidade passa em grande parte pela possibilidade de se conceber a si mesmo a partir do ponto de vista de outro. (Honneth, 1997-b: 97). Ora se, na senda do Interaccionismo Simbólico, o mecanismo de desenvolvimento da personalidade consiste em que o sujeito aprende a conceber-se do ponto de vista do outro, esta percepção tem óbvias consequências de sentido normativo. A ausência deste reconhecimento e a experiência do desprezo social podem fazer com que um sujeito entre em conflito. Nesta medida, as lutas pelo reconhecimento implicam uma dimensão conflitual que adquire uma forte componente moral, na medida em que comportam o desejo de um estágio superior de eticidade, o qual idealmente só se atinge através do reconhecimento recíproco sem coerção. Com efeito, tanto a emancipação dos sujeitos singulares como a sua socialização crescente através de relações intersubjectivas são impulsionadas pela mesmíssima luta pelo reconhecimento, através da qual, do mesmo modo que os agentes sociais dão uma atenção crescente às suas pretensões subjectivas, geram um sentido de pertença a uma comunidade intersubjectiva. Apesar do aprofundamento da dimensão intersubjectiva deste processo, a libertação histórica da individualidade identifica-se com esta luta pelo reconhecimento, precisamente, porque a intersubjectividade inclui um elemento sem o qual não existe identidade nem consciência de si. Desta forma, surge um momento possível de afirmação da autonomia do *self* que se cruza com as lutas políticas da modernidade.

Em Alain Touraine e Giddens, o problema do *self* e o da fruição individual readquirem uma nova importância na configuração da modernidade. Com efeito, a modernidade alterou radicalmente a natureza da vida social quotidiana. Uma questão central permeia a vivência individual, tornando o horizonte de escolha mais plural do que nunca: “A dúvida – uma característica prevaiente da razão crítica moderna – permeia a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

vida de todos os dias tanto quanto a consciência filosófica e cria uma dimensão existencial geral no mundo social contemporâneo. A modernidade institucionaliza o princípio da dúvida radical e insiste em que todo o conhecimento toma a forma de hipóteses: alegações que podem muito bem ser verdade, mas que em princípio estão sempre abertas à revisão e podem ter de ser abandonadas em determinado ponto(...) No cenário que eu chamo de modernidade tardia – o nosso mundo de hoje – o *self*, tal como os mecanismos institucionais mais vastos no qual ele existe, tem de ser construído reflexivamente. No entanto, esta tarefa tem de ser cumprida no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades” (Giddens, 1997:2). À medida que se verifica a erosão da tradição e esta vai perdendo a sua influência, mais os indivíduos são obrigados a negociar a escolha entre estilos de vida. Graças à abertura da vida social e à permeabilidade entre mundos da vida e entre províncias de significado, a escolha de um estilo torna-se um elemento estruturante obrigatório da construção da identidade e da actividade quotidiana. A construção da identidade torna-se mais problemática e reflexiva. “A modernidade confronta o indivíduo com uma complexa diversidade de escolhas e, porque não é fundacional, oferece ao mesmo tempo pouca ajuda no respeitante a quais opções devem ser seleccionadas.” Giddens não hesita em dizer, de um modo em que ecoam influências da fenomenologia existencial, que “a única escolha possível é escolher” (Giddens, 1997:75).

Confirmando de algum modo estes diagnósticos, para Touraine, o sujeito surge como um esforço sem outro conteúdo além da construção de si mesmo: “Não serve qualquer causa, qualquer valor, qualquer outra lei além da sua necessidade e do desejo de resistir ao seu próprio desmembramento num universo em movimento, sem ordem e sem equilíbrio” (Touraine, 1998: 29). O sujeito só se forma, simultaneamente, pela rejeição da instrumentalidade e da identidade concebida de forma regressiva e convencional (Touraine, 1998:84). Nessa medida, o conflito central da nossa sociedade é “o conflito que conduz um Sujeito em luta, por um lado, contra o triunfo das técnicas e, por outro lado, contra poderes comunitários autoritários” (Touraine, 1998:128). Surge, deste modo, uma distanciação em relação a Mead, o que torna Touraine um caso à parte neste conjunto de autores: “As razões da resistência às injunções de um «Outrem generalizado» não são claras; parece que a simples existência da individualidade explica o desfasamento frequente entre o agente particular e as normas gerais. Mead fala do papel criador,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

transformador dos homens de génio, mas está completamente afastado da ideia de Sujeito tal como aqui a apresento. O homem *tem personalidade apenas porque pertence a uma comunidade porque assume as instituições desta comunidade no seu próprio comportamento*. (...) Mead não se afasta portanto da concepção clássica da personagem definida pelos seus papéis sociais e cuja individualidade é tanto mais forte quanto mais ele interiorizar as normas sociais” (Touraine, 1994:316). Em contraponto absoluto a esta concepção, desenha-se uma afirmação compulsiva da ideia de sujeito que ganha contornos bem definidos no que respeita ao conjunto das teses que aqui se revêem: “é o gesto da recusa, da resistência que cria o sujeito. São a capacidade mais ilimitada de desvio em relação aos próprios papéis sociais, a não pertença e a necessidade de contestação que fazem cada um de nós viver como sujeito. E a subjectivação opõe-se sempre à socialização, à adaptação a estatutos e papéis sociais, mas com a condição de não se fechar numa contra-cultura da subjectividade e de se envolver, pelo contrário, numa luta contra as forças que destroem activamente o sujeito” (Touraine, 1994:325). Para Touraine, existe um claro esforço, marcado por algum voluntarismo, para construir uma lógica de definição da modernidade através da afirmação de um indivíduo que só se torna sujeito, se opuser à lógica de dominação social uma lógica de liberdade e livre produção de si próprio. “É a recusa de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica esta feita não em nome de princípios transcendententes – Deus, a razão ou a história –, mas em nome da livre produção de si próprio que leva à afirmação do sujeito e dos seus direitos num mundo onde o ser humano é transformado em objecto” (Touraine, 1994:277). Esta ênfase da recusa de todos os modelos que perseguem a totalidade leva à concepção do Sujeito não como preocupação consigo próprio mas como defesa da capacidade de ser agente, defesa da capacidade de modificar o seu meio social contra o domínio das instituições e formas de organização social através das quais se produz a dominação. Esta é uma hipótese que confere aos traços individualistas e fragmentários do actual estágio da modernidade, uma dimensão normativa possível. Ou seja, é sobretudo necessário que o reconhecimento do outro como sujeito leve à participação nos seus esforços para se libertar das imposições que o impedem de viver como sujeito.

Este último conjunto de teorias, agrupadas apenas pelo facto de reconhecerem, com diferentes níveis de gradação, a força emancipatória que resulta da constituição das

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

identidades, contém alguns traços que é legítimo sublinhar pela importância que revestem para a construção do travejamento teórico desta tese. Desde logo, importa realçar uma ênfase da subjectividade na modernidade tardia. Por outro lado, há questões comuns a estas teorias que permitem a identificação de alguns núcleos teóricos essenciais. Desde logo, todas elas contêm em si a pergunta fulcral sobre como é possível conciliar o universal e o particular ou, dito de outro modo, o diferendo e o consenso. E antes que se levantem objecções em relação à presença de Foucault neste questionamento, importa obviar que outro sentido não pode ter a sua pergunta acerca da inutilidade da revolta, com que conclui o texto circunstancial já atrás citado sobre a revolução iraniana. Aceitando a dimensão polémica que esta intuição teórica possa conter, insiste-se em afirmar que perguntar sobre a inutilidade da revolta é talvez uma forma relutante de nomear a inquietação que Foucault deixava, por vezes, assomar na sua escrita, acerca da universalidade. Com efeito, como afirmar a utilidade da revolta ou da resistência se não for em nome de um critério que nos permita identificar aquilo contra o qual vale a pena lutar? E como pode esse critério – só pelo facto de ser isso mesmo, um critério – deixar de possuir uma ambição de universalidade, nem que seja na rejeição do que se afigure de mais perigoso e atentatório da iniciativa do sujeito? Outro sentido não pode ser o da reflexão de Anthony Giddens acerca do encontro entre as políticas emancipatórias e as políticas da vida. Fica claro que a reflexividade moderna que é impressa à construção do *self* se trata de uma força subversiva de grandes proporções. Ultrapassados os casos particulares de Giddens e, em especial, de Foucault, a dialéctica entre o universal e o particular, entre o consenso e o conflito torna-se mais visível em Habermas, por um lado, e Honneth e Taylor, por outro. O primeiro procura resolver o problema do pluralismo insistindo numa forma de consenso que tem como traço distintivo o de afirmar condições de ausência de coerção e de reconhecimento da diversidade. O segundo chama a atenção para a importância do conflito como forma de afirmação de reconhecimento das identidades, introduzindo, todavia, um traço universalista essencial, que é a necessidade de ultrapassar as circunstâncias patológicas que se traduzem na reprodução da injustiça. Taylor, finalmente, procura uma forma de conciliar as políticas da diferença com a afirmação de valores democráticos universais que devem, todavia, considerar, de modo explícito, as excepções que resultam do respeito pela diversidade das identidades. Finalmente, nos trabalhos mais recentes de Habermas, o compromisso – um termo que não

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

é usado pelo autor no sentido que aqui o aplicamos –, surge, através dos mecanismos jurídico-institucionais, como forma de assegurar que as exigências postas pela sua concepção de consenso não descambem na ingovernabilidade e numa completa ausência de eficácia.

O problema das identidades ganha desta forma uma dimensão política que já não pode ser minimizada nem esquecida. Só a consideração de uma identidade pós-convencional, de um *self* que assuma a responsabilidade de um cuidado de si através da afirmação de uma autonomia reflexiva, é compatível com a nossa modernidade secularizada. A questão que se porá, agora, é a de saber que modo de cidadania é compatível com as exigências de um universo social reflexivo, onde as identidades se afirmam como um desafio. A questão é tão complexa como a define Touraine: “Trata-se de fundar a coexistência e a comunicação entre posições, opiniões e gostos que se apresentam em primeiro lugar como puramente subjectivos e, portanto, refractários a toda e qualquer integração” (Touraine, 1994:399).

Identidade e cidadania: democracia e diferença

Os problemas resultantes do exacerbamento da subjectividade moderna – com todas as suas consequências ao nível da fragmentação cultural – confrontam a noção convencional de cidadania com desafios acrescidos. Todo o sistema social possui a necessidade de uma certa legitimação e almeja por se transformar a si mesmo de um conjunto de relações factuais de poder num cosmos de direitos adquiridos. Porém, a constante erosão de metanarrativas a que a modernidade se expõe desde que o poder divino deixou de ser a fonte de legitimação dos enunciados, é o que caracteriza por dentro esta época que nomeia a indeterminação e a contingência como os seus traços

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

fundamentais e estruturantes. A busca de sucedâneos que oferecessem novas possibilidades à mediação fez-se à custa de novas narrativas totalizadoras, de que uma certa ideologização dos *media* é o exemplo mais recente. Busca-se através da comunicação uma sociedade que seja transparente perante si própria, um espaço público ideal onde todos tenham, em potência, a capacidade de tomar a palavra. Omitem-se, por vezes, as relações de poder inscritas no acto de interagir. A multiplicação discursiva dá lugar à fragmentação cultural, à possibilidade de dizer, potencialmente, os enunciados, sem que se reconheça a existência de um enunciado de nível superior que garanta a todos em condições igualitárias o exercício desse poder. A relação entre o universal e o particular é uma das formas ou modalidades de que se reveste esta angústia. Como garantir que esta tendência para a fragmentação e esta aspiração à universalidade se consigam suportar mutuamente, sem ser com o recurso a um novo discurso totalizante que se traduza na omissão completa da diversidade e do diferendo?

Um dos temas que estrutura hoje a questão da cidadania é a natureza da pertença social em sociedades altamente diferenciadas. Por detrás desta questão, colocam-se um sem número de outros problemas: como garantir a universalidade sem desconsiderar o particularismo e o pluralismo sociológico e político de tal modo que a sua eventual omissão se não venha a traduzir numa efectiva violação dos direitos humanos? Como assegurar a articulação entre público e privado, sem negar a existência de uma esfera íntima salvaguardada de mecanismos de vigilância omnipresentes nem, ao invés, possibilitar que ao abrigo do privado se desenvolvam formas de dominação insuportáveis? Como garantir inevitáveis consensos em face do incontornável diferendo desperto pelas múltiplas e conflituais pretensões de legitimidade apresentadas pelas identidades em luta pelo reconhecimento? Como assegurar que o individualismo não se traduza no empobrecimento da cidadania e se não expresse na indiferença e na diminuição de participação? Como se estabelecem pactos? De que forma são incorporados os indivíduos? Como é possível exercer o poder e que padrões de reciprocidade sustentam as relações sociais? Ou, como se interroga, de modo luminoso, Anne Phillips: “Que sentido pode ser dado à comunidade política quanto tantos grupos se sentem fora dela? (...) que género de solidariedade será possível se desistirmos da pretensão de uma humanidade indiferenciada?”(Phillips, 1993:2) Ou ainda: “O que significa para nós, cidadãos com

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

diferentes identidades culturais, muitas vezes fundamentadas na etnia, na raça, no sexo, ou na religião, reconhecermo-nos como iguais na maneira como somos tratados em política?” (Gutmann, 1994: 25) O problema tem um sentido verdadeiramente desafiante na medida em que nos lança ao cerne das relações complexas do uno e do diverso.

Na descrição da evolução histórica das sociedades desde a comunidade à associação, a cidadania tem sido analisada sob um ponto de vista que enfatiza o universalismo das democracias ocidentais (Turner, 1993:5). Os Direitos do Homem têm uma génese universalista, baseada numa identidade da natureza humana que, como afirmava Voltaire, “é sempre e em toda a parte a mesma” (Voltaire apud Fernandes, 1998:12) Até muito recentemente, provavelmente até há trinta ou quarenta anos, as sociedades ocidentais não se debruçavam excessivamente sobre o problema da identidade e, de uma forma geral, não entendiam a existência de qualquer forma de especificidade das políticas relacionadas com a fruição da subjectividade no contexto geral das políticas de cidadania. Na maior parte dos casos, os seus Estados eram vistos como servindo objectivos de natureza universalista reflectidos na respectiva filosofia política. Depois já da crítica marxista – a primeira a colocar, de modo sistemático, o dedo nas feridas decorrentes do universalismo burguês – acreditava-se que o problema da igualdade e da diferença se reduzia à expansão dos direitos económicos e sociais. Acreditava-se, de um modo excessivamente confiante, que esta filosofia universalista envolvia a corrosão das especificidades existentes e a criação de uma nova cidadania baseada no alargamento do sistema educacional e das políticas de segurança social. Com a obtenção da universalidade dos direitos, a identificação com a cidadania constituiria um laço mais forte do que os particularismos sociais. O ideal de cidadania, numa sociedade atravessada por dificuldades e contradições quanto ao modo de pertença, surgia como tentativa de solução para redescoberta ou reformulação dos laços sociais. O paradigma do Estado de Bem-estar social-democrata envolvia um pluralismo de interesses conflitantes que se visava conciliar através da negociação e do compromisso. Dentro deste enquadramento universalista incluía-se o contributo teórico de Marshall que influenciou decisivamente a concepção de cidadania, associando-a à teoria do Estado do Bem-estar.

A cidadania surgia, nesta perspectiva, como o acesso a um conjunto de direitos civis, políticos e sociais realizados nas democracias ocidentais. Partindo do princípio de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que a desigualdade entre classes sociais poderia ser aceite desde que a igualdade de cidadania fosse aceite (Marshall, 1950: 20), a cidadania identificava-se, desta forma, com uma tentativa de contenção dos conflitos de classes. Os direitos civis eram necessários ao exercício da fruição individual; os direitos políticos diriam respeito “ao direito de participar no exercício do poder político”; enquanto os direitos sociais cobririam toda uma gama de direitos que dizem respeito a “viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões prevaletentes na sociedade”(Marshall, 1950: 10-11). A cidadania era olhada como desempenhando, essencialmente ou até unicamente, uma função profundamente integradora, gerando “um sentido de pertença à comunidade baseado na lealdade a uma civilização que é património comum”(Marshall, 1950:40), e assegurando que todos os cidadãos têm capacidade para participar na vida da sua sociedade (Marshall, 1950:56). A expansão dos direitos sociais era, deste modo, encarada como o corolário de uma teoria evolucionista que passava pela emergência dos direitos civis e de propriedade no século XVIII, pela generalização dos direitos políticos no século XIX, com a consolidação da democracia parlamentar e a conquista do sufrágio universal, e, finalmente, no século XX, pela implantação do subsídio de desemprego, das férias pagas e da universalidade e gratuidade da saúde e da educação. Com esta conceptualização, procurava-se responder às questões colocadas pelas contradições entre capitalismo e democracia, designadamente entre a igualdade formal e a manutenção das desigualdades sociais. Em suma, tratava-se de argumentar com a ideia segundo a qual o Estado de Bem-estar limitaria o impacto negativo das diferenças de classe e das desigualdades sociais. O Estado de Bem-estar seria de algum modo uma espécie de estádio superior do progresso humano, para o qual a evolução tenderia, pelo menos no imediato. Desta forma, omitiam-se os elementos relativos à especificidade e aos particularismos. Graças à exclusão de muitos, concluía-se uma forma de alienação política do homem contemporâneo: o facto de muitos considerarem o poder político uma força estranha, que não conseguem controlar, com a qual não se identificam e com que, na melhor das hipóteses, apenas conseguem compatibilizar a sua existência.

Após terem acreditado na vitória definitiva do modelo liberal-democrático, incarnação do Direito e da Razão Universais, uma parte considerável dos democratas ocidentais encontram-se hoje perplexos pela multiplicação de conflitos – étnicos,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

religiosos e identitários de muitos tipos – que, segundo as suas teorias, deveriam pertencer a um estágio já superado (Mouffe, 1994:8). Ou seja, o facto de as instituições que servem os objectivos políticos ignorarem as identificações, levando à despersonalização, é o preço que os cidadãos estariam dispostos a pagar por viverem numa sociedade que os tratasse como iguais independentemente das suas próprias identidades étnicas, religiosa, raciais e sexuais. Assim, a liberdade e a igualdade dos cidadãos referir-se-ia a características comuns e à necessidade de bens culturais definidos como primários, como sejam os cuidados de saúde, a educação, a liberdade religiosa, a liberdade de consciência, a liberdade de expressão, imprensa, e de associação, o direito a eleger e a ser eleito, independentemente das nossas identidades culturais próprias (Gutmann, 1994: 22).

Com esta perspectiva, ignorava-se uma das principais preocupações que percorre esta tese, já anteriormente explorada noutro contexto, a propósito do consenso e do conflito: a cidadania surge, por um lado, como uma consciência colectiva secularizada que transcende as divisões de classe, de género, etnia ou outras através da criação de uma possibilidade universalista de integração. Simultaneamente, ela tem de ser reconhecida também como a base de um conflito social, porque dá origem a pretensões de reconhecimento e a desejos de redistribuição por parte dos sectores excluídos da sociedade (Turner, 1993:22). Ao repto lançado pela abertura da pluralidade de cosmovisões e pela necessidade de integração social proveniente da expansão económica e, conseqüentemente, da aceleração do tráfego de pessoas, mercadorias e informações, o Estado nacional respondia com a mobilização política dos cidadãos, adicionando ao estatuto de cidadania um nível de solidariedade juridicamente mediada.

De súbito, a situação alterou-se graças à emergência de um conjunto de fenómenos como sejam a crise dos Estados-Nação surgidos depois da II Guerra Mundial, a desregulamentação económica verificada em largos sectores, os novos fluxos migratórios, o reaparecer de tensões étnicas e sociais, uma nova vaga de multiculturalismo, a formação de novas sociedades ou metrópoles multiétnicas, uma nova vaga de direitos coincidentes com a fruição da individualidade e a afirmação do Sujeito, e, finalmente, a discussão sobre as dificuldades de financiamento do próprio Estado de Previdência. De um momento para o outro, o mecanismo integrador do Estado Previdência revelava-se curto na sua capacidade de mobilizar recursos. Paradoxalmente, a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

filosofia política que o suportava revelava um universalismo demasiado geral e abstracto em face das novas dinâmicas sociais. A concepção liberal estrita de cidadania, exposta durante os últimos anos como uma resposta aos excessos do Estado Providência e, em especial, ao chamado «socialismo real», evidenciou, também ela, escassa capacidade na possibilidade de fundamentação de uma resposta aos desafios colocados pelo aumento do pluralismo e da fragmentação social, na medida em que a neutralidade em que se fundamenta exige a ignorância das circunstâncias particulares. Assim, nas formas mais radicais de políticas da diferença criticou-se o facto de os liberalismos «ignorantes» serem eles próprios oriundos de culturas específicas. Ora, “o que torna inquietante esta questão é (...) própria ideia de que esse tipo de liberalismo possa ser uma espécie de contradição pragmática, um particularismo disfarçado de universalismo”(Taylor, 1994:64).

A concepção liberal enfatizou a racionalidade neutralista e instrumental, incapaz de tornar relevante os particularismos das identidades excluídas, designadamente a pretensão que é a sua de ver reconhecida quer a sua especificidade quer o seu direito a usufruir de oportunidades iguais.

Verificou-se que aonde a vida pública, ainda que formalmente democrática, denegue a realização das aspirações de uma parte da sociedade, remetidas para “as esferas sombrias da domesticidade”, a tendência é para se formarem tensões que se podem expressar através de uma aparente indiferença e abstencionismo complementados pelo desenraizamento, não poucas vezes acompanhado pela violência. Muitas democracias são agora um mosaico de diferentes grupos culturais e étnicos. Porém, os mitos homogeneizadores permitem que apenas alguns desses grupos sintam que fazem integralmente parte da comunidade política. Em face destas circunstâncias, a cidadania, no mundo de hoje, enfrenta o desafio de ter de conter, a um tempo, uma dimensão harmonizadora e integradora, resultante do compromisso com a forma democrática de resolução do diferendo vivida por todos os cidadãos no âmbito das suas formas de sociabilidade e ter de aceitar, ao mesmo tempo, uma dimensão conflitual que resulta da emergência de particularismos e de novas identidades em luta pelo reconhecimento. A luta pelo reconhecimento, tal como referimos anteriormente, a propósito da obra de Axel Honneth, torna-se o *medium* pelo qual os agentes sociais condenados à exclusão reivindicam novas formas de integração. Nesse sentido, haverá um momento analítico

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

respeitante ao consenso, relativo à integração social com base na partilha de valores comuns; um momento de afirmação do dissenso, que passa pela luta pelo reconhecimento; e um momento de compromisso, já pressentido por autores como McCarthy, que implica um respeito pelas balizas jurídicas e institucionais no interior dos quais se procede o debate colectivo, desde que essas balizas se construam de acordo com as ideias intersubjectivamente partilhadas de reconhecimento recíproco, o que remete de novo, dialecticamente, para a ideia de consenso normativo. Compreende-se, deste modo, que “a exigência universal estimula um reconhecimento da especificidade” (Taylor, 1994:59). A integração de minorias com tradições culturais diversas implica deste modo direitos e obrigações. De modo conciso: o direito a manter a própria forma de vida cultural e a obrigação de aceitar o marco político de convivência definido pelos princípios constitucionais e pelos direitos humanos. O espaço público continua a desempenhar um lugar central uma vez que são as discussões democráticas que possibilitam aos cidadãos a oportunidade de esclarecerem quais as tradições que querem perpetuar e quais as que querem abandonar (Gutmann, 1994:15). Gostaríamos, como sugere Touraine, de mostrar que se deve “renovar a figura moderna da democracia levando-a a reconhecer novamente o pluralismo e as regras de direito universalistas” (Touraine, 1998:75). Haverá que reconhecer o papel do sindicalismo operário, do movimento feminista, dos movimentos de defesa das etnias, das identidades colectivas e do activismo ambiental na defesa e expansão dos direitos sociais. Toda esta rede da sociedade civil, entendida não em nome de um projecto autogestionário de substituição da sociedade política e do Estado, mas sim da conquista e realização de direitos que passam nomeadamente pela capacidade voluntária de empenhamento em sectores como a saúde e a educação junto das minorias, pela utilização alternativa dos *media*, pelo combate à discriminação social e pela expansão e defesa de direitos pode ser a forma adequada de auxiliar as instituições mediadoras a ultrapassarem a indiferença dos projectos universalistas e a abstracção alienante das mega-estruturas burocráticas. Trata-se, por um lado, de reafirmar os antigos projectos mutualistas e de associação voluntária, reactivando formas de associativismo e de cooperação necessárias para a construção de uma sociedade civil preocupada com os excluídos. Nessa medida proliferam, nem sempre com o espírito crítico devido e a manutenção da necessária reserva, os vários conceitos de «democracia associativa» segundo os quais a democracia está dependente de uma vida associativa intensa. Por outro

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

lado, trata-se de dar a esta revitalização de fenómenos que tinham sido marginalizados pelas teses que atribuíam toda a responsabilidade ao Estado um redimensionamento que passa pela participação dos próprios afectados e pela atenção a novos direitos. Ao lado das formas de acção política tradicionais sucedem-se as formas de intervenção social viradas para a resolução concreta de problemas.

Esta maneira de encarar a questão significa, naturalmente, um tratamento dos problemas diverso daquele que dominou durante muitas décadas deste século. É evidente que constitui uma estultícia celebrar a nova diversidade e proclamar o fim da ideologia procedendo a uma importação ingénuo dos pressupostos pós-modernos desde a filosofia para a política. Porém, a alternativa deixou de ser, decerto, a ideologia totalizante que procura reconstruir a ordem social à luz de um princípio único. Nessa medida, uma perspectiva deste jaez surge como o oposto directo do potencial totalizante das várias ideologias.

Esta preocupação não impõe, por seu lado, o triunfo de um relativismo que corroa qualquer espécie de compromisso. Na cidadania, urgirá, nesta perspectiva, reconciliar as pretensões pluralistas, a necessidade de solidariedade e as afirmações universalistas e as contingências da mudança histórica. Para que isso se concretize é preciso abordar dois problemas: a) fundamentar uma relação entre o particular e o universal que permita equacionar o reconhecimento das pretensões oriundas dos diversos particularismos; b) equacionar uma relação entre o público e o privado que permita pôr em evidência as questões relacionadas com a política da vida, sem que esta evidência se expresse através da multiplicação de mecanismos de vigilância

a) Pretende-se, em primeiro lugar, fundamentar uma relação entre o particular e o universal de tal forma que as pretensões oriundas dos diferentes particularismos não se sobreponham a um compromisso com a universalidade dos direitos humanos, nem o universalismo enverede pelo caminho da abstracção crescente, esquecendo as formas de desigualdade e de dominação reais. Nessa medida concordamos em que objectivo do igualitarismo político “é a esperança de uma sociedade livre de dominação”. Porém, “não

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

é a esperança de eliminação das diferenças; não temos de ser todos iguais nem de possuir todas as quantidades das mesmas coisas” (Walzer, 1999:25). Ora a questão que aqui se levanta toma sempre os contornos de um verdadeiro desafio: como é possível – se é que o é – um critério universalmente válido para as diversas experiências e formas de vida, tendo em conta a sua heterogeneidade e pluralidade? Nessa medida, não pode deixar de ser retomada uma questão que regressa recorrente, a este texto: como podem as teorias que se baseiam sobre a justiça ser universais, baseadas em princípios, fundamentadas em boas razões sem dar conta das muitas diferenças que existem entre os grupos sociais?(Moller Okin, 1996: 185).

O ideal de cidadania universal é o impulso emancipatório da vida política moderna. Desde que a burguesia desafiou os privilégios aristocráticos e exigiu direitos iguais para os cidadãos, houve grupos como os trabalhadores e as trabalhadoras, negros e negras que exigiram o alargamento até si desses mesmos direitos (Marion Young, 1996:99). Paradoxalmente, é com base nesta exigência de igualdade que os movimentos sociais implicados e comprometidos com cidadãos que se julgam oprimidos têm lutado, chamando a atenção para um conceito de cidadania diferenciada como a melhor maneira de conseguir a inclusão de todas as pessoas (Marion Young, 1996:100). Há que proceder a uma crítica do individualismo abstracto na medida em que conceba os seres humanos como átomos sociais, isolados dos seus contextos, ignorando o papel da comunidade humana na constituição da individualidade (Friedman, 1996:149). Assiste-se, deste modo, a uma relativa confluência de posições entre adeptos do multiculturalismo e os novos pensadores comunitaristas, na medida em que ambos têm por adquirido que o sujeito é um ser constituído e definido pelos seus vínculos, incluindo as relações sociais específicas, os respectivos laços comunitários e o contexto histórico em que estes se desenvolvem (Friedman, 1996:150). Nesse sentido, a aceitação do multiculturalismo implica uma certa visão do sujeito e também uma certa concepção da justiça distributiva na qual se reconhece que os bens deste mundo têm significados compartilhados em sociedades diferentes e contextos culturais diversificados. Isso implica o reconhecimento de identidades constituídas no contexto da história, identidades estas, para as quais os bens supremos pelos quais consideram digno de se lutar são diversos, tornando-se o impulso emancipatório de tendência igualitarista algo mais complexo do que poderia parecer à

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

primeira vista. Nessa medida, vale a pena pensar, em simultâneo, na forma como se equacionam os conceitos de sociedade diferenciada e de igualdade complexa: o reconhecimento de espaços de cidadania onde os bens predominantes são diversos uns dos outros, pelo que a igualdade na distribuição de bens tem que reconhecer a diversidade do significado social de um bem predominante num contexto cultural dado. A luta pelo reconhecimento de uma igualdade complexa no interior de uma sociedade diferenciada pressupõe movimentos defensores da diversidade social e cultural. Implica que se tenha consciência que o apelo à igualdade alimenta muitas vezes uma política de homogeneização. Porém, simultaneamente, terá que se ter em conta a partilha intersubjectiva de valores que apontam para o reconhecimento recíproco com base na não coerção, que podem expressar-se sob o ponto de vista institucional e jurídico, nos valores do Estado Constitucional e democrático e que devem prevalecer sobre as pretensões de validade emergentes dos particularismos, sem deixar de ser complementadas por elas, designadamente na avaliação de formas de discriminação positiva e de acção afirmativa julgadas adequadas para superar a desigualdade material consagrada por formas de universalismo abstracto e neutralista.

Para os críticos desta tendência que chama a atenção para a importância de um certo regresso das comunidades e das tradições, numa sociedade multicultural de identidades conflitantes, a esfera pública e as liberdades da sociedade civil não passam de um *medium* para os diferentes grupos conseguirem poder para os seus objectivos. Daniel Dayan não tem dúvidas acerca do facto de que a manutenção da diversidade pode implicar a rejeição do universalismo (Dayan, 1999:105). Receia-se que as sociedades ocidentais se estilhacem numa multiplicidade penosa de guerras de secessão. Com efeito, a não ser que seja integrada num esquema englobante de defesa das liberdades públicas e que enfatize os valores universais e cosmopolitas, a glorificação da diferença pode ser tão chauvinista como as tendências que as pretendem eliminar e obliterar. A política das identidades pode facilmente desembocar num novo tribalismo. Corre-se, deste modo, o risco de reforçar uma manta de trapos de identidades locais, em que as pessoas só possam falar e interrelacionar-se com os que lhe são imediatamente contíguos ou com quem partilhem uma característica comum. O problema do nacionalismo e da emergência das identidades étnicas é extremamente complexo. As nações da Europa Ocidental baseavam-se na noção

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de cidadania, a qual não pode ser entendida como um atributo de um grupo particular mas algo tendo um valor universal enquanto a identidade no sentido de uma pertença emocional e moral tem que ser relacionada com os modos de vida dos grupos. Ora, a existência de um sentimento de ameaça mútua pode dar origem a formas reaccionárias e destrutivas de exaltação do comunitarismo.

Parece-nos, pois, que o desejo de identificação subjacente à emergência de comunidades baseadas em laços identitários, apesar de implicar um reforço relativo de certos particularismos, é susceptível de ser equacionada no interior de um conjunto de direitos universais que por si mesmo se devem constituir como obstáculo à sobrevivência fossilizada e reificada das culturas e das tradições. “O projecto político de conservar as culturas como se de espécies em vias de extinção se tratassem priva-as da sua vitalidade e aos indivíduos da sua liberdade para rever e até mesmo rejeitar as identidades culturais herdadas” (Gutmann, 1994:12). Nesse sentido, todos os motivos que justificam o regresso a Kant e a insistência no universalismo como reacção a um historicismo determinista – em que a insistência no contextualismo ganhe um peso insuportável – mantêm a sua validade (Apel, s/d: 39).

Finalmente, se é difícil esquecer a questão das desigualdades baseadas em critérios colectivos como os de género ou etnia, não é possível também deixar de fazer uma reflexão cuidadosa sobre a afirmação da individualidade. Não será estulto, admitir que, se é verdade que a individuação e a rejeição dos constrangimentos sociais estão relacionados com processos de emancipação que passam pelo aprofundamento da autonomia e da autenticidade, há um individualismo negativo que destrutura os liames sociais, aumenta a vulnerabilidade e a incerteza perante o futuro, gerando sofrimento e aumentando a fragilidade social. Com efeito, parece-nos que foi na tentativa de ultrapassar a oposição insuportável entre aqueles que só privilegiam a unidade e aqueles que tudo sacrificam à diversidade, entre aqueles que se limitam a insistir num “nós”, correndo o risco de excluir as minorias ou de descambar num fundamentalismo que exacerba a confluência de destinos, e aqueles que só dizem “eu” e se abstém de qualquer intervenção que vise a equidade social, que se formulou uma concepção e uma sociedade que respeita os princípios de liberdade, de justiça e de tolerância, consagrados através de um ordenamento constitucional democrático (Touraine, 1998: 21).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Estes riscos que se pretendem evitar não impedem que se sustente a hipótese segundo a qual a presença de entidades de base cultural, pode constituir um factor poderoso de interrogação das capacidades integradoras das democracias. A democracia é um lugar por excelência de afirmação da universalidade, configurando-se, no fundo, na matriz liberal – a única que verdadeiramente se consolidou – como uma concepção abstracta dos laços sociais, na qual todo o *substractum* particular é relegado em favor da representação universal. Há a tendência para acreditar que tudo é susceptível de ser resolvido através da universalidade de direitos. Porém, a ideia de que a modernidade dissolve a discriminação dado que enfraquece os particularismos, porque julga os indivíduos mais pelo que fazem do que pelo que são, gera equívocos perigosos precisamente porque oblitera as exclusões sobreviventes. Se a sociedade moderna é o lugar de aparecimento do racismo, é precisamente porque ela destruiu as relações de hierarquia e distância social tradicionais, sem assegurar a integração de todos numa cultura universalista. Nesse sentido, podemos admitir que pode haver dois modos de entender a democracia: o primeiro pretende tratar a igualdade política como uma questão de igualizar o acesso dos indivíduos à participação e à influência, o segundo considera a igualdade política como muito mais difícil de alcançar e aponta para a necessidade de reconhecimento de algumas preocupações de grupos específicos (Phillips, 1993: 132-133). Trata-se, nesta segunda forma, de evitar que a identidade colectiva funcione como mecanismo de exclusão do diferente, metamorfoseando-se, como sucede com demasiada facilidade numa vontade de homogeneidade social que provoque a marginalização inteira de grupos externos. Fenómenos como as migrações e a feminização da pobreza indicam que um novo discurso sobre os direitos humanos terá que ser exigido para ultrapassar as dificuldades das políticas que descuraram a importância da diversidade. Nas sociedades ocidentais, os direitos políticos dos estrangeiros conhecem restrições quer legais quer de facto, sendo muitas destas últimas provocadas por não existir qualquer ligação com o espaço público que vigora no país de acolhimento: é o caso de Portugal.

A cidadania, tal como é concebida por sociólogos como Marshall, não parece levantar questões de avaliação moral, perspectivando um neutralismo avaliativo que resulta da sua redução a um simples modelo institucional. Reflecte-se, nesta forma de abordar as questões inerente à grande tradição universalista do racionalismo europeu, uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

distinção estrutural entre o que é essencial e o que é accidental. Os primeiros liberais, apesar das contingências da existência social, desenharam as suas teorias com base no indivíduo essencial, procedendo-se a uma distinção entre o indivíduo essencial e as realidades vivas das próprias pessoas. Esta tradição foi sendo retomada, criticada e pensada ao longo da história do pensamento ocidental, resistindo perante a realidade da diferença e da dominação quotidianas. Apesar de desafiada pelo movimento operário, persistiu, sob a forma de diferentes exclusões. Porém, a alternativa não são as reacções conservadora e pós-moderna, próximas entre si pelo facto de à crise das grandes narrativas acoplarem a permanência dos constrangimentos que negam a autonomia humana. Não é possível manter o silêncio que alguns aristotélicos e foucaldianos mantêm acerca da solução que propõem para permitirem que todos os indivíduos e todas as formas de vida actualizem, no interior de uma qualquer forma de vida em comum, um direito igual para todos à realização da sua própria autenticidade, sem admitir algures que existem valores universais que se sobrepõem à pura afirmação dos particularismos. Na luta pelo reconhecimento quando se reclama ser “igual a todos” na titularidade de direitos estão implícitos critérios de aceitabilidade geral. Mesmo uma autora que rejeita de forma tão veemente as éticas discursivas como Mouffe não deixa de reconhecer que é na tensão entre o consenso sobre os princípios e o dissenso entre as interpretações que se inscreve a dinâmica agonística da democracia pluralista. Por isso, como adiante reconhece, “é no próprio coração .do particular e no respeito das diferenças que se inscreve o universal”(Mouffe, 1994:20-21). A pluralidade de jogos de linguagem pode ser entendida facilmente como uma espécie de fundamentação filosófica do relativismo teórico exigindo, por isso, a intervenção das possibilidades que a hermenêutica reconheceu na tradução, ao reconhecer que os jogos de linguagem não constituem um mecanismo de encerramento etnocêntrico (Thompson, 1995: 80-81).

O aprofundamento da cidadania através da multiplicação de espaços públicos e do fortalecimento da sociedade civil deve identificar-se com as diversas possibilidades de resistência ética e política que impedem a reificação das estruturas da intersubjectividade. Esta resistência tem lugar num plano que recusa a ignorância da diferença e, simultaneamente, nega a sua exaltação como forma de hipostasiação do mundo vivido. O reconhecimento da pluralidade de mundos da vida como forma de evitar um padrão que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

oblitera a diversidade das formas de viver não implica que de dentro de cada mundo vivido se não possam reconhecer formas de dominação que só podem ultrapassar-se através de uma relação reflexiva com a tradição, relação esta onde as pretensões de universalidade continuam a fazer sentido. Por esta tese perpassa a necessidade da primazia dos direitos humanos universais, os quais só podem ser entendidos como passíveis de serem actualizados e vividos se forem tidas em conta as diferentes formas de dominação que as diferenças de formas de vida também implicam. Isso não implica, pelo contrário, que se idealize uma situação de igualdade original, puramente hipotética, “em que ninguém conhece a sua posição na sociedade, a sua situação de classe ou estatuto social, bem como a parte que lhe cabe na distribuição dos atributos e talentos naturais, como a sua inteligência, a sua força e mais qualidades semelhantes” (Rawls, 1993:44). O aprofundamento da cidadania implica que a sociedade civil – constituída pela esfera pública, pelos movimentos sociais– contenha elementos resultantes da conflitualidade social e cultural e da afirmação de identidades que percorreram as sociedades nos últimos decénios e que fez ressurgir a noção de um agir político pluralista. Porém, o ressurgimento desta preocupação deverá ocorrer no âmbito de um horizonte necessariamente universalista, mas não redutoramente universalista. É neste plano que, mais uma vez, afirmamos, se reflectirá a função mediadora do conflito expresso na luta pelo reconhecimento. Na medida em que as pessoas têm necessidades e capacidades diferentes, o tratamento igual que lhes é dispensado pode significar, na prática, aprofundamento da desigualdade. A idealidade que se propõem na afirmação de um véu de ignorância que suspenda e coloque entre parênteses diferenças que não se consideram, à partida, publicamente relevantes constitui uma forma de omitir, no plano analítico, a existência de formas de dominação como pressuposto essencial para a exigência de justiça, mesmo que esse seja o objectivo oposto dos seus proponentes. A crítica aos excessos do universalismo marca, afinal, todo o pensamento filosófico moderno surgindo no debate entre liberais e comunitaristas, entre kantianos puros e hegelianos contextualistas, ou nas abordagens anti-fundacionalistas pós-modernas, sem que tenha todavia que se saldar numa fuga para a frente em direcção ao relativismo.

Nessa medida, existe uma preocupação estruturante que passa por conseguir a equação entre a liberdade e as instituições. Recentemente, o pensamento que aborda o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

multiculturalismo ou que se centra nos estudos sobre o género moveu-se desde a universalidade abstracta do Iluminismo para uma nova ênfase na heterogeneidade, na diferença e na diversidade. A crítica culturalista revitalizada pelos pensamentos da identidade tornou claro que a multiplicação de espaços públicos no interior da sociedade civil não deve surgir apenas na perspectiva defensiva de busca da legitimidade das instituições existentes mas também pela propositura de outras leituras das normas existentes e até pela proposta de novas formas de configurar o mundo. Partindo da distinção entre liberdade «positiva» e liberdade «negativa», o multiculturalismo democrático e crítico, confere também uma inflexão à liberdade «positiva», enfatizando-a como a autonomia de um indivíduo no interior de um grupo (Martucceli, 1997: 67).

Esta perspectiva implica que o discurso sobre os direitos humanos tenha na sua conta o reconhecimento de que as identidades e as suas necessidades se articulam com o centro da vida política. O exercício da cidadania num espaço tão diferenciado e fragmentado como o das democracias modernas de por isso, reconhecer algumas das eventuais potencialidades normativas da fragmentação e do conflito, mais do que as potencialidades organizadoras de uma qualquer ordem sistémica. Em face das limitações dos modelos universalistas clássicos (colectivista, liberal, e social democrata tradicional), terá todo o sentido falar na eventual recuperação da sociedade civil enquanto instância onde se pode desenhar o suporte institucional para uma ideia universalista de bem comum centrada no respeito pelos direitos humanos, com o conseqüente reconhecimento das especificidades das minorias (Mouffe, 1994:11).

Ao invés das concepções centralizadoras para as quais qualquer tentativa de luta pelo reconhecimento por parte de identidades excluídas só pode originar formas activas de fundamentalismo, crê-se nesta tese, que os movimentos sociais ligados à afirmação da diferença podem constituir um poderoso factor de inclusão e de participação na cidadania, susceptíveis de serem considerados como elementos de construção de um modelo democrático multicultural, desde que consigam equacionar a base Universalista do Estado com o respeito pela especificidade e a recusa de modos de vida que se traduzam em qualquer espécie de discriminação. A chave de todo o problema passará por isso pela forma como se equacionará universalismo e particularismo, ou seja igualdade e diferença.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

O facto de aparecerem espaços públicos especialmente preocupados com os direitos de cidadania por parte de identidades que lutam pelo reconhecimento não é necessariamente identificável com a obsessão particularista pelo movimento “politicamente correcto” ou, ainda, por outras formas de fundamentalismo motivadas por ambições hegemónicas. A abordagem desta questão passa por articular a sobrevivência das tradições com o debate democrático moderno, o qual também permite esclarecer quais as tradições que se querem abandonar, quais as que se pretendem perpetuar, quais as relações que se pretendem manter com a história, com a Natureza e entre si. Faz, pois, sentido apelar à existência de uma identidade argumentativa para nos referirmos a uma relação reflexiva com a tradição (Férry, 1992: 132). Se é evidente que as tradições são vitais para toda uma comunidade, permitindo aos seus membros formar as respectivas identidades a verdade é que a partir do momento em que se confrontam com outras tradições, torna-se mais visível como cada uma delas funciona em circuito fechado – mesmo que os seus membros, graças à sua atitude natural do mundo interno, continuem cegos para esse facto. Porém, nessa altura, verifica-se que existem tradições mais fechadas e dogmáticas – o que visivelmente pensadores como McIntyre ou Gadamer não querem reconhecer – e tradições críticas ou abertas, mais permeáveis ao universalismo entendido como uma superação dos elementos absolutizantes e dogmáticos. Nessa medida, pensar a singularidade como individualidade sensata, parece ser uma aquisição das mais importantes que uma reconstrução do conceito moderno de razão prática pode e deve incorporar, sob forma de uma concepção que não deixa de acreditar que o bem do homem, a sua tarefa só se realiza no seio de uma comunidade através de mediações sucessivas que, pelo seu carácter moderno e pós-convencional, continuam a preservar o sentido cosmopolita dessa comunidade, isto é, a sua abertura e a sua democraticidade (Ricoeur, s/d: 252).

Sabe-se que o relativismo cultural tem vindo a expandir-se, como reacção face a todos os excessos etnocêntricos e universalistas. Porém, o relativismo cultural extremo cai numa profunda contradição quando, ao condenar o etnocentrismo pelo seu carácter ocidentalizado, esquece que, neste caso também é relativizada a valorização das outras culturas, um princípio desenvolvido no Ocidente desde os séculos XVII e XVIII.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Olhada muitas vezes com desconfiança, a defesa do pluralismo cultural só corre o risco de abrir as portas ao fundamentalismo quando a cultura diferente é considerada como ameaçadora, o que se torna mais frequente em países onde a obsessão da integração social por parte da cultura dominante leva a efeito a desconsideração do presumível adversário. Porém, também a exclusão silenciosa que mobiliza *apartheids* invisíveis e informais, discriminações de facto negadas pelo Direito, invisibilidades fundadas na desconfiança passiva pode, por seu lado, gerar, quotidianamente, bolsas de conflitualidade que por não conhecerem uma erupção política violenta se prolongam na criminalidade diária, na toxicodependência e na marginalidade. Com efeito, “se tomarmos a classe operária por uma lista que inclui mulheres negros, lésbicas, homossexuais, discriminados, isso soa muito estranho.” (Phillips, 1993:8).

Se uma posição universalista não pode pretender obliterar a existência de particularismos sobre pena de ela própria se arriscar a incorrer num dogmatismo exclusivista, os particularismos não podem deixar de poder relativizar a sua particularidade em nome de princípios dotados de validade universal. Para que esta combinação se concretize será sensato, sob o ponto de vista político, defender o equilíbrio entre o processualismo e o substancialismo, preservando uma mente aberta, praticando a tolerância, cultivando o interesse empático nas necessidades e lutas dos outros, imaginando novas possibilidades, protegendo os direitos humanos e liberdades básicas, resolvendo problemas com o método da inteligência numa atmosfera não violenta imbuída de espírito de cooperação. Desta forma, a aspiração de uma comunidade democrática não fica reduzida à mera observância processualista.

b) Impõe-se, seguidamente, equacionar uma relação entre o público e o privado que permita trazer à luz do dia as questões relacionadas com a política da vida, sem com isso cair na multiplicação de mecanismos de vigilância, designadamente, através da jurisdicização generalizada da vida social. No caso concreto do feminismo, as suas teóricas mais destacadas não hesitam em dizer que a dicotomia entre público e privado é o tema central abordado pelo movimento feminista (Pateman, 1996:31). A extensão exemplar da teorização levada a efeito pelas feministas relativamente a esta questão da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

articulação entre público e privado justifica que nos debrucemos, de modo mais detalhado, sobre alguns dos seus argumentos. Apesar da reivindicação feminista em favor da igualdade de direitos – pela qual este movimento se pode considerar uma espécie de extensão da revolução liberal e burguesa às mulheres – a verdade é que o próprio feminismo liberal, ao reflectir sobre a oposição entre público e privado, chega a conclusões que o afastam do liberalismo clássico, nomeadamente quando sustenta a ideia segundo a qual aquela dicotomia oculta a sujeição das mulheres aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal, igualitária e individualista. Com efeito, ao remeter para as esferas da domesticidade um certo conjunto de elementos como sejam a desigualdade no acesso ao trabalho ou a violência doméstica, estão-se a omitir factores que têm repercussões sérias e incontornáveis na liberdade individual, nas liberdades cívicas e no acesso à cidadania. Procedendo, porém, à extensão do conceito para outras formas de especificidade, nomeadamente minorias étnicas e culturais, deparamos, para além das desvantagens que resultam da subestimação do seu estatuto por parte da cultura dominante com outras formas de desvantagem ou violação de direitos que resultam da afirmação cultural da comunidade perante si mesma à luz da sua própria tradição. Referimo-nos a traços dos mundos da vida partilhados por comunidades particulares que são incompatíveis com o exercício de um certo número de direitos considerados universais: desigualdade de estatuto entre a mulher e o homem, impossibilidade de acesso a certas formas culturais como sejam simples leitura e a escrita pelo facto de serem incompatíveis com estatutos pré-fixados por motivos religiosos e tradicionais, obrigatoriedade de certos vestuários que se mantêm na sociedade de acolhimento, práticas cruéis baseadas na tradição como sejam a mutilação dos órgãos genitais femininos praticada em populações somalis e, repare-se, mantida em comunidades de emigrantes. No caso do reconhecimento dos problemas relacionados com o género e com as minorias sexuais, o problema é trazer à luz do dia as especificidades, iluminar as desvantagens que lhe estão associadas graças à valorização da diferença, pelo que os movimentos que o expressam estão relacionados com a extensão de direitos universais, mesmo que esta extensão de direitos implique tratamentos diferenciados que permitam superar determinadas desvantagens. No caso das minorias étnicas e culturais, isto também se passa muitas vezes, como se verifica com as diversas formas de acção afirmativa. Porém, haverá a considerar o caso frequente em muitas das formas de comunitarismos baseados na

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

tradição, em que a especificidade será trazida à luz do dia para tentar que algumas formas particulares de diferença que se manifestam pela crueldade e pela ausência de liberdade sejam «dissolvidas». A questão, com implicações teóricas e práticas de uma delicadeza extrema, é como conseguir que esta «dissolução» seja feita de um modo em que a comunicação permaneça possível, devido ao cumprimento dos pressupostos que implicam o reconhecimento recíproco e a ausência de coerção. É possível manter a comunicação quando o reconhecimento da especificidade passa pela violação dos princípios que sustentam a universalidade de normas que garantem o reconhecimento recíproco em condições de igualdade, abertura e respeito mútuo? Será que é possível sustentar o consenso em face de tradições que assumem jogos de linguagem cujos traços específicos parecem ser a negação da própria tradutibilidade? No limite, os fundamentalismos são compatíveis com formas de diferendo, como aquelas defendidas por Honneth, em que o conflito continua a comportar uma clara dimensão universalista?

Sem pretender ultrapassar as dificuldades que este tipo de questões coloca a diversos níveis, torna-se evidente que a dicotomia público/privado é olhada, deste modo, como tendo graves consequências para os membros de minorias que não podem ver discutidas na esfera pública as dominações de que são alvo no âmbito da vida quotidiana. Para este tipo de abordagem, uma repolitização da vida pública não deve exigir a criação de um campo político unificado em que os cidadãos deixem de lado as suas filiações, histórias e necessidades grupais particulares para discutir um interesse geral abstracto ou uma ideia de bem comum (Marion Young, 1996: 107). Porém, também não é possível deixar edificar um muro de abstracções entre o que se passa em casa e na vida quotidiana privada e o que se passa na cidade, no plano dos destinos colectivos. As novas exigências sociais tornam urgente fundamentar uma noção de autonomia que não se reduza ao individualismo e, através de uma sociedade civil forte e da pluralidade de espaços públicos, garantir o aumento da participação política, permitindo o encontro entre política de emancipação e política da vida. Assim, toda esta problemática acaba por confluir, com os cuidados devidos, no encontro entre política da emancipação e política da vida, entendendo pela primeira o empenhamento radicalizado no alcance de mais igualdade e justiça social e entendendo-se pela segunda a aspiração de responder a uma maior realização e satisfação individual. Os movimentos sociais seriam o lugar paradigmático de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

encontro e realização da política emancipatória e da política da vida (Marion Young, 1997:111). Tem, pois, cabimento chamar à colação a insistência de Giddens no argumento segundo o qual o “estilo” de vida, tantas vezes referido a propósito da recente emergência das identidades não significa um afastamento radical da esfera pública. Acreditando no facto de que ter uma identidade pessoal a descobrir e um destino pessoal por cumprir implica uma força subversiva de grandes proporções, Giddens distingue entre uma política emancipadora -identificada com a racionalidade que predominou na modernidade em relação aos constrangimentos que diziam respeito à acção humana e que visava cortar as amarras do passado, terminando com a dominação ilegítima de uns grupos sobre os outros – e uma política da vida, centrada na reflexividade sobre os contextos da vida quotidiana tal como ela se processa na modernidade tardia, centrada em questões existenciais que dizem respeito à pergunta “como vivermos?” e “o que é que eu quero ser?” (Giddens, 1997: 193-207) Este percurso passa afinal por uma relação entre a política e o quotidiano, onde se pretende que os assuntos da vida, isto é do privado, ascendam ao público, permitindo que direitos dos excluídos adquiram visibilidade, dinamizando uma forma nova de publicidade. A emergência da política da vida tem a ver com a ideia de que o espaço público deve manter uma abertura essencial no sentido de evitar que novas identidades permaneçam reprimidas e ocultas na esfera sombria da domesticidade. Deste modo, a relação entre o mundo privado e o universo da *polis* conhece novas fronteiras.

Surge, porém, outra dificuldade de sinal contrário: uma nova forma de visibilidade dada à agenda dos assuntos que dizem respeito ao privado pode manifestar-se através de uma forma paroxística em que se substitui a política pela ética, criando redes de normatização e de vigilância cada vez mais apertadas em nome da actuação que se considera correcta. A justa pretensão de que há elementos da vida privada que têm relevância pública pode implicar a ameaça à existência de uma esfera íntima, onde a normatização dos elementos que dizem respeito à vida individual se torna uma espécie de substituição da política. A neutralidade liberal não pode ser substituída por uma policiamento dos costumes, mesmo que a intenção dos «gendarmes» de serviço seja libertadora. Trata-se de uma preocupação que, de certo modo, envolve a crítica de Foucault à hipótese repressiva e a sensibilidade evidenciada por Marcuse aos mecanismos de constrangimento traduzidos numa certa dessublimação repressiva. Nesse sentido,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

parece correcta a expressão de Anne Philips segundo a qual deve haver certos assuntos da vida que temos o direito de tratar por privados mas que ninguém nos pode obrigar a considerar apenas nesse domínio, especialmente quando se repercutem de forma enfática na capacidade de exercício da cidadania por parte dos afectados (Phillips: 1993:85). Neste caso, a primazia relativa dos direitos individuais sobre as especificidades particularistas retoma aqui, mais uma vez, a sua razão de ser. Onde as práticas privadas firmam a igualdade e a liberdade dos cidadãos elas devem ser motivo de debate colectivo com vista a influenciar os mecanismos institucionais de decisão. Por outro lado, sendo essa a baliza que possibilita a intervenção do público, é ainda, em última instância, a primazia relativa dada a uma cultura política intersubjectivamente partilhada que aponta para um reconhecimento recíproco sem coerção que permite fundamentar a ausência de intervenção como modo de evitar a criação um espaço de vigilância. Desta forma, deverá haver lugar para espaços de mediação onde os assuntos que dizem respeito à vida quotidiana possam ser objecto de debate e deliberação colectiva, a fim de proporcionar o fim de dominações que se ocultam no interior das relações que se travam no seio da vida privada. Porém essas formas de mediação devem responder mais às exigências dos dominados e dos excluídos do que tornarem-se em mecanismos de escrutínio que procedam à devassa da vida privada e à sua homogeneização de acordo com padrões estandardizados segundo uma fórmula “politicamente correcta.” Nesse sentido, sem deixar de ter em conta que as desigualdades no plano privado são relevantes para as questões relativas à liberdade política e às liberdades cívicas associadas à esfera cívica, não é possível fazer dessa relevância o pretexto para uma observação constante por parte dos mecanismos burocráticos, sob pena de as próprias liberdades que se pretendem defender sejam ameaçadas por um processo de institucionalização e jurisdicização minuciosa dos comportamentos.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

CAPÍTULO V

A mediatização do espaço público e o desafio das políticas da vida

Actualmente, não é possível dissociar as transformações que se verificam na mediação social e na estruturação do espaço público, designadamente as mutações que se observam ao nível da emergência das identidades, da fragmentação cultural e das relações entre público e privado, da presença contínua e insistente do discurso mediático. Com o surgimento dos meios de comunicação social, tal como os entendemos hoje, aquilo a que assistimos é à própria profissionalização da actividade mediadora que se instaura e consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociabilidade. Basta para tanto perceber que a afirmação da identidade carece, em grande medida, da existência de reconhecimento, a qual passa pela conquista de visibilidade (Taylor, 1994:25). Assim, os *media* relacionam-se com a luta pelo reconhecimento, ainda que de um modo ambivalente e contraditório, seja apresentando-se como meio privilegiado de dar a conhecer e amplificar as pretensões de validade emitidas pelas identidades excluídas, seja contribuindo para a sua ocultação, através da insistência em valores hegemónicos que negam as particularidades resultantes da diversidade social.

Entre os factores sociais que mais têm contribuído para a tendência de fragmentação e proliferação da diferença destacam-se o actual sistema de consumo e, em particular, os modernos dispositivos tecnológicos de mediação: ambos, ao longo deste último meio século, têm enfatizado até à exaustão uma certa ideia de identidade indissociável de marcas ostensivas de estilo, imagem e forma de apresentação do indivíduo – *style and look*.

As mudanças estruturais verificadas na relação entre público e privado, das quais se procurou dar uma ideia precisa (a aceleração das mutações sociais, a emergência

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de novas identidades sociais e colectivas, a atenção minuciosa ao *self*, o gosto exacerbado pelo prazer individual, o culto, traduzido em diversos registos, da novidade e da diferença), surgem directamente associadas seja a transformações tecnológicas como a miniaturização dos *media*, ao surgimento de *media* interactivos, à descoberta e proliferação das redes; seja a transformações de natureza narrativa como o aligeiramento e encurtamento das mensagens e a sua fusão crescente com a imagem; seja ainda a transformações relacionadas com o conteúdo como a generalização dos formatos próprios do entretenimento, a fusão entre entretenimento e informação e a generalização do ângulo humano de abordagem nas notícias e nas reportagens. Se uma das consequências da globalização é que desvalorizou as identidades baseadas em papéis sociais em detrimento crescente de identidades baseadas em pertenças culturais, os *media* emergem mais fortes na sua ligação quase estruturante com a definição dos territórios simbólicos que permitem a formulação destes novos tipos de afirmação social (Touraine, 1998: 51).

Hoje proliferam os testemunhos que conferem evidência empírica a esta realidade. Muitas campanhas relacionadas com movimentos sociais utilizam diversas formas de comunicação em que intervêm *direct mailings*, *faxes*, *E-Mails*, rádios e televisões locais. A utilização das novas tecnologias originou a criação de novas esferas públicas e de espaços para informação e debate, proporcionando condições para o exercício da reflexividade. Surgiram possibilidades efectivas de divulgar conteúdos críticos de interesse público e incrementaram-se espaços de observação que exercem a sua vigilância crítica sobre os *media* que pertencem ao *mainstream*, denunciando uma informação comercial ou relacionada com interesses estratégicos dominantes, para, em seu lugar, veicular visões alternativas produzidas no exterior do *establishment* mediático. No sentido da democratização do sistema mediático surgiram oportunidades como sejam uma certa proliferação de imprensa alternativa, a democratização das redes informáticas, a expansão de rádios e televisões comunitárias, as televisões de acesso público. Proliferaram, copiosamente, exemplos de utilização da Net para lutas políticas, como sucede com o exemplo bem conhecido do movimento zapatista, de uso de BBSs em Tiananmen e nos movimentos da sociedade civil que originaram a queda dos regimes integrados no Pacto de Varsóvia, da exposição pública na rede, por parte de organizações sindicais, das condições de trabalho verificadas nos mais diversos países, originando o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

boicote de produtos realizados com trabalho infantil e sobre-explorado, etc. Mas ao mesmo tempo que isto acontece, verificou-se uma explosão de comercialismo, de fusão crescente entre informação e espectáculo, de valorização do trivial e de mercantilização generalizada de escolhas relacionadas com os estilos de vida. Uma situação contraditória desta natureza e dimensão não pode deixar de suscitar uma certa perplexidade e respostas não lineares para os problemas que se colocam. Desde logo, uma das hipóteses que irá atravessar esta componente da nossa pesquisa é, precisamente, a de que estes fenómenos contraditórios não são estanques: a lógica comercial do mercado conduz à formação de segmentos-alvo, mas ao fazê-lo acaba por criar novos espaços de visibilidade que podem vir a ser alimentados pela cidadania e pelo regresso da política. Do mesmo modo, muitas das pretensões de validade apresentadas por identidades excluídas são aproveitadas instrumentalmente pelos *media*, ao serem previamente despolitizadas e abordadas num formato mercantil. O verso e o reverso que temos vindo a descrever constituem-se, deste modo, como uma ambiguidade estruturante, que pode ser entendida para aproveitar, em especial, o que possa dizer respeito à afirmação crítica de cidadania. Nessa medida, sabe-se que os *media* poderão servir compromissos hegemónicos apresentados com uma abundância de efeitos que procuram tornar evidente uma diversidade esfuziante mas ilusória. Porém, podem também ser elementos de reforço da sociedade civil, no sentido de proporcionarem uma visibilidade que se torne uma oportunidade para o aprofundamento das novas formas de cidadania que a emergência das identidades vem exigir. Torna-se impossível concluir pela suspeita de uma reificação generalizada graças à intervenção dos *media*. Estes, devido à sua ligação com as estruturas simbólicas do mundo da vida e com o espaço público, graças à tensão introduzida pelos critérios jornalísticos que, mesmo nos *media* mais convencionais, desempenham uma função que não pode ser desligada de componentes críticas, graças, enfim, à capacidade de resistência protagonizada pelos mecanismos de comunicação quotidiana jamais poderão ser objecto de uma análise social que enfatize, de modo unilateral, a sua subordinação ao dinheiro e ao poder.

Na parte desta pesquisa que tem a ver, de modo mais geral, com os *media*, e de modo mais específico, com o jornalismo, tentar-se-á, precisamente, dar conta, por um lado, desta relação profunda com o movimento de proliferação das identidades e, por outro lado, do impacto que tal relação pode desempenhar na criação de novas condições de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

cidadania. Este trabalho pretende, pois, saber se a linguagem dos *media* e, em especial, a linguagem jornalística, é já ela condicionada por códigos que conduzem inelutavelmente a uma certa visão unificadora do mundo; ou se, pelo contrário, pode, nomeadamente, graças às transformações que nela se verificam, ser um espaço de racionalidade polimórfica, que foge ao estereótipo e aos signos de condensação que conduzem a uma visão da realidade que se esgota na celebração do “mesmo”. A resposta não pretende ser nem linear nem maniqueísta. “Por maiores que possam ser as afinidades entre os *mass media* e os *media* funcionais de regulação (essencialmente, o dinheiro e o poder), os primeiros guardam uma especificidade própria, resultado do seu irreduzível carácter simbólico e linguístico. Eles inscrevem-se, em última instância, no universo sócio-cultural, obedecem às exigências da intercompreensão e, nesta medida, a sua lógica de funcionamento nunca pode ser estritamente (nem predominantemente) sistémica e funcional” (Esteves, 1995: 98). Encontramo-nos perante tendências que estão longe de se tornarem hegemónicas ou, pelo menos, definitivamente hegemónicas, ou seja, perante “uma lâmina de dois gumes no que respeita a implicações éticas”(Esteves, 1998: 24). Em que medida, os *media* podem ser menos instrumento de dominação para serem mais instrumento de socialização consciente? Até onde poderão os *media* ser elementos catalizadores de racionalidade crítica?

Os mecanismos de controlo social têm vindo a conhecer modificações estruturais relacionadas com a própria alteração das formas de mediação e de produção da legitimidade, de que os *media* constituem, hoje, parte essencial. A linguagem orweliana, propagandística e ritualizada, de que falava Marcuse (Marcuse, 1968: 96), conhece transformações e usos que têm a ver com uma concepção da ordem social e das instituições que não tem necessariamente que se confundir com aquelas que os funcionalistas tinham incensado ou os críticos condenado. Numa sociedade onde prolifera a produção simbólica torna-se evidentemente redutor tudo subsumir na dicotomia rígida entre a fala manipuladora e o diálogo racional. Esta constatação implica “a necessidade de uma abertura da análise dos fenómenos da linguagem e da comunicação a um campo mais amplo, onde possam ser tomadas em conta as práticas sociais da sua realização efectiva” (Esteves, 1989: 38).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A linguagem jornalística existe num contexto de interações sociais e não fica imune às configurações que elas podem tomar nem às formas de regulação que as coordenam. É possível, pois, pensar numa prática levada a efeito pelos *media*, nomeadamente no desempenho da sua função informativa, que escapasse, mais visivelmente, à dominação heterónoma das instituições, permitindo uma permuta mais célere entre destinadores e destinatários, susceptível de transformar rapidamente o pensamento em acção; ou, ao invés, pode-se pensar numa prática e uso da linguagem associados à ritualização propagandística das instituições, aonde os destinadores seriam em número muito mais reduzido que os destinatários, a permuta comunicacional entre os actantes fosse mais difícil de fazer e onde mais do que acção criadora se exigisse a “legitimação” do que existe. Aqui se jogam dilemas éticos e políticos que vão ao próprio cerne da profissão jornalística – e aos múltiplos constrangimentos que sobre ela se abatem – e da própria lógica social em que os *media* estão envolvidos.

No dia a dia, a linguagem jornalística pode ser um factor de desestabilização de ordens dominantes, chamando para o espaço público, elementos de avaliação que permaneciam ocultos e se constituíam como “pontos nodosos” no seio do mundo da vida. Pelo contrário, ela pode também reproduzir os compromissos estabelecidos, impedindo a problematização crítica da realidade, através do recurso a práticas discursivas que insistem na estabilização do que existe. “A ideia de ambivalência é fundamental para pensar a história e a realidade presente da comunicação, nomeadamente em termos éticos. Está presente desde logo na definição e discussão permanente dos critérios reguladores do discurso público: dividido entre a legítimas aspiração à sua afirmação autónoma e as ameaças de instrumentalização, com origem, desde logo, nas duas principais instâncias de decisão das sociedades modernas – o mercado e o Estado” (Esteves, 1989: 25).

Encontramo-nos, deste modo, diante de um problema curioso que confere à discussão aqui empreendida uma dimensão central no contexto desta tese. Qual será o papel conferido aos *media* em geral, e, em especial, à linguagem jornalística no que diz respeito à possibilidade de formação de consensos, dada a natureza pluralista das dinâmicas sociais que se verificam na modernidade tardia? Apesar de não existir uma identificação entre a formação de uma identidade colectiva dominante, baseada em elementos predominantemente simbólicos e culturais, e a partilha de valores universais e

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de direitos de cidadania atribuídos de modo genérico a todos os cidadãos, não é possível deixar de se equacionar a existência de relações entre estas duas dimensões (Alejandro, 1993: 125). O jornalismo pode comprometer-se com uma cultura que privilegia os valores dominantes e remete para o esquecimento de pretensões de validade apresentadas por identidades excluídas. Nesse sentido, poderá contribuir para o reforço de uma certa ideia de consenso, tal como ele é entendido quando nos referimos à hegemonia de valores dominantes. Pelo contrário, poderá privilegiar uma visão rigorosa, pluralista e interpretativa das dinâmicas sociais, criando condições para a formação de uma cultura em que as identidades excluídas possam integrar-se sem perderem os elementos da sua especificidade. Por outro lado, pode, ainda, privilegiar uma cultura que, pela sua reflexividade, favoreça a acentuação das características pós-convencionais das identidades, possibilitando que as comunidades não fiquem confinadas umas em relação às outras em guetos regidos nas suas relações mútuas por uma espécie de pacto de não agressão (da ordem da incomunicabilidade), mas, pelo contrário, fomentem entre si um diálogo baseado na diversidade e na escolha.

Esta opção é complexa e está bem longe de se reduzir a um compromisso deontológico baseado em exigências tradicionais de pluralismo e isenção. A tentação de reduzir a análise crítica dos desempenhos dos profissionais de comunicação a uma perspectiva deontologizante corre o risco de reflectir, em especial, interesses corporativos, suscitando a ilusão de que acção e o compromisso pessoal dos jornalistas pode, por si só, condicionar o funcionamento democrático das empresas jornalísticas e omitindo a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre os meios de comunicação social e a cidadania. Ora, esta é uma reflexão necessária e que urge ser tanto menos limitada à perspectiva deontologizante quanto mais se reconhece que esta contempla as práticas jornalísticas de um modo inocente, ignorando constrangimentos ocultos, consequências perversas de práticas adquiridas e mecanismos institucionais em que confluem factores ideológicos e culturais relacionados com a imagem da profissão.

No que diz respeito, precisamente, à dimensão informativa dos *media*, ou seja, o jornalismo, pretende-se explicar que a sua linguagem e práticas discursivas, assim como os métodos de investigação e rotinas intrínsecas ao exercício da profissão, podem constituir, elas próprias, uma prática censurante no que respeita a possibilidades de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

nomear o mundo em detrimento de outras. O jornalista não relata o mundo: relata o mundo *como jornalista*, à semelhança aliás do que acontece com qualquer outra profissão ainda que não investida do papel de proceder a relatos sobre a realidade que nos cerca. O actor da vida social que é o jornalista, assim como essa instituição que é o meio de comunicação social, não limitam a sua actividade, como é uso crer-se, a dar conta à sociedade do que acontece. Sobrepõe-lhe uma vigilância sobre os valores e a gestão da relação entre os valores e os aspectos do mundo que são dignos de serem relatados como noticiados (Morató, 1996: 33) . Esta afirmação só não peca por um excesso de evidência, porque um dos mitos celebrados insistentemente no seio dos profissionais e aceite, de modo mais ou menos passivo, pelos receptores é o da “notícia como espelho da realidade”. Neste mito considera-se, ao fim e ao cabo, de modo implícito, que o jornalista possui uma espécie de olhar exterior e divino, desenraizado das condições de enunciação e de constrangimentos de qualquer espécie que lhe andem associados.

Nas diversas fases da actividade de recolha, distribuição e produção de notícias, a acção mediadora do jornalista exerce-se no contexto de diversos factores constitutivos de uma rede complexa de condicionalismos e constrangimentos que, no termo do processo, fazem com que as notícias tenham um determinado conteúdo, uma determinada forma e assumam, globalmente, um determinado ou determinados modelos. Estes constrangimentos desenvolvem-se na confluência de factores estruturais relativos à redacção (Estatuto e política editoriais, valores-notícia dominantes, públicos-alvo, rotinas produtivas, relações com a administração), relativos à empresa (objectivos estratégicos, posicionamento da empresa, gestão), relativos aos valores profissionais (cultura e ideologia profissionais, normas deontológicas, características do mercado de trabalho, enquadramento jurídico da profissão, características sociológicas do grupo profissional), relativos ao sistema mediático (nomeadamente as suas relações com o sistema económico e político, propriedade dos *media*, nível de concentração e legislação respeitante à comunicação social) e relativos ao sistema social (designadamente lugar atribuído aos *media* na sociedade, níveis de cidadania e participação, níveis de escolaridade, analfabetismo e literacia bem como hábitos de consumo dos bens culturais) (Correia, 1997: 23).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A linguagem dos jornalistas, tal como foi cunhada antes das recentes transformações tecnológicas, surge fortemente condicionada por normas, convenções estilísticas, rotinas organizacionais, contribuindo, de forma cada vez mais decisiva, para informar a percepção da ordem social por parte das audiências, seja porque influi na escolha das ocorrências susceptíveis de serem transformadas em notícias, seja porque também contribui para estabilizar os numerosos estereótipos em que se funda a sua representação. As normas e convenções jornalísticas e o seu uso por parte de trabalhadores especializados que as encaram como sendo uma marca do seu profissionalismo, contribuem de forma decisiva para a forma como se organiza a percepção dos assuntos considerados importantes. Quando nos interrogamos porque é que as notícias são como são teremos de optar por uma convergência de explicações que passam pela acção pessoal – designadamente o papel dos jornalistas, suas origens sociológicas, etc; pela acção social, que enfatiza as rotinas e práticas imanentes às organizações noticiosas e pela acção cultural, no sentido em que a notícia terá que ser entendida numa perspectiva que inclui a forma como se insere nas convenções narrativas, literárias e culturais de uma determinada sociedade (Schudson, 1998: 17-27). Presentemente, há que levar em conta um conjunto de alterações que, elas próprias, podem ter consequências estruturais na esfera pública: a erupção generalizada da imagem; a alteração das práticas narrativas e até investigativas, relacionadas com o jornalismo *on line*; a mutação do estatuto profissional e das competências exigidas aos jornalistas; a alteração do tipo de relações com o público e com as fontes, decorrentes das possibilidades interactivas levantadas pelas novas tecnologias.

Há por isso, uma série de questões pertinentes que marcam, de modo indelével, o sentido desta investigação no que respeita à parte mais directamente relacionada com o jornalismo, especialmente se forem tidos em conta o seu presente e futuro no contexto das recentes transformações sociais, culturais, económicas e tecnológicas. A interactividade reforçou o conjunto de possibilidades em jogo. Qual é, afinal, a relação entre o estilo jornalístico e a compreensão intersubjectiva da realidade social? Como se estabelece a relação entre a linguagem praticada no jornalismo e a verdade, sendo que a noção de “facto” se encontra decisivamente no próprio cerne da epistemologia jornalística? De que forma essa relação intervém na nossa própria visão do mundo? De que forma a linguagem e o estilo praticados no jornalismo se instalam no papel de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

formação dos consensos e na instituição, reprodução e discussão das normas? Se o jornalismo é a principal instância de visibilidade da vida pública, como é que traz a política à luz, produzindo o nosso esclarecimento, se é verdade que a visibilidade não pode ser emprestada a tudo e a todos por igual? Pode a linguagem jornalística, mantendo a sua forte identidade que a condiciona, ser compatível com uma pluralidade de discursos e de significações – designadamente as veiculadas por identidades excluídas – que se tornam eles próprios novos possíveis para o devir do mundo, ou pelo contrário, a linguagem do jornalismo só pode, graças à sua sobrecodificação, cingir-se a um discurso: o da realidade que existe, que celebra, ritualmente, a sua própria existência e se recusa ela própria a mudar? Será que esta prática discursiva contém, apesar de tudo, várias possibilidades de dizer o mundo que não se esgotam no estereótipo e que por isso permitem reconhecer-lhe uma possível dimensão crítica? Mais ainda, sabendo que o espaço público está sujeito a múltiplas tensões que apontam para a sua diferenciação, autonomização e fragmentação em identidades múltiplas, qual é o lugar reservado a estas práticas no intercâmbio de opiniões e na formação de consensos? Será que o produto final do processo de selecção jornalística é adequado, quando aferido através das necessidades de informação do cidadão de uma democracia, tendo em conta o grau de inacabamento e de aumento de complexidade induzidos por um sistema onde a legitimidade das decisões é sempre susceptível de ser posta em causa? (Dader, 1983: 24). Por último, qual a resposta a estas perguntas no contexto de profundas transformações tecnológicas, discursivas, profissionais e culturais resultantes da emergência das redes?

O problema do consenso surge como novamente como um traço de inquietação difícil de contornar. Na resposta a estas perplexidades, um elemento que emerge com regularidade é a suspeita de que a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível. Os valores-notícia reflectem critérios de selecção do inesperado que são sempre o negativo do que é tido por adquirido. O próprio estilo jornalístico, a forma como é entendida a sua relação com a verdade e a sua tradução nas respectivas normas de organização discursiva parecem muito mais adequados a relatar o mundo na sua evidência, tal como ele se oferece ao senso comum. O jornalismo pode enfatizar, deste modo, o que é socialmente previsível, correndo o risco de desenvolver uma escrita conforme ao estereótipo e eliminando, simultaneamente, o contingente e o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

incerto. A linguagem jornalística surgiria para organizar a experiência do aleatório e conferir-lhe racionalidade. As instituições noticiosas debruçam-se sobre o que é desviante, equívoco e imprevisível. A prática jornalística é particularmente sensível aos acontecimentos mais calamitosos que se mostram mais difíceis de classificar ou que contrariam, de forma mais clamorosa, as expectativas sociais (Ericson, Baranek e Chan: 1991: 4). O jornalismo contribuiu para a “construção social da realidade”, para a rotinização da própria dinâmica social, estabilizando-a em acontecimentos-tipo, comportamentos previsíveis e erupções controladas. Esta estabilização é tanto mais violenta quanto resulta de uma composição de normas onde a identificação do que é relevante resulta de um esquematismo pré-determinado. A realidade surge como o produto de um consenso sustentado pelo jogo das interações e das negociações entre participantes no processo da sua representação social (Mouillaud, 1997:54).

No jornalismo, a actualidade e a novidade remetem, claramente, para o que já foi dado por adquirido. A novidade assegura, pela negativa, através do seu carácter excepcional, a permanência das grandes regularidades. Enquanto agência de controlo social, as representações noticiosas dotam as pessoas com as visões e versões da ordem social que obtêm a preferência e com base nas quais os agentes tomam as iniciativas que julgam adequadas (Ericson, Baranek e Chan, 1991: 4). A questão das identidades sociais e colectivas torna-se, precisamente, um dos campos de trabalho mais susceptível de fornecer exemplos significativos, na medida em que aí se procede à adopção de auto-retratos e de opiniões, que favorecem ou desfavorecem a auto-estima, muitas das vezes subjugando-as graças a um sentimento incapacitante de ódio contra si mesmas (Taylor, 1994: 46). A percepção do que é tido por noticiável implica o recurso a quadros de experiência. “A construção da notícia implica a utilização de *enquadramento (frame)*, um conceito aplicado por Erving Goffman à forma como organizamos a vida quotidiana para compreendermos e respondermos às situações sociais” (Traquina, 1995: 202). Os *frames*, como quadros de experiência que desempenham uma função estruturante dos fluxos comunicacionais, auxiliam o seu utilizador a localizar, perceber, identificar e classificar um número infinito de ocorrências.

Aqui considera-se que os *media*, em geral, e o jornalismo, em particular, têm constituído factores poderosos de consolidação dos elementos normativos e culturais que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

conferem sentido ao mundo social. Simultaneamente, são também eles que contribuem para uma maior instabilidade desses elementos: o aumento da complexidade, a geração contínua de numerosas possibilidades são um traço contínuo e forte desta realidade que, aparentemente, em muitas das versões possíveis da teoria crítica, era encarada apenas sob o ponto de vista da homogeneização, massificação e concentração crescentes. O facto de o traço distintivo essencial da cultura moderna ser a reflexividade e o facto dessa reflexividade ser, estruturalmente, vivida no plano simbólico é, decerto, uma das chaves que nos permite entender este paradoxo, no qual emerge com particular realce o problema da legitimidade. A dimensão simbólica da política e da sociabilidade na modernidade tardia gera fenómenos erráticos, imprevisíveis, incontroláveis e refractários a qualquer forma de encerramento numa homogeneização total. A questão é a de saber em que medida estamos diante de simulacros da resistência, do agir livre, da política, da escolha e da liberdade, ou se estamos verdadeiramente diante de novas possibilidades de exercício da cidadania.

Crítica, media e subjectividade

O jornalismo enquanto indústria cultural pode ser analisado como um fenómeno vocacionado para o controlo social, no âmbito das teorias de cultura de massa. A reflexão sobre os *media*, impressos ou electrónicos, como mecanismos socializadores que intervieram de modo decisivo ainda que contraditório, na configuração das interacções no seio dos quais se processa a construção do *self*, transformando as relações entre o público e o privado e o universal e particular, é um traço unificador de diversas correntes que desenvolveram raciocínios críticos sobre o capitalismo tardio. As correntes críticas, por um lado, insistiram na homogeneização, na massificação e na negação da subjectividade, enquanto efeito das indústrias culturais. Por outro lado, associaram os *media* à diversidade, ao hedonismo e ao prazer pessoal. Esta contradição aparente é mais um reflexo do paradoxo sobre o qual este trabalho se interroga: o facto de a ênfase da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

diferença correr o risco de surgir frequentemente associada à celebração do mesmo. Ou seja, a insistência na individualidade e na diferença, própria dos *media* e das tendências culturais da pós-modernidade, acabaria por ser uma forma de, através da manipulação dos desejos e necessidades, assegurar a conformidade e a adequação dos indivíduos aos ditames do mundo administrado e da sociedade de consumo.

A quantidade e diversidade de teorias que enfatizaram o conceito de sociedade de massa é avassaladora, incluindo um corpo teórico pouco unificado e escassamente integrado. Porém, apesar de as preocupações abrangidas pelas diversas posições que se incluem nesta tradição serem bastante diferentes, autores tão díspares como Ortega Y Gasset, Stuart Mill e Tocqueville, Nietzsche, Gustave Le Bon, a Escola de Frankfurt, Wright Mills e Hannah Arendt partilham a mesma visão crítica da massa como uma forma de sociabilidade pautada pela irracionalidade, pela atomização, pelo desenvolvimento de uma personalidade inconsciente e facilmente manipulável. “Tomadas em conjunto, articulam uma polifonia de reacções negativas e pessimistas em relação aos processos de industrialização, ao desenvolvimento da democracia política, da educação popular e das formas emergentes de comunicação de massa”(Bennett, 1990: 32). As teorias críticas da cultura de massa, designadamente a contundente análise desenvolvida por Adorno e Horkheimer, associam a comunicação com a integração social considerada, simplesmente, como forma de violência que visa a assimilação dos indivíduos pela sociedade de troca. Numa análise que encara, de forma pessimista, a relação da cultura de massa com a configuração da identidade, os próprios desvios em relação à norma são olhados como metamorfoses calculadas que servem apenas para confirmar mais fortemente a validade do sistema (Adorno e Horkheimer, 1995: 129). A Escola de Frankfurt sustenta que, graças ao carácter comercial da cultura, a fronteira que a separava da realidade empírica se tornou indistinta. A cultura ganhou, cada vez mais, um papel de promoção das atitudes correctas com vista à adaptabilidade, promovendo identidades com base nas quais é construída a hierarquia social. A individualidade protagonizada pelos *media* remete sempre para a realidade estandardizada da dominação tecnológica, tornando impossível qualquer forma de exercício de negatividade por parte do sujeito. “A cultura de massa é fundamentalmente adaptação”. Tudo, mesmo o que é individual, tem que agir de acordo com uma harmonia pré-estabelecida. Finalmente, intervém a ironia suprema que parece dirigir-se directamente

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

a alguns programadores de televisão que justificam o seu combate em nome da luta do cidadão comum contra o intelectual elitista: “o espectador é persuadido do mérito da sua mediania e pode um dia receber o prémio supremo do senhor cliente médio.” À semelhança do resto da cultura de consumo, a comunicação mediática comercial (em, especial a televisão e os restantes *media* por ela contaminados) conduz as pessoas a acreditarem que a posse e o consumo de mercadorias trará felicidade e satisfação, como se estas viessem por milagre ou truque de ilusionista: “O que realmente constitui o número de variedades, o que realmente excita qualquer criança no momento em que assiste a esse tipo de actuação, é o facto de que em cada ocasião alguma coisa acontece e ao mesmo tempo não acontece nada. Cada acto de variedade, especialmente o do palhaço e o do prestidigitador, é realmente uma forma de espera. Subsequentemente conclui-se que a espera da coisa, que decorre enquanto o prestidigitador continua a fazer as bolas girarem, é a própria coisa esperada. No número de variedades, o aplauso chega sempre um minuto mais tarde, nomeadamente quando o espectador percebe que o que era entendido como uma preparação para algo mais era, precisamente, o evento” (Adorno e Horkheimer, 1995: 58-60). O jogo do desejo e da permanente manipulação de necessidades faz-se da espera do momento em que a beleza e o corpo sadio regressam, o cartão de crédito fica de novo disponível, e regressamos ágeis, sadios, ricos e viris. Assim, conclui Adorno em *Minima moralia* “aquilo que a vida significava outrora para os filósofos passou a fazer parte da esfera privada e, mais tarde ainda, da esfera do mero consumo, que o processo de produção arrasta consigo como um apêndice sem autonomia e sem substância própria”(Adorno, 1992:7). No interior da sociedade repressiva, a emancipação do indivíduo não apenas não o beneficia, como o prejudica. Deste modo, “o domínio privado como um todo é devorado por uma enigmática operosidade que tem todos os traços da actividade comercial”(Adorno, 1992: 17). O sistema de consumo sobreexcitou a necessidade humana. A moderna publicidade impulsionou o desejo de gratificação pessoal. As novas formas de diversão e de entretenimento introduzidas pela sociedade de consumo ecoam a sua celebração do mesmo, travestindo-se de algumas formas de alteridade pseudo-subversiva: “Enquanto viajantes, distanciam-se da sua localização habitual; viajar para lugares exóticos é a única maneira que lhes resta para demonstrarem que conseguiram emergir das regiões onde o Aqui os escraviza” (Kracauer, 1995: 71).

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A crítica dos *media* no domínio específico das pulsões consumistas assume, por vezes, um determinismo obsessivo e totalizante, onde se fundem intuições fulgurantes e proclamações grandiloquentes que, de certo modo, tornam difícil a análise social, no que respeita aos seus traços mais finos e subtis. A análise, empreendida por Jean Baudrillard, das relações entre a cultura de massa e uma certa fruição da diferença conservou uma argúcia que, adicionada à emergência tardia, em Portugal, de condições que há muito se verificavam em França, justificam que lhes seja dada a atenção devida. A sua crítica do consumo refere-se à “organização total da vida quotidiana, enquanto homogeneização integral onde está tudo compendiado e ultrapassado na facilidade, enquanto translucidez de uma felicidade abstracta, definida pela simples resolução de tensões”. Entre os traços mais interessantes desta análise crítica conta-se o facto de identificar os benefícios do consumo não como fruto do trabalho ou da produção mas da sua vivência como milagre, ou melhor como esperança do milagre que restitua a beleza, saúde e a virilidade (Baudrillard, 1981: 21-22). Neste jogo com as pulsões desejanças do consumidor, verifica-se “um conluio profundo e organizado entre a vida quotidiana privada e as comunicações”. Graças à recusa da realidade, “o indivíduo reorganiza o trabalho, o lazer, a família, as relações de modo involutivo, aquém do mundo e da história” (Baudrillard, 1981:27). O consumo assume os contornos de um processo de significação e de comunicação que se revela como sistema de permuta equivalente de uma linguagem e como processo de classificação e de diferenciação social, em que os objectos-signo se configuram como valores estatutários no seio de uma hierarquia. Para que assim seja, é preciso que o valor de troca se sobreponha ao valor de uso e a significação à utilidade, de um modo só possível num processo em que as comunicações de massa intervenham de modo decisivo, conferindo aos objectos uma dimensão signíca, que sobrexcita o desejo compulsivo (Baudrillard, 1981 :66). Neste contexto, a fruição deixa de ser um direito ao prazer para se configurar como um dever do cidadão. “(...) o homem – ser consumidor - considera-se como obrigado a gozar e como empresa de prazer e de satisfação, como determinado-a-ser-feliz, amoroso, adulator/adulado, sedutor/seduzido, participante, eufórico e dinâmico”(Baudrillard, 1981: 91). No lugar da sociedade de consumo emerge, assim, a exigência de personalização, a erupção de uma espécie de individualismo expresso no “seja você mesmo” e na produção industrial das diferenças (Baudrillard, 1981: 100). É sobre a perda das diferenças que se funda o culto da diferença (Baudrillard,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

1981: 101). As preferências do consumo assemelham-se a uma espécie de apuramento da espécie, em torno de novas diferenças, novos desejos, novas necessidades resultantes da identificação com projectos que celebram o corpo, a sexualidade, como se fossem uma escolha individual (Baudrillard, 1981: 109-110).

A sociedade de consumo, através da categoria universal da mercadoria de que os *media* e a opinião são uma subespécie particular, curto-circuita deste modo a oposição entre a autonomia individual e a revelação exacerbada do intimismo traduzida no erotismo: “A fuga ao controlo, à vigilância, ao olhar dos outros, formas de que se reveste a preservação da autonomia individual no seio do espaço público e a natureza absoluta da realização do «eu», a busca da notoriedade individual, cortada de toda e qualquer referência à notoriedade do nome, às regras arcaicas da filiação e da aliança, contrapõe-se ao *voyeurismo* do espectáculo intimista dos *media* de que, por exemplo, o erotismo é uma das formas mais eloquentes” (Rodrigues, 1990-b: 42). Com efeito, a sexualidade já não é um acto em que existam a troca e a comunicação, mas é apresentada de um modo em que o prazer é codificado e ritualizado. Assiste-se à utilização nos gestos eróticos da simulação e caricatura, realizando a dessexualização pela redução ao sexo mecânico, automático, repetitivo e vazio. Esta mecanização alarga-se, talvez, à totalidade da vida quotidiana.

O regresso inexorável do mercado e a visibilidade adquirida pelo carácter industrial dos *media* no recente processo de desregulamentação fez com que as relações dos *media* com os campos da administração e da economia voltassem hoje a ser objecto de uma reflexão que reassume alguns pressupostos anteriormente intuídos pelos críticos. A sedução das aparências, a embriaguez visual, a velocidade, a beleza a todo o custo, o prazer imediato, histórias e personagens que podem rapidamente ser identificados, produtos que solicitam uma interpretação mínima tornam-se o conteúdo fundamental da nova programação. Nem sabemos se com estes termos estamos a descrever a informação ou a publicidade, de tal forma é idêntica a «lógica» que as une (Gomes, 1995: 205). O jornalismo aparece embebido e contextualizado numa amálgama de géneros afins, como a publicidade ou o entretenimento, que sempre se distinguiram por enfatizarem as suas específicas componentes espectaculares, sedutoras e persuasivas. O papel dos *media* aparece recentemente associado ao triunfo do paradigma publicitário, o qual intervém directamente na gestão do desejo: “A publicidade massmediática destina-se

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

exclusivamente a fazer com que os objectos produzidos sejam mostrados e propostos aos consumidores em potencial. Mas não se trata apenas da mera exibição, mas da provocação do desejo, ou, da construção de necessidades não-naturais do consumo dos objectos. A publicidade não informa sobre a existência do objecto, a publicidade solicita o desejo do consumidor” (Gomes, 1995:304). A presença do inédito, do diferente, da transgressão, do espectacular, da novidade, do choque, da mudança explica desta forma a insistência na diferença: “a procura do prazer, mas também da diferença, do efémero, do encontro e não tanto da relação, a ideia de uma sociedade puramente «permissiva» dão ao pensamento e às condutas sociais do nosso tempo um brilho, uma excitação algo forçada que lembram os Entrudos que reaparecem justamente no meio dos nossos Invernos, após uma ausência secular” (Touraine, 1996:10). As imagens dos *media* correspondem ao desejo desse brilho com um império de pequenos estremecimentos, de simulacros que preenchem o nosso isolamento cada vez mais radical: a aventura, o risco e a participação, o jogo arriscado dos afectos foram substituídos pela fugacidade luminosa das emoções em segunda mão. Com esta dissolução de fronteiras entre o jornalismo e outras formas de discurso mediático, é o próprio espaço público que é invadido por discursos oriundos do entretenimento e da publicidade. Ora, este facto não pode deixar de transportar consequências de um peso considerável no que respeita às condições, em grande parte fundadas nos *media*, em que a esfera pública intervém na produção de sentido (Dalghren, 1995:17).

O brilhantismo de algumas das apreciações de inspiração adorniana e das diversas formas de crítica apocalíptica ao papel desempenhado pelos *media* na mercantilização do *self* merecem algumas observações que têm a ver com a capacidade de diagnosticar os movimentos contraditórios que é característica da própria teoria social. “Devemos olhar os *media* como um campo onde uma nova prática teórica se joga, mais atenta aos jogos de conexão entre o pulsional e o político do que às discursividades disciplinares, mais preocupada em falar o plural da proliferação das vozes que circulam nos interstícios dos campos instituídos do que atenta à fidelidade de um corpo normativo disciplinar” (Rodrigues, 1985: 3). Os mecanismos desejanter, mesmo que se traduzissem na absoluta adaptação, traduzem uma vontade, ainda que imperfeita, de mudar a vida. Ora uma teoria social que não se reduza a uma concepção totalizante deve descer ao pormenor

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

para descobrir os traços de incerteza que desmentem a paz perpétua, a que cruelmente Adorno alude como sendo aquela que foi realizada nos cemitérios.

Após um processo de crítica às grandes narrativas onde se inclui uma crítica totalizante à razão e uma negação total da subjectividade, a condenação dá, por vezes, lugar, no pensamento pós-moderno, a uma atitude arredada de qualquer preocupação de resistência ou de emancipação em relação a quaisquer formas de dominação. O que faz a democracia é o método de tentativa e erro, num cenário mediático, no qual o pluralismo jornalístico é uma atenuante para os erros e uma garantia para a denúncia e a correcção dos mesmos (Morató, 1996:319). Numa perspectiva relativamente ingénua, o pluralismo mediático nem sequer é objecto de uma interpelação acerca do verdadeiro sentido dessa pluralidade. A libertação das diferenças é olhada como um resultado da acção dos meios de comunicação de massa. Os *media* teriam sido determinantes para a dissolução dos pontos de vista centrais a que Lyotard chama de grandes narrativas. Apesar dos fenómenos de concentração capitalista, verificados durante os anos 80 e 90, a rádio, a televisão e os jornais tornaram-se catalizadores de uma explosão generalizada de visões do mundo (Vattimo, 1990: 78-79). Nesse sentido, seria possível uma apropriação de uma nova leitura de Benjamin, colocando a hipótese de que os *media* estariam no centro da sensibilidade pós-moderna, da dissolução do ponto de vista unitário e da emergência da palavra das minorias.

À revelia do apocalipse adorniano ou da forma como o pós-modernismo teórico elabora uma concepção reducionista do pluralismo, torna-se necessário pensar com muita crueza no fio da navalha: num período em que o mercado aparece como o principal mecanismo económico regulador, as estratégias de captação dos públicos são por vezes feitas à revelia dos mais elementares direitos das pessoas, e apresentam duvidosa repercussão positiva para a cidadania política. A participação do público se nuns casos se justifica, noutras surge envolta em estratégias que em tudo favorecem uma atitude passiva de consumismo mediático. Até o que parecia indutor de novas possibilidades surge, afinal, gerador de decepções. O processo de construção de mensagens pelos *media*, designadamente no interior das práticas discursivas altamente codificadas que integram os saberes próprios do discurso mediático, conheceu transformações estruturais importantes: desde a década dos vídeos ligeiros e das rádios pirata até à constituição dos grandes

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

grupos multimédia, desde o *new journalism* à recente dramatização das narrativas noticiosas, estas alterações passaram por caminhos que incluíram desde a alteração dos direitos de antena até ao reconhecimento de novos direitos dos leitores, espectadores e ouvintes, incluindo a transformação da própria narrativa ao nível de um registo de maior abertura à subjectividade, a introdução do texto de autor e o reconhecimento dos factos noticiáveis como elementos de uma intriga jornalística. Tratam-se, porém, de elementos que tanto indiciam a possibilidade de uma superação do carácter impessoal da narrativa, adequados à recuperação da subjectividade, como se mostram, simultaneamente, adequados à espectacularização da informação e à erupção de novas e mais sofisticadas formas de dominação (Rodrigues, 1986: 22), perpetradas nomeadamente, no âmbito do *infotainment*, da informação-espectáculo, da submissão das regras jornalísticas às regras dos *reality-shows*. Porém, simultaneamente, essa sofisticação advém, entre outros factores, da constante interpelação crítica e do desejo de resistir que também percorrem, com uma omnipresença inegável, os mesmos circuitos. Ora, não se pode olhar esta recusa em ceder à dominação que irrompe em todos os momentos em que se verificam fenómenos de concentração como uma pura operação de cosmética ou uma dominação mais subtil, que nos engana como se fosse uma espécie de forma outra de o poder se manifestar e de controlar o imprevisível e o acontecimento abrupto. A hipótese repressiva de Foucault, de que falamos noutra contexto, a dessublimação repressiva de Marcuse, o acerbamento do desejo descrito, em registos diversos, por Adorno e Baudrillard, podem conter, em si, enganos, engodos, manhas nas quais os modos de racionalidade que advêm apenas da técnica e do mercado se expressam através de estratégias novas. O que é difícil explicar através destas teorias unilaterais é a razão de uma disponibilidade do poder para aplicar novas estratégias ou para se adaptar a novas circunstâncias. Isso só pode acontecer porque a inquirição crítica continua a ser um elemento do destino humano, o desejo de contrariar as múltiplas formas pelas quais se processa a reificação se mantém incontornável, invadindo novos dispositivos, obrigando sempre a formas mais engenhosas de obter o consentimento e de alcançar a legitimidade. Mais que não seja, isto verifica-se porque o processo de globalização da cultura tem a vantagem de os interesses imediatos dos proprietários dos meios de comunicação (o lucro) serem mais decisivos do que os mediatos (o exercício do controlo ideológico), o que permite o acesso a materiais que questionam a própria legitimidade do sistema.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Esta tese mantém-se, assim, largamente influenciada por uma atitude crítica no questionar da experiência comunicacional permitida pelas sociedades complexas. Porém, essa atitude crítica mantém-se atenta às oportunidades e às mudanças.

A comunicação de massa, em especial a linguagem jornalística praticada no género informativo, reforçou a pertença ao “consenso social” com base em normas standardizadas e práticas ritualizadas. Porém, simultaneamente, gerou tensões baseadas na pluralidade e diversidade de pretensões à legitimidade que se cruzam no seio da própria instituição jornalística, e entre esta e os públicos, as instituições sociais e as instituições políticas.

Os dispositivos de funcionamento do espaço público enredaram-se numa agenda violentamente condicionada por um corpo de especialistas que, simultaneamente, conseguem a sua legitimidade e a adesão do corpo social, graças, em grande parte, à actividade dos meios de comunicação social. Todavia, contemporaneamente, há transformações significativas na forma como se afirma a linguagem do poder e a busca da adesão pública. O afecto e o imaginário, as ordens implícitas da construção da subjectividade, tornaram-se centrais na modulação da linguagem institucional. As categorias do prazer, do consumo e do individualismo parecem misturar-se de acordo com uma lógica em que a busca da pluralidade de caminhos se multiplica ao infinito (Ericson, Baranek e Chan, 1991: 4).

A repressão e/ou a alienação ou a formação de atitudes sociais homogéneas perante o trabalho e o consumo já não parecem susceptíveis de, só por si, servirem de categorias explicativas, de tal forma a escolha de percursos individuais parece ter-se tornado uma espécie de obsessão absoluta.

Se este parece ser um caminho que pode não se afastar de algumas possibilidades teóricas que se vislumbravam nas teorias sobre a “cultura de massa” parece, todavia, difícil identificar a busca da diversidade a que hoje assistimos com a descrição de uma forma de cultura para quem o imperativo seja apenas a submissão (Adorno e Horkheimer, 1995: 121), embora nada garanta que a contemporânea proliferação da diferença signifique a construção efectiva de novas possibilidades. A cultura à qual se refere grande

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

parte da Escola de Frankfurt, apesar de tudo ainda assentava numa leitura da sociedade para a qual o dever absoluto e a conformidade com a produção implicavam o triunfo final do totalitarismo. Mesmo assim, Adorno vislumbrou o que havia de “mesmo” na busca do diverso, a forma como as lógicas de proliferação da diferença constituíam uma espécie de acentuação do desejo, através do qual se fazia penetrar insidiosamente a conformidade. Porém, na indústria cultural, na qual a Escola de Frankfurt vislumbrava mecanismos de controlo social que aparentavam as democracias com os totalitarismos, o cidadão ainda era compelido à repressão da sua natureza com vista à obediência ao Estado e ao ritmo de produção social. Era divulgada uma ética de produção que coincidia com a obediência (Adorno e Horkheimer, 19995: 133-134).

Nesse sentido, os estudos sobre os *media* e as suas relações com as atitudes políticas individuais têm oscilado através de sucessivas hipóteses ora mais eufóricas, ora mais apocalípticas. Se até aos anos 50 e 60, a comunicação de massa parece feliz no seu papel de conseguir o melhor desempenho democrático (é o período em que a Televisão é sonhada por alguns como “universidade caseira”), ao mesmo tempo que oferece o entretenimento aceitável, colocando o ênfase na função socializadora e integradora que tanto suscitou a ira dos críticos da cultura de massa, a partir dos anos 80 e 90, o papel de entretenimento, de evasão, de sonho e de consumo de mensagens tende a tornar-se hegemónico, sem que, por isso, não deixe de poder ser relacionado com a proliferação do conformismo quer social quer político. A “disfunção narcotizante”, de que falavam Lazarsfeld e Merton, parece mesmo assumir uma dimensão central de uma função, ou seja, uma missão perfeitamente reconhecida e assumida. A apatia perante o espaço público assume-se quase como um “direito legítimo” ao repouso por parte do cidadão, de que o consumismo televisivo constitui parte essencial (Lazarsfeld e Merton, 1987: 230-231). Esta componente tem que ser problematizada e não permite uma resignação acomodada, tanto mais quanto existem perspectivas imediatas que indiciam potencialidades por parte dos *media* em determinarem cada vez mais novos segmentos das nossas vidas, baseadas precisamente na ideia de que a função de entretenimento é não só legítima como necessária. Formula-se deste modo uma ideia de recuperação do que é lúdico, que tem algumas das suas formas mais perigosas na exaltação das virtudes estéticas da publicidade ou no potencial revolucionário da sociedade de consumo (Esteves, 1998: 340). Porém, esta

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ênfase na realização individual, no lazer e na fruição pessoal de que os *media* fazem eco através da generalização do espectáculo e de entretenimento, apesar dos riscos que implica, não deve ser objecto de uma pura condenação que não tenha em conta o facto de que na afirmação de alguns direitos se escondem desejos de afirmação e de reconhecimento que têm de ser pensados à luz das transformações verificadas nas relações entre público e privado. Em vez da mera condenação castigadora e moralista do gosto das audiências pelo entretenimento, será talvez menos espectacular mas mais significativo tentar, também, reflectir sobre o significado da “fome de imaginário” que se esconde por detrás do consumismo desenfreado por “estórias” de rosto humano, do sensacionalismo e da invasão da privacidade ou, por exemplo, tentar perceber em que medida uma certa paixão pela personalização das notícias, para além de ser uma clara aposta na rentabilização de um conceito circense de espectacularização do quotidiano, não esconde também um desencanto por um espaço público desenraizado da vida e afastado desse quotidiano. Dever-se-á, talvez, admitir que, se uma atitude crítica pressupõe a introdução de mudanças no interior da sociedade em que se vive, então haverá que ter em conta os investimentos afectivos e emocionais, efectivamente partilhados pelos seus membros. Pensar desta forma, exige muito cuidado porque pode implicar o deslize imediato para a desculpabilização fácil que se traduz no abandono de qualquer pensamento com preocupações normativas. Haverá a ter em conta que nem tudo é igualmente perigoso ou alienante e de que toda a indústria cultural não deve ser julgada, de forma apressada. Haverá um trabalho crítico da racionalidade que não se pode reduzir a tudo considerar como pura manifestação da dominação. A insistência na dimensão pública da acção política não pode ter em conta apenas a sua comparação com espaços públicos idealizados - sejam eles a esfera pública grega ou a esfera liberal - mas, pelo contrário, deve ter em conta o que estes fenómenos de multiplicação da identidade, de acentuação da diferença e de insistência no que é individual e único têm de importante no que respeita à configuração da esfera política actual.

Se é verdade que a análise destas transformações é feita com base em premissas que implicam uma atitude crítica, não deixa de ser também verdade que a afirmação da individualidade não deve ser objecto de uma leitura apocalíptica, onde a miríade de identidades e de narrativas se confundem, por sua vez, com uma espécie de recusa de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

qualquer compromisso, para o bem ou para o mal. A acentuação da diferença pode também estar relacionada com um movimento generalizado de regresso do sujeito, e de recusa da sua redução a um mero efeito de poder. A recusa da homogeneização tanto assume os contornos de uma certa exploração mercantil e subjugante da diferença, como coexiste com a busca genuína da identidade, afirmando mecanismos de ruptura e de afirmação individual e identitária que podem constituir autênticas vias de aprofundamento dos mecanismos de vivência democrática e do espaço público. Mais uma vez, esta opção ir-se-á jogar no plano do social e do político e, mesmo assim, de uma forma que nunca é totalmente planificável ou previsível, pelo que nunca será absolutamente resolvida a tensão entre as alternativas possíveis.

Esta inflexão de pensamento passa, no plano dos *media*, pela análise de possibilidades alternativas que, eventualmente, tenham em atenção a correcção de uma estrutura assimétrica e narcisista de difusão maciça, implicando o reforço da relação entre os *media* e os seus públicos, multiplicando canais de partilha de saber, desencadeando novas interacções que permitam às audiências libertarem-se do cunho de meros consumidores passivos. Sem nos deixarmos envolver pela armadilha teórica que constitui um determinismo economicista que tudo reduz a um problema de relações de produção, esquecendo as componentes e especificidades simbólicas da resistência e da dominação, a euforia contagiante produzida pelo exotismo e um certo fascínio pela alteridade não deve cegar-nos para as formas de dominação mais rasteiras e primitivas que, num país caracterizado por um índice de desenvolvimento relativamente baixo, quando comparado com a maior parte da Europa, podem tomar proporções dramáticas.

Porém, é impossível ignorar que alguns elementos de novidade que surgem dos *media* – porque é também nos *media* que surgem - não podem ser reduzidos a um truque mágico que pretende esconder a dominação omnipresente. Na verdade, “ao enfatizar somente o carácter monolítico e compacto do sector das comunicações (...) podemos perder de vista outras configurações que também condicionam a esfera pública mas que podem apontar para outras direcções” (Dahlgren, 1991: 12). O problema torna-se tanto mais complexo já que o fluxo da informação ao mesmo tempo surge cada vez diversificado (Moragas-Spa, 1994: 111). Nessa medida, sem procurar antecipar resultados que só a história se poderá encarregar de demonstrar, admite-se que terá de se estar atento

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

aos sinais contraditórios de mudança que afectam as sociedades plurais, olhando mais de perto os efeitos práticos dos movimentos subterrâneos que as percorrem. Não será estulto ou exagerado admitir a possibilidade que o jogo político abandone os quadros institucionais e se transfira para esferas informais da vida quotidiana, aceitando para isso a eventual possibilidade de reabilitação de contextos intercompreensivos que resultam das transformações verificadas nos *media*. Ou seja, a crítica e a resistência terão fatalmente de se jogar neste plano, tendo em conta o conjunto de novos dados que se concretizam no devir tecnológico da mediação, na mediatização generalizada do espaço público, e na relação estreita, complexa e contraditória que se estabelece entre estes fenómenos e a própria configuração dos universos privados. Deverá admitir-se que os novos espaços públicos podem ser simultaneamente marcados por novas sensibilidades multipolares e pela afirmação de estilos de vida plurais, que funcionam como espaços de resistência à hegemonia dos universos onde dominam as relações impessoais e os comportamentos racionais-burocráticos (Lopes, 1999: 27).

Qualquer que seja, por exemplo, a apreciação dos critérios de qualidade da programação comercial das televisões privadas – cuja contaminação estilista e valorativa de toda a informação, mesmo a impressa, é um dado estabelecido - não podemos deixar de admitir que elas traduzem vários fenómenos que ajudam à reconfiguração, à dissolução para uns, à transformação para outros, do espaço público: em vez da concentração das notícias em umas poucas e reduzidas figuras que apareciam para produzir discursos de natureza oficial verifica-se o acesso à programação e até à informação por parte de camadas sociais que finalmente adquirem alguma visibilidade pública assumindo os seus gostos e até o seu desprezo ou desencanto por aqueles que eram os “grandes projectos colectivos.” As chamadas *estórias* de rosto humano, para além dos concursos e *reality-shows*, traduzem a chegada a um espaço de visibilidade pública de gostos, gestos e formas de estar que não eram socialmente exibíveis. As reportagens que incidem o seu ângulo no universo da intimidade – os maus-tratos e os abusos de diversa ordem que predominam no mundo da vida –, que se debruçam sobre os eventuais paraísos perdidos que sobrevivem em culturas exóticas, que exaltam a tipicidade de certos modos de viver estão relacionadas entre si por um fio que não pode deixar de ser pensado à luz de um traço profundo que é a ligação com o mercado. Só isso explica que a dor, a tragédia, a exposição dos traços de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

dominação que persistem no quotidiano, assim como a tipicidade e o exotismo, se transformem em mercadoria vendável, sujeita a uma operação de despolitização que interdita a denúncia e o raciocínio emancipatórios. Porém, simultaneamente, é redutor considerar esta espécie de traço marcante dos *media* e do seu conteúdo como produto de uma estratégia conspirativa destinada à transformação dos indivíduos em idiotas socializados que negam a realidade rindo-se dos seus dramas ou borboleteando em torno do consumo. Há a considerar as estratégias dos próprios consumidores e, porque não, os seus direitos e defesas mesmo enquanto consumidores. Há a destacar as consequências desta situação, a qual confere efectiva visibilidade aos traços das múltiplas vidas prejudicadas por formas de dominação, provocando reacções contraditórias e motivações complexas. Defrontamo-nos com um paradoxo: as novas franjas sociais a que nos referimos conquistam a visibilidade, mas parecem, afinal, confrontadas com diversos processos de dominação cultural. Porém, essa dominação fica simultaneamente mais instável, mais imprevisível, menos susceptível de autorizar o fechamento absoluto. As massas, como diria Benjamin, ascendem à sua visibilidade mas parecem continuar arredadas dos seus destinos (Benjamin, 1987-d: 195). As conclusões de “A Obra de Arte na Era da sua Reprodutibilidade Técnica” parecem conhecer uma admirável segunda vida: a vida das massas é o próprio conteúdo de uma parte substancial dos *media*, seja dos *reality shows* que enchem as televisões, seja das numerosas “estórias” de rosto humano que proliferam nos jornais, seja de algumas *webcams* disponíveis na Net. Falta a realização da política para que esse conteúdo não se circunscreva à estetização de diversas formas de barbárie que agora pululam um pouco por todo o lado: a celebração da miséria, a exaltação da pequenez, a contemplação cínica das próprias limitações que os *reality-shows* e o *infotainment* tanto insistem em explorar. Não se pode deixar de registar que enquanto a diferença prolifera na moda, nos costumes e na cultura, a alteridade da etnia, do género, da loucura e da miséria parecem ser objecto de um aligeiramento, de modo a caber no esquema estrutural das diferenças de estilo. Ergue-se um esquema de folclorização e de exotização da afirmação da heterogeneidade, que a tornam interessante e, simultaneamente, a excluem, reduzindo-a à sua trivialidade, enquanto a mostram, permitindo a sua visibilidade e solicitando a sua participação. Porém, esta visibilidade, que corresponde a um aumento dos contornos do mercado, aumenta, simultaneamente a imprevisibilidade de qualquer *status quo* que procure esconder a aspiração de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

universalidade que se faz transportar nas pretensões de validade expostas por particularidades reprimidas. É verdade que as mais diversas orientações sociais que emergem à margem do que é socialmente consensual são objecto de um tratamento que oscila entre o irónico e o fascínio pelo bizarro, sendo por isso, remetidos pelos *media* para um domínio que descai facilmente no sensacionalismo, o qual apesar do seu ar aparentemente transgressor, é, isso sim, uma forma de denunciar a transgressão, desempenhando, por isso, um papel socialmente conservador. O papel de denúncia desempenhado pelos *media* é muitas vezes desvirtuado através dos canais da personalização, dramatização, folhetinismo e outras trivialidades (Blumer e Gurevitch, 1995:1). Porém, a possibilidade de exhibir as marcas da miséria que alimenta estas estratégias reivindica, à margem de qualquer controlo, o regresso da política. De um certo modo, se a mercantilização generalizada do mundo é o lugar de esvaziamento da política, também deve dizer-se que é um lugar onde o regresso da política, com contornos eventualmente desconhecidos, é uma exigência mais sentida. Nessa medida, algumas das possibilidades abertas pelas centralidades dos fenómenos simbólicos, exigem o regresso de um olhar crítico sobre os fenómenos que hoje são reduzidos à paródia da vida real. Esta é a diferença entre projectos jornalísticos como “Portugalmente”, onde a emoção não se traduzia na venda da lágrima ao desbarato e um programa de reportagens de crimes, acidentes e misérias humanas como o “112”, onde o objectivo é o choque e a sensação.

A comunicação de massa, apesar das numerosas tensões que a animam, acabou por acompanhar o movimento de centralização do poder verificado com a edificação do Estado Moderno, designadamente do Estado Providência, impondo pela estandardização das mensagens e pela generalização das técnicas de difusão maciça, um cimento ideológico, construído com base na garantia do aumento da produtividade e eficácia sociais. Nalgumas das ocasiões, esta centralização fez-se acompanhar por uma subtil insistência na diversidade (ou na aparência dela) a qual atinge a sua vertigem máxima no momento de desregulamentação da indústria cultural com que nos confrontamos. Porém, simultaneamente, a comunicação de massa tornou possível mediar a pluralidade de opiniões e de diferenças de que se constitui a realidade política, tornando-se um elemento de tensão visível quando o confronto de legitimidades é mais explícito. Os meios de comunicação desempenharam um papel essencial na formação de comunidades

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

imaginárias, conferindo uma certa densidade cultural a redes de cidadãos que careciam de um *medium* para construírem a imagem de si mesmos (Jacubowickz, 1995: 166-167). Nesse sentido, não é possível deixar de acompanhar traços emergentes da nova situação. Na sequência da expansão da racionalidade comercial dos *media*, observa-se a contínua segmentação de audiências, de acordo com a demografia e os índices de consumo. O jornalismo noticioso aparece dirigido para diferentes grupos de acordo com estratégias de *marketing*. Simultaneamente, com a segmentação dos *media* e o aumento do pluralismo sociológico, assiste-se à emergência dramática de novos movimentos sociais e políticos compreendendo aspectos tão diversos como o ambiente, o desarmamento, os direitos das mulheres, das minorias sexuais e dos grupos étnicos, o debate acerca de temas como a habitação e os cuidados de saúde. Um dos traços fundamentais destes movimentos é que relacionam as experiências do dia a dia com uma visão normativa transposta para a acção política. Um contributo importante para o sucesso destes movimentos é a disponibilidade de tecnologias de mediação e computação que permitem empreender funções informativas, organizativas e de debate que eram impensáveis até a algum tempo (Dahlgren, 1991:14).

A relação entre os *media* e o espaço público aparece assim mergulhada numa teia de contradições. Nesse sentido vale a pena colocar esta pergunta: do que é que estamos a falar quando falamos de pluralismo? De aprofundamento da democracia ou de uma armadilha neo-liberal? É em face destas perplexidades que se desenha a necessidade de manter a tensão não partindo para a análise com uma opção teórica de perfil totalizante, que desdenhe as subtilezas, e que, por isso, condene a comunicação a uma visão fatalmente homogeneizadora. A emergência do desafio posto pelo pluralismo não se revela na ausência de sentido mas antes na possibilidade e na liberdade de inventar um sentido. As novas perspectivas levantadas pelo aumento da diversidade sociológica e do pluralismo cultural, com a exigência, que hão-de transportar, de uma atenção a problemas relacionados com as formas de vida, são susceptíveis de, por si próprias, constituírem uma poderosa interpelação crítica.

Poder-se-á admitir que o aumento do pluralismo cultural, em particular, a forma como é explorado pelos *media* tem potencialidades críticas e normativas que se prendem com o dever do próprio Estado de direito e da modernidade social que não têm de ser

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

identificadas com um inevitável “despotismo soft”. O processo de enfatização por parte dos *media* da fruição individual e de concentração numa agenda menos dedicada às questões tidas, de modo clássico, por públicas não deve ser julgado, de forma apressada. Se os momentos de afirmação do mercado coincidem quase sempre com a explosão da *infotainment* e do sensacionalismo, a verdade é que esses momentos devem também ser aproveitados para a compreensão de outras formas de estar e a afirmação de novos direitos. Haverá, por exemplo, que ter em conta a resistência de diversas minorias seja no desenvolvimento dos seus próprios *media* especializados ou influenciando o seu próprio retrato nos *media* maioritários.

Os *media* possibilitam uma afirmação da subjectividade que se traduz numa vontade de realização pessoal que é um elemento positivo das sociedades modernas, ou pelo contrário, configuram-se como um elemento indutor de um narcisismo que percorre essas mesmas sociedades e é, afinal, sintoma de uma apropriação generalizada dos valores simbólicos pelo mercado? Será que devemos reduzir toda a insistência no entretenimento e na afirmação individual, com todo o seu cortejo de consequências negativas - individualismo, hedonismo, apatia política - a um apelo às forças de mercado ou devemos, pelo contrário, ter em conta o facto de que a insistência na fruição é um elemento que tem a ver com a vontade de realização individual que é uma das conquistas da modernidade? O problema será sempre retomado com dificuldades acrescidas: a insistência na subjectividade e nos problemas relacionados com a identidade pode ser também a face visível de uma espécie de assédio por parte da cultura de consumo, a qual efectua a racionalização do mercado, criando uma procura planeada, capaz de fazer com que os produtos e serviços possam não mais ser consumidos em face das suas necessidades naturais, ou seja, do seu valor de uso, mas em função do seu valor de troca (Gomes, 1995:103). A completa significação deste processo de afirmação da fruição individual, com todas as suas tensões contraditórias, só será compreendida com o auxílio da perspectiva política. Porém, a pré-existência da reflexividade no mundo da vida, desautoriza a possibilidade de uma leitura unilateral da pressão social exercida pelos *media* para além de vedar, pela componente linguística e comunicacional que comporta, a possibilidade de uma transformação irreduzível da dimensão simbólica numa linguagem puramente tecnicista e performativa, ao serviço do mercado, no seu objectivo de, cada vez

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

mais, alargar o seu leque de consumidores potenciais. Apesar de tudo, resiste-se. Nesse sentido, a análise da sociedade civil tem, ainda, a vantagem de reconhecer a luta plural, no domínio simbólico, pela hegemonia. A sociedade surge como um organismo que não se forma a partir do alto e graças a intervenções externas, mas como produto de uma multiplicidade que se unifica pelo atrito entre os indivíduos (Gramsci, 1987, Vol. 3:1771).

Os media e a construção social da realidade

O reconhecimento desta dimensão conflitual e fragmentadora não dispensa uma análise do paradigma de investigação que constitui uma redescoberta do poder dos *media*, graças à revisão dos pressupostos que constituíam a teoria dos efeitos limitados. A questão da afirmação da subjectividade e da visibilidade concedida às identidades sociais e colectivas não pode, deste modo, dispensar uma abordagem da teoria dos efeitos. Trata-se de, no actual contexto de transformações da paisagem mediática e do espaço público, descobrir qual o significado de alguns dos paradigmas de pesquisa sobre os *media*.

O problema do conformismo das audiências e da manipulação, alegadamente provocado pelos *media*, foi um elemento do paradigma investigativo aprofundado por autores como Lazarsfeld e Eliuh Katz, que se tornaram nos finais dos 40 e no princípios dos anos 50 os principais mentores de uma “sociologia dos efeitos da comunicação de massa” de raiz fortemente empírica, desenvolvida em especial, nos Estados Unidos. Trata-se de uma alternativa à chamada teoria hipodérmica da comunicação, um conjunto algo desconexo e cientificamente pouco rigoroso de trabalhos difundidos entre o período das duas guerras mundiais que partilham a ideia de um poder extraordinário da comunicação mediática, traduzido na pretensa capacidade de inculcar (injectar) ideias, atitudes e formas nos comportamentos dos agentes sociais. Esses trabalhos tinham como pressuposto sociológico o indivíduo na sociedade de massa e como pressuposto comunicativo uma teoria elaborada sob o modelo behaviorista do estímulo-resposta, baseado em grande parte na acção de propaganda, que conduzia inevitavelmente à consideração dos meios de comunicação de massa como causa necessária e suficiente para a mudança de opinião ou

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

para a determinação de comportamentos individuais ou colectivos (Saperas, 1993: 24; Wolf, 1987: 20-22). Os *mass media* eram encarados como “uma espécie de sistema nervoso simples que se espalha até atingir olhos e ouvidos, numa sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa”(Katz e Lazarsfeld, 1997:18). A teoria alternativa, apresentada por Katz e Lazarsfeld, visou refutar o carácter unilateral e simplista dos efeitos ilimitados pondo em destaque os contextos sociais (específicos e variáveis) da recepção das mensagens e as operações complexas de mediação social. Verificou-se, deste modo, uma deslocação da tendência, proveniente da teoria hipodérmica, para olhar a comunicação de massa como uma causa necessária para os efeitos verificados nas audiências, para uma tendência nova em que os *media* são olhados como uma influência entre outras possíveis (Klapper, 1960:3-5). Dentro de uma dada audiência, o reforço das opiniões existentes seria o efeito dominante, seguindo-se-lhe as pequenas mudanças e, finalmente, a transformação das opiniões - a conversão - que os estudos empíricos demonstraram ser o efeito mais raro. Para esse facto, contribuíam elementos como sejam a tendência para os membros da audiência se exporem preferencialmente às mensagens com que estavam de acordo, percebendo melhor e memorizando mais o seu conteúdo quando iam de encontro às suas opiniões; (Klapper, 1960: 19-20) a conformidade entre as mensagens e as normas vigentes no grupo primário (Klapper, 1960: 26-27); e a actividade dos líderes de opinião, os quais tendo uma tendência para uma exposição maior do que os outros membros da audiência às mensagens mediáticas, funcionariam como uma espécie de filtro intermediário do fluxo comunicativo entre os *mass media* e a população (Klapper, 1960: 32). A “teoria dos efeitos limitados”, nomeadamente na sua versão mais conhecida do “*two step flow*”, que tem em conta a importância dos grupos de referência e dos líderes de opinião, conquistou uma hegemonia importante que se veio a revelar fundada, na opinião de alguns autores, em extrapolações genéricas baseadas em análises circunstanciais bem delimitadas no espaço e no tempo (Esteves, 1987: 80; Wolf, 1987: 50).

A uma ortodoxia fundada na alegada evidência dos efeitos esmagadores dos *media*, sustentada por um forte entrosamento institucional entre a universidade e as grandes corporações, ter-se-á seguido outra, fundada nos inquéritos empíricos e técnicas de sondagem, que procurava demonstrar que as pessoas tendiam a expor-se, a seleccionar

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

e a recordar de acordo com disposições pré-existentes. O efeito era entendido como reforço de atitudes prévias resultantes do comportamento das audiências no seio dos diversos grupos sociais de referência. Na verdade, é duvidoso que a conclusão relativizadora dos efeitos dos *media* tenha sido, no caso específico desta teoria, devidamente fundamentada. Nos anos 60 e 70, alguns investigadores reexaminaram os dados apresentados e concluíram que, afinal, os estudos empíricos clássicos não haviam demonstrado que os *mass media* tinham pouca influência. Pelo contrário, revelaram o papel central dos *media* no reforço de valores e atitudes. O entendimento em sentido oposto apenas se deveu ao facto de os estudos clássicos da sociologia empírica americana mostrarem uma reacção a uma ortodoxia anterior que definia a influência de um modo omnipresente. A superação do paradigma dos efeitos limitados e o reconhecimento do poder dos *media* estava ainda para ser reafirmada. Em 1970, Niklas Luhmann introduzia o conceito de tematização e em 1972 seguia-se a publicação de “*The Agenda Setting Function of Mass Media*”, de Maxwell McCombs e Donald Shaw. Por outro lado, investigadores tão diferentes como Curran e Gurevitch ou Adoni e Mane rejeitaram que, sob o ponto de vista estritamente empírico, tenha havido uma dicotomia absoluta entre a teoria crítica e uma teoria empírica dos efeitos. Pelo contrário, ambas acabaram por coincidir no papel desempenhado pelos *media* no reforço de valores, naturalmente com ênfases e através de vias diferentes (Curran, Gurevitch e Woolacott, 1990: 13-14).

De acordo com a perspectiva que se seguiu a esta reavaliação e que percorre quer a sociologia americana quer a teoria crítica europeia (Adoni e Mane, 1984: 32:340), tomou-se por adquirido que os *media* influem decisivamente nos “processos pelos quais qualquer corpo de conhecimentos chega a ser estabelecido como realidade” (Berger e Luckmann, 1973: 13-14). Foi, finalmente, reconhecida a sua dimensão importantíssima no que respeita ao estabelecimento de um significado comum e intersubjectivo acerca da vida quotidiana. Esta influência exerce-se quer ao nível da relevância relativa dos temas em debate, quer ainda no que respeita ao próprio tratamento dos diversos temas considerados relevantes. Poderá dizer-se que, frente ao sempre estreito conjunto de experiências que qualquer pessoa poderá ter, os *media* dispõem de um amplo leque de experiências que são definidas de acordo com uma lógica institucional, organizativa e profissional que lhes é própria (Ferry, 1995: 61). Desta forma, têm um impacto considerável no processo de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

socialização, de aprendizagem de valores básicos, geralmente referenciada pelos estudos culturais, na senda de Gramsci, por hegemonia (Downing, Mohammadi e Sreberny-Mohammadi, 1995: xiii). O problema que os estudos culturais têm enfrentado é a inquirição gramsciana acerca da razão pela qual determinados sectores das classes dominantes conseguem, através do exercício da hegemonia, obter um consenso em torno da legitimação da sua posição dominante, recorrendo a um misto de coacção e de concordância. Simultaneamente, este tipo de abordagem têm reconhecido a conflitualidade entre sectores activos na conquista da hegemonia, traduzida no plano mediático, por uma conflitualidade em torno das normas e significados dominantes e sua respectiva interpretação, admitindo, mesmo, a possibilidade de uma actividade cultural contra hegemónica, disruptiva em relação à correlação de forças dominante.

Hoje, tem-se por adquirido que o espaço público se identifica em grande parte com o espaço mediático, sendo a selecção dos conteúdos oferecida à tematização pública pelo lado da produção e difusão: é o chamado efeito de agenda, susceptível de se conformar com a ideia de tematização apresentada por Luhmann e com a teoria da espiral do silêncio, apresentada por Noel Neumann. Nessa medida, “os jornalistas e os mediadores públicos – num sentido mais amplo – chamaram a si o poder ou a função de definirem, valorizarem e canalizarem os assuntos e circunstâncias que podem merecer interesse e notoriedade para o conjunto da colectividade, tanto no plano individual, como na intervenção das suas instituições” (Dader, 1992: 18-19). Na tradição anglo-saxónica da *Mass Communication Research*, esta perspectiva teórica manifesta-se no quadro das pesquisas empíricas pelo paradigma do “*agenda-setting*”, de acordo com a qual são os meios de comunicação social que, de modo decisivo, apresentam à comunidade os temas e as pessoas sobre os quais irá incidir o debate, existindo deste modo uma relação entre a agenda dos *media* e a agenda pública. No fundo, defende-se a ideia segundo a qual “as pessoas só podem apreender as mensagens a que se expõem”(McCombs e Shaw, 1972:221).

Com esta abordagem, reitera-se que as mensagens de actualidade chegam aos receptores quase exclusivamente através do contacto com os *mass media* e aceita-se que os debates carecem de reconhecimento geral a não ser que os *media* lhes disponibilizem uma arena pública, configurando os temas que são objecto de controvérsia em itens

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

dotados de «noticiabilidade» (Strydom, 1999:6). Porém, apesar de tudo, a situação não termina num fechamento absoluto: há espaço para comunicação dissonante. O que se torna impossível de contornar é que essa dissonância se pratique a um nível que exige, sempre ou quase sempre, a presença essencial ou complementar, da comunicação mediática.

Não é possível deixar de associar algumas teorias recentes, como é o caso *do Agenda Setting*, ao conceito schutziano de relevância, entendida esta como a importância atribuída pelo actante a diversas zonas do conhecimento social, em função dos seus projectos e planos de vida. Nesta abordagem teórica, objecto de uma recepção mais generalizada através dos trabalhos de Berger e Luckmann, a relação dos actores com o horizonte social é organizada em termos de “zonas de relevância”, um termo que diz respeito à maior ou menor proximidade em relação ao aqui e agora da esfera imediata de actividade dos indivíduos. Com efeito, é o nosso interesse mais imediato que motiva todo o nosso pensar, projectar e agir e que, portanto, estabelece os problemas a serem seleccionados pelo nosso pensamento e os objectivos a serem atingidos pelas nossas acções. Esse interesse é despertado num contexto de economia da atenção no qual os *media* que utilizamos desempenham um papel fundamental, na medida em que introduzem, amplificam e tornam generalizáveis as tipificações em que se fundam o sistema de relevâncias, ou sejam os interesses relativos dos actores sociais (Schutz, 1976:122).

De acordo com a atenção do actor em relação ao mundo que o rodeia, este divide o seu horizonte social em várias zonas de relevância, consoante o grau de preparação ou de conhecimento exigido (Schutz, 1974:124-125). Procedendo à concepção de três tipos ideais de actores sociais - o homem da rua, o perito, e o cidadão bem informado - o primeiro apenas se preocupará com as zonas de relevância que dizem respeito à sua esfera imediata de actividade, entendendo-as como um dado, considerando-as independentemente da sua origem ou estrutura; o perito apenas se debruçará sobre problemas pré-estabelecidos que dizem respeito ao seu campo de actividade e de investigação, até porque ao tornar-se perito, escolheu um determinado sistema de relevâncias e não outro; finalmente, o cidadão bem informado - de que o jornalista, o líder de opinião e o consumidor de informação constituem um exemplo - encontra-se colocado num domínio situado entre o homem da rua e o perito, escolhendo ele próprio os quadros

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

de referência e as zonas de relevância aos quais adere, tendo a consciência perfeita de que elas são mutáveis (Schutz, 1974:130-131).

Graças a esta abordagem, o problema da distribuição social do conhecimento torna-se extremamente importante para uma análise sobre os *media*, na exacta medida em que estes possuem uma importância decisiva na transformação das nossas zonas de relevância, desempenhando um papel fundamental na selecção dos temas sobre os quais é importante ter opinião. Num universo caracterizado pela circulação de informação, em que o homem bem informado é, de certo modo, o modelo do cidadão racional, ponderado, capaz de estabelecer prioridades, o papel dos *media* no despertar do interesse - em especial para aquelas relevâncias que são objecto de escolha ou até na definição de novas zonas de relevância obrigatórias para determinados domínios de actividade ganhou um peso acrescido. Os *media* podem proceder a uma distribuição social do conhecimento, proporcionando informação diferenciada que altera os respectivos sistemas de relevância. Esta foi a percepção intuída por Adoni e Mane, que consideraram que as relevâncias mais mutáveis podem ir desde a experiência directa até às zonas mais longínquas como “a legitimidade da ordem social.”

Apesar de ser evidente que, em grande parte, é através dos *media* que se confere visibilidade a um tema, a redescoberta deste poder não significa qualquer forma de regresso a um modelo de efeitos unilaterais. Já Schutz sabia que os sistemas de relevância são constituídos no interior de culturas e mundos da vida particulares, através de um consenso entre as situações particulares dos seus membros. Adoni e Mane, seguindo de perto as intuições da Fenomenologia Social, introduziram elementos de complexidade em relação ao papel dos *media*, designadamente quando chamaram a atenção para o facto de que estes podem influenciar o sistema de relevâncias das minorias desfavorecidas, despertando o seu interesse para informação irrelevante no que respeita à sua situação; ou, para o interesse que a cobertura de temas raciais pode despertar no interior das comunidades, contribuindo para a superação de tipificações incorrectas (Adoni e Mane, 1984: 323-340). Os elementos sociais e os actores com que os indivíduos interagem em relações face e a face são parte das zonas mais próximas de relevância. As zonas mais remotas de relevância são compostas por elementos mais gerais, abstractos e inacessíveis à experiência imediata, como a “ordem social” (Adoni e Mane, 1984:326). As experiências

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

citadas indicam que, nos casos em que os *media* deram informação e protagonismo a elementos de minorias que viviam escondidos dos olhos e da percepção social dos destinatários das mensagens – ainda que fisicamente próximos, como acontece nalgumas cidades – este tipo de actuação alterou alguns estereótipos e preconceitos. Bastou para tanto que, por exemplo, o problema das relações inter-culturais deixasse de fazer parte de uma zona de relevância distante e pouco atractiva para, ao invés, ganhar rostos e problemas bem definidos. Assim, os *media* podem proceder a uma distribuição social do conhecimento, proporcionando visibilidade diferenciada que altera os respectivos sistemas de relevância. Por outro lado, as próprias audiências intervêm, quer interpretando o conhecimento adquirido à luz das componentes axiológicas dos seus mundos de vida, quer, como pode acontecer hoje, interagindo com os produtores das mensagens. Assim, no contexto, ainda que ambíguo e contraditório, das possibilidades de interactividade e de miniaturização dos *media* é possível que aquelas identidades que se sentem excluídas dos espaços de visibilidade pública, se tornem, elas próprias, produtoras de mensagens a fim de corrigir essa situação.

O modelo de análise que hoje se configura como mais consentâneo com os estudos recentes levados a efeito é o que descreve a informação como “construção da realidade social”. A realidade não pode ser completamente distinta do modo como os actores a interpretam, a interiorizam, a reelaboram e a definem histórica e culturalmente. Por isso, apesar da importância que será justo atribuir aos *media*, a influência exercida por estes não pode ser concebida de modo unilateral. É impossível pensar numa sociedade integralmente massificada por uma conspiração desenvolvida no interior de salas de redacção. Os jornalistas pertencem a universos de comunicação quotidiana pré-existentes à sua filiação profissional. Os grupos de que os receptores fazem parte funcionam como comunidades interpretativas, em que as normas e conhecimentos partilhados e as relações entre os respectivos membros intervêm nos processos de interpretação das mensagens recebidas. Finalmente, essas comunidades interpretativas têm ao seu dispor, de forma crescente, potencialidades no sentido de comentarem, responderem e até promoverem o debate público sobre as mensagens recebidas.

As sucessivas hipóteses teóricas sobre os efeitos dos *media* correm o risco de trilharem o caminho do reducionismo, se ficarem sempre confinadas a uma imagem em

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que as relações dos *media* com as audiências e públicos se configurarem segundo um esquema piramidal, assimétrico e rígido. A redescoberta do poder dos *media* (efectuada, nomeadamente pelo *agenda setting*) não deve fazer esquecer que este é um poder que não pode ignorar as comunidades de interpretação constituídas pelos públicos. Com efeito, se a selecção dos tópicos para a agenda jornalística e as escolhas dos enquadramentos para as “estórias” constitui um poder inegável de enormes consequências éticas, não é possível, todavia, descurar a possibilidade de que haja públicos, comunidades interpretativas, movimentos sociais, grupos de pressão, etc., que descubrem cada vez mais a possibilidade de poderem intervir nesta selecção e nesta escolha. Não é possível esquecer que estes agentes sociais podem passar, de modo cada vez mais imediato e célere, ao papel de decodificadores e de emissores, influenciando, de modo cada vez mais eficaz, os fluxos mediáticos, invertendo o sentido desses fluxos, convertendo o seu sentido de acordo com as suas necessidades, protagonizando a construção das mensagens de um modo cada vez mais activo. Com efeito, as comunicações não são apenas um produto da sociedade, no sentido em que reflectem um consenso conjuntural representativo dos valores dominantes; também ajudam a mobilizar movimentos sociais. Os pequenos jornais alternativos, as rádios regionais, a televisão regional e as redes significaram, para muitos excluídos, a possibilidade de construir uma imagem, cada vez menos ancorada numa visão do mundo identificada com um território concreto. Ao lado das estratégias destinadas a garantir a existência de uma determinada representação plural, as novas possibilidades tecnológicas têm ainda aberto caminho aos chamados *media* alternativos. Uma análise da história da imprensa radical, começando com os panfletários dos sucessivos períodos revolucionários, demonstra que, apesar do seu formato reduzido e da sua ausência quase generalizada das histórias do jornalismo, os *media* alternativos (Downing, 1995: 240) desempenharam papéis significativos na história das respectivas comunidades políticas, designadamente dando voz a perspectivas centradas na defesa dos direitos humanos e das minorias: abolicionistas, feministas, defensores dos direitos civis, etc. Hoje, muitas destas possibilidades são exploradas ao nível dos novos media: as *Boston Gazette* e *Père Duchaise* de hoje circulam, muitas das vezes, no World Wide Web.

Por outro lado, hoje é possível detectar alguns exemplos significativos da forma como as possibilidades abertas pelos novos *media* modificaram o espaço público. Desde o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

movimento zapatista, passando pelas várias revoltas nos países do Leste e em Tienanmen, onde foi frequente recorrer aos BBS's (Computers Bulletin Boards), aos movimentos como a PeaceNet, fundada em 1985, na Califórnia, com o objectivo de promover fóruns de debate pela paz e pelos direitos humanos, até às recentes coligações políticas empreendidas durante 1999 para impedir a realização da reunião da Organização de Comércio Livre em Seattle ou o recente recurso de dois activistas ingleses à Internet para o lançamento de uma campanha contra a McDonald's, acusando-a de envolvimento no extermínio de espécies animais e de atentados à saúde pública – um tema típico das novas agendas – os novos *media* já deram provas das suas potencialidades ainda inexploradas. Neste último caso, o *website* criado para o efeito (<http://www.envirolink.org/mcspotlight/home.html>) foi acedido cerca de doze milhões de vezes e deu origem a uma cooperação com *media* tradicionais na investigação jornalística. Este tipo de exemplos também se estendeu a fenómenos sindicais, servindo nalguns países para desencadear movimentos de solidariedade contra a exploração de mão-de-obra de outros países, o que, diga-se, constitui uma demonstração evidente dos dois gumes da globalização. Nestes casos, também se verificou um cruzamento de esforços entre os novos *media*, os *media* clássicos e os esforços clássicos de mobilização. Do mesmo modo, os movimentos feministas e as minorias de vária ordem (étnica, sexual) recorreram à rede para tornar os temas das suas agendas parte da agenda pública, com resultados reais: agendamento de medidas relacionadas com as respectivas causas. Obviamente, ao lado destas causas, o novo espaço público é frequentado por grupos terroristas, racistas e xenófobos, que recorrem à rede informática, aos programas de televisão de acesso público, às rádios locais, a estações de rádio própria, a campanhas de fax e até à produção artesanal de música militante para promover as suas causas. Nesse sentido, a configuração do novo espaço público torna bem claro, como um dos seus traços mais evidentes, a mediatização.

Nesse sentido, é impossível responder de modo unilateral à questão se a ênfase que deve ser dada à investigação deve ser *media-oriented*, isto é, em torno dos aspectos organizacionais do campo jornalístico e dos profissionais que o integram ou *source-oriented*, isto é, desenvolvida mais em torno dos agentes sociais que interagem com os jornalistas (Traquina, 2000: 23). Com efeito, os estudos sociológicos mais significativos verificaram o papel do sentimento de colectividade no exercício da sua profissão,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

privilegiando a interacção horizontal sobre a orientação vertical e a rede informal sobre a rede hierárquica (Zalizer, 2000: 35). Porém, se estes estudos evidenciam que os mediadores públicos que designamos por jornalistas recorrem uns aos outros no decurso do seu trabalho, resta ter em conta que, em particular nas condições actuais de interacção, interactividade e mediatização generalizada, o filtro colegial e informal dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa não é mais que um nó da complexa rede de relações que se constitui no interior da comunicação social. Com efeito, os jornalistas têm que enfrentar os constrangimentos e condicionalismos de toda a ordem que resultam quer da sua inserção no mundo da vida quer da sua pertença a unidades organizacionais fortemente institucionalizadas e sujeitas a solicitações induzidas pelos *media* funcionais, designadamente o dinheiro e o poder. Porém, têm de encarar um fenómeno novo que se configura como uma espécie de efeito paradoxal ou perverso da mediatização generalizada da opinião pública: o poder dos *media* tornou-se um dos temas objecto de atenção, interesse e controvérsia na esfera pública, gerando fenómenos diversos curiosos no que respeita à sua própria avaliação e funcionamento. Desde logo, verifica-se uma apetência generalizada das elites políticas e académicas para produzirem, com alguma recorrência, reflexão sobre essa matéria. Se algumas dessas reflexões representam uma intenção estratégica no sentido de neutralizar eventuais inquirições incómodas, noutros casos representam uma curiosidade genuína e a consciência crescente de que se está perante um tema que se reveste de uma centralidade crescente para o exercício concreto da vida democrática. Depois, sente-se uma certa tendência dos *media* para se abrirem ao seu próprio questionamento: a criação dos Provedores de Leitor, a promoção de debates sobre os efeitos dos *media* no interior dos próprios, o lançamento de páginas especializadas são alguns dos sintomas desta tendência. Simultaneamente, verifica-se alguma disponibilidade dos jornalistas para promoverem esse debate em congressos, fóruns e até através da participação em iniciativas de natureza académica. Finalmente, surge alguma tendência da sociedade civil para promover o debate sobre o tema. Resta saber o que poderá acontecer com a possibilidade de este debate se expandir com as novas tecnologias e com os espaços de reflexão que os movimentos que insistem na ideia de literacia mediática vierem, eventualmente, a criar. Por último, parece confirmar-se que os receptores não são audiências de plasticina mas comunidades interpretativas que codificam e decodificam segundo o mundo da vida a que pertencem.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Foi aberta, de um modo inesperado que exige uma reavaliação atenta, se bem que extraordinariamente cuidadosa, a possibilidade de a resistência à homogeneização massificadora das indústrias culturais se fazer também, paradoxalmente, através dos próprios *media*. Nesse sentido, impõe-se outra configuração teórica: os *media* não dizem como pensar, mas sobre o que pensar nas condições de uso e descodificação das mensagens pelos agentes sociais que as recebem, e de acordo, ainda com a capacidade de resposta e de interactividade que os receptores disponham.

A linguagem jornalística e a atitude natural

Uma vez definida a posição teórica a partir da qual os *media* podem ser objecto de uma interpelação crítica, seja na formação da subjectividade, seja na atribuição de visibilidade, importa agora fazer incidir esta análise sobre alguns elementos comuns ao discurso jornalístico.

O jornal, tal como em geral os restantes *media*, encontra-se situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam o real já transformado. Trata-se de um único operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas, o último: os leitores, por sua vez, manejam o sentido de acordo com o seu campo cultural. Com efeito, o jornalismo elege como objectivo principal a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é olhado como importante. Dar a notícia consiste em escolher temas da realidade actual que sejam atraentes para a comunidade, escolhendo uma forma que possa ser compreendida pelo maior número possível de receptores, e que é, idealmente, olhada como passível de ser

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

lida e assimilada independentemente das diversas opções políticas e formação cultural dos seus membros.

O jornalista aprende o que Denis McQuail chama de “teoria da operatividade”, referindo-se ao conjunto de ideias “que sustentam os profissionais de comunicação acerca dos objectivos e natureza do seu trabalho e acerca de como obter determinados efeitos”(McQuail, 1985:18-19). Vê-se confrontado com perguntas como sejam “do que é que o público gostará?”, “que será eficaz?”, “o que tem interesse jornalístico?”(McQuail, 1985:18-19) Os jornalistas afirmam-se, pois, como “*bricoleurs*” que apreendem a realidade em pequenos pedaços, com recurso a saberes práticos, em contradição com os teóricos que se debruçam sobre as grandes regularidades, procurando discernir causas e efeitos (Phillips, 1993: 329). Esta concepção remete-nos para a distinção entre “*Knowledge About*” e “*Knowledge of*”. Enquanto o primeiro se define como “formal e analítico, sistemático e científico, cumulativo e exaustivo”, o segundo de que faz parte a notícia, define-se como “não sistemático, fragmentado e enraizado no senso comum partilhado por uma comunidade”(Saperas, 1993: 23). O segundo parece, de certa forma, ligado ao instinto e à intuição (Berganza, 2000: 360). Se esta é uma condição intrínseca ao desempenho da sua actividade, importa que se pense sobre os riscos que ela acarreta: o jornalista é, potencialmente, uma espécie de profissional da atitude natural, no sentido que a fenomenologia social dava ao termo, ou seja, uma atitude perante o mundo caracterizada por um interesse eminentemente prático, e pela fé ingénuo na realidade e na permanência do mundo percebido (Schutz, 1974: 73). A preocupação evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis faz os *media* correrem o risco de configurarem as suas narrativas no sentido de acentuarem o conformismo. A própria objectivação que resulta dos processos de tipificação desencadeados pelos jornalistas podem redundar em estereótipos fundados em generalizações falsas. Descrever-se-ia a realidade tentando adoptar, conscientemente, uma forma ingénuo, pré-reflexiva, independentemente de qualquer questionamento sobre a natureza dessa realidade. Esta atitude aproximar-se-ia do espírito de “Middle Town”, ou seja, do conformismo ingénuo, lançando-o para o centro da formação do consenso social, no seu sentido mais irreflexivo e menos contrafactual: aquele de que se fala quando nos referimos pejorativamente à «fabricação do consenso». No limite, corre-se o risco que um

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

esquema rígido de normas de especificação produtiva que permeia toda a indústria cultural, e o jornalismo em particular, designadamente no âmbito da formação de um estilo e de géneros que buscam a sua adequação ao “homem comum”, se torne o elemento que estrutura a positividade da linguagem mediática, pervertendo a possibilidade da inovação e da dissidência e contrariando as possibilidades de reforço do pluralismo. Nesta hipótese, a negação da diversidade faria parte da própria natureza da linguagem e práticas discursivas da instituição mediática e do jornalismo.

Nestas perspectivas, extremamente relacionadas com a sociologia do conhecimento encontraram-se sólidas fundamentações teóricas para a apreciação crítica da linguagem jornalística. O jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Implica uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade - até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. O próprio conceito de actualidade, cerne da narrativa noticiosa, pressupõe um poderoso sentimento de pertença na medida em que o que é actual tem sempre subjacente um discurso sobre as regularidades vigentes. O jornalismo e a recepção das suas mensagens estão profundamente associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se confrontam nesse mundo. Assim, graças à sua identificação com o sentido popular, o jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais apelativos para os consumidores de informação (Dader, 1983: 154). Simultaneamente, tenta descobrir as formas de tornar a sua mensagem mais acessível, mais conforme às próprias competências linguísticas e culturais dos membros da audiência, que funcionaria como menor denominador comum. Se esta hipótese estiver totalmente correcta, toda a actividade jornalística estaria invadida pela identificação do que é socialmente admissível, facilmente reconhecível e consequentemente vendável. Conscientemente ou inconscientemente, a indústria mediática, e no seu interior, o jornalismo seria uma instituição de divulgação “condensada” dos valores dominantes. Faria, pois, todo o sentido recorrer a conceitos como os de rotina ou mapeamento da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

sociedade a fim de estabelecer a relação entre a interiorização dos valores profissionais e o reconhecimento das normas sociais vigentes.

Nesta perspectiva, vale a pena recordar uma descrição (crítica) do «jornalês»: “o produtor de informação (...) suprimirá todos os dados susceptíveis de desviar o futuro leitor dos elementos narrativos «essenciais». Mas, melhor e mais importante, preferirá os sinónimos com menor número de caracteres, reduzirá o seu vocabulário às significações de base da sua língua materna (...), abolirá do seu texto toda a polissemia, preferirá o ponto final e a vírgula a formas mais complexas de pontuação, produzirá - mesmo artificialmente - parágrafos destinados a decompor em curtos «tempos» a sucessão de movimentos de leitura” (Mendes, 1985:81).

O problema deste tipo de relação com a realidade é que o conhecimento de senso comum disponível pelas notícias não fornece instruções acerca de «como as coisas são» mas sim acerca de como elas se «encaixam» na ordem das coisas (Ericson, Baranek e Chang, 1991:4). Ao contar histórias acerca de como é a ordem das coisas, as instituições noticiosas oferecem, simultaneamente, uma avaliação moral, uma concepção de procedimento e uma percepção da hierarquia social que se torna visível nos valores notícia representados nos livros de estilo. Nesse sentido, as notícias oferecem-se como discursos disciplinadores e normalizadores que pretendem definir quais os arranjos institucionais e práticas sociais mais adequadas. O jornalismo e a linguagem por ele desenvolvida podem tornar-se um operador de convergência. A epistemologia jornalística tende a favorecer a experiência, o recurso às formas de tipificação previamente estabelecidas para reconhecer um acontecimento e proceder à sua classificação na grelha classificatória de cada *medium*. Esta grelha implica a intersecção entre os valores identificados como preferidos na comunidade em que o *medium* está inserido e à qual se dirige, a política editorial, as práticas sancionadas pela profissão e as respectivas rotinas organizacionais. O conjunto de recursos com os quais o jornalista reconhece o mundo - normas, valores, precedentes - leva-o a enfatizar determinados tópicos, fontes e ângulos.

A relação entre as instituições noticiosas e a sociedade revela uma estrutura imanente às notícias baseada no senso comum e que ajuda a orientar os consumidores na sua relação com o mundo. Concepções relacionadas com o desvio e o controlo encontram-

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

se no cerne não apenas das notícias, mas na própria metodologia do jornalista, influenciando as suas escolhas, a selecção das fontes e a elaboração final do relato (Ericson, Baranek e Chang, 1991: 329). A questão é colocada de forma muito clara por Wolton: “Desde que [o espaço público] se alargou, com a tendência para tratar todos os problemas da sociedade no espaço público e, portanto, para generalizar esse vocabulário comum mínimo, tem sido grande a tentação para confundir parcialmente a linguagem comum, necessária à comunicação política, com o acordo sobre o fundo dos problemas” (Wolton, 1995:182).

Assim, os relatos noticiosos podem, eles próprios, tornar-se uma peça essencial para o funcionamento ideológico dos *media* na medida em que reflectam, sem o recurso a qualquer forma de utilização distorcida dos dados, os grandes consensos sociais, favorecendo a sua aceitação e a sua consagração. Ou seja, os *media* aparecem associados à obtenção de um consenso orgânico relacionado com a hegemonia dos grupos dominantes. Determinadas formulações discursivas seriam ideológicas não por causa das distorções manifestas nos seus conteúdos superficiais, mas porque eram originadas numa matriz ideológica limitada (Hall, 1982:72). O profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos - implica que os *media* só podem sobreviver operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente (Hall, 1982:87). As definições da realidade são suportadas e produzidas por um conjunto de práticas linguísticas por meio das quais determinadas definições seleccionadas da realidade são representadas (Hall, 1982:62). Os *media* são guardiões do centro. O escândalo é o invulgar, o que não se configura nos cânones do senso comum.

A figura da reificação pode, deste modo, emergir, novamente, no sentido em que anteriormente lhe foi dado, nomeadamente por Simmel e por Berger e Luckman, no capítulo III: quando se evitam as possibilidades de um exame analítico da vida social, aquilo que deveria ser explicado é apresentado como algo assumido *a priori*. Proceder-se a uma naturalização centrada naquilo que parece evidente. Jornalistas e organizações noticiosas desempenham um papel fundamental no processo de hegemonização e dotam a organização social com uma estrutura de valores partilhados e de imagens facilmente reconhecíveis. Os jornalistas são elementos essenciais na construção de imagens que só têm sentido insertas numa história exemplar em que colaboram todas as formas

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

institucionais de narradores e o próprio público. A estrutura subjacente acaba por percorrer formas diversas de relato de modo a proporcionar a adesão ou repulsa. As imagens funcionam como os arquétipos que se usam para criar este relato, inserindo-o de modo articulado no conjunto de narrativas dominantes numa dada cultura. De acordo com esta estratégia, a sociedade cria imagens negativas permitindo, no limite a formação de exclusões como sucede com os imigrantes, ou, de um de um modo geral, com os recém chegados (Hall, 1982:62). A ideologia, assim, apesar de exprimir interesses conflitantes que operam na sociedade, é sentida e transmitida como se fosse, efectivamente, um corpo homogéneo e unitário. Realiza-se deste modo uma operação que acentua a vocação alegadamente universal dos valores e visões transmitidos, omitindo os elementos conflituais e contraditórios.

Esta tendência que se demonstra, de modo inegável, no jornalismo não é, todavia, unilateral nem única. Esta espécie de mobilização consensual dos cidadãos em torno de temas que estruturam a opinião pública de um modo convergente confronta-se com limites que decorrem da própria natureza do jornalismo. A impossibilidade de fazer tábua rasa da dimensão crítica que os deveres deontológicos implicam e a constante interpelação que as dinâmicas sociais suscitam obrigam ao aparecimento de tendências minoritárias que, muitas das vezes, cristalizam num novo consenso, para de novo virem a ser desafiadas pela erupção de novos elementos fragmentadores e conflituais. Nessa medida, a insistência numa forma de jornalismo atento às dinâmicas sociais, capaz de se confrontar com a sua problematização constante pode vir a ser decisivo para a qualidade de uma comunicação pública que pretenda manter acesa e viva uma ideia dinâmica de cidadania que não se reduza à participação na escolha rotativa de elites que gerem interesses hegemónicos aprioristicamente definidos.

A narrativa noticiosa e a ordem social

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

O jornalismo, através de uma linguagem dotada de características próprias, intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afectam toda a actividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos pelos quais se pauta a compreensão do mundo e a selecção dos comportamentos nele admissíveis.

O saber jornalístico, apesar da ambição de objectividade que marca, fortemente, a imagem que os jornalistas têm da profissão, possui características próprias do saber narrativo, nomeadamente a poliformidade de saberes e enunciados (cognitivos, avaliativos, prescritivos), abertura ao mundo da vida e ao consenso consuetudinariamente fundado. A comunicação mediatizada dos tempos modernos transporta consigo uma forma de vida própria e sintetiza de modo original a constituição da experiência comum e da memória colectiva, gerando profundas implicações no nosso quotidiano - ao nível das formas de percepção e conhecimento, da prática política, da vivência das relações de poder e da experiência íntima de cada um.

Comentando a relação profunda entre o discurso jornalístico e o saber narrativo, Michael Schudson assinalou que tanto podemos relatar um acontecimento como drama ou comédia pelo que os relatos noticiosos de acontecimentos devem ser olhados como «estórias» (Schudson, 1988: 25). Logo, enquanto “estórias”, implicam, como recorda Ricoeur, a intervenção mediadora de uma intriga. “A intriga é o mediador entre o acontecimento e a história, o que significa que só é acontecimento o que contribui para a progressão de uma história.” A construção de uma narrativa pressupõe, assim, a selecção dos elementos que permitem fazer progredir a “estória”. Nesse sentido, “um acontecimento não é apenas uma ocorrência, alguma coisa que acontece, mas uma componente narrativa” (Ricoeur, s/d: 26). Toda a organização da estrutura noticiosa vive, pois, da necessidade de fazer progredir a narrativa, pelo que cada novo elemento se há-de integrar num todo estruturado e dotado de significado, sendo seleccionado em função da sua capacidade de se articular com as restantes partes. A escolha do “facto” seguinte, que permite fazer progredir a história, supõe que as articulações mútuas existentes entre os diversos elementos da intriga sejam socialmente reconhecíveis.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

A intriga é “o conjunto das combinações pelo qual há acontecimentos que são transformados em história ou - correlativamente - uma história é tirada de acontecimentos” (Ricoeur, s/d:26). Ela surge, assim, como um acto de conjugar os ingredientes da acção humana que, na experiência quotidiana, permanecem heterogéneos e discordantes. Porém, a progressão da “estória” desenvolve-se de acordo com uma lógica socialmente aceite e de acordo com uma tradição que nos permite a compreensão da relação de antecedência e consequência entre os eventos seleccionados. Ou seja, a progressão da narrativa e o desenvolvimento da “estória”, bem como a escolha dos acontecimentos a relatar implicam critérios que remetem para relações (nomeadamente, de causa e efeito) socialmente determinadas e que a narrativa jornalística ao enfatizar, simultaneamente reforça. A consequência lógica desta caracterização é a de atribuir às narrativas noticiosas o poder de levantar certas questões em detrimento de outras que são consideradas irrelevantes.

No caso concreto do jornalismo, as fórmulas consagradas pela narrativa, terão, a partir do momento em que se industrializou, respondido à necessidade de novas classes urbanas construírem o seu sentido sobre o mundo, ou seja, transmitirem a sua compreensão de um novo universo que emergiu com o capitalismo organizado.

A notícia, enquanto representação social da realidade quotidiana produzida institucionalmente, ou seja, como produto da indústria informativa passou a narrar um acontecimento “actual”, susceptível de ser considerado pelo seu carácter invulgar ou espectacular, um desvio em relação à norma; passou a possuir um estilo de acessibilidade fácil susceptível de ser apreendido pelo homem comum pertencente às novas classes urbanas; assumiu, progressivamente, uma forma rígida de construção discursiva denominada «pirâmide invertida» e que consiste na descrição dos factos de acordo com aquela que se pensa ser uma ordem decrescente de importância - que diz respeito à necessidade de tornar mais visível o que é considerado interessante pela comunidade interpretativa dos mediadores públicos, em sintonia com aqueles que se supõem ser os critérios de agradabilidade dominantes nos segmentos de mercado a que se dirigem.

Emergiram conceitos novos que até aí eram na sua maioria desconhecidos pelo jornalismo de opinião: mais do que a urgência ideológica da mensagem veiculada passou a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

contar sua actualidade, isto é, o seu carácter de acontecimento novo, tendencialmente inesperado e recente, colocando-se o facto no lugar até aí ocupado pela opinião; mais do que a mobilização dos leitores para uma cruzada, tornou-se urgente proporcionar-lhes “informações sobre o mundo” que fossem simultaneamente úteis e agradáveis, ou seja, susceptíveis de serem consumidas. Finalmente, surgiram mecanismos e práticas discursivas adequadas à nova realidade social e às conseqüentes necessidades emergentes. “Embora sendo índices do real, as notícias registam as formas literárias e narrativas (*news frames*), utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. A pirâmide invertida, o ênfase dado à resposta a perguntas aparentemente simples: quem? O quê? Onde? Quando?, a necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo aliás orientado pela narrativa escolhida – são alguns exemplos de como a notícia, criando o acontecimento, constrói a realidade”(Traquina, 1988: 30).

Nesse sentido, podemos de novo regressar a Ricoeur para aplicar à nossa concepção de narrativa jornalística uma reflexão que o autor fizera a propósito da história: “Uma noção ingénua de narração, como sucessão desgarrada de acontecimentos, encontra-se sempre no plano de fundo da crítica do carácter narrativo da história. Apenas se vê o seu carácter episódico e esquece-se o seu carácter configurado, que é a base da sua inteligibilidade. Ao mesmo tempo desconhece-se a distância que a narração instaura ou estabelece entre ela própria e a experiência vivida. Entre viver e contar estabelece-se um desfasamento por pequeno que seja. A vida é vivida. A história é contada”(Ricoeur, s/d: 27) Aplicando o mesmo raciocínio ao jornalismo, ele surge-nos como uma certa configuração de sentido, pelo que constitui atitude ingénua aquela que analisa as notícias como espelho da realidade e não como configurações narrativas, dotadas de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si.

Referindo-nos aos precedentes enquanto modelos estabilizadores de todas as formas de narração de acontecimentos idênticos ou semelhantes (existiu um Watergate que precedeu numerosos casos de jornalismo investigativo como o Irangate ou, entre nós, Sãobentogate), detectamos um conjunto de procedimentos, fórmulas discursivas, técnicas narrativas que se repetem, parecendo, de certo modo, estarem escritos antes de serem efectivamente escritos. Ou seja, parecem ser os acontecimentos que aderem a fórmulas narrativas pré-existentes e não o contrário. Podemos, pois, dizer, parafraseando Ricoeur,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

que existe uma organização narrativa preliminar que já qualificou os acontecimentos como contributo para o progresso de uma intriga e um paradigma jornalístico como tipo de organização da intriga, oriundo da sedimentação da prática narrativa (Ricoeur, s/d: 27-28).

Este paradigma jornalístico revela-se num conjunto de traços bem vincados. A diminuição do número de parágrafos, a organização dos elementos da notícia, por uma ordem de importância decrescente, a universalização de um parágrafo chamado *lead*, a insistência nos verbos no pretérito perfeito, o uso de uma espécie de escrita branca, minutada, que agradasse a todos os clientes das agências noticiosas e a todas as classes de consumidores do produto noticioso, as exigências colocadas para assegurar a agradabilidade do relato com a utilização da frase curta e concisa, de preferência com não mais do que vinte palavras, a ordenação das palavras de acordo com um critério que enfatiza o “quem” sobre o “quando”, a necessidade de evitar abusar dos advérbios de modo, por dificultarem a leitura, o recurso aos verbos na voz activa que conferem ao jornalismo uma “personalidade própria”, um estilo “nervoso” que reflecta a urgência da actualidade, a escolha de um determinado tipo de ocorrências em prejuízo de outras, designadamente a selecção que privilegia os “factos” sobre os “temas” (Tuchman, 1987: 133), são orientações na criação da narrativa que se devem ter por culturais e não naturais (Bird e Dardenne, 1993: 265). Deste modo, Adriano Duarte Rodrigues não hesita em classificar a escrita jornalística como um dos processos mais importantes do mecanismo abstracto da censura: “A sua forma estereotipada feita de chavões pré-fabricados, de frases feitas, de minutas destinadas a servir os mais diversos usos, são alguns dos processos através dos quais se reproduzem os lugares comuns, a ideologia massificadora, a construção de uma leitura maioritária, de uma escrita conforme dos acontecimentos, da experiência e da história, proibindo que outras leituras e outras escritas, que outros possíveis, se exprimam e se construam” (Rodrigues, 1985:12).

Se existe uma organização narrativa preliminar que permite qualificar *a priori* os acontecimentos como elementos essenciais para a progressão da intriga, há que recorrer a uma espécie de saber de reconhecimento, no qual convergem as tipificações sedimentadas pelos produtores de notícias no seu quotidiano profissional. Sendo as notícias um método altamente institucionalizado de tornar a informação disponível aos consumidores, praticado por profissionais que trabalham em organizações, têm necessariamente de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

reflectir nas suas escolhas e na sua estrutura as práticas institucionais da profissão. A organização narrativa acaba por reflectir uma espécie de profissionalismo anónimo (Tuchman, 1987: 67), onde se inscrevem a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. Esta aparente rigidez permite a flexibilidade de todos poderem ser profissionais capazes de abordarem qualquer tema. A prática procede ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos e de formatos tendentes a assegurar a cobertura de determinados assuntos e, em especial, de determinados factos, que implicam o recurso à experiência acumulada para permitir a estabilidade na sua abordagem. As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade. As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia (Traquina, 1988: 32-33). Uma tipificação refere-se a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na actividade quotidiana (Tuchman, 1987: 50). É a existência da tipificação que nos permite transcender momentos particulares da acção para se atingir o significado que cada tipificação das acções possui para o conjunto dos actores sociais (Saperas, 1993: 148), auxiliando o jornalista na construção de uma narrativa estandardizada e padronizada pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e conquistar o agrado por parte das audiências. Nesse sentido, ser um jornalista profissional significa ser capaz de utilizar tipificações para invocar técnicas de reportagem adequadas. Deste modo, os próprios «furos» jornalísticos, susceptíveis de alterarem as rotinas diárias, pressupõem um saber de reconhecimento e uma capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental - quase inconsciente - com as situações idênticas ou similares, previamente verificadas, trabalhá-la de acordo com os procedimentos e fórmulas que as situações anteriores determinaram como mais adequadas, tornando-a assim, num acontecimento susceptível de ser facilmente compreendido pelas audiências (Tuchman, 1987:197). É, pois, o conjunto de tipificações a que se procede no decurso da actividade profissional que permite ao jornalista agir “como sempre” em face de circunstâncias

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

idênticas, tipificando a ocorrência com o recurso a um conjunto de conhecimentos pré-adquiridos.

Deste modo, a linguagem da prosa jornalística contém uma especial relação com o mundo quotidiano, reconstituindo-o de um modo que enfatiza alguns dos seus traços, estabelecendo uma ordem pautada pelo aparecimento de “estórias” exemplares no sentido em que se consideram dignas de serem tornadas públicas. Porém, essa exemplaridade é sempre tão mais vincada quanto retrata uma exceção que pressupõe a norma. Com efeito, a abordagem da notícia como narrativa propõe que as notícias sejam relacionadas com um tema cultural dominante. O sentido de uma notícia em particular é sempre produzido no espaço público da cultura. Para que um acontecimento seja considerado noticiável tem que se ancorar num enquadramento narrativo que já seja familiar e reconhecível tanto pelos jornalistas como pelas audiências situadas numa cultura, em particular. Nesse sentido, o próprio campo dos *media* adquire e bebe a sua legitimidade socorrendo-se de reminiscências. As narrativas noticiosas tornaram-se, assim, representativas de uma cultura dada, ajudando a compreender os seus valores e símbolos significantes. Recriam um sentimento de segurança ao promoverem uma certa ordem e ao estabelecerem fronteiras para o comportamento aceitável.

O género narrativo universalmente conhecido por notícia pode funcionar, assim, nas nossas sociedades diferenciadas, como uma espécie de substituto do mito, através do qual os membros de uma cultura moderna aprendem valores e definições de bem e de mal (Bird e Dardenne, 1993: 266), proporcionando informações credíveis e respostas prontas para fenómenos complexos. Com efeito, pode-se dizer que as sucessivas actualizações do mesmo tema, (o crime, o sexo, a violência, o prazer), configuradas através de acontecimentos em relação aos quais se recorre a precedentes anteriores para produzir novos relatos, surgem como uma espécie de narrativa continuada, onde uma “estória” anterior ressoa em cada “estória” que lhe sucede transportando uma visão do mundo que permanece.

Apesar de esta ser uma dimensão incontornável de qualquer reflexão sobre os *media*, no momento presente, o politeísmo de valores que atravessa a sociedade tem, porém, efeitos que desestabilizam a possibilidade de uma narrativa continuada: as estórias,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

os géneros, as práticas discursivas dos diferentes *media* contaminam-se entre si, produzindo um efeito de mosaico, graças ao qual o *self* toma contacto, de forma avassaladora, com modalidades de vida que lhe são oferecidas como se tratassem de uma listagem de possibilidades alternativas. Os mundos da vida de que temos conhecimento são longínquos mas chegam até nós através de uma experiência mediatizada, despertando inquietações e desejos ignorados. A desterritorialização da experiência significa na realidade que o mundo da vida quotidiano já não possui a estabilidade e a rigidez que, por vezes, lhe é atribuído. Os acontecimentos multiplicam-se, as narrativas apresentam-se fragmentadas. A forma como valores idênticos ressoam em narrativas diversas é um facto. Porém, o agente social, mergulhado no mundo da vida, é susceptível de ser confrontado com um número cada vez maior de experiências de choque, com mudanças de cenário que se desenvolvem muitas das vezes no plano simbólico (Schutz, 1975:207-259) – mas que desestabilizam a percepção de conjunto da realidade social. Se considerarmos como Schutz, que a realidade é susceptível de ser decomposta em províncias finitas de significado, dependentes da forma como se efectiva a experiência do mundo, que se oferecem como mundos autónomos perfeitamente estruturados, podemos efectuar uma inflexão teórica, dotada de alguma razoabilidade, e considerar que o facto de se multiplicarem as formas de experimentarmos o mundo da vida pode originar uma maior frequência nas sucessivas transições que se efectuam entre âmbitos diversos de significado. Deste modo, as transformações tecnológicas, as possibilidades de usarmos diversos *media*, a existência de modos de linguagem que, ao invés da linearidade, possuem a característica de se apresentarem como veículo para narrativas diferentes e formas diversas de expressar a realidade do mundo (basta pensar na facilidade com que, graças ao hipertexto, se pode passar da escrita para a imagem ou para o som), tornam-se uma oportunidade para a multiplicação das províncias finitas de significado.

Desenvolve-se nova ambiguidade, aliás já intuída pela Fenomenologia Social: o carácter aparentemente hermético de cada mundo da vida não é drástico nem absoluto. Ou melhor, o seu hermetismo e estabilidade resultam muitas vezes de um erro de perspectiva: vista de dentro, a vida quotidiana aparece dotada de uma exterioridade e coercibilidade que se impõe ao agente social. A atitude natural é o olhar comprometido com a vida quotidiana. É preciso que surja um olhar que consegue manter a distanciação perante o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ambiente que o envolve, em suma um olhar que seja capaz de mobilizar uma força reflexiva.

A estabilidade narrativa do jornalismo obedece a um conjunto de práticas que fazem com que uma notícia implique a sintonia com um determinado saber acumulado. Porém, o seu compromisso com uma ideia de espaço público permite que o carácter narrativo dos relatos noticiosos, sintonizado com os saberes da comunidade, não signifique um corte estanque com a própria possibilidade de introduzir a reflexividade e olhar crítico.

A ambição de cientificidade e o predomínio do uso cognitivo da linguagem: o paradigma da objectividade

Ao mesmo tempo que evidenciou uma maior proximidade do saber narrativo, o saber jornalístico, ao menos nalguns momentos, parece trazer dentro de si uma ambição de veracidade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições especializadas – os *media* informativos - e profissões adequadas - o jornalista - nas quais só o “especialista” é possuidor das competências que asseguram a legitimidade dos enunciados (Mouillaud, 1997: 53). Hoje, a crença na possibilidade de descrição “transparente” dos factos é ainda um elemento essencial do discurso legitimador do jornalismo que continua a influenciar as normas éticas, as convenções narrativas, as empresas, as instituições e a forma como os profissionais se encaram a si mesmos. Procura-se fazer esquecer, de forma sistemática e persistente, que o mundo não é transparente nem as palavras coincidem com as coisas. O recurso sistemático à terceira pessoa e a omissão generalizada do sujeito da enunciação; a omissão específica dos deícticos de lugar e de tempo (hoje, agora, ali, aqui) constituem mecanismos objectivantes que visam, antes de tudo, construir um poderoso efeito de adequação total à realidade. Relatam-se os factos, omitindo-se tudo quanto diga respeito a quem os relatou e em que condições o fez, utilizando-se uma linguagem que visa,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

precisamente, reproduzir ou, melhor, simular uma espécie de ponto de vista ideal, desligado de todo o circunstancialismo contextual.

Com efeito, um dos fenómenos mais obstinadamente presentes no campo jornalístico, talvez subsidiário da forma como o pensamento ocidental reflectiu sobre as questões do conhecimento, é a crença na transparência da linguagem. Existe um pressuposto insistentemente sublinhado no paradigma da objectividade segundo o qual existe uma história verdadeira que pode e deve ser contactada correctamente, cuja noção chave é a transmissão expurgada do acontecimento por parte do “comunicador desinteressado”. Com efeito, durante muito tempo acreditou-se que a linguagem era um instrumento capaz de ser fiel ao acontecido, pelo que a censura surgia como o único obstáculo à descrição transparente dos factos.

Se nos interrogarmos sobre porque é que um enunciado surge em vez de outro, importará recordar desde logo que o jornalismo industrial emergiu claramente associado aos regimes de verdade marcados pela generalização do capitalismo e das utopias industrialistas que estão na génese do positivismo. O mercado e a apropriação da racionalidade pelo utilitarismo estão claramente relacionados com a divisão do trabalho, a maximização do rendimento, a especialização funcional e a standardização das mercadorias com vista à optimização do objectivo da empresa como forma de organização triunfante. Por outro lado, uma das imagens de marca dos novos tipos de enunciados emergentes no século XIX - a objectividade, a relação com o facto conformada por uma técnica que se idealiza como a mais adequada à descrição desse facto - não se pode dissociar do optimismo triunfante de uma época em que o progresso surge enfatizado pela capacidade da razão tudo poder descortinar sobre o mundo exterior: “Os repórteres deveriam relatar as notícias como tinham acontecido como máquinas, sem preconceitos nem coloração (...) Qualquer sinal de personalidade que emergisse nos relatos deveria ser suprimido” (Tuchman, 1987: 159). Nesse sentido, o jornalismo aparece intimamente associado a uma certa leitura do triunfo do sujeito sobre o mundo que o rodeia. O esforço positivista que influenciou o surgimento do jornalismo industrial (e a sua alegada vocação de relato objectivo e imparcial dos factos “e nada mais que os factos”) acabou por levar à construção, pela negativa, de um discurso sobre o que é e deve ser considerado normal, isto é, conforme às expectativas sociais. Com efeito, o acontecimento jornalístico dá o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

negativo do que a realidade devia ser: a descrição do que é excepcional e aleatório contém implícito um discurso sobre o que deve ser normal e regular.

O desenvolvimento da objectividade pressupõe dois momentos históricos no jornalismo moderno: o surgimento em meados do século XIX, de uma imprensa informativa que tinha como paradigma fundamental a ambição de separar factos e opiniões; a emergência, no primeiro quartel do século XX, do conceito de objectividade já pensada como ritual estratégico, enquanto conjunto de procedimentos destinados a reforçar a fé nos factos abalada pela profissionalização das relações públicas e pela propaganda de guerra. No primeiro momento, a objectividade desenvolve-se, de acordo com Dan Schiller, em relação com a apropriação comercial pelos jornais de uma função política tornada crucial na modernidade: a necessidade de falar em nome de todo o público (Schiller, 1979: 48). Os jornais, seguindo novas técnicas, adoptam uma nova perspectiva segundo a qual “nenhum jornal pode ser popular em geral se seguir orientações partidárias” (Schiller, 1979: 49). O princípio genérico que fundamenta este fenómeno é a racionalidade económica de carácter predominantemente instrumental, e cujos objectivos são a conquista das audiências, a diversificação do consumo público e a reestruturação contínua do mercado.

Simultaneamente, o ambiente positivista do século XIX e a invenção e divulgação da fotografia reforçavam a ideia de reflexão dos factos como de espelho se tratasse. Ao empregar o daguerreótipo como metáfora da sua actividade, os jornalistas apresentavam-se como pretendendo fazer uma cópia diária da vida nacional. Num segundo momento, o ideal da objectividade como técnica de produção de enunciados consensualmente validados sobre o mundo, assente numa radical separação entre factos e opiniões, surgiu como afirmação de um método pensado para um mundo nos quais os factos já não eram merecedores de confiança (Schudson, 1978: 122). De facto, com a introdução das relações públicas por Ivy Lee, o “exclusivo” e a “primeira-mão” haviam começado a ser ameaçados pelos *press release* e pela comunicação institucional.

De acordo com a perspectiva dominante no seio da narrativa jornalística, “o ideal da objectividade sugere que os factos possam ser separados das opiniões ou juízos de valor, e que os jornalistas consigam uma distanciação relativa aos acontecimentos do

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

mundo real cujo significado e verdade eles transmitem ao público através de uma linguagem neutra e de competentes técnicas de reportagem”(Hackett, 1993: 105). O efeito pretendido pelos relatos noticiosos é o de fazer os consumidores acreditarem que estão a ser testemunhas da realidade, tal como já foi descrito acerca do mito da objectividade. Ou seja, pretende-se fazer desaparecer o mundo da vida, do qual os produtores fazem parte, da vista dos observadores. Apesar de esta ser uma questão com evidentes implicações epistemológicas - no sentido lato em que transporta consigo uma certa forma de conhecer própria da profissão - os procedimentos noticiosos não se prendem com a determinação da essência nem com a confirmação de axiomas. O trabalho noticioso é, afinal, uma actividade prática relacionada com o cumprimento de objectivos organizacionais muito concretos e pouco especulativos. Ou seja, a objectividade de que falamos é “objectividade jornalística.”

A análise desta problemática conduziu a um conjunto de teorias que se resumem na ideia central de que a objectividade deve ser entendida como uma marca ideológica ou um conjunto de procedimentos tendentes a suportar a credibilidade do relato jornalístico. Instala-se no interior da notícia uma rede de facticidade que passa pelo cumprimento de determinados procedimentos que, muitas das vezes, em última instância, pouco mais traduzem do que o receio de processos de difamação que ponham em causa o autor do relato. A imparcialidade implica demonstrar que se fazem todos os possíveis para o narrador se remover da própria história, mantendo a credibilidade, evitando reprimendas por parte de superiores e a omnipresente ameaça de processos judiciais (Tuchman, 1993: 83). A rede de facticidade que cruza o relato jornalístico implica a escolha de determinados factos que apresentados colectivamente sejam susceptíveis de se auto-validarem uns aos outros. De certa forma, um facto justifica o todo do relato e o todo justifica cada uma das partes. Nesse sentido, uma das preocupações é a busca da confirmação, fazendo com que a mesma se apresente na peça como uma evidência (Tuchman, 1993: 88). A necessidade de proceder sob um ponto de vista idealmente “neutro” que permitisse legitimar o discurso em nome do bem público contra os chamados interesses particulares ou de facção, colocando o jornalista ao abrigo de eventuais dissabores (Schiller, 1979: 47); a utilização desse conjunto de procedimentos a fim de restabelecer a legitimidade do relato noticioso em face da concorrência crescente de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

agentes de relações públicas ou da contra informação em tempo de guerra (Schudson, 1978: 22); a obrigação de obedecer a um ritual estratégico que inclui a observância de um conjunto de procedimentos (como a audição das partes em conflito, a apresentação de provas, o uso das aspas, a estruturação da informação de forma sequencial), que permitam ao jornalista apresentar-se como objectivo, protegendo-se dos riscos da sua profissão, como sejam eventuais processos de difamação ou repressões dos superiores (Tuchman, 1987: 7), estas têm sido algumas das explicações avançadas por historiadores e sociólogos, que não se identificaram com uma espécie de “endeusamento” da objectividade postulada em nome de uma crença empirista ingénua na possibilidade de relatar os factos como “verdade.” “A racionalidade instrumental introduzida pelo discurso estratégico da imprensa promove a separação entre fatos e valores, em função de uma objectividade em que o ideal tipo passa a ser: «As opiniões são livres, mas os fatos são soberanos», dispondo como regra principal do discurso a descrição pura da realidade, sem interpretações ou análises opinativas. E, mesmo depois quando a objectividade permite a opinião e a interpretação, estas já vêm contaminadas por regras de enunciação específicas que garantem, à partida, a pretensa neutralidade e imparcialidade da imprensa que se coloca aquém e além de qualquer envolvimento político”.

Afinal, as premissas em que se fundam os procedimentos considerados adequados à objectividade só acabam por tornar mais evidente a fragilidade da crença entre a adequação dos factos e a realidade exterior. A objectividade é entendida como a conformidade com a realidade através de duas possibilidades admitidas. Por um lado, a parcialidade é evitada, num paradigma relativista “através do equilíbrio das visões do mundo antagónicas e incompatíveis, cada uma das quais com a sua validade” (Hackett, 1993: 105). Porém, a teoria de que o equilíbrio entre visões controvertidas permite uma maior aproximação em relação à realidade implica uma dificuldade epistemológica: o relativismo que se esconde através das práticas rituais de apresentação contraditória do mesmo acontecimento torna dificilmente justificáveis as próprias pretensões de verdade das organizações jornalísticas. Em alternativa, a ambição de uma visão imparcial dos factos implica uma presunção de acordo com a qual, os jornalistas e os *media* noticiosos são observadores independentes, separáveis da realidade social, pelo que, quando correctamente utilizado, o meio noticioso podia assegurar a sua veracidade.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Epistemologicamente, estas duas visões são incompatíveis. Porém, ambas tentam obliterar o facto de que as verdadeiras motivações que originaram a insistência numa certa forma de objectividade são afinal de uma natureza que transcende a preocupação teórica dos seus defensores.

Os estudos sociológicos levados a efeito no campo da comunicação (nomeadamente o *newsmaking*) acabam por tornar evidente que existe todo um conjunto de constrangimentos e rotinas - ou seja, de elementos que integram o campo de enunciação - que nunca se deixam ver graças ao conjunto de mecanismos objectivantes omnipresentes no discurso jornalístico. Estes estudos realçam que os contextos profissional, organizativo e burocrático circundante fazem incidir uma influência decisiva nas escolhas por parte dos diversos elementos que participam na produção noticiosa. Como exemplo da complexidade do processo cite-se o estudo de Breed que observa minuciosamente a socialização na política da empresa empreendida através de um processo de recompensa e de punição, em que intervêm factores como a autoridade institucional e as sanções; as aspirações de mobilidade; os sentimentos de obrigação e de estima para com os seus superiores; o carácter agradável do trabalho - por exemplo, a possibilidade de conviver com pessoas “importantes” e a própria notícia como valor - enquanto proporcionador de um sentimento de pertença a um grupo de iniciados que têm acesso a uma novidade que poucos conhecem. Por outro lado, os estudos efectuados no âmbito do paradigma do *newsmaking* têm ainda em conta questões como as interacções burocráticas dentro das organizações jornalísticas, as limitações colocadas pelos orçamentos e pela conquista de audiências (Hackett, 1993:107), as convenções narrativas, de que são exemplo a própria pirâmide invertida, as metáforas e frases feitas graças às quais se consegue facilitar o efeito de reconhecimento, para além das próprias distorções e limitações inerentes à natureza do *medium*, como sejam os valores notícia aos quais os mediadores recorrem para legitimar a sua própria selecção no que respeita ao acesso aos *media* dos assuntos, valores e temas, a determinação do tempo e do espaço concedidos e a possibilidade de exercício do direito de resposta (Féry, 1995: 62).

A fabricação das notícias está ligada a um conjunto de convenções profissionais que determinam a definição de notícias e legitimam o processo produtivo. O produtor de informação constrói um texto violentamente condicionado por uma estrutura supostamente

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

eficaz na condução da realidade. O problema consiste em ter a consciência clara de que este texto é, também ele, objecto de alterações que não podem ser ignoradas: a diminuição da dimensão das mensagens escritas, a generalização da imagem, a busca de ângulos cada vez mais humanos e subjectivos, a necessidade de introduzir a interpretação na imprensa a fim de complementar a informação supostamente pura facilmente apresentada como tal pelos restantes *media*, a contaminação entre géneros específicos de diferentes *media* alteram as práticas discursivas, designadamente através de um espaço cada vez maior a uma subjectividade mais ou menos explícita, expressa seja na autoria seja na busca de dimensões personalizadas do evento relatado: o “lado humano.”

A pretensão de objectividade, tal como é apresentada, de modo ingénuo, por uma parte ainda significativa da comunidade jornalística, tem em si uma contradição: só será aceite quando a generalidade da sociedade estiver de acordo ou, ao menos, relativamente de acordo quanto a determinados valores ou formas de actuação comum. Basta que algum grupo se situe de forma decidida à margem dos valores sociais entre o resto da colectividade para que a informação acerca do conflito seja passível de ser acusada de partidária e subjectiva. Tal como o procedimento consensual, a substância dos valores representados pelos *media* só fugidamente representa todos os implicados. As minorias e os marginalizados dirão que a informação não é imparcial se os meios jornalísticos não informarem a partir da sua perspectiva enquanto o resto da comunidade poderá falar de ataque às fundações da sociedade e da convivência se a informação recolher os pontos de vista de grupos minoritários que apresentam pretensões à legitimidade.

A melhor forma de compromisso com a verdade acaba por isso na necessidade de assegurar uma diversificação dos temas e uma constante discussão sobre as formas de os retratar na perspectiva de assegurar a diversidade na representação das dinâmicas sociais. A objectividade coerente com uma interpretação neutralista acaba por ser meramente formal. Às críticas que apontam para a sua sujeição a uma estratégia comercial de produção ou a um exercício calculado de equilíbrio político que evite os riscos de perda de uma parte da audiência, juntam-se a possibilidade de uma convivência desonesta com a manipulação política ou a estreiteza de realidade social que esta compreensão do papel jornalístico pode acarretar. A objectividade considerada sob um ponto de vista estritamente formal pode limitar a mediação jornalística a um serviço de amplificador

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

público para as instituições dotadas de maior visibilidade social, impedindo os jornalistas de criticar as acções dos protagonistas influentes mesmo quando disponham de conhecimento de causa para o fazer. Por outro lado, pode mesmo tornar-se uma forma de obstaculizar a busca de outras fontes, outros protagonistas, outros temas e outros assuntos alternativos. Com efeito, a mera narração dos factos, sem o complemento da análise das causas e respectivas avaliações éticas - que não signifique necessariamente o engajamento panfletário - pode tornar os profissionais presa fácil da manipulação. Nesse sentido, o jornalismo de investigação e a busca da certificação dos factos, ainda que seja susceptível de fazer correr riscos à credibilidade comercial ou política de um determinado *media*, podem ser alternativas a esta objectividade formal. De um certo modo, a criação de um distanciamento é o verdadeiro objectivo do jornalista que continue a defender uma informação exigente e rigorosa, em contraponto ao cumprimento de regras de objectividade formal. Assim, o McCarthismo, a Guerra da Coreia e o *apartheid* são alguns dos exemplos de situações que se tornaram complexas para os jornalistas em resultado de uma interpretação estreita dessas regras.

Neste preciso ponto da investigação, faz sentido chamar à colação a noção de ideologia para descrever as maneiras como o sentido é usado para estabelecer e sustentar relações de poder. Determinadas formulações discursivas seriam ideológicas porque deliberadamente escondem a sua origem social, o chão onde se enraízam, apresentando o seu ponto de vista como sendo o ponto de vista natural de toda a sociedade. O tom consensualista da consideração da objectividade, entendida como mecanismo que oculta a participação dos produtores da notícia na definição da própria realidade social, incluiria um conjunto de mecanismos particularmente úteis para este desiderato. Nessa medida, a ideologia funciona como enquadramento, na medida em que se assiste ao estabelecimento de padrões consistentes de apresentação, interpretação e exclusão que permitem organizar os símbolos no interior do discurso dominante. A construção de um enquadramento deste género não tem de ser – e, numa parte significativa, senão mesmo maioritária dos casos, provavelmente não é – um processo consciente por parte dos jornalistas. Antes se revela como a absorção de uma limitada matriz ideológica que integra um conjunto de pressuposições acerca do mundo social no qual a notícia tem de ser inserida para poder ser compreendida. Neste tipo de procedimento, a ocultação das relações de poder que

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

determinam uma dada organização discursiva é o mecanismo graças ao qual os grupos sociais hegemónicos conseguem elevar os seus valores particulares à categoria de valores universais. Estaríamos num caso particular de *modus operandi* da ideologia, particularmente relacionado com os *media*, em geral, e com o jornalismo, em particular, que configura uma das formas possíveis de reificação, entendida como a “construção no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade colectiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los”(Thompson, 1995: 86). Neste *modus operandi*, as formas de expressão simbólica são adaptadas a um referencial padrão proposto como fundamento aceitável da troca simbólica, envolvendo-se na construção de símbolos de unidade e de identificação colectivas. Oculta-se a dimensão sócio-histórica dos fenómenos, descrevendo uma situação como se fosse a-histórica e intemporal. Neste sentido, as narrativas noticiosas surgem, de forma generalizada, como uma espécie de reforço da cultura objectiva, podendo, eventualmente, fazer com que esta surja cada vez mais como afastada dos homens concretos e de cada indivíduo de *per si*. A linguagem jornalística omite, deste modo, a desigualdade entre agentes sociais, unifica e homogeneiza a diversidade de situações em que estes se podem encontrar, esquece, muitas das vezes, os elementos específicos dos mundos da vida em que se encontram esses agentes para seleccionar os elementos susceptíveis de serem padronizados na forma minutada da notícia, transportando, neste sentido, dentro de si uma certa forma de reificação, na medida em que a sociedade é sujeita a uma operação de des-historização surgindo como algo de exterior à prática dos próprios agentes sociais.

Evidentemente, aqui, teremos que aceitar a ideia de que todas as comunidades nacionais bem sucedidas possuem um conjunto de pressuposições implícitas graças às quais é possível garantir a integração social. O jornalismo, pelo seu enraizamento manifesto na comunidade, não pode deixar de reflectir este enraizamento, graças ao qual é possível a construção de identidades colectivas. O problema que se põe será o de evitar uma ausência de reflexividade e de problematização que adquira configurações patológicas, traduzindo-se na exclusão de sectores sociais e, no limite, na negação da sua visibilidade, como acontece, muitas vezes, com identidades minoritárias. Tal risco não pode ser evitado através de uma solução deontologizante, que se limite a enfatizar a acção

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

pessoal dos jornalistas. Pelo contrário, só é possível evitá-lo através de um certo compromisso com um ideal de espaço público, que permita a introdução de elementos de reflexividade e problematização que ajudem a aumentar a qualidade dos processos de deliberação colectiva e a relação entre as instituições e a sociedade civil.

O profissionalismo jornalístico e a relação com a novidade

O profissionalismo jornalístico – expresso nomeadamente através do saber narrativo e da pretensão de veracidade expressa na objectividade – implica a adopção preferencial de acontecimentos bem determinados em detrimento de temas. Prefere-se um acontecimento cujo princípio, meio e fim sejam susceptíveis de serem narrados do que um “assunto” que implica considerações de natureza analítica e conceptual, eventualmente tidas por abstractas.

Com efeito, as rotinas do trabalho jornalístico “estão mais orientadas para a cobertura e tratamento do que é pontual e episódico, do que para o que se processa ao longo do tempo” (Correia, 1997: 147). Deste modo, “as poucas tentativas para descrever um tema com mais aprofundamento são geralmente desprovidas de sistematicidade e pouco incisivas (...) Aquilo que geralmente é transmitido ao público é a localização dos acontecimentos, os indivíduos que nele estão envolvidos e pormenores como as designações geográficas, os nomes das personagens públicas, de indústrias, etc. Com frequência, estes elementos ocupam automaticamente, o primeiro lugar na memória dos destinatários, enquanto as causas dos acontecimentos permanecem em fundo. O que daí resulta é uma memória fragmentada, cheia de pormenores isolados e a que falta o contexto” (Findhal e Hoijer apud Wolf, 1987: 171).

A temporalidade própria do trabalho jornalístico apela a uma história narrável. “No trabalho de rua ou de banca, o repórter não está interessado (no sentido profissional,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

ainda que o possa estar pessoalmente) em aprofundar a essência dos factos mas sim escolher os dados considerados minimamente suficientes para elaborar uma notícia para o próximo noticiário ou para o dia seguinte” (Correia, 1997: 178). Existe uma predominância de usos narrativos e descritivos sobre a análise e a opinião. Deste modo, estabelecer relações entre acontecimentos “não é permitido pelo formato jornalístico, pois a unidade de análise dos meios de comunicação social é a notícia: uma partícula da realidade. Não se faz a sugestão de possíveis ligações entre notícias, digamos, uma «estória» respeitante a «distúrbios raciais» e uma outra acerca da alta taxa de desemprego entre os jovens negros. O resultado, tanto nos *media* noticiosos escritos como nos electrónicos, é um efeito de mosaico, um caleidoscópio de formas da realidade superficial em constante mudança” (Phillips, 1993:328).

O problema é que esta predominância dos eventos - discretos - sobre os temas - contínuos - conduz a que se privilegiem eventos e ocorrências que se configuram como partículas de realidade, susceptíveis de serem abordados desse modo, por se pensar que são esses que permitem o exercício das qualidades do verdadeiro repórter profissional. Pelo contrário, os “assuntos” que não têm um protagonista claro, ou não se traduzem em eventos dotados de uma acção facilmente reconhecível pela sua temporalidade forte, e que requerem, por isso, análise e espírito crítico são remetidos para géneros opinativos e analíticos, menos susceptíveis de serem objecto de manchetes de primeira página. “Em suma, o «jornalês» realça o concreto, o particular, o individual em oposição ao estrutural ao abstracto, ao universal” (Phillips, 1993:328). Logo, cai-se numa espécie de círculo vicioso em que os assuntos só merecem a atenção dos *media* quando os protagonistas que a eles se referem já tiverem legitimidade pública produzindo eventos susceptíveis de serem relatados de modo fragmentado, o que equivale a dizer que o cidadão comum e os movimentos sociais emergentes - ou seja, com um protagonismo social insuficiente para que os seus actos sejam susceptíveis de proporcionar uma história - terão que descobrir a forma de se poderem sintonizar com os valores-notícia vigentes no sistema mediático.

Os critérios de noticiabilidade (valores-notícia) assim como os constrangimentos organizacionais e sociais no interior dos quais se move o profissional de jornalismo já implicam, por si mesmos, que aqueles que detém poder legítimo claramente têm mais acesso aos *media*. Estudos recentes levados a efeito em Portugal permitem concluir

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

mesmo que todos os jornais privilegiam as fontes que emanam dos poderes (e outras fontes “de elite”), em detrimento de uma auscultação mais abrangente do meio social, ou seja, em prejuízo de uma maior diversidade social (Sousa: 1998) Porém, a acrescer à estratificação social e à consequente desigualdade na possibilidade de acesso aos *media*, haverá a ter em conta que a própria natureza dos *media* pende para a personificação, por razões que não advêm apenas de um reforço de notoriedade dos poderosos ou de formas de servilismo resultantes da inserção do campo jornalístico em sistemas económico-sociais mais vastos. Nos jornais, considera-se que a maior de todas as atracções do leitor é pelas pessoas - as pessoas interessantes, as pessoas proeminentes - o que elas fazem e o que lhes acontece - pelo que “as ocorrências são personificadas sempre que possível” (Phillips, 1993: 328). O carácter concreto das narrativas noticiosas impõe a existência de protagonistas visíveis. As acções colectivas tendem a ser minimizadas em detrimento das acções que podem ser relatadas como uma “estória” com princípio, meio e fim, dotada de um protagonista forte. Resulta deste facto que movimentos sociais, os quais geralmente, enfatizam assuntos que requerem uma análise e a formulação de uma opinião, tendem a ser marginalizados até disporem de protagonistas noticiáveis. Tuchman relata a propósito a dificuldade em se referir a movimentos que não tenham líderes perfeitamente reconhecíveis, o que frequentemente acontece em circunstâncias em que os movimentos carecem ainda de deficiente estruturação (Phillips, 1987: 139).

Um segundo elemento que o profissionalismo dos jornalistas parece acentuar é a preocupação de tornar a “estória” interessante, apaixonante, «engraçada» o que pode levar os factos que dizem respeito a identidades a serem apresentados como *soft news*, isto é, relatos noticiosos em que a novidade predomina sobre a actualidade (Tuchman, 1987: 136) . A aplicação destas categorias ao jornalismo não pode deixar de remeter para a oposição entre *hard news* e *soft news*, teorizada nomeadamente por Gaye Tuchman, e segundo a qual, *hard news* é um termo, na mitologia jornalística, que diz respeito à apresentação factual de ocorrências com uma elevada noticiabilidade, de acordo com os valores-notícia aplicáveis e que se configuram como o material essencial da produção noticiosa (Tuchman, 1987: 46-47). Ao contrário das *soft news*, que são interessantes, as *hard news* são importantes. As *hard news* debruçam-se sobre o discurso do estado da nação, as *soft news* relatam a história do motorista do Primeiro-ministro que apanhou uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

multa de trânsito a fim de garantir que o seu passageiro chegava a horas de iniciar o discurso no Parlamento. Nesse sentido, pode falar-se de uma discrepância entre a abordagem dos jornalistas, dirigida para as acções individualmente protagonizadas e para o concreto, e a mentalidade mais analítica que predomina nos movimentos sociais. Constituída na actividade quotidiana diária, a abordagem jornalística assente em tipificações graças às quais formula uma atitude prática próxima da atitude natural, não se sintoniza facilmente com a atitude dos movimentos sociais, dirigida para a crítica e a problematização. Porém, como os próprios contrastes analisados e alguma evolução da imprensa parece fazer crer, não é possível deixar de realçar, mais uma vez, que não nos encontramos face a tendências unívocas.

Espaço público, participação política e pluralismo

Uma das suspeitas que atravessa hoje a interpelação do jornalismo é que a tendência para a mercantilização do quotidiano é correlacionada com uma despolitização crescente que se traduz no facto de o espaço público se esvaziar do respectivo conteúdo – as propostas que dizem respeito ao devir colectivo da comunidade – passando a ser preenchido apenas por narrativas centradas no privado, veiculadas por mensagens cada vez mais personalizadas. As sucessivas narrativas que se debruçam sobre a decadência do fenómeno político através da anomia social têm insistido na ideia de que os *media* desempenham uma ilusão participativa que acaba precisamente por afastar os cidadãos da verdadeira política, a qual se prenderá sempre e constantemente com o futuro colectivo, com a narrativa democrática, o bem-estar e a segurança do Estado, a emancipação de uma classe, a realização de um futuro radioso ou qualquer uma outra de diversas possibilidades que dão fôlego às narrativas da modernidade. Curiosamente, isto acontece com Adorno, Horkheimer, Habermas mas também com Lazarsfeld e Merton. Os primeiros lamentam a generalização do pensar administrativo, a submissão da cultura aos ditames da racionalidade instrumental ou, na versão arendtiana, a crise da cultura resultante da

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

emergência do social. Porém, mesmo os sociólogos desdenhados pelo facto de praticarem pesquisa administrativa também encetaram críticas resultantes da generalização da disfunção narcotizante dos *media* em detrimento das funções instrutivas e educadoras que transformariam a Televisão e a imprensa numa universidade caseira. Quando a inflação de esperança conhece um revés sério – têm sido muitos os reveses sentidos pelos profetas que têm feito depender dos *media* a realização das suas aspirações ou profissões - generaliza-se, de imediato, um discurso sobre a decadência do espaço público, o fim da política, o triunfo da razão instrumental ou a generalização de mecanismos alienantes ou de anomia social. Sem deixar de admitir que alguns destes fenómenos acontecem demasiadas vezes, sendo mesmo a sua persistência um dos traços estruturais que ameaça o funcionamento pleno dos regimes democráticos, a verdade é que continua a fazer-se sentir nessas ideias a necessidade de estar atento a fenómenos novos que contrariam a aceitação de uma imagem totalizante das dinâmicas sociais.

Estas sucessivas narrativas da perda comportam um ponto de partida, que se constitui como petição de princípio e conduz a raciocínios unilaterais: mesmo quando se atribuiu importância aos pequenos grupos e à influência pessoal, predominou um modelo que se interrogava sobre o que é que os *media* faziam às audiências. Pese embora a revalorização que o poder do jornalismo hoje conhece graças a teorias como a tematização de Luhmann, a construção social da realidade de Berger e Luckmann ou a revisitação da própria Escola de Frankfurt - já oportunamente abordadas - o problema que urge levantar é que, quanto mais as audiências se tornam conscientes dos *media*, mais procuram utilizá-los e até defender-se deles, revelando uma dinâmica social que ultrapassa em complexidade quer a teoria da agulha hipodérmica quer o modelo dos efeitos limitados. O erro de fundo na sociologia da comunicação e na reflexão acerca da opinião pública continuou a fazer-se sentir no facto de os grupos primários se oporem aos *media* entendidos como centros emissores que ocupam uma posição piramidal. Com efeito, o pluralismo celebrado em *Personal Influence* é, ainda, “largamente concebido em termos de uma multiplicidade de nichos de estilos de vida cujo envolvimento no processo democrático é limitado à sustentação de opiniões, muitas das vezes acerca do consumo, e não em termos de uma densa rede de grupos de vizinhança, associações voluntárias e grupos sociais coerentes” (Curran e Liebes, 1998: 11). Ora a atenção que deve ser dada à

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

presença dos *media* - que se entende por fundamental - tem a ver com o facto de ser impossível opor os *media* aos grupos, graças nomeadamente à omnipresença dos primeiros e à importância que as relações simbólicas têm vindo a adquirir na constituição dos próprios grupos, dos diferentes espaços públicos e até na consolidação e na problematização das formas de vida. Em todas as teorias que se debruçam sobre os efeitos de um modo unilateral e que não têm em conta a possibilidade de interpenetrações mútuas, vislumbra-se uma narrativa escondida do receio do triunfo da comunicação sobre a política, da forma sobre o fundo. Ao fazer-se isso, corre-se o risco de não compreender que o funcionamento da democracia está cada vez mais relacionada com os *media*, sendo que a opinião pública não tem necessariamente de se fazer apesar da presença dos *media*, mas com recurso a eles (Katz, 1995: 85-87). Às diferentes formas de raciocínio clássico haverá que opor um conceito de espaço público que tenha em conta uma formulação operatória nas quais se incluam não apenas as relações interpessoais mas também as relações entre os meios e as relações entre as pessoas e os meios, de uma forma dinâmica e multilateral, que a todos considere como elementos ligados em rede. Dito de outro modo, peca-se por unilateralismo quando se acentua a subordinação dos meios de comunicação social aos *media* funcionais, desvalorizando-se a sua relação com o mundo da vida, o espaço público e a sociedade civil. Uma análise desse género responsabiliza-se pelo risco de uma desvalorização do discurso público e pelas possibilidades que este pode criar no aprofundamento da cidadania.

O conceito de público revela-se, hoje, mais complexo, contraditório e plural que aquele que as grandes correntes teóricas que sobre ele se debruçaram, sugeriam. Com efeito, essas correntes, designadamente representadas por Habermas, Arendt ou Wright Mills, procederam à idealização de um modelo, a partir do qual expressaram a nostalgia de um espaço público como “deveria ter sido”, dando origem a diagnósticos que se traduzem em traços recorrentemente invocados: refeudalização do espaço público e da sociedade civil, massificação, invasão do público pelo social, invasão da opinião por estruturas corporativas, lobísticas e defensoras de interesses sectoriais; burocratização e tecnização da política; enfraquecimento da cidadania, eclipse do político e triunfo generalizado da sociedade administrada (Féry, 1995: 18). Este diagnóstico, pese embora trazer consigo a necessária detecção de patologias comunicacionais associadas às novas condições de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

exercício da cidadania, sofre do defeito de não ter em conta o conjunto de transformações estruturais que se verificaram nas sociedades e que não permite já recorrer a uma dicotomia público /massa, nos termos exactos em que Wright Mills, o Interaccionismo Simbólico e uma parte da Escola de Frankfurt conceberam. Se é legítimo pensar que há um pensamento crítico, a sua constituição, hoje, passa pela assunção plena de uma sociedade plural, fragmentada, onde o mercado desempenha uma função fundamental embora não única, mas onde, simultaneamente, terão que se encontrar respostas que não passem pela estatização da economia, onde finalmente as tecnologias da informação e da comunicação tornam disponível a possibilidade de se tomar a palavra. Muito do entendimento da forma como lidamos com os assuntos de natureza política e social está ainda condicionado por uma certa visão da vida cívica que tem as suas raízes no espaço público clássico, que enfatiza a possibilidade de reunião dos indivíduos num espaço partilhado para discutirem assuntos acerca dos quais comunguem uma preocupação comum. Este tradicional modelo de publicidade que implica a co-presença como forma de interacção defronta-se desde logo com um conjunto de dificuldades que impedem a sua articulação com as realidades práticas deste particular momento do nosso século. Há que reinventar a ideia de publicidade de uma forma que reflecta as complexas interdependências no mundo moderno, as mutações aceleradas que ele atravessa, de uma forma que, nomeadamente, tenha em conta a importância crescente das formas de comunicação e interacção que não se desenvolvam face-a-face. Não é possível deixar de ter em conta o que se verificou nas modernas sociedades de comunicação e os efeitos generalizados do que se costuma referir por mediatização questão transpõe-se para a interrogação de saber como é que os públicos se relacionam com os *media*, no interior de uma cultura vincadamente comunicacional, aonde a resposta por parte de audiências mais activas e a interacção que se verificar entre os membros tem que ter em conta a presença desses *media*. Com efeito, quantitativa e qualitativamente, a partir do capitalismo avançado do século XX, os *media* estabeleceram uma posição decisiva, naquilo que Gramsci designa pela formação de hegemonia. A complexa esfera de informação pública, intercomunicação e troca depende cada vez mais dos modernos meios de comunicação, os quais colonizaram progressivamente a esfera ideológica e cultural. Os *media* ganharam uma responsabilidade acrescida por fornecerem as bases para a construção das imagens,

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

valores e representações que permitem sentir a sociedade como um todo, apesar da sua fragmentação interna (Hall, 1992: 440).

Hoje fala-se cada vez mais na autonomia do campo dos *media*. Porém, na mesma proporção em que se constata a força dos meios, somos também surpreendidos pela reacção no campo dos receptores (França, 1997:483). A chave está em grande medida na modificação da forma de distribuição de atenção – ou seja, o sistema de relevâncias – do que na mudança das atitudes e valores, aceitando porém que, mesmo essa distribuição de atenção não é tão unilateral como possa aparecer à primeira vista. Nesta medida, “o direito de comunicação reflecte-se nas nossas sociedades, como um direito de ingresso no espaço público, que passa por um direito de participação e visibilidade: acesso a periódicos, emissoras de rádio e, sobretudo ao pequeno ecrã” (Morató, 1996: 64). Este direito de ingresso, que se inscreve na participação e na visibilidade passa, a nosso ver, pela aquisição e divulgação de competências de acordo com uma noção de literacia mediática que constitui uma das estratégias possíveis para travar os processos, tantas vezes exageradamente considerados como irreversíveis, de manipulação dos indivíduos e da sociedade.

O advento de uma sociedade onde se verifique a generalização da quase-interacção mediada, implica a possibilidade de um grupo social generalizar e difundir a manifestação parcial de uma opinião dirigindo-se a um público amplo e virtualmente indefinido. Nesse sentido, o espaço público já não é só o lugar de uma sociedade de comunicação consigo mesma, mas é também o lugar de comunicação de sociedades e tradições distintas entre si. A democracia é um jogo de linguagem e de ordenamento do espaço público no qual se dá como possível a novidade de que as minorias também possam ser emissoras e no qual as relações entre valores se revelam conflituais e contraditórias (Morató, 1996:154). Nesse sentido, deparamo-nos com uma situação que nos parece paradoxal: há medida que aumenta a concentração dos meios de comunicação – face mais visível da globalização – surgem novos mecanismos que implicam a impossibilidade de que as dinâmicas sociais sigam um determinismo inultrapassável. Não deixa de ser curioso que a expansão de um mercado centrado em poucos centros de decisão económica seja acompanhado por movimentos de afirmação de identidades, de afirmação democrática e, simultaneamente, de formas de aceleração do pluralismo. As

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

formas políticas correspondentes ao capitalismo global contemporâneo sofrem de um constante défice de legitimidade, exactamente pelo facto de a laicização do mundo não permitir que uma única narrativa se afirme como predominante, seja através do direito natural seja através de uma religião ou de uma ideologia hegemónica e totalizante. O acesso de crescente número de excluídos à visibilidade acentua este défice de legitimidade, na medida em que sublinha o pluralismo, a contingência e a incerteza.

A ideologia já não pode ser vista como uma variável dependente, uma mera reflexão de uma realidade pré-dada, mas um local de luta entre definições conflituais da realidade. Alguns dos fenómenos que têm vindo a por em causa uma concepção ingénua de universalidade irrompem no domínio do espaço público, gerando a necessidade de uma multiplicação de esferas públicas. Pode-se falar de «cidadania das minorias», ou seja, de uma nova geração de direitos, “que não diz respeito apenas ao controlo pessoal dos sujeitos sobre o seu corpo, mas se refere também as relações sociais que se estabelecem, às representações que se cultivam e às escolhas identitárias e sociais que se promovem.” Isto implica que “o centro dos conflitos sociais tem de ser repensado: hoje em dia ele já não se situa nas esferas de reprodução material, como supunha o marxismo, mas também nas esferas da vida simbólica.” (Esteves, 1997:65-66). Nesta luta pela hegemonia simbólica, é impossível, hoje, pensar sem os *media*.

De acordo com esta concepção, parece-nos legítimo reivindicar que a ideia de espaço público mantém a sua vitalidade. Se o desafio é aproveitar as potencialidades decorrentes da generalização dos mecanismos tecnológicos de mediação, sem aceitar a subordinação dos mesmos à lógica de uma racionalidade puramente instrumental veiculada pelos *media* e, simultaneamente, fazer com que o mundo da vida se não torne um lugar de um consenso apenas consuetudinariamente fundado, transformando as pretensões de validade apresentadas pelas novas formas de afirmação identitária em oportunidades de cidadania, então o espaço público ganha uma urgência nova. Desfeitas algumas ilusões universalistas, os espaços públicos, necessariamente centrados nas possibilidades abertas pelos novos *media*, constituirão uma forma de fazer com que a emergência dos particularismos não redunde num relativismo polarizado em esferículas marcadas pelo fundamentalismo nem o universalismo abstracto se torne numa forma de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

exclusão, através da ignorância das desigualdades e formas de dominação presentes na vida quotidiana.

O jornalismo e os novos desafios do espaço público

Confrontamo-nos, hoje, pois, com uma inflação de esperança a que corresponde uma não menor necessidade de prudência que resulta do carácter exploratório das novas tendências da comunicação e da forma como estas se relacionam com as dinâmicas sociais próprias das sociedades pluralistas. Ideias como sejam as de pluralismo videográfico, democracia televisual ou ideografia dinâmica não passam de hipóteses de trabalho. Porém, são hipóteses de trabalho ainda não perfeitamente avaliadas no imenso potencial tecnológico “graças ao qual o nosso quotidiano se transforma a um ritmo inusitado e se criam possibilidades até há pouco impensáveis”(Esteves 1995:101). Uns apontam, de modo optimista, para a proliferação de distintas comunidades de interesse e de participação, para o crescimento exponencial das fontes de informação e para o desenvolvimento de um sistema internacional de redes de comunicação em ordem ao desenvolvimento de uma sociedade civil autónoma. Porém, outros consideram que a multiplicação de espaços públicos não passa de uma divisão em “esferículas” que visam a segmentação da audiência massificada, potenciando a exclusão social. O tema é olhado com uma desconfiança considerável por aqueles que, como Todd Gitlin, admitem que a esfera pública está enfraquecida e insegura. Desde o aumento dos estudos demográficos que investem na segmentação das audiências com vista à definição de novos alvos - desporto para os homens, música para os mais e os menos novos, programas para os latinos e para os africanos - até aos progressos da edição electrónica que permitem a proliferação de “zines” com critérios editoriais que quase se identificam com o gosto pessoal dos seus produtores, passando pelas míriades de possibilidades abertas à especialização, no domínio do jornalismo *on-line*, *mailing-lists*, e *news-groups*, *weblogs* pela Internet, nunca se terá assistido à possibilidade de invadir o espaço público com tantas e variadas erupções de “comunidades virtuais”. O resultado, numa perspectiva

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

crítica, é que esta tendência para a segmentação lança dúvidas sobre a fiabilidade da esfera pública - da qual apenas se vislumbraria uma nostalgia pálida. Sob o signo do multiculturalismo, os *media* de hoje, organizados em segmentos alvo e subculturas de consumo, capitalizam graças às fronteiras identitárias.

A nosso ver, nas actuais condições do espaço público, importa evitar um perigo duplo: o ponto de vista que enfatiza a natureza hegemónica do *medium*, e que o considera apenas como propaganda manipulativa, e o outro ponto de vista que, sob o pretexto de uma análise mais subtil das dinâmicas sociais, acaba por revelar pouca atenção aos fenómenos de dominação que prevalecem ou emergem sob novas formas. Para articular a linguagem e práticas do jornalismo com os novos desafios colocados pela diferença nas sociedades pluralistas, a sociedade civil não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista do associativismo voluntário, das eleições e direitos legais mas também como um domínio privilegiado de comunicação simbólica. Se a questão fundamental das sociedades pluralistas é o modo como equacionar os mecanismos de integração social com a participação democrática de cidadãos e agentes sociais dotados de gostos, interesses, culturais e valores plurais, os *media*, em geral, e o jornalismo, em particular, desempenham um papel fundamental na estruturação de uma cultura política fundada no respeito mútuo e na ausência de coerção. A sociedade civil surge-nos como uma esfera de influência e de compromisso mediada através da opinião pública, onde os *media* desempenham um papel central, designadamente como fórum de comunicação pública (Alexander e Jabos, 1998: 25-26).

Porém, a existência de mais informação levada por diante por consumidores que cada vez mais se organizam em função dos seus gostos e interesses particulares não é, por si só, sinónimo da emergência de novas esferas públicas e da consequente dinamização da sociedade civil. A multiplicação de esferas públicas não se confunde com a multiplicação de audiências. A existência de esferas públicas exige a defesa de condições generalizáveis de abertura, igualdade no acesso ao discurso e respeito por regras de argumentação que, embora tecidas, de forma aberta e crítica, na vivência da tradição fundamental para uma compreensão substancial e não abstracta da universalidade, permitam distinguir entre o que é mais e menos perigoso, rejeitando uma espécie de igualdade simplista em que todas as formas de expressão simbolicamente fundadas ganhassem foros de cidadania apenas

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

peelo simples facto de existirem. A afirmação de uma expressão minoritária está longe de por si constituir fundamento de uma esfera pública, sob risco de a publicidade crítica se reduzir à publicidade comercial e a defesa de interesses comuns se reduzir à manifestação de puras opiniões, susceptíveis de serem aceites ou não de acordo com as regras instrumentais de uma espécie de economia da atenção.

O desafio principal do espaço público contemporâneo é garantir que a sua intervenção ajude a satisfazer exigências políticas que passam pela existência de três dimensões fundamentais: a realização de um consenso que promova a integração social e, simultaneamente, preserve a reciprocidade entre os agentes sociais; a garantia de que esse consenso nunca será obtido através do sacrifício de uma dimensão conflitual considerada essencial para a preservação de dinâmicas sociais democráticas; a manutenção de níveis de compromisso que garantam a eficácia das deliberações colectivas sem sacrificar a relação com os espaços informais de participação pública.

Para que este desafio possa ser conseguido teremos que admitir que a sociedade não vive apenas em função da dupla contingência que coloca dois interlocutores face-a-face levando por diante determinados comportamentos em face de expectativas recíprocas. Esta concepção corre o risco de reduzir a vida quotidiana a uma espécie de negociação em torno dos elementos culturais que devem ser objecto de uma partilha pelos agentes sociais, mas carece da existência de condições de exercício crítico da reflexividade. Como Schutz já tinha intuído em relação à vivência dos pequenos grupos, a reflexividade em relação ao mundo da vida só pode ser mantida por um agente social que conserve uma determinada distanciação. Do mesmo modo, uma sociedade democrática que garante a abertura à pluralidade implica a existência de uma tripla contingência designadamente através de um ponto de vista colocado no seu próprio interior a partir do qual possa ser efectuada a crítica. Este ponto de vista implica a participação de movimentos sociais e de espaços públicos informais que se concentrem, nomeadamente, em torno de mecanismos mediáticos que possam constituir-se como suporte de uma comunicação pública, norteadas por valores críticos e normativos.

Nesse sentido, impõe-se trazer até ao campo dos *media* a asserção segundo a qual uma sociedade civil autónoma, nos termos em que já a procuramos definir, é

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

essencial para a implementação de uma sociedade democrática e solidária. O pluralismo jornalístico, tendo em conta a realidade do conflito e o imperativo da complexidade, pode, senão ajudar à busca de soluções definitivas, contribuir para atitudes de diálogo e de cooperação que tornem possível a convivência do diverso. A segmentação não pode ser vista apenas sob o ponto de vista de expressão de preferências, as quais mereceriam, nesse caso, o nome de esferículas. A segmentação também conduz, com todas as suas contradições, à emergência de esferas públicas alternativas dotadas de dinamismo e capazes de responderem e de se afirmarem como um complemento inverso das segmentações de audiência causadas pelos *media* situados no *mainstream*. Neste contexto, é avisado dizer que seria um erro esperar demasiado da proliferação de *weblogs* e de *zines* do mesmo modo que constituiria uma incorrecção analítica ignorar esse fenómeno. Porém, simultaneamente, não se pode esquecer que há medida que os movimentos ganham consistência, os meios de comunicação social pertencentes à corrente dominante são obrigados a dar-lhe uma crescente atenção, pelo que os *media* alternativos e periféricos ganham uma força crescente pelo menos na capacidade de transmitir as suas versões da realidade política aos próprios *media* dominantes. Nesse sentido, toda a história da evolução da sociedade civil nos países de Leste ao longo dos anos 80 está relacionado com a aparição de esferas públicas muitas das vezes mobilizadas em torno de *media* alternativos (Alexander e Jabos, 1998:14-15).

A redescoberta do poder do jornalismo surge, curiosamente, ao mesmo tempo da redescoberta dos poderes dos públicos. Hoje é impossível negar a importância da actividade jornalística na formação de uma concepção do mundo adequada aos grandes consensos e na construção dos sistemas de relevância dos actores sociais. Porém, simultaneamente, não é possível deixar de abandonar os pressupostos clássicos de alguma teoria crítica para ter em conta uma visão mais complexa das situações de interesse, de conflitos e de poderes nas sociedades capitalistas avançadas. Não é possível deixar de lançar um olhar atento sobre os múltiplos pontos de vista que aceitaram recuperar os diversos modos de enfatização do poder das audiências. Esse olhar atento implica que se tenham em conta a um conjunto importante de contributos teóricos, como sejam a importância atribuída por Stuart Hall aos conceitos de codificação e decodificação nos estudos de audiência, relacionando-os designadamente com grau de assimetria verificada

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

nas relações entre produtor e receptor (Hall, 19890: 131) ; o contributo dado pelo modelo teórico dos usos e gratificações graças ao conceito de audiência activa (Dayan, 1998: 103-111; Curran, 1998: 175-198; 1974:197-212); as aproximações feministas, designadamente as contestações dos textos e formatos que consolidam certo modo de determinação do género; as diversas hipóteses teóricas que relevam a relação entre os *media* e a cultura do quotidiano. Todos estes trabalhos partilham do ponto de vista comum segundo o qual os textos noticiosos têm diferentes significados de acordo com os diferentes contextos em que as audiências se encontram envolvidas (Ericson, Baranek e Chan, 1991: 53). À medida que a sociedade cresce mais complexa e multifacetada, mais ela é experimentada de um modo pluralista. As audiências descodificam ou interpretam os textos mediáticos de acordo com as circunstâncias sociais e culturais em que os receberam e de acordo com a forma como experimentaram subjectivamente essas circunstâncias (Sfez, 1994: 90). O seu interesse é dirigido, não para as formas individuais pelas quais as pessoas compreendem um texto, mas sim para os significados que são culturalmente partilhados. Nessa medida, recorre-se ao termo “comunidade interpretativa” para se referir a grupos de pessoas que fazem uma interpretação comum de um texto (Ang, 1995: 214). Como comenta Ferry, “os liberais já não têm mais o monopólio do pensamento pluralista, verificando-se mesmo uma dissolução das clivagens teóricas entre, de um lado, os pesquisadores conotados com a esquerda, orientados para aproximações holísticas e privilegiando o «macro», e do outro, as aproximações dissociativas e o interesse pelos problemas microsociológicos”(Ferry, 1995: 55). Deixou de fazer sentido - pelo menos de uma forma como tinha sido imaginada pela ortodoxia da Crítica da Cultura de Massa, - a concepção de Teoria Social que estava imanente nas formulações mais apocalípticas sobre as capacidades manipuladoras dos *media*. É evidente que o jornalismo tende a favorecer uma construção social da realidade com vocação ordenadora. Simplesmente, nas sociedades diferenciadas, à medida que as acções e relações sociais são mais e mais coordenados através da comunicação, o poder torna-se cada vez mais dependente da aceitação de definições da realidade (Strydom, 1999:16), que, por sua vez, podem depender de públicos conflituais. Um outro importante desafio que se coloca ao espaço público contemporâneo será, assim, conseguir que a existência destas comunidades interpretativas se traduza em oportunidades de cidadania, fazendo com que a interpretação conflitual se torne pretexto para uma cultura, baseada na

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

argumentação e na apresentação de pretensões de validade, que favoreça um entendimento pós-convencional das identidades.

É claro que a reabilitação do público (Strydon, 1999: 2) que os estudos de recepção realizaram, dando do espectador uma imagem activa, não faz desaparecer a questão da influência, designadamente o facto de que o melhor espectador do mundo não pode interpretar senão aquilo que ele recebe. A noção de agenda faz cada vez mais sentido apesar dos elementos teóricos que introduziram as noções de polissemia do texto, de comunidades interpretativas activas, de resistência do espectador e de apropriação culturalmente variável da mensagem (Ferry, 1995:58). “Os homens actuam de acordo com a informação que dispõem e segundo a percepção que conseguem elaborar da realidade”(Morató, 1996: 168). Haveremos de concordar com Ferry quando afirma que o facto de uma opinião pública tender a constituir-se com base no que a agenda oferece limita desde já as possibilidades da comunicação social. Porém, também teremos oportunidade de ripostar que a selecção dos temas da agenda já não é definida apenas pelos centros de emissão, em condições de uma estrutura piramidal puramente assimétrica. Ela é também exercida pelo público ao nível da recepção, pela escolha entre os programas oferecidos, pela interpretação que ele faz do texto escolhido, pela confrontação dessa interpretação com outras formuladas pelos restantes membros do público, e em especial pela possibilidade de os públicos, de acordo com uma lógica de redinamização e democratização da sociedade civil, pretenderem eles próprios tomarem a palavra, tornando visíveis interpretações conflituais e afirmações em defesa do reconhecimento de pretensões excluídas. Neste combate que se leva a efeito no interior de uma sociedade civil, há que passar do registo expressivo dominante – o de um pluralismo assente em gostos e crenças (devemos talvez dizer preferências), para um outro registo de discussão pública acerca do que é justo ou correcto em geral, independentemente, não das idiosincrasias individuais, mas do contexto social (Ferry, 1995:59). Os *media* providenciam a circulação de um determinado fluxo de material cultural desde os produtores até às audiências. Porém, estas usam-no no contexto dos seus mundos da vida quotidianos para fundarem um universo de significado e um enquadramento cultural comum, através dos quais se torne possível a compreensão intersubjectiva. Simultaneamente, este fluxo de comunicação graças ao facto de induzir uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

problematização e uma reflexividade crescentes, responde ao desafio que consiste em evitar que o mundo da vida quotidiana ganhe uma configuração estática, pela qual se torne, sobretudo, um contexto de dominação. A pesquisa sobre a comunicação – sem deixar de reconhecer o papel dos *media* – terá de proceder a uma análise detalhada dos contextos de vida em que as mensagens mediáticas circulam, assumindo que a negligência das relações complexas entre a cultura de massa, o mundo da vida quotidiana, os movimentos sociais e os espaços informais de comunicação apenas origina formas a-históricas e reificantes de observação das dinâmicas sociais.

Conclusão : a sociedade civil como sociedade de comunicação

As recentes transformações verificadas ao nível dos *media* e os debates exacerbados sobre a sua substância, trajectória e efeitos colocam dois desafios para uma teoria crítica: como teorizar as mudanças dramáticas em todos os aspectos da vida que as mudanças relacionadas com a transmissão de informação e a generalização da comunicação estão a produzir; e como utilizar essas transformações para promover mudanças sociais que originem uma sociedade mais igualitária e democrática, aberta à pluralidade e ao respeito pela diferença.

Face às poderosas mutações estruturais da esfera pública, resultantes dos fenómenos simultâneos e imbricados entre si da globalização e da fragmentação cultural, tornou-se impossível deixar de prestar atenção ao que se afigura como susceptível de transportar consigo o aumento da complexidade e da indeterminação. Sob o ponto de vista aqui presente, entende-se que é preciso ter em conta as consequências que essas mudanças estruturais terão na formulação de novos horizontes de experiência para as identidades e na mudança da forma como se entende a relação entre público e privado.

A atitude totalizante que percorre algumas análises sociológicas é incompatível, cada vez mais, com uma racionalidade científica que tenha em conta as disposições fluidas, contínuas e aleatórias, que constantemente percorrem, em especial nos nossos

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

dias, as dinâmicas sociais. A posição aqui defendida é a de rejeição das teorias que não tenham em conta as numerosas incertezas, interrogações e perplexidades que as actuais dinâmicas sociais despertam. Quando se lêem alguns textos da primeira fase da Teoria Crítica, de Bourdieu, de uma parte da obra de Foucault ou de Luhmann, ocorre, em registos diversos, a sensação de uma superfície regular e lisa onde não há lugar para o movimento contraditório e para a incerteza. Seja pela negativa, através da afirmação de uma visão apocalíptica que aparentemente há-de culminar no devir reificante da existência humana, seja pela positiva, através da minimização das forças de resistência, através da centralidade conferida aos mecanismos sistémicos, constroem-se enquadramentos teóricos brilhantes, normalmente tão fascinantes quanto a sua ambição totalizadora. O “todo” seria deste modo o ópio dos intelectuais.

Pretendeu-se, ao invés, tomar como objecto a própria incerteza que, desde há quase duas décadas, feriu, de modo cada vez mais explícito, algumas das tendências da modernidade. Em suma, a incerteza de um mundo que se move a uma velocidade fulgurante, onde as tendências contraditórias se manifestam de uma forma exacerbada. Um olhar merecidamente atento à obra de um Adorno permite concluir que a redução da sua teoria a uma crítica da cultura de massa é unilateral e marcada pela fortíssima impressão que a “Dialéctica do Iluminismo” deixa nalgumas das suas passagens mais dogmáticas. Um olhar mais fino terá, eventualmente, capacidade para perscrutar a atenção à forma como é descrita a relação entre o consumo e a subjectividade, de um modo que antevê as primeiras análises de Baudrillard e que mantém, nalguns dos seus textos, uma certa força profética para identificar alguns dos problemas que o estádio actual da modernidade enfrenta. Uma leitura despreconceituosa de Foucault mostra como a categoria da dominação convive com a não menos omnipresente resistência. Quanto ao próprio Luhmann, não é possível conceber a leitura ou o sentido da sua obra sem a identificação de um forte sentimento de incerteza ou de improbabilidade. Porém, em qualquer dos casos, pressente-se que um olhar de natureza crítica sobre as relações entre os *media* e as dinâmicas sociais não poderá bastar-se com a contemplação unilateral de um mundo administrado onde reine a ordem assegurada pelos *media* sistémicos.

Procurou-se indagar, nesta tese, qual o papel desempenhado pelos *media* em sociedades marcadas de modo crescente pela fragmentação e onde a tensão entre o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

universal e o particular se torna um elemento estruturante do espaço público. Definiu-se, na introdução, a necessidade de uma teoria crítica que não se contente com generalizações excessivas e se abra à incerteza comportada pelas transformações verificadas na vivência da subjectividade. Seguidamente, analisou-se o conceito de mediação como presença do homem no mundo e da sua relação com o Outro, chamando a atenção para a necessidade de ultrapassar um conceito solitário de sujeito, e mostrando a necessidade de abertura à tradição e ao mundo da vida. Tentou-se, em simultâneo, tornar claro que a mediação não pode confundir-se com uma espécie de aceitação passiva do mundo como ele se apresenta, introduzindo a reflexividade e a própria resistência como elementos estruturantes da própria socialização e constituição da identidade, ultrapassando visões idílicas de um mundo da vida estranhamente expurgado de relações de dominação e de poder. De acordo com esta perspectiva, chamou-se a atenção para a necessidade de um exercício da racionalidade crítica, com vista à constituição de espaços de mediação onde seja possível trazer a público novas formas de problematização do mundo. Após explicar de que modo a reificação funciona como elemento de um processo em que uma totalidade exterior se opõe ao diverso e ao múltiplo no plano da sociedade e da política, pretendeu-se chamar à colação os conceitos de sociedade civil e de espaço público como lugares privilegiados para a manutenção de uma tensão entre o universal e o particular. Apesar de se reconhecer que a cultura se afirma, muitas das vezes, de um modo que transporta uma desumanidade, que resulta da sua objectivização como algo de exterior à presença humana, enfatizou-se o facto de que essa exteriorização, resultante ou de um dogmatismo comunitarista ou da mercantilização generalizada, não pode nunca obstar à presença de espaços de mediação e de resistência que integram a sociedade civil e o espaço público. Por um lado, assumindo os contributos que resultam do pensamento crítico achou-se importante partilhar a preocupação que advém de uma concepção instrumental da racionalidade e se expressa em formas de patologia que negam a presença dos sujeitos como potenciais actores sociais. Porém, simultaneamente, recusou-se o criticismo romântico que se faz sentir através de uma negatividade totalizante. Numa tradição que não rejeita os contributos de Habermas, mantendo com o mesmo um forte diálogo marcado por um criticismo intransigente mas lúcido, procurou-se tornar bem claro, logo a seguir, que a emergência das identidades era um desafio e um problema que se colocava à formação de qualquer espécie de consenso baseado na idealização do mundo da vida por oposição aos mecanismos sistémicos.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Após este percurso, descreveu-se, de modo particular, a importância que as identidades, as comunidades, os novos movimentos sociais e a nova geração de direitos centrados na diferença e na diversidade comportam para o conceito de cidadania e para a ambição universalista que o suporta. Tentou-se, finalmente, analisar o modo como os *media* estão marcados por práticas discursivas que tendem a relevar o que é norma, o que é consensual e o que é objecto de uma aceitação pacífica pelo *status quo*. Ao mesmo tempo, confrontou-se essa tendência para a homogeneização com os novos fenómenos de emergência das identidades, lançando-se a possibilidade de, apesar de todas as dúvidas e perplexidades, podermos encontrar, encontrarmo-nos seguramente, diante de novas transformações estruturais do espaço público, que passam pelo lançamento de esferas públicas múltiplas nas quais os *media* poderão desempenhar um papel estruturante acentuadamente crítico e reflexivo, contribuindo para afastar as formas de reificação cada vez mais complexas que parecem ameaçar os modelos de compreensão intersubjectiva que, aparentemente, ganham novas condições para se afirmarem. Urge meditar sobre o desempenho dos meios de comunicação. Devemos analisá-los não apenas como suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento, mas também como lugares de produção de estratégias que visam reformular o processo social. Sem deixar de reconhecer a sistemática reverberação dos discursos dominantes nos *media*, temos de considerar que debates, polémicas e contradiscursos se manifestam nos conteúdos informativos, ainda que numa intensidade menor do que a desejada, mas em proporção bem maior do que a de décadas atrás. Os aparatos mediáticos não operam em *full time* para mascarar factos ou distorcê-los. Seria menosprezar a percepção da audiência e desconhecer as exigências da febril concorrência no mercado da comunicação. É evidente que nem tudo o que se divulga está contaminado pelas injunções de uma malha ideológica rígida a ponto de defraudar a vida — afinal complexa e diversificada.

Em vez dos percursos lineares, unívocos e incontestáveis, chamou-se a atenção para as possibilidades ainda entrevistas, para os caminhos estreitos e árduos onde flúem possibilidades erráticas, mal definidas e carentes de conceptualização que emergem no actual contexto de fragmentação da sociedade e do espaço público. Nessa medida, todo o esforço desta tese culmina na conclusão de uma caminho que poderá passar pela multiplicação de espaços públicos e pela emergência de comunidades onde a unidade

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

possível e a diversidade desejável, a universalidade e a particularidade, o cosmopolitismo e a tradição sejam elementos que integrem um projecto de resistência e de recusa da reificação, que se continuará a travar no plano do mundo da vida e da sociedade em geral e onde os *media*, eles mesmos objecto de transformações que incidem sobre as suas práticas e estruturas organizativas, desempenham um papel fundamental.

Um percurso deste género exige que, paulatinamente, se conclua pela tentativa de formulação de uma teoria social crítica, atenta aos traços que caracterizam a actual modernidade e se revelam indutores de um aumento crescente do pluralismo cultural e sociológico, susceptível de descobrir nos *media*, novas dinâmicas e configurações adequadas a esses traços de conflito e de indeterminação. Na verdade, como se viu ao longo desta tese, uma teoria que parta de uma visão monumental e ordenada do mundo, que insista na totalidade em detrimento do pormenor e que valorize a ordem e a integração social em detrimento do conflito terá dificuldade em olhar para a sociedade de um modo outro que não seja o de uma certa obsessão hobbesiana em ultrapassar a incerteza, a improbabilidade, o desvio e o risco. O resultado será um olhar que persistirá na inevitabilidade do triunfo de uma ordem sistémica. Na maior parte dos casos, uma teoria deste jaez terá dificuldade em descobrir nos *media* ou nas indústrias culturais outras vocações que não sejam a da manipulação ou a da fixação rígida de limites temáticos para a discussão pública.

Nesse sentido, uma conclusão incontornável aponta, em primeiro lugar, para a necessidade de repensar a Teoria Crítica há luz de realidades sociais que indiciam novas possibilidades. As conclusões teóricas que apontam para contornos totalizantes apresentam-se fatalmente condenadas à obsolência ou, no mínimo, à incapacidade de proporcionarem um olhar fecundo para as alterações verificadas na modernidade. Sendo a teoria crítica uma teoria que analisa a realidade no pressuposto de que há alternativas susceptíveis de superar o que há de criticável no que existe, o seu desiderato é o descobrir outras formas de viver, suprimidas e desacreditadas pela ideologia dominante. Nesse sentido, há-de estar atenta às muitas formas de opressão e de dominação, algumas delas irresponsavelmente negligenciadas pelos modelos clássicos que a inspiraram, como a crítica feminista e multicultural bem assinalaram. Nesse sentido, haverá lugar neste empenhamento para uma vocação multicultural, para um fazer falar os silêncios que, pela

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

omissão e esquecimento da diferença, se afirmam como sintoma de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida. De acordo com esta ideia, será, então lógico, falar não de emancipação mas de emancipações. Esta afirmação de uma vocação multi-cultural não se auto-bloqueia na incomensurabilidade do relativismo que premeia por igual todas as opções, considerando todas as formas de viver e jogos de linguagem como *legítimos em si mesmos*. O reconhecimento da diferença sem a exigência de uma inteligibilidade recíproca conduz a um beco relativista, onde se perde a noção do que é mais e menos perigoso, mais ou menos legítimo ou ilegítimo. A teoria crítica, no sentido que procuramos desenhar nesta tese apela a uma dimensão hermenêutica que torne as possibilidades, aspirações, necessidades e desejos de uma cultura, compreensíveis para uma outra cultura (Santos, 2000:29-30). Por outro lado, uma teoria crítica admite a abertura do conhecimento emancipatório a uma dimensão retórica na medida em que comporta uma componente agonística, que se expressa numa batalha argumentativa entre vários regimes de verdade. Nesse sentido, a retórica surge relacionada com uma profunda exigência democrática de valorização do argumento e de respeito por um diferendo entendido como a afirmação polémica de uma diferença que comporta, dentro de si, a aspiração normativa de ser escutada e debatida por um auditório universal. Nessa medida, a retórica, tal como é entendida aqui, surge relacionada com uma certa concepção de discurso público em que orador e auditório podem permutar as suas posições relativas (Santos, 2000: 99). Finalmente, a radicalidade de uma teoria deste jaez implica uma atenção especial às possibilidades que temos, sem preconceitos ou voluntarismos vanguardistas, mas atenta aos detalhes que realisticamente sugerem a mudança. Nesse sentido, escusa-se em simultâneo à sedução de uma *idealpolitik* totalizadora ou à resignação de uma *real politik* em face da qual todo o real seja racional.

Em segundo lugar, trata-se desde já de olharmos para a nossa modernidade como um tempo de transição paradigmática, de interregno e de efervescência preparatória (Santos, 2000: 16), uma sociedade em suma que se afirma fragmentada, múltipla e plural, onde as fronteiras existem apenas para serem ultrapassadas (Santos, 2000: 32). Parece evidente, em primeiro lugar, a emergência da componente simbólica da sociedade civil. Se todos os períodos históricos têm a sua palavra mágica – talvez devesse dizer-se a palavra passe que abre o horizonte das suas possibilidades – da mesma forma que houve uma

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Idade da Fé, uma Idade da Razão ou uma Idade dos Descobrimentos, a nossa parece ser a Idade da Comunicação (Roszak, 1971: 31-32). Hoje é possível concluir, com mediana clareza, que os desenvolvimentos mais recentes fizeram com que se movimentassem os respectivos interesses desde uma racionalidade exclusivamente virada para o negócio e para as ciências aplicadas para uma outra esfera onde se articulam a estetização da vida, uma nova atenção às emoções e à circulação da informação (Featherstone, 1991:35). Apesar das visões que apenas sublinham a desregulamentação resultante do movimento de regresso do mercado vulgarmente designado por nova economia, convirá ter em conta que esta desregulamentação é acompanhada por uma atenção crescente aos elementos culturais e simbólicos que se tornaram sua parte integrante.

Estas transformações são particularmente visíveis e realçadas no que diz respeito à enfatização da agenda privada. O projecto de estilização da vida como obra de arte, tão insistentemente referido por teóricos pós-modernos conduziu ao desaparecimento de alguns intermediários culturais tradicionais e ao surgimento de outros novos, envolvendo um fortalecimento do domínio dos bens simbólicos e culturais e quebrando algumas das hierarquias tradicionais ou, pelo menos, algumas das formas tradicionais de definir essas hierarquias. Esta noção de um deslocamento da atenção da economia tradicional centrada na produção para a dimensão simbólica (Kellner, 1995: 330) não deve, obviamente, cegar-nos para os profundos compromissos entre o campo cultural e o campo económico. A estetização da vida é central para o desenvolvimento de uma cultura de consumo. Consiste num importante traço caracterizador da actual situação em que a relação entre a vida e os bens simbólicos se traduz em novos tipos de atitudes. Detectam-se, deste modo, acentuadas tendências para a indeterminação, pluralismo, ecletismo, intertextualidade, desconfiança no universalismo, predominância eventual da racionalidade estética sobre a racionalidade cognitiva (Featherstone, 1991: 40). Porém, embora seja difícil acompanhar o raciocínio dos pós-modernos, segundo os quais “hoje não há moda, há apenas modas” pelo que “toda a gente pode ser qualquer pessoa” - observação, aliás, perigosa por conter dentro de si todo um programa potencial de reificação das relações sociais – é difícil deixar de admitir que se assiste a uma transformação estrutural que se desloca da produção e do consumo de massa próprios do capitalismo conformista, cinzento, dos anos sessenta para uma muito maior segmentação do mercado e do consumo, que passa por uma enorme

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

variedade de escolha de objectos que são associados à diferenciação de estilos de vida individuais. Para autores como Jameson, “nenhuma sociedade foi tão saturada de signos como aquela em que vivemos” (Jameson apud Featherstone, 1991: 85). Nessa medida, o termo “cultura de consumo” apresenta uma dimensão dual que constitui um contributo para algumas das dicotomias em que este debate é fértil: em primeiro lugar, a ênfase da dimensão cultural da economia, a simbolização e uso de bens materiais como veículos de comunicação e não apenas como mercadorias; em segundo lugar, na economia dos bens culturais, os princípios da oferta e da procura, da acumulação capitalista que operam dentro dos estilos de vida e dos bens culturais. A oposição entre os *media* sistémicos e os *media* simbólicos que circulam no mundo da vida ganha uma dimensão analítica que urge esvaziar de qualquer conteúdo empírico. As tendências que apontam para o aprofundamento democrático de interacções comunicativas, possibilitando a resistência à dominação e a abertura de novas formas de mediação; e as tendências inversas que apontam para um aprofundamento da vigilância e da manipulação dos comportamentos cruzam-se nos mesmos caminhos em sentidos opostos. A utopia da sociedade da informação, defendida e até propagandeada por Toffler e Daniel Bell, ao anunciar o fim das ideologias e a sua substituição pela acção de especialistas munidos de máquinas comunicacionais inteligentes, torna-se ela própria uma ideologia, senão uma religião da comunicação. *Realpolitik* e *idealpolitik* confundem-se no momento em que a segunda se torna o instrumento de obliteração dos elementos conflituais da realidade social. Nem a sociedade deve ser caracterizada pelo inevitável devir de uma reificação generalizada, nem se deve proceder à celebração do fim da história graças ao aumento da circulação da informação. É o desenvolvimento de elementos contraditórios que nos permite almejar a superação das patologias comunicacionais, com a consciência de que esta atitude crítica não significa almejar um estágio definitivo de perfeição que equivalha a um consenso definitivo. Consequentemente, deixam de fazer sentido conclusões unilaterais: a emergência do pluralismo sociológico, ao contrário do que pensam conservadores e pós-modernos, pode-se articular com a luta pelo reconhecimento e não se identificar apenas com o escapismo, o hedonismo e o abstencionismo político. A cultura dos meios de comunicação também é um lugar de intensa luta entre as diferentes raças, géneros e grupos sociais e, por conseguinte, teoriza-se melhor como um terreno de disputa, aberto às vicissitudes da história do que apenas como um campo de dominação. “Nos países

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

democráticos, a luta política é, em grande medida, uma luta de caris simbólico, uma luta de palavras contra palavras, cujo objectivo é impor uma visão do mundo, uma representação da realidade social e uma certa concepção da ordem social, a fim de a conservar ou, ao contrário de a subverter”(Champagne, 2000: 18) Nesta luta, os jornalistas e os *media* desempenham um papel estratégico.

Enquanto muitos dos promotores do conceito de sociedade de informação tendem a ser deterministas no que respeita à tecnologia, muitos dos (neo) marxistas que criticam estas ideologias tendem a ser deterministas sob o ponto de vista económico. Nesse sentido, muitos autores subscrevem, com argumentação justificativa convincente, a ideia segundo a qual a ausência de uma intervenção autoritária do Estado e a existência de debate e polémica não impede que os órgãos de comunicação social das sociedades capitalistas avançadas desempenhem um papel altamente funcional de legitimação do poder (Milliband, 1977: 114). No ponto de vista que aqui se defende, ambas as abordagens negligenciam, frequentemente, o papel da luta e do conflito e as capacidades dos indivíduos e dos grupos para refazerem a sociedade de um modo que sirva melhor os seus interesses e necessidades. O actual estágio de desenvolvimento da sociedade é muitas das vezes referido como sociedade do conhecimento ou sociedade da informação, modelos ideal-típicos em que o conhecimento e a informação ganhariam um papel predominante em relação aos dias recuados em que a produção desempenhava o papel fundamental. É certo que o conhecimento e a informação são elementos cada vez mais importantes da nossa contemporaneidade, pelo que as teorias de tecnófolos como Daniel Bell e outros teóricos do pós-modernismo já não nos surgem com um tom tão marcadamente ideológico quanto outrora. Apesar de tudo, importa ter bem presente as limitações destas abordagens, na medida em que privilegiam uma visão idealista do conhecimento e da informação, subestimando o papel das relações capitalistas de produção, propriedade e controlo.

Em terceiro lugar, verifica-se, neste ambiente de generalização da importância da dimensão simbólica, que os *media* ganharam um papel importante, sendo, também eles, sujeitos à mutação acelerada da sua configuração tradicional. O discurso mediático e, em especial, o discurso jornalístico, surge neste contexto mais geral de profundas alterações nas relações entre cultura e sociedade como uma das faces mais visíveis, afirmando-se não

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

apenas como simples variável mas protagonista dessas mesmas transformações. Nesse sentido, é impossível deixar de concluir pela existência de traços que, embora convivendo numa tensão de contrários, fazem parte das marcas bem típicas do actual estado da nossa modernidade. Verifica-se, desde logo, uma tensão forte entre os processos de concentração e fusão empresarial que se desencadeiam em todo o lado e a multiplicação e segmentação de mercados cada vez mais inventivos e plurais, que fazem da própria diferença um elemento estruturante da produção simbólica. “Os fluxos multiplicam-se mas a comunicação concentra-se”(Aubasch, 1994: 19). Apesar de tudo, sente-se que a vontade das minorias em obterem um reconhecimento ganhou novos suportes que impedem, objectivamente, o seu silenciamento. Assiste-se, deste modo, à transformação e reestruturação da geografia comunicacional, caracterizada pelo desenvolvimento das redes, pela crise das esferas públicas nacionais e pela emergência de novas formas de actividade regional e local (Morley e Robbins, 1995: 1). Deste ponto de vista, uma cultura global não se traduz apenas na homogeneidade. Pelo contrário, o sentido emergente de que partilhamos o mesmo pequeno planeta e que estamos diariamente envolvidos numa teia crescente de contactos culturais pode incrementar a gama de definições conflituais desse mundo que partilhamos (Featherstone, 1991:146-147). A globalização afirma-se simultaneamente como uma crise de identidades, entendendo-se a palavra crise não no sentido de uma pura dissolução mas, também, de reconfiguração (Jakubowick, 1995: 167). A inegável tendência expansionista dos *media* para aumentarem os mercados chegando ao maior número possível de consumidores, inserida num contexto geral de reestruturação da economia, contribui, de modo paradoxal, para uma pluralidade de visões do mundo que resultam da desterritorialização de imaginários anteriormente ancorados numa dimensão nacional resultante de equilíbrios geo-estratégicos formulados num mundo bipolar (Morley e Robbins, 1995: 12). Ou seja, temos hoje presentes a possibilidade de compatibilizar pluralismo e cosmopolitismo no seio do próprio processo de globalização. Os fluxos migratórios, a emergência de uma dimensão multicultural nas grandes metrópoles, a ausência de visões unitárias seguras que substituam as grandes narrativas e a força centralizadora dos Estados nacionais fazem emergir comunidades cujo suporte simbólico é, ao menos parcialmente, assegurado pelos *media*. Deste modo, a formação de conglomerados de dimensão universal coexiste com uma segmentação que passa muitas vezes pela tentativa de recuperar os traços distintivos de subculturas. A inegável

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

concentração de capitais e fluxos económicos nos sectores da informação e da comunicação é acompanhada por fenómenos contraditórios de segmentação, fragmentação, aumento da diversidade e do pluralismo sociológico. “O «consumidor médio universal» não existe, a não ser enquanto estratégia e construção do próprio discurso mediático. Pelo contrário, coexiste com fenómenos de reactivação e até de intensificação de identidades nacionais e regionais” (Mesquita, 2000: 71).

Assim, é redutor falar de concentração e esquecer que, em muitos processos de democratização e de aprofundamento da democracia, as instituições da sociedade civil conseguiram criar e desenvolver os próprios meios de comunicação. Ao mesmo tempo que se dá uma enorme concentração dos centros de produção de fluxos comunicacionais, torna-se cada vez mais evidente a existência de grupos minoritários com língua, costumes, visões do mundo e cultura própria, que necessitam de ter acesso a meios que reflectam as suas peculiaridades, os seus caracteres e as suas identidades. A concentração económica coexiste com o pluralismo sociológico e político. A velocidade de comunicação induz factores de concentração de poder nas grandes metrópoles, mas curiosamente induz resistências, improbabilidades, contingências, oportunidades apenas entrevistas. Surgem oportunidades para desencadear fenómenos de rejeição da dominação ao nível do mundo da vida, através da criação de solidariedades que muitas vezes buscam uma combinação ideal e quase sempre complexa entre as relações pré-modernas próprias da comunidade - uma espécie de nostalgia electrónica do ideal de corte na aldeia - e os elementos emancipatórios próprios do espaço público, relacionados com a valorização do discurso e da argumentação. A impossibilidade de pensar a história como um curso unitário é, em larga medida, resultado do nascimento e espectacular dimensão dos *mass media*, os quais geram uma sociedade com diversas subculturas que tomam a palavra, gerando um pensamento fragmentário que não aceita a pretensão de sistema e que prefere uma expressão em forma de fragmento ou de aforismo. Se isto constitui um dado ao nível do pluralismo sociológico, o mesmo se verifica no pluralismo de opiniões no espaço público e na transmissão de temas que eram objecto de uma agenda privada para o espaço do confronto democrático.

Se é verdade, por um lado, que os *media* surgem intimamente relacionados com o desenvolvimento do mercado e à mercantilização do *self*, também não é possível deixar de

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

perceber que a ênfase das questões que dizem respeito à subjectividade se afirmam como um desafio para a configuração do espaço público. Se a personalização e a dramatização, expressas na abertura ao rosto humano e à subjectividade, são estratégias que possibilitam, muitas das vezes, a redução da escolha do estilo de vida a um gesto consumidor, também contribuem para a personalização do político, na medida em que a agenda dos grandes objectivos abstractos é substituída por uma agenda pública crescentemente centrada nas dimensões quotidianas da vida.

Se é verdade que a influência dos *media* na construção social da realidade é um dado incontornável, não é menos verdade que cada vez mais é obsoleto e irrealista opor os *media* aos agentes sociais, como se os primeiros ocupassem uma posição a-histórica, desligada das interacções concretas entre os homens. Pelo contrário, hoje abre-se a possibilidade de que os agentes sociais irem recorrendo aos próprios *media*, através de uma intervenção cada vez mais directa na descodificação, recepção activa e até na produção de mensagens.

Se é verdade que os *media* se oferecem como um operador de convergência intervindo de modo directo na formação de consensos sociais, verificando-se deste modo uma sintonia entre as práticas discursivas e uma atitude natural que olha o mundo aceitando-o tal como é e reforçando, de certo modo, aquilo que já existe, não é menos verdade que esta forma de consenso passivo enfrenta desafios crescentes resultantes de uma visibilidade de sectores sociais até hoje excluídos do espaço público.

Se é verdade que os processos discursivos utilizados pela linguagem jornalística conduzem a uma tentativa de sintonização com o mundo da vida e evidenciam, através do conjunto de práticas genericamente designadas por objectividade, uma conformação aos imperativos dos *media* sistémicos através de uma formulação redactorial que convoca a neutralidade política e a ambição de atingir segmentos de mercado diferenciados, não é menos verdade, por outro lado, que se assiste à erupção de transformações que, embora contraditórias nos seus propósitos, ajudam a generalizar a diversidade social, impondo transformações na representação da realidade de que a abertura do texto à subjectividade, a generalização do ângulo humano, a busca de novas formas de discursividade, a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

interacção com os leitores, a abertura à opinião, a atenção a elementos localizados na periferia social, são apenas alguns dos traços mais relevantes.

Estamos, pois, diante de um conjunto de encruzilhadas no que respeita ao devir dos *media* que se prende directamente com a escolha entre a possibilidade de participarem, de modo mais aprofundado, no aumento da qualidade do discurso público ou, pelo contrário, se tornarem mecanismos que contribuem para o empobrecimento da vida democrática. Sendo certo que, apesar de algumas evidências que parecem indiciar o contrário, nenhum dos dois destinos será integralmente cumprido, parece-nos todavia que existem alguns percursos que tem de ser percorridos no sentido de os *media* se afirmarem como factores de aprofundamento de uma esfera pública mais directamente relacionada com o exercício crítico da cidadania:

a) Se o objectivo ideal é criar estruturas de transmissão no interesse do público, com um grau de autonomia que incentive a diversidade e o pluralismo em termos de informação, pontos de vista e formas de expressão, e que contribuam para uma cidadania activa e plena, deve-se cumprir um requisito básico de um sistema democrático mediático ou seja, criar condições para que ele seja capaz de representar todos os interesses significativos presentes na sociedade.

Sem uma certa acção reguladora em obediência a princípios de pluralismo, estas tendências contraditórias em vez de se poderem traduzir num esforço por uma sociedade mais democrática poder-se-ão esfumar na aparência de diversidade que esconde a ausência de pluralismo opinativo. Um exemplo é a sugestão formulada por grupos de estudo dos *media* no sentido do pluralismo regulado, com um enquadramento institucional que assegurasse a existência de uma pluralidade de organizações mediáticas independentes. Trata-se de dar corpo a um princípio que reconheça a ênfase na liberdade de expressão e a necessidade de apoiar organizações mediáticas independentes da organização do Estado, sustentando ao mesmo tempo que um mercado entregue a si próprio não permite, só por si, a existência de condições de pluralismo e diversidade. De acordo com este projecto, poderia haver lugar a uma intervenção legislativa que limitasse a concentração

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

monopolista, que limitasse a possibilidade de fusões e de *take-overs* e que proporcionasse a criação de centros independentes de produção, que mantivessem, na mesma, uma radical independência em relação ao Estado. Não há receitas seguras sobre qual seria o regime de propriedade a indicar, uma vez que a experiência não demonstra que seja o Estado ou os proprietários privados a, necessariamente, apresentarem uma produção mais criativa ou independente. O serviço público, enquanto filosofia que limita a redução dos direitos de edição e de transmissão a meras mercadorias, continuará a fazer sentido até porque o pluralismo político e cultural não é necessariamente identificado com o liberalismo económico, correndo-se o risco de se assistir a fusões e concentrações que contribuem para a redução do pluralismo político.

Durante décadas, o direito de transmissão não foi encarado como uma mercadoria para ser negociada como qualquer outro produto mas como um recurso comum escasso que os poderes públicos deveriam organizar em função do bem-estar colectivo dos cidadãos, que deveriam ser adequadamente informados, educados e divertidos (McQuail, 1995:147). Nessa medida, alguns dos traços informadores da política de comunicação passavam pela ideia segundo a qual todos os gostos, interesses e subculturas deveriam estar representados, tal como as diferentes regiões e línguas minoritárias. Simultaneamente, deveria ser assegurado o pluralismo e a independência através de corpos regulativos de origem e extracção parlamentares que, em última instância, controlavam a maior parte do financiamento. Se, no plano dos princípios, estes objectivos são correctos, o que ficou definitivamente provado com algumas das respostas que se tentaram, neste século, dar a esta questão é duvidoso, todavia, que a iniciativa estatal seja por si só garantia da prestação destes serviços. Simultaneamente, o advento do cabo e do satélite capazes de distribuírem mensagens através de áreas muito extensas a baixo custo prometeram uma era de abundância (que está em vias de se realizar através de uma inimaginável segmentação e proliferação de canais) que torna anacrónicos os velhos sistemas de regulação assentes na garantia de acesso a um bem escasso. Com efeito, torna-se claro que a tentativa de fundamentação economicista que, afinal, era um dos argumentos que sustentava a velha ordem em que se baseava a filosofia tradicional de serviço público, perdeu o sentido num universo em que a abundância de recursos se generalizou. Ou seja, não é a escassez de um bem – o espaço hertziano – mas a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

salvaguarda de um direito que está em causa, como, aliás, o entenderam bem os governos, como o sueco, que desenvolveram políticas de comunicação que assegurassem jornais de todos os movimentos políticos, religiosos, étnicos, etc. A defesa de uma filosofia de serviço público deve ser fundamentada à luz do Direito através da assunção do princípio segundo o qual a liberdade de expressão tem, claramente, uma dimensão pública. É política e moralmente legítimo defender formas flexíveis de intervenção regulamentadora que visem garantir a possibilidade do exercício dos direitos por todos os cidadãos, impedindo e dificultando as formas de concentração de propriedade que se traduzam numa redução significativa da diversidade, com sacrifício do pluralismo sociológico e político, facilitando e promovendo formas de participação que, ao invés, tornem essa diversidade efectiva, utilizando meios e recursos disponíveis para assegurar níveis de pluralidade aceitáveis. O aumento indiscriminado da concorrência conduz ao aumento dos custos de produção devido ao aumento do custo do talento, dos «directos» na informação, dos direitos de transmissão televisiva. Este agravamento leva à substituição de programas caros por programas mais baratos, onde os investimentos possuam um retorno mais rápido, como acontece nos *reality shows* e nos concursos. Se não existir uma política de comunicação que defina uma filosofia de serviço público que recuse entrar nesta espiral, deixará de existir qualquer limite prático para a decadência generalizada da qualidade das mensagens editadas (Traquina, 1997: 19).

Se é verdade que a própria dinâmica interna dos *media*, as relações que estabelecem uns com os outros e com os públicos, as possibilidades que a opinião pública ganha em expressar-se constituem factores que não tornam possível a concepção conspirativa de corporações monopolistas onnipotentes, não é menos verdade que essas potencialidades só poderão ser realizadas no plano de decisões políticas no domínio da produção, o que, todavia, não significa, necessariamente, a resposta à concentração capitalista com a formação de monopólios estatais. Há um conjunto de outros elementos possíveis que podem contribuir para a dinamização da presença da sociedade civil na efectivação de uma filosofia de serviço público: evitar fusões que se traduzam na redução da diversidade, apoios a tendências minoritárias, aposta na educação para os *media*, dinamizar o fornecimento e a criação de conteúdos por parte da sociedade civil, exercer a efectiva fiscalização dos cadernos de encargos que dizem respeito às concessões privadas.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Por outro lado, nada obriga a que a necessária intervenção estatal seja necessariamente produzida directamente através do controlo da propriedade. Nessa medida, a existência de um corpo regulador responsável pela concessão de canais, atribuição de licenças, concessão de facilidades fiscais e outras formas directas ou indirectas de apoio, pode incluir não apenas a representação do espectro político nacional mas, tal como aconteceu na Bélgica, Holanda e Alemanha, alargar-se aos Governos Regionais, às religiões, às organizações da sociedade civil representativas de interesses minoritários. Justifica-se, assim, a defesa que alguns especialistas como McQuail e Thompson fazem do que pode ser designado por sistema misto. As políticas que visam a igualdade no sentido de proporcionarem apoios a sectores minoritários que procuram ultrapassar as suas desvantagens comparativas passarão, se esta perspectiva é correcta, a incluir mecanismos que tornem o acesso aos *media* mais fácil, designadamente através de espaços que possibilitem o aumento da literacia mediática, a criação de conteúdos e até a fundação e criação de *media* alternativos.

b) Entre alguns dos aspectos que deverão ser tidos em conta estarão os que dizem respeito à relação entre o jornalismo e a esfera pública e com o tratamento da esfera privada. No que respeita à relação entre o jornalismo e o espaço público, haverá uma reflexão a fazer sobre a própria essência da prática jornalística. O movimento do *public journalism* pode constituir ele próprio um desafio a algumas das características de que demos conta em capítulo anterior. O jornalismo público representa a tentativa de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a contribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas (Esterowickz, 2000: 151). Tem como objectivo genérico ajudar os meios de comunicação escrita, da rádio e da televisão e dos novos *media* a relacionarem-se com os cidadãos das comunidades em que se inserem induzindo um diálogo que leve à resolução dos problemas. Um dos traços mais característicos é a defesa do enriquecimento do discurso público, desenvolvendo um “jornalismo conversacional”, com o recurso a fontes não elitistas, e propondo um equilíbrio entre diálogo e deliberação. Nesse sentido, tenta-se proceder a uma investigação acerca de quais são os temas que, efectivamente, fazem parte da agenda dos públicos, comparam a agenda obtida com a dos políticos, e tenta-se criar uma sintonia que leve as

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

peças a afastarem-se mais do abstencionismo (Esterowickz, 2000:152). Parte-se de uma premissa simultaneamente simples e controversa: o seu objectivo não é apenas relatar e dar conta dos acontecimentos, mas promover e reforçar a qualidade da vida pública. Defende-se a ideia de que o público deve tomar conhecimento das notícias de uma forma que promova a discussão e o debate, rejeitando-se de forma enfática e categórica qualquer interpretação da objectividade jornalística que defenda o afastamento das redacções em relação aos assuntos da comunidade. O problema do *public journalism* será o de suscitar o empenhamento não apenas nos assuntos relacionados com as comunidades locais, mas também preservar a identidade e a integridade dessas formas locais de associação no seio de fóruns mais alargados de *deliberação*. Em qualquer destas aproximações e tentativas subsiste, afinal, a ideia de uma ligação horizontal contrastando de modo cortante com os *media* localizados no *mainstream*. Nesse sentido, trata-se de um modo de jornalismo que tende a favorecer as “estórias” esquecidas, as fontes marginalizadas e o retorno à sociedade civil e às suas dinâmicas informais em prejuízo da informação pré-fabricada e seleccionada, concentrada nos mecanismos institucionais. Esta abordagem também implica a insistência em modelos de jornalismo predominantemente investigativos, que permitam retirar os jornalistas da dependência das instituições ocultas sob o manto diáfano das relações privilegiadas com as fontes. Apesar de as novas condições de interactividade poderem facilitar esta dimensão conversacional e comunitária do jornalismo, a verdade é que a sua concretização só será eventualmente possível, se houver uma formação e educação que permita aos próprios praticantes terem sensibilidade e conhecimento para as relações entre a comunicação e as instituições democráticas.

c) No que respeita à recepção, importa tornar as novas tecnologias acessíveis a todos, tornando claro que os indivíduos têm necessidade de desenvolver literacia computacional, em particular, e mediática em geral. O receptor só passa a ser sujeito da informação quando dispõe de critérios próprios (Calvo, 1994:327). É indispensável articular a questão dos *media* com a da redefinição de uma democracia social que mobilize o poder do consenso e o reconhecimento do direito ao dissenso, à diferença e à singularidade. Isto implica desafiar o público a exercer a influência que lhe corresponde, através do conhecimento e análise da linguagem dos *media*. Por isso, no que diz respeito à recepção começam a organizar-se os movimentos de literacia mediática. Não é

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

exagerado dizer que estes movimentos nos confrontam com desafios e problemas dos mais delicados entre aqueles que, como educadores e cidadãos, teremos que enfrentar no século XXI. Trata-se no fundo de promover as competências que permitam aos estudantes e os cidadãos em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação tantas vezes ocultos na linguagem mediática. Nessa medida, influenciar o modo como se constrói a diferença e a hierarquia no interior dos discurso mediáticos implica saber como ele é construído, quais são os seus códigos e convenções e, em última instância, ser capaz de produzir artefactos mediáticos, de forma a usá-los como meios de expressão e de comunicação.

Um pouco por toda a parte, ao lado do reconhecimento do poder dos *media*, surgem movimentos académicos e sociais tendendo a dotar os agentes sociais de competências no sentido de acederem, avaliarem e produzirem mensagens mediáticas. A aquisição destas competências visa também transformar os receptores passivos de mensagens mediáticas em conhecedores habilitados das tecnologias relacionadas com os *media*, designadamente verificando a sua capacidade para influenciarem as audiências e introduzirem novos temas. Nesse sentido, começa-se a acreditar que “a nossa política e a nossa democracia não conseguirão alcançar maiores quotas de dignidade até que as instituições de ensino compreendam, não apenas que terão que explicar diversas coisas sobre os *media*, mas também que uma parte importante das suas disciplinas terão que versar sobre os *media*” (Morató, 1996:28) Neste movimento, que se faz sentir um pouco por todo o lado, e, finalmente em Portugal - cada vez se enfatiza mais a necessidade de saber que tipo de conhecimento, atitudes e competências se tornaram essenciais para se ser cidadão na idade dos *media*. Também aqui se exigem reflexões adicionais: o processo de aprendizagem dos *media* se é feito a pensar na formação de espaços públicos e na descodificação exige uma intervenção pedagógica que não se limite ao conhecimento das técnicas, mas pelo contrário, passa por relacionar as competências adquiridas com o mundo da vida em que os *media* se inserem. Ou seja, qualquer intervenção pedagógica deste género deve ter em conta os conteúdos cognitivos, as crenças, as disposições afectivas e as necessidades existenciais que fazem falta a uma comunidade para ter uma consciência crítica da sua existência e das suas capacidades (Misgield, 1987: 107). A

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

liberdade de expressão, cuja defesa é uma exigência democrática incontornável, exige jornalistas e públicos igualmente bem preparados.

d) acresce que no contexto geral destas transformações emerge uma realidade que funciona como factor de inovação dos *media* clássicos: referimo-nos à emergência das redes e, em particular, ao jornalismo *on-line* ou *webjournalism*, o qual atravessa as fronteiras da imprensa e do *multimedia*, entendido como cruzamento dos desenvolvimentos das tecnologias da comunicação e da informática. Podemos acreditar que estamos diante de uma significativa transformação do modelo de comunicação de massas graças ao uso dos computadores como meio de difusão de um novo tipo de mensagens. Com efeito, através de uma observação do World Wide Web, pode-se verificar uma evolução importante do jornalismo *on-line* (também chamado por vezes de jornalismo electrónico ou, ainda, por jornalismo multimédia) que passa por uma autonomia crescente em relação aos *media* tradicionais. Se num primeiro estágio se procurava sobretudo a colocação de conteúdos oriundos das edições originais, hoje verifica-se a criação de conteúdo original ao qual se adicionam *hiperlinks*, motores de pesquisa e a possibilidade de seleccionar notícias em função do interesse, sendo de prever a generalização, no curto prazo, de formas de pesquisa, redacção, escrita e contagem de histórias específica do novo *medium*. Às possibilidades de navegação abertas pelo hipertexto; às alterações estéticas e narrativas induzidas por uma relação diferente entre a imagem e a escrita juntam-se as possibilidades políticas e éticas acrescentadas pela interactividade, designadamente no que respeita ao direito de resposta, à relação com as fontes e à investigação jornalística.

Esta transformação terá consequências importantes. Desde logo, o conjunto de competências exigidos aos jornalistas será diverso e tornar-se-à, provavelmente, objecto de uma polémica ainda mais intensa. A preparação tecnológica, a forma de acesso às fontes e à pesquisa, a necessidade de uma sensibilidade imagética e lúdica são alguns dos factores que podem contribuir para que essas alterações ganhem alguma relevância. Nesse sentido, “para o acesso à profissão serão decididos aspectos como a sensibilidade

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

intercultural, o domínio de técnicas da informática, o tratamento da documentação ou a criatividade nas áreas da escrita, da imagem e do grafismo”(Mesquita, 2000:75).

No que toca aos efeitos dos *media*, teremos que nos interrogar sobre a forma como a interactividade traz consequências seja no que diz respeito ao paradigma que analisa esses efeitos sob o ponto de vista da produção noticiosa (*newsmaking*) seja sob o ponto de vista do paradigma que analisa os efeitos pela fixação da agenda (*agenda setting*). Quanto ao primeiro, ter-se-á que ter em conta que alguns dos numerosos constrangimentos que intervêm na produção noticiosa poderão conhecer alterações substanciais. Desde uma eventual menor dependência das fontes institucionais até uma maior intervenção dos públicos, através do prolongamento da discussão nos fóruns disponíveis até à possibilidade de resposta macissa dos leitores dinamizando o direito de resposta de modo a exercer pressão em torno de um determinado interesse ou pretensão, abrem-se um conjunto de possibilidades que, eventualmente, poderão alterar rotinas e modos de tipificar próprios de cada *medium*. O aumento da velocidade de transmissão poderá conduzir à complementaridade entre notícias e seu posterior desenvolvimento em edições *on-line* e vice-versa. No que toca ao efeito de *agenda*, não é irrealista supor-se que a sua fixação seja objecto de uma luta no qual intervêm outros agentes para além daqueles a quem, tradicionalmente, compete a redacção e edição final. No limite, o direito de resposta pode ganhar os contornos de uma acção colectiva.

Por outro lado, a junção entre os diversos meios de comunicação – inclusivamente a imprensa – e as novas tecnologias de informação pode, eventualmente, vir a traduzir-se num desenvolvimento da interactividade, abrindo caminho para a melhoria das possibilidades de transmissão de mensagens e para a abertura de novas possibilidades estéticas. A ideia de que a rede não tem centro tendo, antes, permanentemente, vários centros fere, restando ainda saber com que profundidade, a ideia de uma mensagem construída em função de uma percepção hierárquica da importância decrescente da informação. Porém, não podemos ver a introdução de elementos lúdicos apenas sob o ponto de vista da trivialização. Alguns aspectos que urge sublinhar têm a ver com a presença de elementos sensoriais novos centrados na imagem, no hipertexto no lugar da escrita linear. As características do hipertexto (a organização em fragmentos, a possibilidade de o utilizador possuir uma relativa liberdade de escolha na relação entre

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

esses fragmentos, a fluidez e riqueza das suas ligações) remetem para uma certa errância e ausência de linearidade. Por um lado, a possibilidade de introdução de imagem e de som reforça uma componente narrativa que parece fazer realçar os elementos mais directamente relacionados com os *topos* próprios dos géneros ligados ao espectáculo do que com as características clássicas atribuídas à notícia. Porém, nada impede que o hipertexto e a utilização de tecnologias multimédia não possam ser indutoras de processos onde se verifiquem um acréscimo de rigor e de aprofundamento. A possibilidade de ligação a bases de dados, a arquivos informatizados e a utilização de motores de busca podem também ser uma poderosa ferramenta no sentido de aumentar a contextualização, a quantidade de informação em *background*, a mobilização de dados adicionais e a possibilidade de procedimento por associações no sentido de escapar a uma rede de facticidade centrada no acontecimento em si. Num certo sentido, o jornalista ganhará uma dimensão diferente na medida em que manterá características de *gatekeeper* num universo de maior complexidade. Se assumir como sua a missão de imprimir uma certa racionalidade na produção e circulação de mensagens, então terá de se adaptar à gestão dos fluxos comunicacionais em dimensões de espaço e tempo completamente novas. O jornalista desempenhará então as funções de mediador público, escolhendo quais as ligações que um evento pode suscitar por escolha do utilizador.

Simultaneamente, as técnicas de investigação e de edição conhecem transformações importantes, de tal modo que surge o conceito de “computer-assisted reporting” e de “computer-assisted journalism”, já conhecido em Portugal por JAC- Jornalismo assistido por computador. O recurso às bases de dados para obter informações que permitem completar rapidamente uma “peça”, a utilização de tecnologia miniaturizada digital que permitem que material recolhido num ponto qualquer do globo chegue rapidamente à redacção do jornal, a utilização de meios informáticos na pesquisa, na busca de informação de *background*, no contacto com fontes e até na posterior discussão do trabalho editado são alguns dos elementos que se tornam essenciais.

Todas estas transformações que hoje se fazem sentir no seio dos *media* – ou sejam, a centralidade relativa que têm vindo a ganhar nos mecanismos simbólicos da sociedade civil, a interpelação sobre os mecanismos de regulação que assegurem o pluralismo e a equidade, o desenvolvimento de uma reflexão acerca do modo como o

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

próprio jornalismo pode influenciar positivamente a vida pública, o desenvolvimento de formas de literacia mediática que impliquem a referência constante a uma ideia de cidadania activa, a emergência de possibilidades tecnológicas que assegurem uma maior interactividade entre produtores e receptores – só tem sentido nesta tese quando são encaradas como possibilidades de transformação das condições de deliberação colectiva no sentido do aprofundamento da cidadania. A possibilidade de gerar consensos democráticos sem negar a conflitualidade que resulta da afirmação de novas pretensões de validade implica a existência de um discurso público atento à pluralidade e diversidade das dinâmicas sociais.

Ao longo deste trabalho, constatou-se, assim, que a multiplicação dos signos pode traduzir-se na aceitação da dimensão agonística da comunicação, enquanto campo de pretensões conflituantes sujeitas à norma universal da impossibilidade da destruição da diferença e na rejeição liminar de uma dimensão utilitarista das relações com os outros humanos. Apesar das numerosas tensões que tendem para o particularismo, poderemos assistir, no futuro, a uma diferenciação das culturas enquanto formas de vida, bem como dos espaços públicos enquanto tentativas de reconhecimento dos seus direitos, e, ao mesmo tempo, à afirmação de uma cultura política comum que tenha como traço unificador o reconhecimento desta diversidade. O universalismo democrático que partilhamos há-de guardar um espaço dentro de si para o particularismo dos que não reconhecem num consenso social uma resposta para as suas pretensões. Se historicamente os *media* desempenharam um papel fundamental na imaginação das comunidades nacionais, é altamente provável que a criação de uma cultura e de uma identidade comuns, alicerçada no reconhecimento das particularidades legítimas, seja impossível sem a contribuição dos *media* impressos e electrónicos. A relação local-global resultante da articulação entre comunidades e espaços públicos e uma cultura política global, informada pelos princípios da diversidade, do respeito pelos direitos humanos e da universalidade no reconhecimento das pretensões legítimas, será uma utopia sem o reconhecimento de uma dimensão cívica à actividade dos *media*. Assim, do mesmo modo que a sociedade corre o risco de uma funcionalidade menos evidente em função da necessidade de evitar o sacrifício da sua abertura, os *media* devem expor-se aos ventos de mudança que auxiliem a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

multiplicação desta improbabilidade, de modo a responderem, eles próprios, à fluidez das dinâmicas sociais.

Bibliografia

Encyclopaedia of Phenomenology (1997), Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Publishers.

AAVV (1999), *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional - Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia..

Adoni, Hannah e Mane, Sheryl (1984), *Media and the social construction of reality: toward an integration of theory and research*, in *Communication Research*, Vol. 11, nº 3, Beverly Hills, Sage.

Adorno, Theodor (s/d), *The stars down to the earth and other essays on the irrational*, London, Routledge.

Adorno, Theodor (1982), *Quasi una fantasia*, Paris, Gallimard.

Adorno, Theodor (1982), *Teoria estética*, Lisboa, Edições 70. (Ästhetische Theorie, 1970)

Adorno, Theodor (1991-a), «Culture and administration», in *Culture industry*, London, Routledge,.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Adorno, Theodor (1991-b), «The schema of mass culture» in *Culture Industry*, London, Routledge.

Adorno, Theodor (1991-c), «Cultural Industry Reconsidered», in *Culture Industry*, London, Routledge.

Adorno, Theodor (1991-d), «On the Fetish Character in Music and the Regression of Listening» in *Culture Industry*, London, Routledge.

Adorno, Theodor (1992), *Minima moralia*, São Paulo, Ática.

Adorno, Theodor (1992), *Dialéctique négative*, Paris, Payot.. (Negative Dialectike, 1966)

Adorno, Theodor e Horkheimer, Max (1995), *Dialectic of Enlightenment*, London, Verso. (Dialektik der Aufklärung, 1944).

Adorno, Theodor (1996), *Introducción a la sociología*, Barcelona, España. (Eileutung in die Soziologie, 1993)

Adorno, Theodor (1997), «Subject and object», in Andrew Arato e Eike Gebhardt, *The essential Frankfurt reader*, New York, The Continuum Publishing Company.

Albert, Pierre (1994), *La Presse*, Paris.

Aleger, Dean (2000), «Os megamedia, a situação do jornalismo e a democracia», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornais 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Alsina, Miguel Rodrigo (1996), *La construcción de la noticia*, Barcelona, Paidós.

Alexander, Jeffrey, and Jabos, Ronald N. (1998), «Mass Communication, ritual and civil society» in Liebes, Tamar e Curran, James, *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge,.

Alejandro, Roberto (1993), *Hermeneutics, citizenship and public sphere*, New York, State University of New York Press..

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Ang, Ien (1985), *Watching Dallas. Soap opera and the melodramatic imagination*, New York, Methuen.

Ang, Ien (1995), «The nature of audience», in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.) (1995), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Apel, Karl-Otto (s/d) *Discussion et responsabilité*, Paris, CERF.

Arato, Andrew e Gebhardt, Eike (1997), *The essential Frankfurt reader*, New York, The Continuum Publishing Company.

Arato, Andrew, and Cohen, Jean (1992), «Politics an reconstruction of civil society», in Axel Honnet, Thomas McCarthy, Claus Offe e Albrecht Wellmer, *Cultural-political interventions in the unfinished project of Enlightenment*, Cambridge, MIT, Press.

Arato, Andrew, e Cohen, Jean (1995), *Civil society and political theory*, Cambridge, MIT Press. Klapper, Joseph (1960), *The effects of mass communication*, New York, The Free Press.

Arendt, Hannah (1971), *Sobre a revolução*, Lisboa, Moraes Editora. (On Revolution, 1960)

Klapper, Joseph (1960), *The effects of mass communication*, New York, The Free Press.

Arendt, Hannah (1986), *The human condition*, Chicago, Chicago University Press, 1986. (1958).

Arendt, Hannah (1993), *Lições sobre a filosofia política de Kant*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Barbero, Jesus Marín (1999) , *Paradoxas de la alteridad y desafíos de la comunicación* in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional, Salamanca, 25 a

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia.

Bastos, Hélder (2000), «Do jornalismo on-line ao ciberjornalismo», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 27, Jornalimos 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Baudrillard, Jean (1981), *Sociedade de consumo* Lisboa, Edições 70. (La Société de Consommation, 1970).

Baudrillard, Jean (1991), *Simulacros e simulações*, Relógio d'Água (Simulacres et Simulation, 1981).

Bell, Daniel (1977), *O advento da sociedade pós-industrial*, São Paulo, Cultrix.

Benhabib, Seyla (1986), *Critique, norm, and utopia: a study on foundation of critical theory*, New York, Columbia University Press.

Benhabib, Seyla (1992), «Models of public space», in Craig Calhoun, *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT Press.

Benhabib, Seyla (1994), «Modernity and the aporias of critical theory», in Bernstein, Jay, (Ed.), *The Frankfurt School*, Vol. I, London, Routledge.

Benjamin, Walter (1987-a), «O narrador», in *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense. (1936)

Benjamin, Walter (1987-b), «A crise do romance: sobre *Alexandersplatz*, de Döblin», in *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1987. (1930)

Benjamin, Walter (1987-c), «Experiência e Pobreza», in *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense.

Benjamin, Walter (1997-d), «A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica» in *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Benjamin, Walter (1987), *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense

Bennett, Tony; Martin, Graham, Mercer, Colin, and Wollacott, Janett (s/d), *Culture ideology and social process: a reader*, London, B. T. Barsford / Open University Press.

Bennett, Tony (1990), «Theories of the media, theories of society», in Gurevitch, Michael, Bennett, Tony, Curran, James e Woollacott, Janet, *Culture, society and the media*, London, Routledge.

Berganza, Rosa(2000) «O contributo da Escola de Chicago para o jornalismo contemporâneo: as reflexões de Robert Ezra Park sobre a notícia» in *Revista de Comunicação e Linguagens* , nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Berger, Peter e Luckmann, Thomas (1973), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes. (The Social Construction of Reality, 1966).

Berger, Peter (1994), *Perspectivas sociológicas*, Petrópolis, Vozes. (Invitation to sociology, A Humanistic Perspectiv, 1963).

Berger, Johannes (1994), «Review of theorie des kommunikativen handelns» in Jay Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School – critical assesments*, Vol. VI, London, Routledge.

Bernstein, Jay (1994), «Critical theory- the very idea» in Jay Bernstein (Ed.), *The Frankfurt School – critical assesments*, Vol. I, London, Routledge, 1994.

Bernstein, Jay (1994), (Ed.), *The Frankfurt School – critical assesments*, London, Routledge, 1994, 6 vols.

Berten, André, da Silveira, Pablo et Pourtois, Hervé (1997), *Libéraux et communitariens*, Paris, PUF-

Best, Steven e Kellner, Douglas (1998), «Watching television: limitations of post-modernism», in *Science and Culture*, nº4, London.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Blumer, Herbert (1997), «A massa, o público e a opinião pública», in Gabriel Cohn, (Org.), *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, T. A. Queiroz Editora.

Blumer, Jay, and Gurevitch, Michael (1995), *The crisis of public communication*, London, Routledge.

Bobbio, Norberto (1971), *Da Hobbes a Marx*, Napole, Morano Editore.

Bourdieu, Pierre (1982), *Ce que parler veut dire*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa, Diefel.

Bragança de Miranda (1995), «Espaço público, política e mediação» in *Revista de Comunicação e Linguagens* n.ºs 21/22, *Comunicação e política*, Lisboa, Cosmos.

Bird, S. Elizabeth, e Dardenne, Robert W. (1993) , «Mito, registo e “estórias”:
explorando as qualidades narrativas das notícias», in Nelson Traquina, *Jornalismo:
questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.

Cenjor, Antonio Sanchez Bravo (1999), «Pluralismo e concentración de medios en Europa», in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional - Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia.

Cádima, Francisco Rui (2000), «Virtualidades do jornalismo e jornalismo virtual» in in *Revista de Comunicação e Linguagens* , n.º 27, *Jornalimos 2000*, Lisboa, Relógio d'Água.

Calhoun, Craig (1992), *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT Press.

Calvo, Pinar Agudiez (1999), «Editorialización y frivolidización del discurso periodístico,» in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional -Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia, 1999.

Carrilho, Manuel Maria (1994), *Jogos de racionalidade*, Asa, Lisboa.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Castells, Carme, (Comp.) (1996), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós.

Castells, Manuel (1989), *The Informational city*, Blackwell.

Cohn, Gabriel (1987), *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.

Comte, Auguste (1990), *Reorganizar a sociedade*, Lisboa, Guimarães Editora.

Correia, Fernando (1997), *Os Jornalistas e as notícias*, Lisboa, Editorial Caminho.

Creed, Barbara (1994), «From here to modernity», in Storey, John, *Cultural theory and popular Culture: a reader*, New York, London, Toronto, Sydney, Tokyo, Singapore, Harvester and Wheathssteaf.

Curran, James, and Liebes, Tamar (1998), «The intellectual legacy of Elihu Katz», in Tamar Liebes e James Curran, *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Curran, James, Gurevitch, Michael, e Woolacott, Janet (1977), (Eds.), *Mass communication and society*, London, Edward Arnold.

Curran, James, Gurevitch, Michael, and Woolacott, Janet (1990), «The study of the media: theoretical approaches» in Gurevitch, Michael et al, *Culture, society and the media*, London, Routledge.

Daly, Mary (1978), *The metaethics of radical feminism*, Boston, Beacon Press.

Dahrendorf, Ralph (1979), *Las clases sociales y su conflicto en la sociedad industrial*, Madrid, Ediciones Rialp, S. A.

Dahlgren, Peter e Sparks, Colin, (Ed.)(1991), *Communication and citizenship*, London and New York, Routledge.

Dayan, Daniel (1998), «Particularistic media and diasporic communications» in Liebes, Tamar and Curran, James, *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Déborde, Guy (s/d), *A sociedade do espectáculo*, Lisboa, mobilis in mobile.

Deleuze, Gilles e Guattari, F. (1980), *Mille plateaux*, Paris, Minuit.

Downing, John, «Alternative media and the Boston tea party» in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.) (1995), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Downing, John e O'Connor, Allan (1995) «Culture and communication» in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.) (1995) *Questioning the media: a critical introduction*, Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Gurwitsch, Aaron (1975), «Introduction» in Alfred Schutz, *Collected papers*, Vol.III, Haya, Martinus Nijhoff.

Dader, José Luís (1983), *Periodismo e pseudo-comunicación política*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.

Dader, José Luis (1992), *El periodista en el espacio publico*, Barcelona, Bosch.

Dewey, John (1987), *The Public and its problems*, Hathers, Swallow Press e OhioUniversity Press.

Dreyfus, Hubert, e Rabinow, Paul (1984), *Michel Foucault, un parcours philosophique*, Paris, Gallimard, 1984.

Dubieli, Helmut (1992), «Domination or emancipation? The debate over the heritage of critical theory» in Axel Honneth, Thomas McCarthy, Claus Off e Albrecht Wellmer, *Cultural-political interventions in the unfinished project of Enlightenment*, Cambridge, MIT, Press.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Durkheim, Émile (1977), *A divisão do trabalho social*, 2 vols, Lisboa, Presença. (De la division du travail social, 1893).

Durkheim, Émile (1987), *As regras do método sociológico*, Lisboa, Editorial Presença, 1987. (Les Règles de le Méthode Sociologique, 1895)

Eksterowicz, Anthony; Roberts, Robert, e Clark, Adrian (2000), «Jornalismo Público e Conhecimento Público» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Elias, Norbert (1980), *Introdução à sociologia*, Lisboa, Edições 70.

Elias, Norbert (1993), *Teoria simbólica*, Lisboa, Celta.

Engels, Friedrich (1975), *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*, Lisboa, Avante. (Die Entwicklung des Sozialismus von der Utopie zur Wissenschaft, 1882)

Ericson, Richard, Baranek, Patricia, Chan, Janet (1991), *Representing order, crime, law and justice in news media*, London, Open University Press.

Esteves, João Pissarra (1989), *Ética e política à luz do paradigma comunicacional: acerca da teoria da acção social de Jürgen Habermas*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, (tese de mestrado).

Esteves, João Pissarra (1993), «Poder e subjectividade» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 19, Michel Foucault: uma analítica da experiência. Lisboa, Edição Cosmos.

Esteves, João Pissarra (1995), «Novos desafios para uma nova teoria crítica da sociedade», in *Revista de Comunicação e Linguagens* nºs 21/22, *Comunicação e política*, Lisboa, Cosmos.

Esteves, João Pissarra (1998), *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Esteves, João Pissarra (1999), *Os media e a questão da identidade: sobre as leituras pós-modernas do fim do sujeito*, , inédito, pode ser encontrado on-Line na BOCC.
<http://bocc.ubi.pt/pag/pissarra-media-identidade.html>

Esteves, João Pissarra (2002), *O poder como medium. Que linguagem, que comunicação? apontamentos sobre moral e política, funcionalidade e sistemas* in João Correia et al (org.), *Comunicação e Poder*, Covilhã, UBI.

Featherstone, Mike (1991), *Consumer culture and post-modernism*, London, Newsbury Park, New Dheli, Sage Publications.

Ferreira, Vergínia (1999), «Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nºs 52-53, Centro de Estudos Sociais, Coimbra.

Féry, Jean Marc (1995), «Quelle théorie critique des média aujourd'hui» in Harscher, Guy e Libois, Boris, (Ed.), *Les media entre Doit et pouvoir - redefinir la liberté de la presse*, Bruxelles, Ed. Univ, de Bruxelles.

Féry, Jean-Marc (1995), «Las Transformacións de la publicidad política» in Jean-Marc Ferry, Wolton, Dominique et al, *El nuevo espacio público*, Barcelona, Editorial Gedisa.

Féry, Jean-Marc, Wolton, Dominique, et al (1995), *El nuevo espacio público*, Barcelona, Editorial Gedisa.

Firestone, Shulamith (1970), *The dialectic of sex*, New York, Bantam Books.

Fishman, Mark (1983), *La fabricación de noticias*, Ediciones Tres Tiempos, Buenos Aires.

Foucault, Michel (1971), *L'Ordre du discours*, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1977), *Vigiar e punir – História da violência nas prisões*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes. (Surveiller et Punir, 1975)

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Foucault, Michel, (1984), «Porquoi étudier le pouvoir: la question du sujet», in Dreyfus, Herbert, e Paul Rabinow, Paul, *Michel Foucault – un parcours philosophique*, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1988), *As palavras e as coisas*, Lisboa, Edições 70, 1988 (Les Mots et les Choses, 1966).

Foucault, Michel (1988), «The art of telling the true» in Kelly, Michael, (Ed.), *Critique and power - recasting the Foucault-Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Foucault, Michel (1988-a), «Two lectures», in Kelly, Michael, (Ed.), *Critique and power-recasting the Foucault-Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Foucault, Michel (1994-a), *História da sexualidade, a vontade de saber*, Vol. I, Lisboa, Relógio d'Água. (Histoire de la Sexualité 1: la volonté de savoir, 1976).

Foucault, Michel (1994-b), «Le retour de la moral, entretien avec Barbedette, G. e Scala, M.» in *Dits et écrits*, Vol. IV, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1994-c), *História da sexualidade, uso dos prazeres*, vol. II, Lisboa, Relógio de Água. (Histoire de la Sexualité 2: l'usage des plaisirs, 1984)

Foucault, Michel (1994-d), *História da sexualidade, o cuidado de si*, vol. III, Lisboa, Relógio d'Água. (Histoire de la Sexualité 3: Le Souci de Soi, 1984).

Foucault, Michel (1994-e), «Foucault étudie la raison d'État, entretien avec M. Dillon», in *Dits et écrits*, Vol.IV. , Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1994-f), «“Omnes et singulatim” vers une critique de la raison politique» in M. Foucault, *Dits et écrits*, vol. IV, Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1994- g), Qu'est-ce que les Lumières, *Dits et écrits*, Vol.IV. , Paris, Gallimard.

Foucault, Michel (1994), *Dits et écrits*, Vol. IV, Paris, Gallimard, 1994.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

França, Vera Regina Veiga (1997), «Construção jornalística e dizer social», in Sérgio Porto, *O Jornal: da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15.

Fraser, Nancy (1992), «Rethinking the public sphere», in Craig Calhoum (Ed.), *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MIT Press.

Frazer, Nancy (1994), «What's critical about critical theory», in Jay Bernstein, (Org), *The Frankfurt School – critical assesments*, Vol.VI, London, Routledge.

Freitag, Barbara e Rouanet, Sérgio Paulo (1990), (org.), *Habermas*, São Paulo, Editora Ática. (Ungechichsten der Subjektivität, 1969),

Friedman, Marylin (1996), «El Feminismo y la concepción moderna de la amistad: dislocando a la comunidad», in Castells, Carme, (Comp.), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós.

Gadamer, Hans-Georg (1992), «A universalidade do problema hermenêutico», In Joseph Bleischer, *Hermenêutica Contemporânea*, Lisboa, Edições 70.

Garção, Pedro Mayer, «Missão e projecção do jornalismo na nossa terra» in António Tinoco (Ed.), *Boletim do Sindicato dos Jornalistas Portugueses*, nº 5, Lisboa, 1942/1945.

Gehlen, Arnold(s/d), *A alma na era da técnica*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d. (Die Seele im Technischen Zeitalter)

Giddens, Anthony (1987), *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.

Giddens, Anthony, Turner, Jonathan et al (1990), *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad.

Giddens, Anthony (1996), *Consequências da modernidade*, Oeiras, Celta. (The Consequences of modernity, 1990).

Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta. (Modernity and self-identity: self and society in the late modern age, 1991)

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Gimbernart, Jose Antonio (1997), *La filosofía moral y política de Jürgen Habermas*, Madrid, Biblioteca Nueva,.

Gimbernart, Jose Antonio (1997), «La recepción de la filosofía de Jürgen Habermas en España», in *La filosofía moral y política de Jürgen Habermas*, Madrid, Biblioteca Nueva.

Gitlin, Todd (1995), *Twilight of common dreams: why America is wracked by culture wars*, New York/metropolitan.

Gitlin, Todd (1998), «Public sphere or public sphericules», in Liebes, Tamar, and Curran, James, (Eds.). *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Glasser, Theodore, and Craft, Stephanie (1998), «Public Journalism and the search for democratic ideals», in Liebes, Tamar, and Curran, James, (Eds.), *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Gomes, Wilson (1995), «Duas premissas para a compreensão da política espectáculo», in *Revista de Comunicação e Linguagens* n°s 21/22, Comunicação e política, Lisboa, Cosmos.

Gramsci, António (1974), *Obras Escolhidas*, Lisboa, Estampa.

Gramsci, António (1977), *Quarderni del carcere*, Vol. III, Torino, Einaudi.

Guattari, Felix (6 de Novembro de 1991), *Pour une étique des média*, in *Le Monde*.

Gurevitch, Michael, R. Lewy, Mark, e Roeh, Itzhac (1991), *The global newsroom*, in Dahlgren, Peter e Sparks, Colin, (Eds.), *Communication and citizenship*, London and New York, Routledge.

Gurevitch, Michael, Bennet, Tony, Curran, James e Woollacott, Janett (1992), *Culture, society and the media*, London, Routledge.

Gutman, Amy (1994), «Prefácio» in C. Taylor et al, *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Habermas, Jürgen (1982), *Mudança estrutural da esfera pública*, Lisboa, Tempo Brasileiro. (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*, 1962)

Habermas, Jürgen (1985) «A nova opacidade: a crise do Estado-previdência e o esgotamento das energias utópicas» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 2, O espaço público, Porto (Die neue unüberfichtlichkeit: die krieze des wohlfahrtsstaates und die erschöpfung utopischer energien, 1985)

Habermas, Jürgen (1986), *Morale e communication*, Paris, Cerf. (Moralbewusstsein und kommunikativen handeln, 1983)

Habermas, Jürgen (1987-a), *Ciência e Técnica como «ideologia»*, Lisboa, Edições 70. (Technik und vissenchaft als ideologie,1968)

Habermas, Jürgen (1987-b), *Théorie de l'agir communicationnel*, 2 vols., Paris, Fayard. (Theorie des kommunikativen handelns, 1982-3)

Habermas, Jürgen (1987-c) , *La logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF. (Zur Logik der Sozialwissenschaften e Vorstudien und ergänzungen zur theorie des kommunikativen handeln, 1982)

Habermas, Jürgen (1987-d), *A pretensão de universalidade da hermenêutica* in Jürgen Habermas, *Dialéctica e hermenêutica: para uma crítica da hermenêutica de Gadamer*, Porto Alegre, L&PM. (Der Universalitätsanspruch der Hermeneutik, 1971)

Habermas, Jürgen(1990-a), «Pré-história da subjectividade e autoafirmação selvagem» in Freitag, Barbara e Rouanet, Sérgio Paulo, (Orgs.), *Habermas*, São Paulo, Editora Ática. (Ungechichsten der Subjektivität, 1969)

Habermas, Jürgen (1990-b), *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote. (Der philosophische diskurs der modern, 1985)

Habermas, Jürgen (1992), «Further reflexions on public sphere», in Craig Calhoum, *Habermas and public sphere*, Cambridge, MIT Press.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Habermas, Jürgen, (1995), *Aprés Marx*, Paris, Fayard.

Habermas, Jürgen (1996-a), *La pensée post-metaphysique*, Paris, Armand Colin.

Habermas, Jürgen (1996-b), *Between facts and norms*, Cambridge, MIT Press. (Faktizität und Geltung. Beitragē zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats, 1992)

Habermas, Jürgen (1997), *Teoría y praxis: estudyos de filosofia social*, Madrid, Tecnos, 1997. (Theorie und Praxis, 1963)

Habermas, Jürgen (1999-c), *La inclusión del otro-estudios de teoria política*, Barcelona, Paídos. (Die Einbeziehung des Anderen, 1996)

Habermas, Jürgen (1999-a), *Comentários à ética do discurso*, Lisboa, Piaget. (Erläuterungen zur Diskursethik, 1991)

Habermas, Jürgen, (1999-b), *Direito e moral*, Lisboa, Piaget. (Recht und Moral, 1986)

Habermas, Jürgen (1999-c), *La inclusión del otro-estudios de teoria política*, Barcelona, Paídos. (Die Einbeziehung des Anderen, 1996)

Haketth, Steve (1993), «Declínio de um paradigma? parcialidade e objectividade no estudo dos media noticiosos» in Nelson Traquina, *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa, Vega, 1993.

Hall, Stuart (1980), «Encoding/decoding» in S. Hall, D. Hobson, A Low, e P. Willis (Eds.), *Culture, media and language*, London, Hutchinson.

Hall, Stuart (1982), «The rediscovery of ideology», in Gurevitch, Michael, Bennett, Tony, Curran, James and Woollacot, Janet, (Eds.), *Culture, society and the media*, London, Methuen.

Hall, Stuart (1992), «The media and the ideological effect», in Michael Gurevitch, Tony Bennet, James

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Hamilton, Peter, (1991), *Max Weber: Critical assessments*, London and New York, Routledge.

Harscher Guy, e Libois, Boris, (Eds.)(1995), *Les media entre Doit et pouvoir -redefinir la liberté de la presse*, Bruxelles, Ed. Univ. de Bruxelles.

Hegel, G. W. Friedrich (s/d) , *O sistema da vida ética*, Lisboa, Edições 70 (System der Sittlichkeit)

Hegel, G. W. Friedrich (1992) , *Fenomenologia do espírito*, Petrópolis, Vozes. (Phänomenologie des Geistes, 1807)

Hegel, G. W. Friedrich (1997), *Principes de la philosophie du Droit*, Paris, Gallimard,. (Grundlinien der Philosophie des Rechts, 1831)

Heidegger, Martin (1995), *O ser e o tempo*, Petropólios, Vozes. (Sein und Zeit, 1927)

Heller, Agnes (1982), *O homem do Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença.

Heller, Agnes (1994), *The discourse ethic of Habermas. Critique and appraisal* in Bernstein, Jay, (Ed.), *The Frankfurt School – critical assessments*, Vol. VI, Routledge.

Heller, Agnes (1999), *Una filosofia de la historia en fragmentos*, Barcelona, Editorial Gedisa.

Hermes, Jocke (1997), *Reading women's magazines*, Oxford e Cambridge, Polity Press.

Hirst, Paul, “Associational socialism in a pluralist State” , in *Journal of Law and Society* , vol. 15, nº 1, Primavera de 1988.

Hirst, Paul (1994), *Associative democracy- new forms of economic and social governance*, Cambridge, Polity Press.

Hobbes, Thomas (1995), *Leviatã*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Hobson, D., S. Hall, Low, A., e Willis, P.(1980), (eds) , *Culture, media, language*, London, Hutchinson.

Honnet, Axel, McCarthy, Thomas, Off, Claus e Weelmer, Albrecht (1992), *Cultural-political interventions in the unfinished project of Enlightenment*, Cambridge, MIT, Press.

Honneth, Axel (1993), *Foucault e Adorno, duas formas de crítica da modernidade*, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 19, Michel Foucault: uma analítica da experiência. Lisboa, Edição Cosmos..

Honneth, Axel (1994-a), «Work and instrumental action» in J.Bernstein, *The Frankfurt School-Critical assessment* , Vol. VI, London and New York, Routledge.

Honneth, Axel (1994-b), *Communication and reconciliation: Habermas critique of Adorno* in Jay Bernstein, *The Frankfurt School-Critical assessment* , Vol. VI, London and New York, Routledge.

Honneth, Axel (1997-a), *The critique of power, reflexive stages in a critical social theory*, Cambridge. MIT Press. (Kritik der Macht, 1985).

Honneth, Axel (1997-b), *La Lucha por el reconocimiento*, Barcelona, Critica. (Kampf um Anerkennung: zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte, 1992).

Honneth, Axel, (1998), «The turn to the philosophy of history in the dialectic of Enlightenment: a critique of the domination of the nature», in Kelly, Michael (Ed.) *Critique and power- recasting the Foucault-Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Horkheimer, Max (1974), *Théorie traditionnelle et théorie critique*, Paris, Gallimard.

Horkheimer, Max(1977), *L'éclipse de la raison*, Paris. (Eclipse of Reason, 1947)

Hottois, Gilbert (1989), *Du sens commun à la société de la communication*, Paris, Vrin.

Hunyadi, Mark (1992), *Entre je et Dieu: nous* in *Hermes*, nº10 , Paris CNRS.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Husserl, Edmund (1967), *La Crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale*, Paris, Gallimard,.

Israel, Joachim (1972), *L'Aliénation - de Marx à la sociologie contemporaine*, Paris, Anthropos.

Izusquiza, Ignazio (1990), *La Sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*, Barcelona, Anthropos.

Jacobowicz, Andrew, «Media and multicultural nations » in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.) (1995), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Joas, Hans (1990), «Interaccionismo Simbólico» in Giddens, Anthony; Turner, Jonathan et al, *La teoria social hoy*, Madrid, Alianza Universidad.

Jensen, Klaus (1997), *La semiótica cultural de la comunicación de massa*, Barcelona, Bosch, 1997.

Kant, Immanuel, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Lisboa, Edições 70 (Grundlegung zur metaphysic der sitten, 1785)

Katz, Eliuh (1995), *La Investigación en la comunicación desde Lazarsfeld*, Barcelona, Gedisa.

Katz, Eliuh e Lazarsfeld, Paul (1997), *La Influenzia personal*, Barcelona, Hispano Europea.

Klapper, Joseph (1960), *The effects of mass communication*, New York, The Free Press.

Keane, John (1998), *Civil society*, London, Polity Press.

Kellner, Douglas, *The Frankfurt School and British Cultural Studies: the missed articulation*, texto acedido através da Internet. O endereço é www.uta.edu/huma/illuminations/kell16.html

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Kellner, Douglas (1995), «Advertising and consumer culture» in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.), *Questioning the media: a critical introduction*, Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Kelly, Michael (1990), *Hermeneutic and critical theory in ethics and politics*, Cambridge, The MIT Press, 1990.

Kelly, Michael (1998), (Ed.), *Critique and power- recasting the Foucault-Habermas debate*, Cambridge, MIT Press.

Kirchheimer, Otto, «Legality and legitimacy», in William Scheuermann (1996), (Ed.), *The rule of law under siege. Selected essays of Franz L. Neumann e Otto Kirchheimer*, Berkley and Los Angeles, University of California Press, 1996.

Kracauer, Siegfried (1995), *The mass ornaments: Weimar essays*, Cambridge, Harvard University Press.

Lazarsfeld, Paul, Berelson, B. e Gaudet , H (1948), *People's choice*, New York, Columbia University Press.

Lazarsfeld, Paul, e Merton, Robert King (1987), «Comunicação de massa, gosto popular e acção social organizada» in Gabriel Cohn, *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, T.A. Queiroz.

Lévinas, Emmanuel (1984), *En découvrant l'existence avec Husserl et Heidegger*, Paris, Vrin.

Liebes, Tamar, e Curran, James (1998), *Media, ritual and identity*, Londres, Routledge.

Lima, Luiz Costa (1969), *Teoria da cultura de massa*, Rio de Janeiro, SAGA, 1969.

Löwy, Michel, e Sayre, Robert (1997), *Revolta e melancolia*, Lisboa, Bertrand Editora,.

Lopes, Anabela (2000), «Notícias na Internet: um novo jornalismo», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Lopes, João Teixeira (Junho de 1999), «O estranho próximo de nós», in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 54.

Luhmann, Niklas (1978), *Stato di diritto e sistema sociale*, Napoles, Guida Editore, 1978.
(Politische Planung)

Luhmann, Niklas (1980), *Legitimação pelo procedimento*, Brasília, Editora Universidade de Brasília,.

Luhmann, Niklas (1985), *Poder*, Brasília, Editora Universidade de Brasília. (Macht)

Luhmann, Niklas (1982), *The differentiation of society*, New York, Columbia University Press.

Luhmann, Niklas (1992), *A Improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.

Lipowetsky, Gilles (1994), *O Crepúsculo do dever*, Lisboa, Dom Quixote, 1994 .

Lipowetsky, Pilles (1999), *La tercera mujer*, Barcelona, Anagrama. (La troisième femme. Permanence et révolution du féminin, 1997)

Lipset, Seymour Martin (1992), *Consenso e conflito*, Lisboa, Gradiva. (Consensus and Conflict, 1985)

Lukács, George (1960), *Histoire et conscience de Classe*, Paris, Minuit, 1960 (Geschichte und Klassenbewusstsein, 1923)

Lyotard, Jean-François (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva. (La condition postmoderne, 1979)

Lyotard, Jean-François (1983), *Le différend*, Paris, Minuit.

Marc, Edmond e Picard, Dominique (1989), *L'Interaction social*, Paris, PUF.

Marcelles, J-B. e Gardin, B.(1974), *Introduction a la sociolinguistique*, Paris, Larousse.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Marcondes Filho, Ciro (1986), *Quem manipula quem? – Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

Marcuse, Herbert (1968), *A Ideologia da sociedade industrial. O homem unidimensional*, Rio de Janeiro, Zahar. (One-dimensional man, 1964)

Marcuse, Herbert (1968), *Raison et révolution*, Paris, Les Editions de Minuit.

Marcuse, Herbert (1990), «From consensual order to instrumental order», in Alexander, Jeffrey, and Seidman, Steven, *Culture and society*, Cambridge University Press.

Marques, Francisca Ester Sá, *Contradições entre liberdade de expressão e liberdade de informação*, texto acedido através da NET, na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, com o endereço: <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdade.html>

Marques de Melo, José (1985), *Comunicação: teoria e política*, São Paulo, Summus Editorial.

Martín, Javier Gil (1999), «Opinión pública y sociedad civil», in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional -Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia.

Martins, Mariano Sanchez (1999), «Desordem mundial y nuevas tecnologías de información en lo marco de la Unión Europea», in AAVV, *Comunicación y pluralismo*, (Actas del Congreso Internacional -Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia.

Martins, Moisés Lemos (s/d). *Para Uma Inversa Navegação: o discurso da identidade*, Porto, Edições Afrontamento.

Marion Young, Iris (1996), «Vida política y diferencia de grupo: una crítica del ideal de ciudadanía universal», in Castells, Carme, (Comp.), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Marshall, T. (1950), *Citizenship and social class*, Cambridge, Cambridge University Press.

Martucceli, Danilo (1997), «Les contradictions politiques du multiculturalisme», in Michel Wiewiorka, *Une Société Fragmenté*, Paris, La Découverte & Syros.

Marx, Karl (1971), *Manuscritos económico-filosóficos*, Porto, Brasília Editora.

Marx, Karl (1963), *Oeuvres*, Paris, Gallimard.

McCarthy, Thomas (1997), «Constructivismo y reconstructivismo kantianos» in Jose Antonio

Gimbernart, *La Filosofía Moral y Política de Jürgen Habermas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1997

McCombs, Maxwell and Shaw, Donald (1972), «The agenda-setting function of mass media» in *Opinion Public Quarterly*.

McDonald, Dwight (1973), *Uma Teoria da Cultura de Massa*, in Bernard Rosenberg e David Manning White, *Cultura de Massa*, São Paulo, Cultrix.

McNair, Brian (1985), *Introduction to political communication*, London & New York, Routledge.

McQuail, Denis (1985), *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*, Barcelona, Paidós. (Mass Communication Theory. An Introduction, 1983)

McQuail, Denis (1995), «Western european model: The mixed model under treat» in Downing, John, Mohammadi, Ali, Sreberny-Mohammadi, Anabelle, (Eds.), *Questioning the media: a critical introduction* Thousands Oaks, London, New Delhi, Sage Publications.

Mead, George-Herbert (1969), *Mind, Self and Society*, Chicago, The Chicago University Press.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Mendes, João Maria R. (1985), «Mudança vigiada do discurso de imprensa», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº1, As máquinas censurantes modernas, Porto, Afrontamento.

Mesquita, Mário (2000), «As profissões dos media na era da comunicação transnacional» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Millet, Kate (1970), *Sexual politics*, Garden City, Doubleday.

Milliband, Ralph (1977), *O Estado na sociedade capitalista*, 2 vols., Lisboa, Presença,.

Mills, Whright (1981), *A elite do poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Misgeld (1987), Dieter, *Education and cultural invasion: critical social theory, education as instruction, and the "Pedagogy of the Oppressed"*, Cambridge, Massachusetts, Mit Press.

Moragas Spá, Miguel de (1999), «Nuevas tecnologías y nuevas condiciones del pluralismo informativo» in AAVV, *Comunicación y Pluralismo*, (Actas del Congresso Internacional - Salamanca, 25 a 27 de Novembro de 1993, Universidad Pontificia de Salamanca), Salamanca, Universidad Pontificia.

Morley, David e Robbins, Kevin (1995), *Spaces of Identity: global media, electronic landscapes and cultural boundaries*, Londres e Nova Iorque, Routledge,.

Moller Okin, Susan (1996), «Desigualdad de género y diferencias culturales», in Castels Carne Castells (Comp.), *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós.

Morató, Javier Rey (1996), *Democracia y posmodernidad: teoria general de la información y de la comunicación política*, Madrid, Editorial Complutense.

Morujão, Alexandre (1961), *Mundo e intencionalidade*, Coimbra, Universidade de Coimbra

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Moscovici, Serge e Doise, Willem (1991), *Dissensões e consenso, uma teoria geral das decisões colectivas*, Lisboa, Livros Horizonte. (Dissensions et consensus, 1972).

Mouffe, Chantal (s/d), «Hegemony and ideology in Gramsci» in Bennett, Tony, Martin, Graham, Mercer, Colin, and Wollacott, Janet, *Culture ideology and social process: a reader*, London, B T Barsford, Ld^a in Association with The Open University Press.

Mouffe, Chantal (1988), «Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy», in Nelson, Cary and Grosseberg, Lawrence, *Marxism and the interpretation of culture*, University of Illinois Press.

Mouffe, Chantal (1994), *La politique et ses enjeux*, Paris, La Découverte/Mauss.

Mouillaud, Maurício (1997), «Crítica do acontecimento ou o fato em questão», in Porto, Sérgio (org.), *O jornal – da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15.

Muguerza (1997), Javier «De la conciencia al discurso: una viaje de ida y vuelta» in Gimbernat, Jose António, (Ed.), *La filosofia moral y política de Jürgen Habermas*, Madrid, Biblioteca Nueva.

Nelson, Cary e Grosseberg, Lawrence (1988), *Marxism and the Interpretation of culture*, University of Illinois Press.

Noel-Neumann, Elizabeth (1995), *La espiral del silencio: opinión pública, nuestra piel social*, Barcelona, Paidós.

Parsons, Talcott (1964), *The social system*, New York, The Free Press.

Parsons, Talcott (1972), *Social Interaction*, in *The international encyclopaedia of social sciences*, The Macmillan Company and The Free Press.

Parsons, Talcott (1974), *O sistema das sociedades modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora. (The System of Modern Societies, 1971).

Pateman, Carole (1996), «Críticas feministas a la dicotomía publico/privado», in Carme Castells (Comp.). *Perspectivas feministas en teoría política*, Barcelona, Paidós.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Patterson, Thomas (2000), «Serão os media noticiosos actores políticos mais eficazes», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Paz, Octávio (1990), *Pequena crónica de grandes dias*, Fondo de Cultura Económica, Madrid.

Paz, Octávio (1992), *Convergencias*, Editorial Seix Barral, Barcelona.

Peres, Américo Nunes (2000), *Educação intercultural: utopia ou realidade*, Porto, Profedições Ldª / Jornal A Página.

Phillips, Anne (1993), *Democracy and difference*, Oxford, Polity Press.

Philips, E. Barbra (1993), «Novidade sem mudança» in Nelson Traquina (Org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa, Vega.

Porto, Sérgio (1997), *O Jornal: da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15.

Price, Vincente (1994), *La opinión publica: esfera pública y comunicación*, Barcelona, Paidós.

Rabinow, Paul (1984), (Ed.), *Foucault reader*, New York, Pantheon.

Rasmussen (1995), David, *Reading Habermas*, Cambridge, Massachusetts, Blackwell Publishers, 1995

Rattansi, Ali, e Westwood, Sallie (1994), (Eds.), *Racism, modernity, identity: on the western front*, Cambridge, Polity Press.

Rattansi, Ali, e Westwood, Sallie (1994), «Modern racisms, racialized identities» in Ali Rattansi e Sallie Westwood, (Eds.), *Racism, modernity, identity: on the western front*, Cambridge, Polity Press.

Rawls, John (1996), *Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Renault, Alain (2000), *A era do indivíduo: contributo para a história da subjectividade*, Lisboa, Piaget, 2000.

Ricoeur, Paul (s/d), *Do Texto à acção*, Porto, Rés Editora.

Rodrigues, Adriano Duarte (s/d), *O Campo dos Media*, Lisboa, Vega.

Rodrigues, Adriano Duarte (1985), «Figuras das máquinas censurantes modernas», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 1, As máquinas censurantes modernas, nº 1, Porto, Afrontamento.

Rodrigues, Adriano Duarte (1986), «Inovação técnica e sociedade» In *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 4, Tecno-lógicas, Porto, Afrontamento.

Rodrigues, Adriano Duarte (1990-a), «O corpo e a linguagem» in *Revista de Comunicação e Linguagens* nºs 10-11, O corpo, o nome e a escrita, Lisboa, CECL.

Rodrigues, Adriano Duarte (1990-b), *Estratégias de comunicação*, Lisboa, Presença, 1990.

Rodrigues, Adriano Duarte (1995), «Morte ou ressurreição da política» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nºs 21/22, Comunicação e política, Lisboa, Cosmos.

Rorty, Richard (1992), *Contingência, ironia e solidariedade*, Lisboa, Presença.

Rosato, Renato, *Culture and truth*, London, Routledge, 1988.

Roszak, Theodore (1971), *Para uma contra cultura*, Lisboa, Dom Quixote.

Santos, Boaventura Sousa (1994), «Modernidade, identidade e cultura de fronteira» in *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Lisboa, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Lisboa, Afrontamento.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento.

Santos, Rogério (1997), *Os novos media e o espaço público*, Lisboa, Gradiva.

Santos, Rogério (1997), *A negociação entre jornalistas e fontes*, Coimbra, Minerva, 1997

Saperas, Enric (1993), *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA, 1993.

Scheuermann (Ed.)(1996), William, *The Rule of law under siege. Selected essays of Franz L. Neumann e Otto Kirchheimer*, Beerkeley and Los Angeles, University of California Press.

Schiller, Dan (1979), «An historical approach to objectivity and professionalism in american news reporting» in *Journal of Communication*, Vol. 29, nº 4.

Sousa, Jorge Pedro (1998), «Diários portugueses: que espaço para o cidadão comum», Texto acedido através da NET, in Bocc. Endereço: www.bocc.ubi.pt

Schudson, Michael (1978), *Discovering the news*, New York, Basic Books.

Schudson, Michael (1988), «Porque é que as notícias são como são», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Jornalismo.

Schutz, Alfred (1975), *Collected papers, the problem of social reality*, Vol. I, The Hague, Martinus Nijoff.

Schutz, Alfred *Collected papers, studies in social theory*, Vol. II, The Hague, Martinus Nijoff, 1976.

Schutz, Alfred, (1975) *Collected papers, studies in phenomenological philosophy*, Vol. III, The Hague, Martinus Nijoff.

Schutz, Alfred (1967), *The Phenomenology of social world*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Semeraro, Giovanni (1999), *Gramsci e a Sociedade Civil*, Rio de Janeiro, Vozes.

Sennett, Richard (1979), *Les tyrannies de l'intimité*, Paris, Editions du Séuil.

Sfez, Lucien (1994), *Crítica da comunicação*, Lisboa, Piaget.

Simmel, Georg (1988), *La tragédie de la culture*, Paris, Rivages.

Simmel, Georg (1997-a), «The Change in Cultural Forms», in Frisby, David, and Featherstone, Mike, (Eds.), *Simmel on culture, selected writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi.

Simmel, Georg (1997-b), «The concept and the tragedy of culture», in Frisby, David, and Featherstone, Mike, (Eds.) (1997), *Simmel on Culture, selected writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi,.

Simmel, Georg (1997-c), «The future of our culture», in Frisby, David, and Featherstone, Mike, (Eds.) (1997), *Simmel on Culture, selected writings*, London, Thousand Oaks, New Delhi,.

Stele, Ignacio (1997), «El pensamiento político de Jürgen Habermas» in José António Gimbernart, *La filosofía moral y política de Jürgen Habermas*, Madrid, Biblioteca Nueva, 1997

Storey, John (1994), *Cultural theory and popular culture: a Reader*, New York, London, Toronto, Sydney, Tokyo, Singapore, Harvester and Wheathssteaf.

Strydom, Piet (1999) , «Triple contigence, the theoretical problem of the public in communication societies», in *Philosophy and Social Criticism*, Vol. 25, nº 2, pp. 1-25, London, Thousand Oaks and New Delhi, Sage.

Taylor, Charles (1989), *Sources of the self* , Cambridge, Cambridge University Press.

Taylor, Charles (1992), *The ethics of authenticity*, Cambridge e London, Harvard University Press.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Taylor, Charles (1994), *Multiculturalismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

Taylor, Charles (1997), *Philosophical arguments*, Cambridge, Harvard University Press.

Tarde, Gabriel (1986), *La opinión e la multitud*, Madrid, Tahúras.

Therborn, Göran (1994), *The Frankfurt School* in Bernstein, Jay, (Ed.), *Frankfurt School, critical assessments*, Volume I, London, Routledge.

Thomason, Burke (1982), *Making sense of reification*, Londres, McMillanPress.

Thompson, John B. (1992), *Ideology and modern culture*, Cambridge, Polity Press.

Thompson, John B. (1995), *Critical hermeneutics, a study in the thought of Paul Ricouer and Jürgen Habermas*, Cambridge University Press

Tocqueville, Alexis (1992), *De la démocratie en Amérique*, In *Oeuvres*, Vol. II, Paris, Gallimard, 1992.

Toffler, Alvin (s/d), *A terceira vaga*, Lisboa, Livros do Brasil.

Tongue, Rosemarie (1994), *Feminist thought: a comprehensive introduction*, London, Routledge.

Touraine (1994), Alain, *Crítica da modernidade*, Lisboa, Piaget.

Touraine (1998), Alain, *Iguais e diferentes*, Lisboa, Piaget.

Touraine, Alain (1996), *O retorno do actor*, Lisboa, Piaget.

Traquina, Nelson (1993), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa, Vega.

Traquina, Nelson (1995), «O paradigma do agenda-setting: Redescoberta do poder do jornalismo», in *Revista de Comunicação e Linguagens* n.ºs 21/22, Comunicação e política, Lisboa, Cosmos.

Traquina, Nelson (1997), *Big show media*, Lisboa, Editorial Notícias.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Traquina, Nelson (1998), «As notícias», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8, Jornalismos, Lisboa, CECL..

Traquina, Nelson (2000), «Jornalismo 2000: o estudo do jornalismo no final do século XX» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismos 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Tuchman, Gaye (1978), *Making news: a study in the construction of reality*, New York, Free Press.

Turner, Brian S. (1993), «Contemporary problems in the theory of citizenship», in Brian S. Turner (Ed.), *Citizenship and social theory*, London, Newberry Park and New Delhi, Sage Publications.

Turner, Brian S., (Ed.) (1993), *Citizenship and social theory*, London, Newberry Park and New Delhi, Sage Publications.

Vandenberghe, Frédéric (1997), *Una histoire critique de la sociologie allemande: aliénation et réification*, Paris, La Découverte, 2 vols.

Vattimo, Gianni (1989), *Introdução a Heidegger*, Lisboa, Edições 70.

Vattimo, Gianni (1990), *La sociedad transparente*, Barcelona.

Vattimo, Gianni et al (1990), *El Pensamiento débil*, Ediciones Cátedra.

Velho, Gilberto (1981), *Individualismo e cultura*, Rio de Janeiro, Zahar.

Veyne, Paul, Vernant, Jean-Pierre, Dumont, Louis, Ricoeur, Paul, Varela, Francisco, et al.(1988), *Indivíduo e Poder*, Lisboa, Edições 70.

Villaverde Cabral, Manuel (1997), *Cidadania política e equidade social em Portugal*, Oeiras, Celta.

Viegas, José Manuel Leite e Dias, Eduardo (2000), (Orgs.), *Cidadania, integração e globalização*, Oeiras, Celta.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Wagner, Helmut, (org.) (1979), *Fenomenologia e relações sociais- textos escolhidos de Alfred Schutz*, Rio de Janeiro Zahar Editores. (On Phenomenology and Social Relations, 1978).

Walzer, Michael (1970), *Obligations: essays on disobedience, war and citizenship*, Cambridge, Harvard University Press.

Walzer, Michael (1999), *As esferas da justiça*, Lisboa, Presença, 1999.

Weber, Max (1989), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

Welton (1997), «World» in *Encyclopaedia of Phenomenology*, Dordrecht, Boston, London, Kluwer Academic Publishers.

Wellmer, Albrecht (1990), «Models of freedom in the modern world», in Michael Kelly, *Hermeneutics and critical theory in ethics and politics*, Cambridge, MIT Press.

Wellmer, Albrecht (1991), «Reason, utopia and dialectic of Enlightenment» in Peter Hamilton, *Max Weber: Critical assessments*, London and New York, Routledge.

Wellmer, Albrecht (1997), «Conditions de une culture démocratique. A propos du débat entre libéraux et communitariens», in André Bertin, Pablo da Silveira e Hervé Pourtois, *Libéraux et communitariens*, Paris, PUF-

Wiewiorka, Michel, (Dir.) (1997), *Une société fragmenté*, Paris, La Découverte & Syros, Paris.

Winch, Peter (1970), *A ideia de uma ciência social e sua relação com a filosofia*, São Paulo, Editora Nacional,

Wiggershaus, Ralph (1993), *L'École de Francfort*, Paris, PUF.

Wolin, Richard,(1995), *Labirintos*, Lisboa, Piaget.

Wolton, Dominique (1995), «Contradições do espaço público mediatizado» in *Revista de Comunicação e Linguagens* n°s 21/22, Comunicação e política, Lisboa, Cosmos.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X

Zalizer, Barbie (2000), *Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa*, in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Dados para Citação:

Autor: João Carlos Correia

Título: Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público na sociedades pluralistas
Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Páginas: 248 ISBN: 972-24-1318-X